

LPH

REVISTA DE HISTÓRIA

N.º 9, 1999, LPH - 500 ANOS DE HISTÓRIA - LPH



Índice

APRESENTAÇÃO	3
ENTREVISTA	
<i>Redescobrimdo o Brasil: entrevista com Maria Beatriz Nizza da Silva</i>	5
ARTIGOS	
<i>Gibbon, o paganismo e o cristianismo.</i> José Antonio Dabdab Trabulsi	15
<i>A teologia mística de Nicolau de Cusa: discussões sobre a idéia de Absoluto na tradição cristã.</i> Cláudio Monteiro Duarte	43
<i>As artes manuais e mecânicas na província de Minas Gerais: Um perfil demográfico de artífices e oficiais.</i> Marcelo Magalhães Godoy & Leonardo Viana da Silva	59
<i>Escravidão, campesinato e capitalismo na zona da Mata central de Minas Gerais — 1767-1890.</i> Ângelo Alves Carrara	111
<i>Distribuição da riqueza e formas de acumulação numa economia escravista (magé, 1850-1888).</i> Antonio Carlos Jucá de Sampaio	143
<i>Reflexões sobre a política e o sagrado.</i> Ivan Antônio de Almeida	169
RESENHAS	
<i>Leandro Karnal, Teatro da Fé. Representação religiosa no Brasil e no México do século XVI.</i> Pedro Paulo A Funari	181
<i>SILVA, Maria Beatriz Nizza da. A cultura luso-brasileira. Da reforma da Universidade à independência do Brasil.</i> Ângela Domingues	187

Apresentação

LPH – Revista de História está entrando, em 2000, no décimo ano de existência, mantendo, a duras penas, o compromisso da periodicidade (um número por ano).

Neste número, começamos, como já é tradicional, com uma entrevista com a historiadora Maria Beatriz Nizza da Silva, na qual ela nos detalha sua experiência profissional e nos indica caminhos para a pesquisa na História.

Proseguimos com artigos das mais variadas tendências e campos da Historiografia, no que também tem sido uma marca da *LPH – Revista de História*. São trabalhos sobre História Clássica, História Medieval, História do Brasil e Religião.

Finalizamos com resenhas referentes a importantes lançamentos, nos dois últimos anos, de estudos sobre aspectos da cultura brasileira, em um contexto ampliado de análise.

Cabe, ainda, agradecer de público o apoio fundamental dado pelo Neaspoc (Núcleo de Estudos Aplicados e Sócio-Políticos Comparados) para a publicação deste número da *LPH–Revista de História*. Esse Núcleo integra a estrutura do Laboratório de Pesquisa Histórica do Departamento de História da UFOP e objetiva promover, junto aos estudantes e professores da graduação, estudos comparados e pesquisas aplicadas, como *surveys*, no intuito de enriquecer o ensino de História na Universidade.

Os editores

ENTREVISTA

Redescobrindo o Brasil: *entrevista com Maria Beatriz Nizza da Silva*
Renato Pinto Venancio (entrevistador)

A historiadora Maria Beatriz Nizza da Silva dispensa apresentação. Autora de dezenas de livros a respeito do Brasil colonial, a pesquisadora há vários anos estuda temas, como o da história da cultura material ou da história social da família, que só muito recentemente entraram no rol das pesquisas universitárias brasileiras. Pioneira e desbravadora, a professora Maria Beatriz, na presente entrevista, faz um balanço de sua trajetória acadêmica e do estado atual das pesquisas que ela vem desenvolvendo.

Renato Pinto Venâncio

Primeiramente, seria interessante que a senhora indicasse os traços gerais de sua formação e qual foi o motivo de ter escolhido o “Brasil colonial” como tema de pesquisa.

A minha formação, na Faculdade de Letras de Lisboa, foi em História e Filosofia, mas enquanto tive ótimos historiadores como professores (Virgínia Rau, Jorge Borges de Macedo, A.H. de Oliveira Marques), a parte filosófica era muito fraca. Só um professor de Filosofia Antiga me fez ler todo Platão e um de Ética me fez produzir um trabalho sobre a liberdade em Sartre. O resto foi uma nulidade.

Quando cheguei ao Brasil, em 1963, recém-formada, ainda não sabia o que queria. Valeram-me nessa época Sérgio Buarque de Holanda e João Cruz Costa, amigos de meu sogro, Adolfo Casais Monteiro. Ambos me disseram que devia começar a preparar o meu doutoramento e que trabalhasse em História das Idéias com Cruz Costa. Aceitei e foi uma experiência muito interessante, pois ao mesmo tempo que ia descobrindo São Paulo e o Brasil, comecei a freqüentar a Biblioteca Municipal e a sua seção de Livros Raros. Inscrevi-me para doutoramento em Filosofia, mas escolhi como matérias complementares (antes de 1972 era assim) História do Brasil e História Ibérica. O meu hibridismo continuava, tanto mais

que em 1965, ainda na velha Maria Antônia, comecei a dar seminários de História da Filosofia Moderna (Descartes, Malebranche etc.)

Tão logo fiz o doutoramento em 1967 verifiquei que não era ali o meu lugar, nem era ali que estavam os meus interesses. Cruz Costa aposentara-se e naquele Departamento de Filosofia só era bem visto quem estudasse Kant, Hegel ou Marx, que francamente não eram os meus autores preferidos. Ganhei contudo uma oportunidade única: a de ouvir Michel Foucault dando ali um curso antes da publicação de *Les mots et le choses* e foram essas conferências que me marcaram profundamente no início da redação da tese. Já não era a História das Idéias que me atraía; era uma História Intelectual à la Foucault.

Passei no fim de 1967 para o Departamento de História para ministrar uma optativa de História das Idéias onde podia falar dos temas que me interessavam e que estavam todos relacionados com o séc. XVIII francês. Ganhei uma bolsa para Paris em 1968/69, e imediatamente me liguei ao grupo de “*dix-huitièmistes*” da Sorbonne com Jean-Marie Goulemot, Michelle Duchet etc., ao mesmo tempo que lia na *Bibliothèque Nationale* aqueles autores como Restif de la Bretonne que não encontrava no Brasil, ou os viajantes pela América e pela África. O meu projeto de pesquisa então era trabalhar a oposição Natureza/Cultura no pensamento francês do séc. XVIII, que sempre foi o meu período favorito.

Nada até aqui de Brasil colonial. Foi quando voltei ao Brasil que me apercebi que havia demasiadas pessoas estudando o séc. XVIII francês, enquanto o brasileiro estava simplesmente por desbravar em muitos aspectos. Eu, que até então só freqüentara bibliotecas, passei a descobrir os arquivos e a me entusiasmar com o que descobria. A minha livre-docência, em 1973, que depois deu parcialmente o meu livro *Cultura e sociedade no Rio de Janeiro, 1808-1821*, (publicado em 1977), já tinha uma forte base arquivística. Daí em diante foi como uma bola de neve que vai engrossando com o movimento.

Qual foi, em sua formação, a influência de autores clássicos que estudaram o Brasil colonial, tais como Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e Caio Prado Jr.?

Sérgio Buarque de Holanda, como amigo e como mentor do início da minha carreira de pesquisadora, foi o historiador que mais me marcou nos anos 60. Ia muitas vezes ao velho casarão normando da rua Buri, no bairro do Pacaembu, para conversar e pedir livros emprestados. Eu admirava a sua maneira de escrever e sabia que por detrás de um grande literato estava um grande pesquisador de arquivos. Frequentemente o encontrava à frente da máquina de leitura de microfiches lendo a documentação que trouxera de Cuiabá e que serviria para a publicação póstuma feita por José Sebastião Witter do *Extremo Oeste*.

Quanto a Gilberto Freyre, descobri-o mais tarde, nos anos 70, quando participei do I Projeto Mulher da Fundação Carlos Chagas, em 1978, e comecei a pesquisa que deu o meu livro *Sistema de casamento no Brasil colonial* (1984). Foi aí que li pela primeira vez *Casa Grande e Senzala* e que percebi as trilhas pioneiras que Freyre tinha aberto nos anos 30: o estudo dos inventários e testamentos, o interesse pela documentação eclesiástica, enfim, por todos aqueles documentos que hoje constituem a base da nossa pesquisa em História da Família. O ser antropólogo contribuiu para que ele renovasse a História de uma maneira totalmente inesperada, recuperando o cotidiano e esquecendo a política.

Quanto a Caio Prado Júnior, não me influenciou absolutamente nada. Li--o por curiosidade mas considerei-o um ensaísta como muitos que existiram também em Portugal na mesma época. E o ensaísmo histórico nunca me agradou.

Como surgiu seu interesse pela história da cultura material?

A atenção à cultura material decorreu da leitura dos inventários e da longa enumeração de objetos, roupas e utensílios que neles surge. Por outro lado, como sempre fui uma frequentadora de museus, sobretudo daqueles que na Holanda e mesmo em França se dedicam à reconstituição do interior das habitações, sempre tentei juntar a palavra (dos inventários) à coisa (nos museus), o que aliás nem sempre foi fácil, mesmo tendo em São Paulo o Museu da Casa

Brasileira e o Museu Paulista. Me lembro, por exemplo, de querer saber o que era uma tamboladeira, que com tanta frequência surgia nos inventários paulistas, ou no campo das jóias, as memórias, ou os vários materiais com que se confeccionavam as roupas do passado como a baeta, o baetão, o droguete etc. Nesta última área me ajudou muito o Museu do Traje, em Lisboa, onde existe um mostruário de tecidos fabricados nas manufaturas pombalinas. Tenho pena que no Brasil tantos objetos do cotidiano se tenham perdido sem que os historiadores tivessem tempo de os examinar, e sinto a falta desse tipo de museus tão comuns na Europa e nos Estados Unidos. Aqui só se presta atenção à pintura e à escultura.

Também gostaria de saber como surgiu seu interesse pela história social da família.

Como tive uma evolução que veio da História Cultural para a História Social, sobretudo dos grupos sociais, quando comecei nos anos 70 a freqüentar os arquivos, me deparei com uma documentação na Intendência da Polícia que apontou para um outro caminho. Estava à procura de documentos sobre os suspeitos de serem partidários de Napoleão e sobre os livros e periódicos proibidos, quando notei que o intendente interferia na vida conjugal dando autorização para os maridos recolherem suas mulheres mal comportadas aos conventos e recolhimentos existentes na cidade. Esta foi a ponta da meada, juntamente com o livro de Maria Luisa Marcílio sobre a cidade de São Paulo e outros estudos de Demografia Histórica. A partir daí não parei mais, descobrindo outras séries documentais relevantes para o estudo da família. Com o projeto da Carlos Chagas passei a freqüentar o Arquivo da Cúria em 1978 e aí a surpresa foi enorme ao pesquisar a série das dispensas matrimoniais e a das separações ou divórcios. Era um mundo novo que se abria, tanto mais que eu não tinha muita paciência para fazer o tipo de estudos com os registros paroquiais, que me pareciam muito secos para aquilo que eu pretendia. E houve um livro, publicado em França em 1975 e que ninguém ainda tinha lido no Brasil, que me abriu o novo campo. Foi *La désunion du couple sous l'Ancien Régime* de Alam Lottin e outros. Afinal de contas a Igreja católica é a mesma em toda a parte, produz sempre o mesmo tipo de documentação, e

felizmente sempre procurou agir muito e interferir na vida das populações, muito mais do que os vários ramos do Protestantismo, como verifiquei ao publicar no Reino Unido, em 1998, *Families in the Expansion of Europe, 1500-1800*.

O meu modelo historiográfico não foi, portanto, nem Louis Henri, nem Peter Laslett, mas um modelo mais flexível na medida em que utilizo tipos de documentação muito variada que permitem uma riqueza muito grande de abordagens.

Da época em que a senhora começou a trabalhar até os dias de hoje, como avalia os resultados alcançados pelas pesquisas brasileiras a propósito do período colonial? No seu entender, houve avanços nesse campo historiográfico?

Não tenho dúvidas de que a historiografia do Brasil colonial foi a que mais avançou com as sucessivas gerações saídas das pós-graduações formais criadas nos anos 70. A da Universidade de São Paulo teve início em 1972 e, se analisarmos a produção de dissertações de Mestrado e teses de Doutorado desde então, vemos que elas têm vindo a melhorar cada vez mais. Temos hoje uma pesquisa muito mais profunda, com uma base documental muito mais sólida e devo dizer que isso se deve a um privilégio que têm os pesquisadores brasileiros em relação aos europeus: a existência de bolsas que permitem uma dedicação exclusiva à elaboração das teses e que chega mesmo a financiar a consulta aos Arquivos no exterior, sobretudo em Portugal. São muito mais numerosos hoje os que freqüentam a Torre do Tombo ou o Arquivo Histórico Ultramarino depois de terem trabalhado nos arquivos locais e no Arquivo Nacional. Isso ajuda a cruzar informações, a responder a perguntas que antes ficavam sem resposta. Claro que grandes historiadores como Evaldo Cabral de Mello puderam fazer isso no decorrer da sua vida profissional, mas hoje os jovens historiadores têm muito mais ajuda financeira para se entregarem a esse vasculhar de arquivos no exterior.

A única ressalva que devo fazer é de ordem geográfica: é preciso que a historiografia do Brasil colonial dedique igual tempo ao estudo do Mato Grosso, Goiás, ou Rio Grande de São Pedro,

deixando um pouco de lado Minas Gerais, Bahia ou Rio de Janeiro, ou São Paulo. A malha historiográfica ainda não cobre todo o território da colônia.

Quais seriam os principais problemas e deficiências teórico-metodológicas da historiografia brasileira atual?

Não posso falar da historiografia brasileira atual em geral, pois devido à falta de tempo não leio nada mais do que aquilo que se publica, e é muito, sobre o Brasil colonial, aqui ou nos Estados Unidos. Não dá de modo algum para acompanhar a historiografia de outros períodos. No campo que me interessa não vejo quaisquer problemas nem deficiências teórico-metodológicas mesmo nos mais jovens pesquisadores. Fui durante mais de 20 anos professora de Teoria da História e de Metodologia e confesso que nunca vi a ligação entre aquilo que alguns autores chamam a "parte teórica" de uma obra historiográfica e a "parte empírica". Muitas vezes essa parte teórica surge como um autêntico nariz de cera que não gruda bem no resto do corpo. Não é teoria que falta nos estudos mais recentes. É por vezes a capacidade de construção a partir daquilo que foi selecionado que parece deficiente, como se o autor se enrolasse na excessiva riqueza do seu material. É também por vezes uma certa dificuldade na argumentação, sobretudo em livros, mais do que em artigos que são mais lineares e não possuem múltiplos argumentos.

Mudando um pouco de perspectiva, gostaria de conhecer um pouco de sua experiência nas universidades de Portugal. Qual é o interesse despertado pela história do Brasil colonial nos programas de pós-graduação portugueses?

Nestes últimos nove anos, em que tenho estado em contato com alunos de graduação e pós-graduação em várias universidades portuguesas, nota-se um interesse muito grande, não tanto pela História do Brasil em si, mas por um outro tipo de história diferente daquela que se tem valorizado mais em Portugal: a História Política, ou, para falarmos do Antigo Regime, a História Administrativa. Estão também um pouco cansados de uma história religiosa assente fundamentalmente no clero regular. Os temas que nós hoje trabalhamos em História do Brasil colonial constituem novidade para

eles e percebem que mesmo para trabalhar a África ou o Oriente há outras questões a colocar.

Por outro lado há também a atração de um certo exotismo. São atraídos pelas populações indígenas bem como pela escravidão, tanto mais que a historiografia portuguesa tem descurado até hoje o estudo dos escravos em Portugal, existentes e bem presentes na documentação até à legislação pombalina. Saiu em 1999 um pequeno estudo, *O negro no coração do Império. Uma memória a resgatar. Séculos XV-XIX*, mas o seu autor é francês, Didier Lahon.

Quanto à História do Brasil colonial nos programas de pós-graduação portugueses, ela entra sempre como parte dos estudos sobre a expansão ultramarina e não consegue ganhar uma autonomia que três séculos de colonização justificariam. A lista das dissertações de Mestrado e das teses de Doutorado não é longa. Até à entrega de Macau à China, a poderosa Fundação Oriente distribuíra bolsas generosas àqueles que se dedicassem ao estudo dos portugueses na Índia, no Japão, em Málaca etc; e isso evidentemente atraiu muitos mestrandos e doutorandos. Tenho esperanças, contudo, que com a criação do Ministério da Ciência e Tecnologia no governo socialista e uma mais ampla concessão de bolsas, o número de trabalhos sobre o Brasil aumente.

Mas tudo tem que começar no secundário e por essa razão é que o Ministério da Educação me encomendou um livro didático, *História da colonização Portuguesa no Brasil* destinada a professores e alunos do secundário. Espero que assim se passe a falar mais do Brasil do que da revolução francesa...

Qual é sua opinião a respeito da expressão "descoberta do Brasil"? Trata-se de um termo adequado ou não?

Claro que a expressão "descoberta do Brasil" não tem nenhum sentido e sempre fui contra uma disciplina existente nos cursos de História em Portugal denominada História dos Descobrimentos, que ainda constitui um resquício da historiografia salazarista. Deveria ser substituída por estudos de Cartografia antiga, viagens de exploração (no interior da África ou no sertão brasileiro), Geografia histórica etc.

O que interessava desenvolver eram estudos de demografia

portuguesa no séc. XVI para compreender as primeiras formas de povoamento e os contingentes populacionais no início da ocupação do litoral brasileiro.

Para um estudante, que estivesse terminando o curso de graduação, quais seriam as sugestões de pesquisa que a senhora faria?

Quando se termina um curso de graduação já se sabe o que se gosta de pesquisar, pelo menos em relação ao período (Colônia, Império, República). Feita essa opção inicial, os poucos que optam atualmente por estudar o Brasil colonial têm um vasto campo de escolhas. Penso, por exemplo, na escassez de estudos sobre o séc. XVII. Se excetuarmos José Antônio Gonçalves de Mello e Evaldo Cabral de Mello e os estudos sobre Pernambuco, o resto é de uma pobreza impressionante, mesmo para a Bahia e Rio de Janeiro e muito mais para o Pará e Maranhão. São Paulo pode contar com as pesquisas de John Monteiro e Muriel Nazzari, e é talvez a região onde mais facilmente se poderia aprofundar o estudo, pois muita documentação foi preservada e mesmo impressa. De qualquer modo, quem quisesse cobrir este século poderia complementar perfeitamente a base documental local com a documentação da Torre do Tombo em Lisboa.

Quanto a temáticas, elas são tão variadas que é difícil apontar um caminho, tanto mais que o estudante tem de ser realista e contar apenas inicialmente com os arquivos mais próximos, para depois numa etapa seguinte pesquisar no Arquivo Nacional e na Biblioteca Nacional. Portanto, tudo depende do arquivo local. Como já orientei teses sobre o Piauí, sei do que estou falando.

Por fim, gostaria de saber qual é seu projeto atual de pesquisa.

Depois do livro sobre História da Família (1998) e do outro sobre História Cultural (1999), estou escrevendo agora um sobre as mulheres na colônia. É já um projeto antigo, mas só agora tive ocasião de voltar a ele. Estes anos em que tenho podido trabalhar, os arquivos da inquisição proporcionaram-me o material que faltava, tanto mais que, num projeto de dois anos entre uma universidade portuguesa e a Unicamp (Núcleo de Estudos de Gênero), pude fazer algumas comparações entre as mulheres em Portugal e no Brasil, por

exemplo, em relação à prática da bigamia.

Durante muitos anos a documentação inquisitorial não me atraiu. Os cristãos novos não constituíam tema que me interessasse, nem tão pouco a feitiçaria. Mas as pesquisas de David Higgs e de Donald Ramos na Torre do Tombo fizeram-me ver que afinal desprezar essa documentação num estudo sobre as mulheres na colônia não fazia sentido. Já para o meu livro sobre cultura a documentação inquisitorial foi trabalhada para o tema da libertinagem (no sentido religioso) e dos pedreiros livres.

Além disso, no Arquivo Histórico Ultramarino, quero seguir uma pista ainda pouco explorada: a vinda de moças para os conventos de Portugal e das ilhas dos Açores e Madeira. Isto além de aprofundar a questão dos recolhimentos e conventos, tão bem tratada por Leila Algranti, Anna Amélia Vieira Nascimento e Susan Soeiro.

Pretendo ver se descubro mais documentação sobre a criminalidade feminina: que mulheres iam parar às cadeias coloniais e por quê. Talvez as Ouvidorias do Crime nas Relações da Bahia e do Rio de Janeiro me dêem alguns subsídios ao tema.

ARTIGO

Gibbon, o paganismo e o cristianismo.

José Antonio Dabdab TRABULSI

Professor da UFMG

Resumo:

Neste trabalho tento mostrar como a Antiguidade clássica, anterior ao cristianismo, funcionou como arma de luta para o pensamento iluminista. Com Gibbon se estabelece o que será a relação de força predominante na época contemporânea entre a história e a religião, ou seja, afirma-se uma interpretação histórica da religião, em lugar de uma interpretação religiosa da história.

Parte 1: Gibbon, o cristianismo e as Luzes.

Edward Gibbon, autor da *História do declínio e da queda do Império Romano*, é uma figura do século das Luzes, e não pode ser compreendido a não ser em referência aos problemas, às conquistas, às incertezas desta época. Situar Gibbon no seu tempo é também avaliar o alcance da sua contribuição intelectual, sem esquecer seus limites. Em matéria filosófica, por exemplo, pelo menos tanto quanto na sua vida particular, Gibbon foi um herdeiro. Como mostrou A. Momigliano:

Gibbon não pode pretender nenhuma originalidade em matéria de idéias filosóficas, e nem ele teria pensado nisso. Sua fé na razão humana, seu vago deísmo, seu ódio em relação à superstição, à intolerância, à crueldade, lembram claramente Voltaire.¹

Gibbon partilhava com muitos dos seus contemporâneos e precursores, um ceticismo muito estruturado em matéria de religião. E, para ele, o classicismo era uma espécie de ponte lançada por sobre

NOTAS: Com o objetivo de tornar as notas menos pesadas, e não cansar o leitor remetendo-o a cada instante às notas, optamos por inserir no texto as referências às passagens de Gibbon. Assim, Mem. (*Memórias*) se torna a abreviação de E. GIBBON (1992).

¹ A. MOMIGLIANO (1983), p. 331.

o abismo do milênio cristão. Sua inspiração para escrever o *Declínio e queda* vem a ele em Roma, com sua visão dos “intrusos” cristãos no próprio santuário da Antiguidade pagã. Sua inspiração é um tipo de apelo ao dever filosófico. Como disse P. Gay:

E então Gibbon resolveu estudar como aquela cidade, o lar do primeiro Iluminismo, caiu nas mãos dos mercadores da fé.²

Gibbon tinha recebido uma influência direta de Shaftesbury, de Middleton, no sentido de uma crítica da religião.³ Isso de maneira mais imediata. De forma mais longínqua, ele participou dos benefícios do desenvolvimento das ciências e dos conhecimentos em geral, a partir do Renascimento, que inspirou nos filósofos um grande otimismo intelectual, se bem que Gibbon seja, neste particular, um caso um pouco à parte. M. Baridon mostrou muito bem que Gibbon fez uma escolha nessa herança renascentista, encontrando-se muito mais próximo de Petrarca, Bocácio e Maquiaval do que, por exemplo, de um Dante, ainda muito ligado ao transcendentalismo medieval.

Grande admirador da Antiguidade, Gibbon vive uma época de declínio do latim. Para citar apenas o caso de Lausanne, tão importante na sua formação, podemos ver claramente que, no século XVIII, o que avança é a história moderna, com a criação de uma cátedra “laica”. Neste particular, nós podemos nos sentir próximos de Gibbon, que sentia a sua época como um momento de “crise dos clássicos”. Gibbon deplora, por exemplo, o estado da Academia das Inscrições, dizendo que:

(...)um século filosófico negligenciou o saber e a língua da Grécia e de Roma.⁴

Se é verdade, por um lado, que Gibbon vai buscar seus instrumentos lá onde ele pensa que eles se encontram, quer seja em Bayle ou em Tillemont, ele, por outro lado, sabe muito bem quem está na ofensiva

² P. GAY (1966), p. 58.

³ M. BARIDON (1977), p. 341.

⁴ A. MOMIGLIANO (1983), p. 323.

e quem é atacado. Ele não tem medo se imiscuir nas querelas parisienses, aliando-se à Academia das Inscrições contra a “*cotterie holbachique*”.⁵

A teoria da religião de Gibbon é buscada principalmente em D. Hume; ele se afirma como um deísta preocupado em se distinguir dos materialistas mais inflexíveis.⁶ É no caminho aberto por Hume que podemos situar a pesquisa de Gibbon sobre as *causas humanas* dos progressos do cristianismo. Mas, com antigos materiais, ele fará uma obra nova, e, no seu *Declínio e queda*, Gibbon vai se afirmar como um grande precursor na obra de secularização, não apenas da história em geral, o que já estava em curso havia muito tempo, mas da própria história da Igreja cristã.

A grande oposição binária que organizava o pensamento das Luzes era a oposição entre razão e fé. Esta oposição de base se desdobrava numa infinidade de oposições derivadas. Assim, por exemplo, para Gibbon, tudo o que se refere à santidade pertence ao domínio das lendas, e nós veremos a aplicação corrosiva que ele faz da oposição entre milagres e relíquias de um lado, e verdade histórica do outro, ao longo do *Declínio e queda*. O conhecimento em geral, e, sobretudo, o conhecimento do passado, são para Gibbon o equivalente a uma libertação (em relação ao poder da Igreja).⁷ Esta oposição geral era acompanhada da reivindicação de um monopólio filosófico que excluía os cristãos. Para os filósofos, os homens enredados no mito tinham o mito (e não a verdade) como valor mais elevado. Como diz P. Gay:

Estava reservado a homens vivendo num clima de criticismo a tarefa de transformar preceitos em princípios de vida, o que equivale a dizer que para os filósofos apenas um pagão poderia ser um genuíno filósofo.⁸

Esta convicção se torna uma segunda natureza em homens como Voltaire ou Gibbon; neste último, até o estilo se torna um elemento de acusação. Para dar aqui apenas um exemplo, sua maneira de indicar, para as ações dos personagens de sua história,

⁵ M. BARIDON In E. GIBBON (1983), v. 1, p. XVIII.

⁶ M. BARIDON (1977), p. 285.

⁷ *Ibid.*, p. 436, 133.

⁸ P. GAY (1966), p. 151.

motivos casados (“por convicção ou por medo”, “por piedade ou por prudência”, etc.), se, por um lado, permite uma abordagem compreensiva do comportamento humano, por outro lado sugere também um grande cinismo.⁹ Ora, isto é incompatível com a fé. É aqui que encontramos a grande força das Luzes: a idéia de que não há conciliação possível entre a filosofia e o cristianismo.¹⁰

Gibbon não inovou na escolha do seu tema histórico, tanto quanto não inovou em matéria de idéias filosóficas. O seu exemplo é encorajador para os historiadores de todas as épocas, que temem escolher um assunto muito importante mas também já muito estudado. O problema que mais tarde ficou conhecido como “*Gibbon’s problem*” era, em verdade, herdado de dois séculos de reflexão.¹¹ E ele tinha se afirmado como uma das grandes inquietações históricas e filosóficas da época. O triunfo do cristianismo é um fato histórico que incomoda os homens do século XVIII. Gibbon é tributário de Voltaire e Montesquieu, nas suas idéias sobre a decadência de Roma. Além da obra muito conhecida de Montesquieu, as relações entre a destruição de Roma e a difusão do cristianismo encontravam-se explicitamente colocadas no *Essai sur les Moeurs* (capítulos XI e XII) de Voltaire. Veremos nos capítulos seguintes que a “inspiração” para escrever o *Declínio e queda* foi, no fundo, uma recusa do cristianismo.¹²

Para Gibbon e os *Philosophes*, os Padres da Igreja asseguraram a vitória da fé através da destruição do espírito clássico. Só resta a Gibbon descrever a vitória da barbárie e da religião, intimamente associadas, na luta contra o classicismo pagão. Esta vitória é uma derrota para as ciências e a filosofia. Para Gibbon:

No decorrer de dez séculos não foi feita uma só descoberta para exaltar a dignidade ou promover a felicidade da humanidade. Nem uma simples idéia foi acrescentada aos sistemas especulativos da antiguidade, e uma sucessão de pacientes discípulos tornaram-se por sua vez os dogmáticos professores da geração servil seguinte. Nem uma simples composição de história, de filosofia ou literatura foi salva do esquecimento pelas belezas

⁹ *Ibid.*, p. 158.

¹⁰ *Ibid.*, p. 320.

¹¹ M. BARIDON in E. GIBBON (1983), v. 1, p. VIII.

¹² A. MOMIGLIANO (1983), p. 329.

intrínsecas de estilo, ou sentimento ou originalidade, ou até de imitação bem sucedida.¹³

Esta visão está presente em todo o relato sobre a queda do Império do Ocidente, mas também na segunda parte da obra, onde é perceptível no julgamento sempre desfavorável a um Estado teocrático como Bizâncio.¹⁴ Esta incompatibilidade entre a fé e um Estado bem organizado já se tinha manifestado ao longo da análise da oposição entre cristianismo e virtudes cívicas, que atingirá um clímax no estudo do movimento monacal.

Para um grande número de *Philosophes*, e para Gibbon em especial, na oposição entre a Antiguidade clássica e a religião cristã, quer seja do ponto de vista moral, estético ou filosófico, o bom papel está sempre do lado do paganismo. Assim, por exemplo, o paganismo é apresentado como um “sistema risonho”, a arte pagã como cheia da alegria de viver, enquanto que a arte cristã é dominada pelo gosto do macabro.¹⁵ Gibbon segue Voltaire ao colocar a tolerância, um dos seus valores mais elevados, do lado do paganismo; e, do lado do cristianismo, ele coloca a loucura horrível das guerras de religião.¹⁶ Enquanto que um Locke tinha sido severo com a Antiguidade, Gibbon, ainda que recusando um culto servil dos Antigos, considerava “*nature and Antiquity*” como “as duas grandes fontes do conhecimento”.¹⁷ A “ciência” (*Nature*), é outro dos seus grandes valores, e ela acompanha sempre a Antiguidade. O sagrado, para ele, está do lado oposto do “espírito de enquete” inventado pelos Gregos, que está na fonte de todo humanismo. Segundo Gibbon:

Os filósofos da Grécia deduziram sua moral da natureza do homem antes que da de Deus.¹⁸

Apesar dos “vícios” da Antiguidade pagã, Gibbon concebeu o *Declínio e queda* como uma tragédia, reconhecendo que mesmo com

¹³ P. GAY (1966), p. 213.

¹⁴ M. BARIDON in E. GIBBON (1983), v. 1, p. XXIX.

¹⁵ M. BARIDON (1977), p. 782.

¹⁶ *Ibid.*, p. 428.

¹⁷ P. GAY (1966), p. 70.

¹⁸ P. GAY (1966), p. 73.

os seus erros ela foi uma tentativa de fundar uma civilização sobre a razão e não sobre o mito (no sentido de “mito” cristão).¹⁹

O paganismo é, para Gibbon, um sistema racionalista e viril;²⁰ sua admiração estética pela mitologia grega não se apagará nunca na sua obra.²¹ É verdade que, como mostrou A. Momigliano,²² o paganismo dos livre pensadores do século XVIII é um paganismo escolhido e expurgado; eles tomavam de empréstimo o que lhes interessava, como as idéias dos filósofos antigos ou as maravilhas das belas artes, e esqueciam o que não convinha, como o sacrifício sangrento, os ritos extáticos, a exposição de crianças, etc. Enquanto isso, para o cristianismo, o procedimento era inverso: eles só chamavam a atenção para o lado sombrio. Isto é verdade, mas não devemos esquecer que o debate se insere numa relação de força e de luta entre os *Philosophes* e os pensadores cristãos, num combate muito difícil.

Era um combate, e era percebido como tal. Para Gibbon, o meio de participar da ofensiva contemporânea contra a religião cristã foi estudar a emergência do cristianismo em Roma. Mas, este conflito por vezes atravessava a própria personalidade dos filósofos, divididos entre sua formação e suas convicções. Desta forma, Gibbon se manifestará algumas vezes contra o “ateísmo” dos filósofos de Paris.²³

Os filósofos, inclusive Gibbon, trataram o fato cristão como um inimigo, enquanto que no *Ensaio sobre o estudo da literatura*, Gibbon afirma que os inimigos da religião são incapazes de conhecê-la, pelo fato de que a odeiam, e que a odeiam pelo fato de não conhecê-la;²⁴ o que mostra um forte debate interior. P. Gay mostrou muito bem²⁵ as dificuldades de uma conversão “interna” (de uma confissão cristã para outra) no século XVIII, chamando a atenção para o fato de que a escolha do paganismo, do materialismo ou do

¹⁹ *Ibid.*, p. 207.

²⁰ M. BARIDON (1977), p. 700.

²¹ *Ibid.*, p. 131.

²² A. MOMIGLIANO (1983), p. 335.

²³ P. GAY (1966), p. 400.

²⁴ *Ibid.*, p. 210.

²⁵ *Ibid.*, p. 60.

deísmo, era ainda mais difícil; mas era uma escolha de *liberdade*. E, quanto a Gibbon, podemos constatar esta escolha muitas vezes, seja na sua conversão e reconversão juvenil, seja na sua opção anti-cristã no *Declínio e queda*.

Para Gibbon, um fiel pode ter qualidades **apesar** da sua fé. Assim, Beausobre “é protestante apesar de filósofo”, assim como seu caro guia, Tillemont, “cujo caráter beato é contrabalançado pelos méritos de erudição, diligência, veracidade e exatidão escrupulosa”.²⁶ Do ponto de vista prático, o combate anti-religioso é ainda difícil no século XVIII. Assim, por exemplo, a cronologia “laica” da história antiga ainda não foi construída, e perturba o sono (literalmente) de Gibbon:

(...)as dinastias da Assíria e do Egito eram a minha preocupação principal; e o meu sono foi perturbado pela dificuldade em reconciliar a versão grega do Antigo Testamento com a contagem dos Hebreus.²⁷

O declínio da autoridade do Antigo Testamento enquanto relato histórico é rápido, mas o que resta dela ainda é suficiente para impedir nosso autor de dormir tranquilamente.

Este combate contra uma parte de si mesmo é claro em certos momentos importantes da vida de Gibbon. Entrando em Oxford (na época, muito em baixa) e negligenciado pelos seus mestres, Gibbon, que vem de uma família conservadora, busca contestar as opiniões de Middleton sobre o cristianismo; ele constata que quem melhor faz isso são os católicos; ele então se converte: escândalo, perigo político para sua família, e ele é rapidamente enviado a Lausanne. Vemos, aliás, neste e em outros episódios, que o jovem Gibbon era, desde muito cedo, preocupado com a religião.²⁸

Muito mais tarde, nos anos que precedem a publicação do primeiro *in-quarto* do *Declínio e queda*, Gibbon entra numa loja maçônica.²⁹ Foi, de certa forma, uma maneira de se proteger dos ataques que ele sente que virão, cercando-se de pessoas mais suscetíveis de compreender suas posições. Uma vez o escândalo

²⁶ *Ibid.*, p. 368-370.

²⁷ *Ibid.*, p. 87.

²⁸ M. BARIDON in E. GIBBON (1983), v. 1, p. XIV.

²⁹ M. BARIDON (1977), p. 144.

realmente desencadeado, com a publicação do primeiro *in-quarto* e seus famosos capítulos XV e XVI sobre o cristianismo, Gibbon fingirá surpresa. Mas ele não podia negar que esperava tal reação, já que confessa que esses capítulos foram os mais trabalhados (reescritos, condensados) de toda a obra. Gibbon vive uma grande angústia interior. Ele é acusado de favorecer o paganismo.³⁰ E se defende, escondendo-se atrás de uma afetação de cristianismo, presente várias vezes no seu relato. E, em verdade, na vida social, Gibbon era um cristão. Este cristianismo proclamado por Gibbon é um indício do funcionamento do século XVIII, época em que, até os “cristãos” (os não ideólogos, é claro) trabalhavam a favor da razão e, no limite, do ateísmo. Segundo P. Gay,³¹ os Filósofos pagaram um preço pelas relações mantidas com o cristianismo, mas os cristãos pagaram um preço muito mais elevado ao se deixar levar pela armadilha; ele foram postos na defensiva, e viram ser desviada e instrumentalizada para seus fins, por filósofos como Gibbon, a imensa erudição que eles tinham desenvolvido a fim de demonstrar a verdade histórica da religião cristã.

O que fez das Luzes uma força revolucionária, segundo P. Gay,³² foi sua recusa em admitir que poderia haver uma conciliação entre Filosofia e Cristianismo. Ao abade de la Bletterie, que desejava ver o aparecimento de um “teólogo filósofo”, Gibbon responde considerando este ser hipotético como um “estranho centauro”. Confiantes em sua “crença”, os filósofos “missionários” podiam aceitar que um Locke ou um Pascal tivessem acreditado na Revelação, e ver este fato como um lapso lamentável que provava apenas a fraqueza do intelecto humano, mas que não alterava nada quanto ao fundo da questão.

Gibbon é um “clássico”. Suzanne Curchod, a jovem de Lausanne que quase se tornou Madame Gibbon, e que mais tarde se tornou Madame Necker, percebeu muito bem seu classicismo. Ela indicou Tácito como “o modelo e talvez a fonte” de Gibbon.³³ O próprio Gibbon homenageia Tácito, chamado de verdadeiro

³⁰ *Ibid.*, p. 162.

³¹ P. GAY (1966), p. 388.

³² *Ibid.*, p. 320.

³³ *Ibid.*, p. 117.

“historiador filósofo”, “o primeiro dos historiadores a aplicar a ciência da filosofia ao estudo dos fatos”,³⁴ fazendo dele seu precursor. Mas, sua admiração não se limita a Tácito. Nas suas andanças militares da época em que esteve na Milícia, ele carregava autores clássicos; desde criança, aliás, ele era ávido por leituras de autores da Antiguidade. Gibbon é um “clássico” nesses tempos em que vemos surgir o romantismo. Ele está do lado dos “Antigos” contra os “Modernos”; seu *Ensaio* é uma defesa dos valores clássicos e, para Gibbon, o valor da literatura antiga deriva sobretudo da mitologia do paganismo.³⁵ Seu estilo como escritor, com os motivos binários, é típico do classicismo.³⁶ E Gibbon preserva a idéia essencial da historiografia clássica, ou seja, “a arte do relato circunstanciado”.³⁷

E não são apenas o estilo e a língua que são clássicos, as idéias sobre a natureza humana também o são. A uma noção de natureza humana perfectível, partilhada por muitos filósofos, Gibbon opõe a noção de uma natureza humana fixa³⁸ que, desde Tucídides, dava sentido ao trabalho dos historiadores. O classicismo de Gibbon, de formação e também de convicção, não deixa de ter repercussões sobre suas idéias políticas. M. Baridon mostrou³⁹ que a personalidade de Gibbon era dividida entre dois pólos: o pólo franco-helvético, onde ele buscava suas idéias de liberdade, Luzes e crítica, e o pólo inglês, onde ele buscava respeitabilidade social, ordem e tranquilidade material.

Em relação à religião, é interessante observar que, o que quer que diga, a religião permanece a seus olhos algo de socialmente útil e necessário, garantia de paz pública e moralidade social. E isso, aliás, desde os tempos do paganismo:

Os vários tipos de crença que prevaleceram no mundo romano foram todos considerados pelo povo como igualmente verdadeiros, pelo

³⁴ *Ibid.*, p.159.

³⁵ M. BARIDON (1977), p. 269.

³⁶ M. BARIDON in E. GIBBON (1983), v. 1, p. XXXII.

³⁷ A. MOMIGLIANO (1983), p. 334.

³⁸ M. BARIDON in E. GIBBON (1983), v. 1, p. XXXI.

³⁹ M. BARIDON (1977), p. 299.

filósofo como igualmente falsos, e pelo magistrado como igualmente úteis.⁴⁰

Gibbon tem uma consciência muito clara do papel do seu trabalho de historiador. Numa carta a seu amigo de Lausanne, Dayverdun, ele escreve que “um historiador é sempre até um certo ponto um político”.⁴¹ E nós podemos estar seguros que ele não formula suas frases aleatoriamente. Há, de forma muito perceptível em Gibbon, uma distância entre o seu pensamento liberal e libertário, e suas opiniões em política, que são conservadoras. Isso não é novidade na família Gibbon, já que Edward Gibbon I, seu avô, era liberal nos negócios e *tory* em política.

Assim, Gibbon transporá de Roma para a Inglaterra (e vice-versa) a idéia segundo a qual liberdade política e propriedade da terra andam sempre juntas.⁴² Gibbon, que viveu enquanto membro do Parlamento (1774-1780) a crise da independência americana, e apesar de pensar que a situação era irreversível, apoia a política colonial e ressentido os fatos como uma grande perda para a Inglaterra. O que não deixa de ter consequências na sua obra, já que isso ocorre nos mesmos anos (a partir de 1773) em que redige o primeiro *in-quarto* do *Declínio e queda*. Roma e a Inglaterra fornecem-lhe um belo paralelo.

Em política interna ele não é mais “progressista” que em política internacional. Ele se manifesta violentamente⁴³ contra as revoltas do início da revolução industrial. Quanto a esta, ele se limita a elogiar as promessas que a técnica augura para a humanidade, e a seguir as idéias de Adam Smith. Gibbon é um homem do sul, que não conhece pessoalmente o que se passa nesta nova Inglaterra ao norte de Londres.

Finalmente, sua atitude frente à Revolução francesa é sem ambigüidade: ele é contra e, sobre este assunto, ele se coloca na mesma posição de Burke...⁴⁴ Gibbon permanece muito desconfiado

⁴⁰ P. GAY (1966), p. 156.

⁴¹ M. BARIDON (1977), p. 167; M. BARIDON in E. GIBBON (1983), v. 1, p. XX.

⁴² M. BARIDON in E. GIBBON (1983), v.1, p. XIII.

⁴³ M. BARIDON (1977), p. 560.

⁴⁴ M. BARIDON in E. GIBBON (1983) v. 1, p. XXII; M. BARIDON (1977), p. 229.

em relação a qualquer ação política de massa, e vemos isso várias vezes no seu relato sobre a história romana. Ele gosta da liberdade à moda inglesa, com ordem. Ele não hesita, inclusive, em recorrer à filosofia política antiga contra o igualitarismo cristão, por exemplo.⁴⁵ Liberdades, sim, mas burguesas, e racionais. Aliás, vemos claramente, na sua análise do paganismo, que Gibbon não aprecia o irracionalismo do culto báquico.⁴⁶

Gibbon é um autor a uma só vez muito enraizado no século XVIII, e que terá uma longa posteridade nos séculos XIX e XX. Sua contribuição mais fundamental foi, sem dúvida, a distinção que ele consolidou e que se tornou irreversível mais tarde, entre história sagrada e história profana.⁴⁷ O sagrado perde sua autonomia, e sua história não apenas não engloba mais a história profana, mas é por sua vez englobada por ela. Tucídides escreveu a história sem os deuses; Gibbon escreve a história de Deus na sua ausência.

E o mais perverso nesta história, é que a erudição cristã tinha preparado o caminho, com a teoria segundo a qual a ação divina podia se produzir pelo intermédio de “causas secundárias”,⁴⁸ abrindo assim o espaço para o rigor crítico. Gibbon se aproveitará desses tesouros da erudição para dar peso ao “equipamento ligeiro” dos filósofos. É, sem dúvida, por causa da erudição que as teorias dos filósofos se tornam, em Gibbon, tão mais convincentes.

Segundo A. Momigliano,⁴⁹ Gibbon se tornou no século XIX um modelo de história narrativa, “apesar” de suas prevenções anticristãs. “Apesar”? Ou “por causa de”? O discurso iconoclasta de Gibbon será pão bendito para todos os combatentes da liberdade. Burckhardt seguirá seu julgamento severo sobre o cristianismo; até J. Bernays, o primeiro grande especialista judeu da Antiguidade clássica, partilhará o ponto de vista de Gibbon.⁵⁰ Sem falar de todos os anticlericais por vir, que encontrarão nas análises de Gibbon sobre a igreja cristã um rico tesouro de argumentos polêmicos. Na

⁴⁵ M. BARIDON (1977), p. 728.

⁴⁶ *Ibid.*, p. 740.

⁴⁷ A. MOMIGLIANO (1983), p. 336.

⁴⁸ P. GAY (1990), p. 41.

⁴⁹ A. MOMIGLIANO (1983), p. 344.

⁵⁰ *Ibid.*

Inglaterra seu prestígio foi tal que, a época vitoriana, vendo que ele não era esquecido, assepsizou-o, publicando uma versão do *Declínio e queda* “sem blasfêmias e sem obscenidades”.⁵¹ Já muito antes, em 1812, Guizot, seu tradutor francês, fazia no prefácio ao livro de Gibbon o elogio da obra, mas emitia “reservas” freqüentes sobre as opiniões do autor. E não se deve excluir a possibilidade de que na época atual, onde o fato religioso retorna com força (provisória? durável?), Gibbon provoque outra vez algumas polêmicas, que incomode certas sensibilidades, que “ofusque” ainda, como ele mesmo dizia nas suas memórias. Seria a prova de que Gibbon continua muito vivo...

Parte 2: Sobre a vida e algumas idéias de E. Gibbon, a partir de suas *Memórias*.

Edward Gibbon é uma figura do século das Luzes; nascido em Putney, em 8 de maio de 1737, morto em Londres, em 16 de janeiro de 1794, ele viveu todas as inquietações e todas as grandes conquistas intelectuais do século. É raro que nós tenhamos para o estudo dos grandes intelectuais o que nós temos para Gibbon: além do seu trabalho, sobretudo o *Declínio e queda*,⁵² ele nos deixou suas *Memórias*,⁵³ onde esclarece de próprio punho aspectos de sua vida e de sua grande obra. Nós temos, portanto, a oportunidade de confrontar algumas de suas convicções, afirmadas enquanto princípio, à sua aplicação mais sutil na construção do *Declínio e queda*. É isto o que nos ocupará aqui, e não a vida de Gibbon em si, que foi objeto de tantas biografias de qualidade.⁵⁴

Gibbon é um burguês, filho e neto de burgueses, e portanto um herdeiro. Ele é orgulhoso disto, tem plena consciência de ser um privilegiado, e possui uma consciência de classe muito aguda:

(...)meu pai recebeu os benefícios de uma educação liberal, a que convém a um erudito e a um fidalgo.” (Mem., p. 45)

⁵¹ M. BARIDON in E. GIBBON (1983), v. 1, p. VI.

⁵² E. GIBBON (1983).

⁵³ E. GIBBON (1992).

⁵⁴ Para uma bibliografia exaustiva, ver M. BARIDON (1977).

Seu pai é apenas um elo na cadeia da transmissão dos bens familiares, pois é de seu avô, enriquecido no comércio, que vem a riqueza dos Gibbon.⁵⁵ Seu pai é um imprevidente e isto inquieta tanto que o avô toma as disposições necessárias para que o nosso autor, seu neto, não fique arruinado. A gestão dos bens é assim largamente retirada do alcance do pai, que, ainda assim, com suas dívidas, consegue devorar uma parte da herança. Gibbon é portanto um herdeiro que precisa se preocupar com o que é seu, mas um herdeiro de qualquer forma, para o qual não se deve mudar demais a ordem das coisas. Ele deplora a imprudência do seu pai:

“Raros são os espíritos cujos recursos permitem suportar o peso da desocupação e não se deve duvidar de que, caso ele pudesse ter seguido o caminho do seu próprio pai, o de uma atividade mercantil, meu pai teria sido um homem mais feliz e seu filho um homem mais rico.” (Mem., p. 57)

Gibbon partilha as grandes causas da sua época; seu combate contra o fanatismo não se restringe ao *Declínio e queda*. Comentando um livro de Law, ele diz:

Os fogos do Inferno e a danação eterna se projetam de cada página do livro; e é seguramente um fato inédito que os fanáticos que apregoam com a maior veemência o amor de Deus sejam os mesmos que lhe retiram todos os seus amáveis atributos. (Mem., p. 52)

Esta tolerância de Gibbon acompanha o seu ódio aos preconceitos, sua fé no progresso:

De pelo menos uma doença perigosa, a pequena varíola, eu fui curado pela prática da inoculação, método muito recentemente introduzido na Inglaterra e combatido pelos preconceitos médicos, religiosos e até políticos. (Mem., p. 61)

Nascido em 1737, ele perde sua mãe em 1746, muito jovem. Esta morte, e sua partida para a escola, marcarão o jovem Gibbon, que manifestará toda a vida seu apego a um lar confortável e acolhedor. O gosto pelos interiores confortáveis e por um luxo

⁵⁵ M. BARIDON (1977), p. 19 sq.

honesto serão uma constante. Gibbon se lembra assim do momento em que deixou sua casa para ir à escola:

(...) entretanto não há, em todo o curso da existência, uma mudança mais impressionante do que o momento em que a criança deixa a liberdade e o luxo reinantes numa casa afortunada e passa ao regime frugal e à disciplina estrita e hierárquica de uma escola, quando ele passa da ternura dos seus pais e da obsequiosidade dos domésticos à brutal familiaridade dos seus iguais, à insolência tirânica dos mais velhos e talvez à vara de um pedagogo cruel e cheio de caprichos. (Mem., p. 66)

Gibbon tem uma visão sombria da escola:

Esta felicidade (da infância) eu não conheci jamais (...) Uma escola é uma caverna de angústia e sofrimento. (Mem., p. 79-80)

Há, entretanto, um aspecto da sua opinião sobre a escola que é recorrente em toda a sua reflexão:

O comércio independente com os seus iguais estimula insensivelmente o crescimento dos hábitos de verdade, coragem e prudência. (Mem., p. 72)

Este é um dos numerosos testemunhos de Gibbon acerca das virtudes da vida social. Nós vimos, por exemplo, com que ardor ele investirá contra os eremitas, no *Declínio e queda*. Para Gibbon, vida social e civilização são inseparáveis.

Em abril de 1752, ele entra em Magdalen College, Oxford. Oxford está, nesta época, é verdade, num estado lastimável.⁵⁶ Mas a experiência de Gibbon é desastrosa além de qualquer previsão:

(...) foram os quatorze meses mais desocupados e vão de toda a minha vida. (Mem., p. 84)

A Universidade no seu conjunto parece a ele um meio anacrônico:

Sua disciplina, na origem, servia à educação dos padres e dos monges: a direção ainda está a cargo do clero, cujos usos e costumes estão muito afastados do mundo atual, e que são ofuscados pela luz filosófica. (Mem., p. 85)

⁵⁶ M. BARIDON in E, GIBBON (1983), v.1, p. XIV.

Gibbon ataca, como bom burguês, o “monopólio”, causa do espírito “estreito, indolente e tirânico”, e denuncia “estas orgulhosas corporações”. E, para apoiar seu julgamento, ele cita (nem mais nem menos) Adam Smith:

Entretanto, a todas estas questões, não podemos dar senão uma única e breve resposta de que “na Universidade de Oxford a maioria dos professores públicos renunciou há muitos anos a sequer fingir que ensinam”. Apesar do insólito da afirmação, eu apresento como prova o testemunho positivo e imparcial de um filósofo que residiu ele próprio em Oxford. O Dr. Adam Smith vê a causa desta indolência no fato de que ao invés de serem pagos pelas contribuições voluntárias, que os incitariam a multiplicar o número de seus alunos e a merecer sua gratidão, os professores de Oxford desfrutaram tranqüilamente de uma pensão fixa, sem precisar trabalhar nem temer um controle. (Mem., p. 85)

Afirmção *plus vraie que nature*, em se tratando de Adam Smith, e, para falar como Gibbon, eu deixo ao leitor o cuidado de julgá-la, de acordo com suas próprias convicções...

Gibbon, o destruidor de preconceitos, é com freqüência vítima dos seus preconceitos de classe. Eles o levam a considerar os outros como seus empregados ou domésticos; acerca do seu novo (o segundo) tutor em Oxford, ele diz:

O Dr. Winchester se lembra muito bem que lhe devemos um salário, mas não se lembra que tinha um dever a cumprir. (Mem., p. 94)

Gibbon chega a se queixar de não ter sido vigiado de perto e punido, o que, por parte de um intelectual tão apegado à liberdade pessoal, não deixa de nos surpreender. Seu gosto pela sociedade brilhante não encontra satisfação em Oxford:

A monotonia da vida de claustro me levava a constantemente vagabundear aqui e ali.

E ele se queixa, para se desculpar retroativamente é claro, da não vigilância religiosa:

Deste desdém quase incrível deveriam resultar as piores catástrofes. Desde a infância, eu gostava da controvérsia religiosa: mais de uma vez eu tinha confundido minha tia com minhas objeções aos mistérios nos quais ela se esforçava em acreditar; e esta mola enérgica não tinha sido completamente quebrada pela pesada atmosfera de Oxford. A atividade cega da desocupação me incitou a avançar, desarmado, nos perigosos labirintos da especulação e eu caí, na idade de dezesseis anos, nos erros da Igreja de Roma. (Mem., p. 95)

Observamos aqui, nesta “confissão”, a atração precoce pelas querelas religiosas, que em parte será a responsável por sua celebridade, mas que, enquanto isso, já começava a lhe trazer complicações.

De qualquer forma, este é um ponto de suas memórias em que ele se sente vulnerável, depois de tudo que escreveu sobre ou contra o cristianismo em geral e o catolicismo em particular. Ele compara suas aventuras às de um Pierre Bayle, ele também convertido ao “papismo” (em Toulouse), mas que escapou:

Mas a natureza o tinha destinado a pensar como ele quisesse e a dizer o que pensava: a excessiva veneração das criaturas ofendia sua piedade; o estudo da física o convenceu da impossibilidade da Transsubstanciação(...) (Mem., p.103)

A oposição entre liberdade natural e ciência de um lado, e a fé do outro, é um dos pilares do pensamento gibboniano.

Acerca de Bayle ainda, que examinava as controvérsias religiosas em Roterdam, “exilado, indigente, mas livre”, ele diz que:

(...) ele concluiu habilmente que o costume e a educação constituem o único fundamento da fé popular. O antigo paradoxo de Plutarco, “o ateísmo é menos nocivo que a superstição”, adquire uma energia multiplicada quando seu espírito o orna de suas cores e a sua lógica da sua acuidade. (Mem., p. 104)

E ele cita a expressão de Bayle dirigida ao cardeal de Polignac: “Eu sou no sentido estrito da palavra um protestante, ele declara, pois eu protesto indiferentemente contra todos os sistemas e todas as seitas”. E, à leitura de sua obra, nós ficamos de fato tentados a acreditar nesta afirmação.

Esta conversão ao catolicismo provoca sua expulsão de Oxford (1753) e põe em perigo toda a família, numa Inglaterra em que a *Glorious Revolution* esteve longe de garantir uma total liberdade de opinião.⁵⁷ A solução encontrada pela família foi a de enviá-lo a Lausanne, para a casa do pastor calvinista Daniel Pavilliard. Além da distância, a Suíça tinha duas outras vantagens: uma sólida tradição de resistência polêmica ao catolicismo vizinho e também... um custo de vida que permitiria a continuidade da educação do jovem Gibbon, sem que isso fosse ruinoso para uma família que, ainda que rica, não podia se permitir gastos ilimitados.

Gibbon passará em Lausanne cinco anos (1753-1758) que marcarão para sempre sua existência. No início, a simplicidade suíça choca o burguês inglês:

(...) o apetite de um jovem poderia ter perdoado a inelegância da louça, mas sua fome estava longe de se satisfazer com a magreza dos pratos cotidianos e mais de um dos sentidos ficava chocado com a aparência da mesa, coberta durante oito dias sucessivos com a mesma toalha. (Mem., p. 111)

A rua, a casa, os móveis, a ausência de um camareiro, tudo para ele parecia desconfortável. Mas há aqui uma simetria (traço essencial da sua escrita clássica) com Oxford. A primeira impressão (boa na Inglaterra, ruim na Suíça) será invertida num segundo momento. Seu tutor, M. Pavilliard, não é, na sua opinião, brilhante:

Mas ele era dotado de uma cabeça clara e de um coração caloroso; seu caráter acolhedor por natureza tinha temperado o espírito eclesiástico; ele era racional porque era moderado. (Mem., p. 114)

Gibbon nuança ao infinito a sua oposição de base: aqui, isto toma a forma do conflito entre razão inata e espírito eclesiástico.

Depois daquele interesse infantil, com Pavilliard (que, apesar do julgamento desfavorável de Gibbon, era responsável pelo ensino

⁵⁷ M. BARIDON (1977), p. 258.

de história na Academia de Lausanne desde 1747),⁵⁸ seu gosto pela controvérsia vai mais uma vez desabrochar:

Pavilliard não perdia de vista que sua primeira tarefa, seu dever mais importante, consistia em me arrancar dos erros do papismo; a mistura de seitas multiplicou a habilidade e o saber do clero suíço em matéria de controvérsia religiosa. (Mem., p. 115)

Após dois anos de estudos com Pavilliard, Gibbon faz, em sua companhia, uma viagem de um mês pela Suíça. Além dos espetáculos da natureza:

O espetáculo político do país não é menos diverso, em relação às formas e ao espírito das repúblicas tão numerosas, que vai do governo exclusivo de um pequeno grupo até à liberdade licenciosa da multidão. (Mem., p. 122)

Ora, os seis esboços que se tornarão mais tarde as suas *Memórias*, organizadas por Lord Sheffield, foram escritos entre 1788 e 1791, durante a tormenta revolucionária na França. Estes acontecimentos consolidaram a desconfiança que Gibbon nunca deixou de sentir em relação à ação política das massas.⁵⁹

As passagens em que suas opiniões políticas tendem à “moderação” e ao “justo meio” são de mesma natureza que suas opiniões sobre a moderação como fonte de independência e de lazer:

(...) eu me inclino a examinar em algumas palavras o estado de minha situação pessoal, pois estou persuadido de que, mais indigente ou mais rico, eu não teria disposto do tempo ou da perseverança necessários à preparação e execução de minha volumosa história. (Mem., p. 133)

Gibbon é obcecado pela sua independência material. Seu pai é freqüentemente acusado por ele de impecuniosidade, como vimos, e sabemos também que só a maioria do jovem Edward poderia desbloquear a situação do seu pai, através de seu acordo para a liquidação de alguns bens, a fim de saldar dívidas. Tudo isso é

⁵⁸ A. BIELMAN (1987), p. 19.

⁵⁹ M. BARIDON (1977), p. 19, 229, 399, 560, 616.

acompanhado de alguns cálculos mesquinhos. Depois de cinco anos, sua reconversão, seus progressos intelectuais, ele deve retornar à Inglaterra:

A época da minha chamada tinha sido tão precisamente calculada que eu chegava a Londres três dias antes da maioridade. (Mem., p. 134)

Em 1758, ele volta à Inglaterra, onde levanta uma hipoteca em troca de uma pensão anual que possa assegurar a tranqüilidade necessária a seu trabalho. Ele rompe definitivamente a relação com Suzanne Curchod, a futura Mme. Necker, por injunção de seu pai, (muito) rapidamente acatada.

Gibbon, na sua nova vida, tentará estabelecer o equilíbrio que lhe era caro entre a vida social (quer estivesse em Lausanne, Paris ou na Inglaterra) e seu trabalho de gabinete. Nos momentos em que este equilíbrio foi rompido, ele se queixa, qualquer que seja a razão aliás; por causa das solicitações dos familiares ou vizinhos ingleses que chegavam para visitas matinais que lhe roubavam preciosos momentos de trabalho, ou inversamente, quando lhe faltavam ocasiões de reunião social:

“Enquanto as viaturas desciam Bond Street fazendo barulho, eu passava mais de uma noite solitária em companhia de meus livros no meu apartamento.” (Mem., p. 139)

Não apenas a vida social era para ele, de um ponto de vista filosófico, civilizadora, como vimos, mas ela tinha também uma outra importância fundamental: era dela que Gibbon retirava sua legitimidade intelectual.⁶⁰ Ele não podia reivindicar uma inserção na Igreja, na política (salvo episodicamente) ou na Universidade. Só restavam a ele seus leitores e os Salões. Isto lhe garantia uma total liberdade de opinião, e explica suas audácias; mas era necessário que encontrasse o tom justo entre o que queria dizer e o que o seu público queria escutar. Esta era a condição do seu sucesso.

A volta à Inglaterra agrada a Gibbon:

⁶⁰ P. GAY (1990), p. 27.

O gosto e a prudência da Sra Gibbon [seu pai tinha se casado de novo] presidiam a economia da casa; ela tirava algum orgulho da elegância dos seus jantares ocasionais; da avareza um pouco suja de Mme. Pavilliard eu estava de repente transportado à limpeza cotidiana e ao luxo de uma mesa inglesa. (Mem., p. 140)

Ele viverá então anos incertos nos quais busca o seu caminho. Vários meses de serviço na Milícia do Hampshire (1762), com os seus clássicos no bolso; publicação do seu *Ensaio sobre o estudo da literatura* (1761), escrito em francês, e que se constitui numa defesa dos gostos clássicos; viagens de alguns meses, sucessivamente a Paris, Lausanne, e uma grande volta pela Itália (1764). Ele trabalhará sobre muitos temas, abandonará outros, como a *História da liberdade dos Suiços*, mas é só depois da morte de seu pai (1770) que ele começará a elaboração (em 1773) do *Declínio e queda*. Entrementes, ele afina o seu método de aprendizado:

Eu estava então apto a compreender a contribuição exata do autor à minha própria cultura; e se me ocorria me regozijar da correspondência entre nossas idéias, eu por vezes era estimulado pela sua oposição. Os companheiros favoritos do meu lazer eram os nossos escritores ingleses desde a Revolução; ele respiram o espírito da razão e da liberdade (...) (Mem., p. 144)

Sempre estimulado pela contradição, ele não deixará de querer provocar o mesmo estímulo nos seus leitores...

A aversão de Gibbon pela religião⁶¹ não se apagará jamais; até num texto do fim de sua vida, quando poderíamos esperar mais moderação, ele não deixa passar a ocasião de exprimir muito bem sua oposição:

A última revisão do meu ensaio antes de sua publicação me tinha incitado a examinar o *Da natureza dos Deuses*; minhas pesquisas me levaram à *História crítica do maniqueísmo* de Beausobre, que

⁶¹ M. BARIDON (1977), p. 117.

analisa vários grandes problemas da teologia pagã e cristã; a partir desse rico tesouro de fatos e opiniões, eu tirei minhas próprias conclusões, ultrapassando o perímetro sagrado do autor. (Mem., p. 168)

Ou ainda, falando sobre o encontro, charmoso, com Mme. Bontemps, em Paris:

(...) desde esta primeira entrevista, nós sentimos uma simpatia que banii qualquer reserva e nós abrimos nossos corações. Em todos os sentidos, em qualquer circunstância, Mme. B. era uma companhia amável e sensata: uma autora despreocupada com as honras literárias, uma crente desprovida de fel religioso. (Mem., p. 182)

A fria parcimônia dos protestantes rejeita a ornamentação supérflua; ao contrário, a superstição católica, sempre inimiga da razão, engendra com frequência o gosto. (Mem., p. 179)

Estas últimas passagens mostram um Gibbon sempre dividido entre os dois pólos da sua personalidade: necessidade de crítica, filosofia, contestação provocadora, que ele encontrava na cultura francesa da sua época; e necessidade de ordem e respeitabilidade, que ele encontrava na sua Inglaterra natal.⁶² Não é à toa que a Suíça adquire os favores do seu coração e da sua razão; ela é uma espécie de “justo meio” entre os dois.

Observemos, de passagem, que nas suas viagens entre a Inglaterra e Lausanne, ele pára várias vezes em Besançon, onde reside seu primo Acton (Mem., p. 182)

Gibbon faz, em 1764 uma longa viagem pela Itália. De passagem em Pádua, ele diz:

A Universidade de Pádua é uma flama expirante. (Mem., p. 190)

Gibbon é um estrangeiro às universidades: Oxford o desgostou; em Lausanne ele foi instruído por Pavilliard. Sua verdadeira pátria intelectual, foram as sociedades cultas,⁶³ tais como a Academia das Inscrições e Belas Letras. Para sabermos até que ponto isto é verdade basta lembrar sua alegria em pagar vinte libras por uma coleção da Academia, para ele fonte inesgotável de erudição e prazer racional.

⁶² *Ibid.*, p. 229.

⁶³ P. GAY (1990), p. 43.

Tendo chegado finalmente a Roma, ele fica emocionado:

Eu não sou muito inclinado ao entusiasmo e eu sempre me recusei a afetar uma alegria que não sentisse de fato. Não obstante, vinte e cinco anos mais tarde, eu não posso nem esquecer nem exprimir as poderosas emoções que agitavam meu espírito ao me aproximar e ao entrar na *cidade eterna*. (Mem., p. 189)

Gibbon era talvez o viajante mais bem preparado de todos os tempos para chegar a Roma, tendo em vista suas imensas leituras. Mas o resultado ultrapassa largamente todas as expectativas, e vai decidir o resto de sua vida:

Os benefícios das viagens ao estrangeiro dependem portanto do grau destas diversas qualificações; ao menos os que me conhecem não me acusarão de fazer aqui o meu próprio panegírico. Resta que o historiador do *Declínio e queda* não deve lamentar o tempo nem a despesa gastos nesta viagem, pois é a descoberta da Itália e de Roma que decidiram a escolha do meu tema. O lugar e o momento da concepção estão anotados no meu diário: no dia 15 de outubro de 1764, ao cair do sol, enquanto eu escutava, com o espírito distante, na igreja dos Zoccolanti os irmãos de São Francisco cantar vésperas no templo de Júpiter nas ruínas do Capitólio. (Mem., p. 192)

Visão decisiva, com efeito, para quem vai escrever o triunfo da religião (cristã) e da barbárie, esta imagem dos monges que ele despreza “ocupando” um antigo templo de Júpiter no próprio centro da civilização pagã.⁶⁴

A visão define o seu tema, mas serão necessários ainda alguns anos para que ele empreenda (a partir de 1773) o *Declínio e queda*. Após a morte do seu pai (1770), ele paga diversas dívidas, sacrificando uma das melhores partes dos seus bens (ações), instala-se no 7 Bentinck Street (1772), e pode então começar a trabalhar num ambiente de conforto burguês:

Eu tinha então alcançado os confortos materiais da vida, uma casa cômoda e bem mobiliada, uma mesa copiosa, uma meia dúzia de domésticos bem escolhidos, minha própria viatura e todos estes luxos elegantes que apreciamos tanto melhor quanto mais tempo desfrutamos deles. (Mem., p. 213)

⁶⁴ P. GAY (1966), p. 58.

O que hoje em dia pode nos parecer excessivo, não aparecia a ele senão como uma situação média, necessária ao trabalho intelectual:

Há poucas obras de mérito e de importância que tenham sido criadas numa mansarda ou num palácio. (Mem., p. 212)

Instalado, ele busca seu estilo, pois para ele “o estilo é a imagem do caráter” (Mem., p. 25):

O estilo de um autor deve refletir seu espírito, enquanto que o gosto e o domínio da linguagem são os frutos do exercício. Eu tive que proceder a mais de uma tentativa antes de encontrar um tom intermediário entre a crônica monótona e a declamação retórica. (Mem., p. 214)

E é aqui justamente, no que ele chama o seu “estilo”, que reside o segredo de Gibbon;⁶⁵ sobre a base sólida de “materiais variados”, ele se situa entre a erudição das Academias (cujo perigo era cair na crônica monótona, ou seja, na erudição pela erudição) e a história filosófica cara ao século XVIII (cujo perigo era de se tornar um discurso inchado, vazio de conteúdo e, sobretudo, inverificável pelo seu hábito de não se referir às fontes). A um Voltaire que exclamava “*Malheur aux détails*”, Gibbon parecia responder: “Viva o detalhe significativo”.

Gibbon encontra, portanto o seu estilo; mas certos capítulos trazem maiores dificuldades:

(...) mas quanto aos capítulos XV e XVI, três revisões sucessivas reduziram seu tamanho do de um grosso volume às suas dimensões atuais; poderíamos ainda condensá-los sem prejudicar a descrição dos fatos e os sentimentos exprimidos. (Mem., p. 45)

Mesmo tantos anos mais tarde, ele refletia ainda sobre o que tinha feito, e o que poderia ter feito, nos célebres capítulos sobre o cristianismo. Mas também sobre o conjunto do livro:

⁶⁵ A. MOMIGLIANO (1983), p. 324 *sq*; P. GAY (1990), p. 43.

Eu tinha escolhido um tema ilustre; Roma é familiar ao estudante e ao homem de Estado; meu relato se apoiava sobre os últimos resultados da erudição clássica. Eu me gabava também de que um século de Luzes e de liberdade receberia sem emoção uma enquete sobre as causas *humanas* do progresso e do estabelecimento do cristianismo. (Mem., p. 216)

O sucesso do livro é imenso e imediato. As críticas são muito favoráveis:

(...) eu devo acrescentar que nenhum latido de crítica *profana* vinha perturbar este coro unânime. (Mem., p. 217)

Mas as reações cristãs são violentas:⁶⁶

Tivesse eu suposto que a maioria do público inglês era tão apaixonadamente ligada ao nome e ao reflexo do cristianismo; tivesse eu previsto que o devoto, o temeroso e o prudente se emocionariam, ou fingiriam se emocionar com uma sensibilidade tão refinada, eu talvez tivesse abrandado os dois capítulos chocantes que deviam me trazer tantos inimigos e conciliar poucos amigos. Mas o traço estava dado, o alerta desencadeado e eu não pude a não ser me felicitar pelo fato de que os nossos padres não dispunham de meios de perseguição além dos seus clamores acrimoniosos. (Mem., p. 219)

“Talvez” ele tivesse mudado algo, mas ele não o fez,⁶⁷ senão de forma parcial na redação dos capítulos seguintes, sobre Constantino e Juliano, mas voltando à carga nos capítulos finais, extremamente violentos, sobre as relíquias, os milagres e os monges. Mas é interessante, de qualquer forma, vê-lo confessar que, no momento dos fatos, ele sentiu o golpe da reação:

Que se me permita reconhecer francamente que estas primeiras rajadas de artilharia eclesiástica me assustaram. (Mem., p. 220)

Durante esta época, entre 1774 e 1780, ele foi deputado na Câmara. Sobre esta experiência no Parlamento, ele diz que ela foi:

⁶⁶ M. BARIDON (1977), p. 152.

⁶⁷ GUIZOT in E. GIBBON (1983), v.1, p. XXXIX.

(...)para mim uma escola de sabedoria civil, primeira virtude, e a mais essencial, do historiador. (Mem., p. 216)

Na Câmara, Gibbon escutava muito mais do que falava e, ele que amava a contradição, deve ter se divertido com as freqüentes altercações nesta época confusa que viu a Declaração de independência das colônias da América do Norte e a guerra. Um pouco à imagem que ele construiu no seu relato sobre Juliano, convidando ao palácio os chefes das seitas opostas para desfrutar do espetáculo de suas altercações. Em todo caso, Gibbon, *whig* do ponto de vista intelectual, era conservador em política,⁶⁸ e deu apoio à política de Lord North, apesar de ser sempre cético quanto às suas chances de sucesso. Ele viveu todos estes acontecimentos como um declínio, e não é um fato sem conseqüências que ele tenha vivido enquanto cidadão e político o declínio do primeiro império britânico, no próprio momento em que redigia, enquanto historiador, o livro sobre o declínio do império romano.

O fim do seu mandato, em 1780, coincide com o clima político muito tenso:

(...) e os incêndios de Londres - de dois de junho, etc. - acesos por um louco malfeitor, advertiram todos os homens sensatos sobre os riscos que havia em se apelar ao povo. (Mem., p. 222)

Gibbon tem uma extrema desconfiança em relação ao papel das massas em política, que o levará a se alinhar com as posições de Burke, contra a Revolução francesa,⁶⁹ e imaginar até ir embora da Suíça em caso de agitação. Ele deplora certos ecos do movimento francês na Suíça:

algumas comunidades parecem contaminadas pelo mal francês (...) pelo tempo em que a aristocracia de Berna proteger a felicidade, é supérfluo se perguntar se ela se funda sobre os direitos do homem. (Mem., p. 239)

Mas, antes que a turbulência revolucionária comece, Gibbon escreve os volumes II e III do *Declínio e queda* (1781), o volume IV (1783)

⁶⁸ M. BARIDON (1977), p. 399.

⁶⁹ M. BARIDON in E. GIBBON (1983), v.1, p. XXII.

e, já de volta à Lausanne e instalado, para a sua “aposentadoria”, na casa do seu amigo Deyverdun, os volumes V e VI. Os últimos três volumes são publicados em Londres em 1788, às vésperas da Revolução. Ele voltará a Londres pouco antes de morrer, em 1794.

Gibbon terá ainda tempo de apreciar as reações ao restante da sua obra:

Minha história eclesiástica respirava sempre o mesmo odor de liberdade: mas o zelo protestante se preocupa menos com personagens e controvérsias dos séculos IV e V. Meu silêncio obstinado tinha arrefecido o ardor dos polemistas (...) e em geral apreciou-se o equilíbrio imparcial que eu mantive entre as virtudes e os vícios de Juliano. Apenas algumas observações acerbas dos católicos italianos (...) (Mem., p. 223)

Ele fala (Mem., p. 232) com alívio mas também com melancolia do fim do seu trabalho, que tinha sido seu companheiro de (1773 a 1787) quinze anos ! Mas ele se mostra plenamente satisfeito com o resultado:

A conclusão da minha obra parece ter causado sensação; se muitos a leram, os julgamentos emitidos a seu respeito diferiam. Criticou-se freqüentemente o estilo nos meios acadêmicos; a querela religiosa se reacendeu; enfim, os censores rígidos da moral denunciaram com barulho uma certa indecência. Entretanto, no conjunto, a *História do declínio e da queda* parece ter fincado raízes tanto na Inglaterra quanto no exterior e pode ser que ela ofusque ainda daqui a um século. (Mem., p. 235)

Um século, não; já são dois, e sem dúvida por muito tempo ainda.

BIBLIOGRAFIA

M. BARIDON (1977), *Edward Gibbon et le mythe de Rome. Histoire et ideologie au siècle des Lumières*. Paris, Champion.

A. BIELMAN (1987), *Histoire de l'histoire ancienne et de l'archéologie à l'Université de Lausanne, 1537-1987*. Lausanne, Université de Lausanne.

J.-M. DEMAROLLE (1977), La redécouverte de Julien l'Apostat à la Renaissance, in R. CHEVALLIER (ed.), *L'influence de la Grèce et de Rome sur l'Occident moderne*. Paris, Les Belles Lettres, p. 87-100.

L. FEBVRE (1974), *Le problème de l'incroyance au XVIe siècle. La religion de Rabelais*. Paris, Albin Michel.

P. GAY (1990), *O estilo na História*. São Paulo, Companhia das Letras.

P. GAY (1967), *The enlightenment: an interpretation. The rise of modern paganism*. Londres, Weidenfeld and Nicolson.

E. GIBBON (1983), *Histoire du déclin et de la chute de l'Empire Romain*. Tradução Guizot. Paris, Robert Laffont.

E. GIBBON (1992), *Mémoires*. Tradução G. Villeneuve. Paris, Criterion.

J.-M. GOULEMOT (1986), Diderot mythologique (La mythologie dans les Salons), *La mythologie, clef de lecture du monde classique*. Tours, tomo II, p. 423-431.

J.-M. GOULEMOT (1977), Éléments pour l'analyse du texte Brutus au XVIIIe siècle, in R. CHEVALLIER, *Influence de la Grèce et de Rome sur l'Occident moderne*. Paris, Les Belles Lettres, p. 201-213.

J. LE GOFF (1988), *Histoire et mémoire*. Paris, Gallimard.

N. MAHÉ (1992), *Le mythe de Bacchus*. Paris, Fayard.

P.-M. MARTIN (1977), Présence de l'histoire romaine dans la Révolution Française, in R. CHEVALLIER (ed.), *Influence de la Grèce et de Rome sur l'Occident moderne*. Paris, Les Belles Lettres, p. 215-226.

A. MICHEL (1986), La mythologie chez Vico, *La mythologie, clef de lecture du monde classique*. Tours, tomo II, p. 411-417.

A. MOMIGLIANO (1983), *Problèmes d'historiographie ancienne et moderne*. Paris, Gallimard.

-
- H. PARKER (1937), *The cult of Antiquity and the French revolutionaries*. Chicago.
- T. SCHLEICH (1986), Mably e le antiche costituzioni, *Quaderni di storia*, 23, p. 173-197.
- J. SEZNEC (1993), *La survivance des dieux antiques. Essai sur le rôle de la tradition mythologique dans l'humanisme et l'art de la Renaissance*. Paris, Flammarion.
- P. VIDAL-NAQUET (1990), *La démocratie grecque vue d'ailleurs*. Paris, Flammarion.
- M. VOVELLE (1978), *Piété baroque et déchristianisation en Provence au XVIIIe siècle*. Paris, Seuil.

ARTIGO

*A teologia mística de Nicolau de Cusa:
discussões sobre a idéia de Absoluto na tradição cristã*

Cláudio Monteiro Duarte

Este artigo pretende discutir alguns aspectos da tradição mística cristã, mormente as várias concepções da idéia de Absoluto em alguns expoentes daquela tradição, centrando-se na obra do teólogo do século XV Nicolau de Cusa. Para tal, além da discussão dos autores ocidentais, serão feitos alguns paralelos com a tradição budista. Trataremos o fenômeno religioso em seus próprios termos, ou seja, respeitando-o como visões de mundo válidas e coerentes, portadoras de razão e potencial explicativo do mundo, não apenas como manifestações "de época", fruto das contingências sociais e econômicas. Antes as veremos como facetas fundamentais e duradouras da cultura humana, contribuindo para organizar coletividades durante séculos, fonte de uma visão sacralizada da vida. Um fenômeno que responde, a nosso ver, a necessidades profundas do espírito humano, encontrando-se enraizada na psique humana, tal como defendem autores do porte de Mircea Eliade e C. G. Jung.

Mas, pela maioria dos cientistas sociais, os fenômenos religiosos são considerados irracionais e indignos de atenção, a não ser como ilustração de instâncias supostamente mais profundas e reais, como as estruturas econômicas ou sociais. Podemos encontrar um bom exemplo desse tratamento num livro do historiador francês Alain Guerreau sobre o feudalismo. No final desse livro, o autor descreve um curioso templo situado num lugarejo da Península Ibérica. Reproduzo aqui sua descrição, que, ainda que longa, será de grande interesse:

"A uns sessenta quilômetros a sudoeste de Soria, na extremidade oriental do planalto de Castela-a-Nova, na sinuosidade de um pequeno vale seco perpendicular ao rio Escalote, afluente meridional do Douro, no meio de uma paisagem descarnada e

violentamente colorida pelos estratos sedimentares matizados e escavados em ravinas, ergue-se uma pequena construção cúbica de aspecto quase anódino: O eremitério de San Baudelio de Berlanga (Jaques Fontaine, *L'art préroman hispanique: l'art mozarabe*, 1977, pp. 227-246, tábuas 86-94). A sua descrição interna é difícil. A parte principal do edifício, na qual se penetra por uma única porta no lado norte, é mais ou menos quadrada (7,5 x 8,5 m); no seu centro, um grande pilar termina por um feixe em forma de palmeira, cujos ramos recobrem o quadrado; à direita, quando se entra, ou seja, no fundo do edifício, ocupando metade do quadrado e ligado ao pilar central, ergue-se até um terço da altura interior uma espécie de 'minimesquita', sustentando uma tribuna à qual se chega por uma pequena escada; sobre esta tribuna, ligada ainda ao pilar central, levanta-se uma espécie de pequena cabina de pedra; no alto do pilar, entre os 'ramos da palmeira', está disposto um outro pequeno recanto, também ele sobrepujado por uma minicúpula de estilo muçulmano. A leste do cubo principal abre-se uma pequena ábside muito levemente sobreelevada, e também ela mais ou menos cúbica. Finalmente, no muro oriental do edifício, do lado oposto à porta e sob a 'minimesquita', uma abertura bastante baixa dá acesso a uma gruta (a igreja está construída numa encosta) composta por várias pequenas salas sucessivas talhadas na rocha. No seu todo, este conjunto está dividido, no plano, em três partes: a gruta, o quadrado e a ábside; na vertical, igualmente em três partes: o nível do solo, a tribuna, o pequeno pavilhão no topo do pilar. Vê-se, portanto, que este edifício, apesar das suas dimensões minúsculas, é de uma complexidade muito estranha; a isto junta-se um conjunto de frescos igualmente muito estranho e que renuncio a descrever (vê-se lá um camelo, um elefante, santos, etc.). J. Fontaine escreve: 'Franqueada a dupla porta de curva mourisca, sai-se deste deserto pedregoso para entrar nos fantasmas de uma arquitetura de sonho. A miragem está aqui no interior, como convém a esta morada mística dos descendentes espirituais de Santo Antão. Desde há muito tempo, a singularidade das estruturas internas deste edifício intrigou e desconcertou mesmo os arqueólogos que tentaram explicá-lo. (...) (Pp. 238-239.) O edifício foi, pois, provavelmente concebido e realizado para servir de terreno de 'percurso místico' (...). A

unicidade absoluta do edifício supõe ao mesmo tempo uma ousadia de imaginação e uma espécie de grupo de iniciação anacoretica igualmente único." ¹

Edifícios estranhos como este erguem-se por toda a cristandade. Encontramos várias igrejas na Etiópia que, como aquela, contêm grutas, e que estão mesmo ligadas por um complexo sistema de túneis e criptas. Esta parece ter sido uma prática comum do anacoretismo cristão. Talvez por conhecer esses outros exemplos o autor supra citado tenha proposto a seguinte interpretação desse tipo de prática:

"San Baudelio foi construído sem dúvida no século XI, no espaço incontrolado e perigoso que separava o reino cristão das terras muçulmanas. Se se admitir que a palmeira era aqui a imagem materializada da escada mística da terra até Deus, chega-se à conclusão de que nos confins do sistema, o cristianismo se mudava numa espécie de individualismo místico fechado sobre si mesmo e procurando abolir unicamente pelas suas forças a distância do homem até Deus." ²

É aqui que principiamos a discordar desse autor. Como ele, de antemão, nega a validade ou a realidade da experiência religiosa, chega à conclusão de que as experiências místicas cristãs da Idade Média – como as dos anacoretas – são tão somente manifestações de individualismo, sem relação necessária com o cristianismo enquanto tradição socialmente vivida. Tais manifestações, nessa concepção, surgiriam apenas nas brechas do "sistema", e estariam portanto sujeitas às contingências sociais das quais seriam unicamente as conseqüências.

Colocando de outro modo a questão, diríamos, fazendo coro com nomes como C.G. Jung, Mircea Eliade ou Joseph Campbell, que o *sagrado* é um elemento estrutural da consciência humana, e portanto consideramos a experiência religiosa real e possível – não apenas como uma experiência "subjetiva", o que equivale a dizer que é ilusão – mas como vivência subjetiva de algo objetivamente existente. Qual a razão de se estudar o fenômeno religioso para se

¹ GUERREAU, Alain. *O feudalismo: um horizonte teórico*. Lisboa: Ed. 70, s/d. pp.: 255-256.

² *Op. cit.* pp.: 256.

chegar sempre ao mesmo resultado: "forma de rejeitar uma realidade sem perspectivas e sem projetos coletivos"; "instrumento de manutenção da ordem estabelecida" e outros chavões do gênero? Sociedades sem um senso do sagrado, como torna-se a nossa cada vez mais, são exceção, não a regra. Tal aspecto não tem melhorado nossa qualidade de vida, diria mesmo o contrário. Seria o caso de nos perguntarmos se é possível haver um projeto coletivo, ou manter uma identidade própria, em uma sociedade dessacralizada. O sagrado é um elemento estrutural da consciência, portanto necessário e objetivamente existente. O homem, em suma, é tão "*homo religiosus*" como "*homo economicus*" ou "*homo sapiens*".

Dito isto, devemos colocar que o autor supra citado, ao dizer que o misticismo cristão é tão somente uma demonstração de individualismo, esquece-se que toda religião permite diversos "níveis" de leitura, não constituindo jamais um sistema fechado e estático, mas um organismo sempre em desenvolvimento, como o são as coletividades onde ela existe. Podemos dar numerosos exemplos de interpretações, ou vivências, igualmente místicas, do cristianismo, e nem tão "individualistas", em ambientes mais próximos do coração da cristandade.

Assim, vemos surgir, na Europa do século XV, uma outra construção, não física, mas intelectual, apresentando da mesma forma uma interpretação bastante singular da doutrina cristã: a obra filosófica de Nicolau de Cusa, o qual não podemos dizer que se localizasse nos "confins do sistema", sabendo que o mesmo havia sido figura de relevo no Concílio de Basileia e representante do papa Eugênio IV em Constantinopla. No entanto, bebendo da tradição da teologia negativa³ de Pseudo-Dionísio, Escoto Erígena e Mestre Eckhart, bem como do neoplatonismo de Plotino e S. Agostinho, logra produzir uma obra que podemos reconhecer como uma das mais notáveis produções do pensamento místico cristão. Mas em que consiste esse pensamento?

³ Dá-se este nome a uma corrente na história da filosofia que sustenta a impossibilidade de conhecer a Deus por meios puramente racionais, pois o mesmo está além da compreensão humana; para compreendê-lo a negação teria mais valor que a afirmação.

Atravessando como uma costura a história do cristianismo, existe uma tradição mística que se manifesta de várias maneiras e apresenta diversas vertentes, mas que indubitavelmente constituem elos de uma cadeia viva. Tal tradição, porém, não se patenteia abertamente. Percorre caminhos tortuosos, toma contato com religiões orientais, mistura a filosofia grega e árabe com as Escrituras, une erudição rigorosa e devoção religiosa com o mesmo cuidado. Encontramo-la tanto nos meios intelectuais quanto nos populares. O que vem a ser o rosário, por exemplo, saído dos meios populares, senão um tratado de metafísica em forma de contas e cordão? Aliás, encontramos objetos deste gênero em outras grandes religiões, demonstrando as tendências comuns do espírito humano no que tange à especulação mística.

Obviamente, uma das fontes maiores daquela tradição é o próprio texto dos Evangelhos e do Novo Testamento. "A letra mata, o espírito vivifica", diz o apóstolo. Uma vez vencida a resistência moderna contra a religião e especialmente contra o cristianismo, torna-se fácil perceber a riqueza de tais textos e a abertura que eles contêm para múltiplas leituras.

Tentaremos apresentar portanto o que para nós constituem as linhas gerais dessa tradição, para depois assinalar a contribuição do pensador supra citado para a mesma.

O coração místico de todas as religiões aponta para o mesmo fim: a superação da limitada personalidade humana e a compreensão e vivência de uma realidade mais ampla, que chamaremos aqui, seguindo certa tradição da filosofia ocidental, de *Absoluto*. Mas o que é o Absoluto? Não temos espaço para uma discussão exaustiva deste conceito, mas digamos, em poucas palavras, que se trata da realidade última, além de qualquer compreensão racional, princípio transcendente da qual toda a realidade é manifestação. Aqui, entramos no âmbito da metafísica. A metafísica é a parte da filosofia que trata sobre *o que existe*, ou seja, qual é a coisa que, no real, tem verdadeira existência. "A metafísica é aquela parte da (filosofia) que se encaminha a decidir quem existe, ou seja, quem é o ser em si, o ser que não é em outro, que não é redutível a outro; e então os

demais seres serão seres nesse ser em si."⁴ Tomemos, como exemplo, a metafísica de Aristóteles. Este filósofo, em sua grandiosa construção metafísica, chega à conclusão de que tudo quanto existe é *contingente*, ou seja, não é necessário, que poderia existir como não existir. "Mas se há uma existência e essa existência não é necessária, então essa existência supõe que foi produzida por outra coisa existente, tem seu fundamento em outra. (Mas sabemos que algo existe, o que nos leva à) absoluta necessidade de admitir uma existência que não tenha seu fundamento em outra, mas que seja ela, por si mesma, necessária, absolutamente necessária."⁵ Aristóteles chama essa existência absoluta de *Deus* (*theos*, em grego, motor), e a explicação do filósofo constitui uma boa maneira para definir o Absoluto, essa existência necessária para que tudo o mais exista. Assim como as folhas da árvore não existem em si, mas na árvore; assim como as peças de um quebra-cabeças não existem em si, mas no quebra-cabeças, assim também tudo quanto existe, incluindo nós, não existem em si, mas em outro, em Deus, nessa existência originária e não contingente. Pois bem: cada religião compreende esse Absoluto de uma forma e lhe dá um nome. O cristianismo herdou a concepção judaica do Absoluto como um ser supremo e o nome que Aristóteles lhe deu. Na verdade, qualquer caracterização que se fizer do Absoluto, seja como ser ou como qualquer outra coisa, é no fundo inadequada, pois o mesmo está além da compreensão racional, sendo portanto incognoscível. Mas imaginá-lo como um ser não impede que se lhe possa imaginar, e muito menos que se lhe perceba e vivencie.

Isso posto, podemos agora dizer que o cristianismo, como de resto todas as religiões, tem como objetivo ser um guia para a união do homem com esta realidade maior; união que representa o fim último do ser humano, seu repouso supremo, visto ser o Absoluto o fundamento da toda existência. Para isso, contudo, é indispensável a superação da personalidade individual histórica e transitória: idéias, desejos e preconceitos temporais – tudo que na alma humana é nada, exterioridade ou dessemelhança em relação ao Absoluto - aquilo, em

⁴ MORENTE, Manuel Garcia. *Fundamentos de filosofia*. São Paulo: Mestre Jou, 1970, p. 62.

⁵ *Op. cit.*, p. 99.

suma, que costuma ser denominado de *ego* (que não significa aqui o mesmo que o conceito de ego da psicanálise). Como superar esse ego? O processo é longo e envolve, obviamente, um difícil aprendizado. No cristianismo, isto é denominado de *salvação*, ou o processo de libertação da prisão do ego e de identificação com o intelecto transcendente, o Verbo, "que se fez carne e habitou entre nós".⁶ Este intelecto, portanto, não deve ser entendido como a razão, mas como algo além da mesma e capaz de perceber o Absoluto; em última análise, como própria presença deste. O ser humano seria, então, a própria imagem da Divindade, sendo o seu Verbo (seu pensamento, sua sabedoria, seu sopro) a parte mais íntima de nós. No fundo de nosso ego ilusório, estaria o *Logos* transcendente: "a luz brilha nas trevas, mas as trevas não a compreenderam".⁷ Assim como Cristo veio iluminar o mundo, o intelecto ilumina as trevas da personalidade humana, como manifestação do Absoluto que é. Cristo representa, para o cristianismo, a manifestação externa e objetiva, por isso "revelação", de uma realidade transcendente, que está presente tanto no interior quanto no exterior do homem. Ele é o *universal*, a imagem do homem primordial, o "filho do homem" por excelência, ou como o homem seria se não possuísse "ego", ou, o que dá no mesmo, como ele seria *antes da queda*. Para que o processo de libertação aconteça, é necessário renunciar à própria personalidade, ao ego, e identificar-se com Cristo, que é aquele que "não procura a sua vontade, mas a vontade daquele que o enviou."⁸

Diz Goethe: quem língua estrangeira não conhece, nada conhece de sua própria língua. Nessa ótica, para melhor compreender o cristianismo, vamos analisar o budismo, com o qual aquele tem não poucas afinidades. O budismo defende que a realidade é baseada na "*originação dependente*", expressão que significa que todas as coisas são interligadas e interdependentes, e que as ações de cada pequeno ser influenciam o todo. A doutrina de Buda também ensina que *a vida é sofrimento* - é a primeira das quatro nobres verdades. E esse sofrimento é causado pela ignorância da lei da originação dependente, pela ilusão de que alguma coisa existe por si mesma,

⁶ Jo 1:14.

⁷ Jo 1:5.

⁸ Jo 5:30.

independente das outras. Com efeito, o "principal obstáculo que nos impede de atingir libertação e iluminação é o agarramento ao em si, uma concepção errônea, profundamente arraigada, sobre como as coisas existem."⁹ E a primeira e mais grave das ilusões em que caem os seres, ao acreditarem que algo existe por si, é acreditar em sua própria existência. As pessoas crêem que existem como algo firme, sólido, estabelecido. E isso gera o desejo - desejo de auto-afirmação, de vantagens materiais, de conforto, desejo de não sentir dor, etc. Daí o sofrimento, pois nunca estaremos plenamente satisfeitos e sempre nos faltará algo daquilo que queremos.

O objetivo supremo para o budismo, portanto, é a superação desta ilusão da própria existência e da existência de qualquer outra coisa, superação essa que proporciona a libertação do "*samsara*", a roda da vida, o ciclo das reencarnações. O que nos mantém presos ao *samsara* e ao sofrimento é o desejo, fruto da dita ilusão. Libertos do *samsara*, atingimos o "*nirvana*", que é a percepção do caráter último de todos os fenômenos: a *vacuidade*. O ocidental tende a entender o *nirvana* como mero aniquilamento, letargia, o que é um entendimento errôneo do budismo.

"Todos os fenômenos existem à guisa de convenção; nada é inerentemente existente. Isto se aplica à mente, a Buddha e, até, à vacuidade em si; tudo é meramente imputado pela mente. (...) Deste modo, podemos entender a vacuidade de todos os fenômenos."¹⁰ Vemos então que, para o budismo, o desejo por coisas que não existem de fato alimenta a permanência no *samsara*, a existência cíclica, onde estamos presos por uma ilusão de nossa própria mente. Superar a ilusão do em si — e do ego — é libertar-se do *samsara*, é unir-se ao Absoluto, o vazio universal: é estar no *nirvana*, é tornar-se um Buda, um estado em que não mais se está preso à existência própria, mas em que a vida é apenas um fluxo contínuo no Absoluto:

"A dor existe, mas ninguém está aflito.

Não existe agente, mas é um fato a atividade.

O *nirvana* é, não há porém sujeito *nirvanado*.

⁹ GESHE Kelsang Gyatso. *Manual de meditação*. São Paulo: Ed. Tharpa Brasil, Centro budista Mahabodhi, 1995, p. 25.

¹⁰ *Op. cit.* p. 124.

Existe o caminho, mas ninguém envereda por ele."¹¹

"Se alguém quiser me seguir, renuncie a si mesmo, tome a sua cruz, e siga-me."¹² Se Buda diz que a vida é sofrimento, Jesus diz que é necessário aceitar a cruz para segui-lo. É o mesmo que dizer que a cruz é inevitável, o que ele demonstrou em sua morte ritual na cruz. Mas Jesus não está preso ao desejo de viver, por isso transcende a morte e a vida. Este é o sentido profundo da ressurreição: a entrada em uma vida superior, reservada a quem renuncia a si mesmo e aceita a cruz, superando-a. A morte na cruz é a morte do ego humano, é a imersão no Absoluto, a entrada no Reino de Deus - equivalente cristão da liberdade expressa no termo budista "nirvana". No mundo, o intelecto transcendente — o Verbo — está crucificado, tanto subjetivamente — nos corações — como objetivamente: Cristo na cruz. Mas a renúncia à própria vida — a crucificação do ego exemplificada por Jesus — conduz à ressurreição, à vitória sobre a morte. Opera-se uma inversão.

O mergulho no Absoluto, porém, implica o reconhecimento de pertencer a algo maior. Da mesma forma que, para libertar-se do samsara, é necessário o reconhecimento da falta de existência inerente de si mesmo. Para isso é necessário humildade. Por isso são "bem-aventurados os pobres em espírito, pois deles é o Reino dos Céus."¹³ O fruto da renúncia de si mesmo, porém, é a paz interior, a felicidade da liberdade de estar além da morte e do nascimento. Isto é *viver em Cristo*, equivalente cristão de tornar-se um Buda. Como Paulo de Tarso diz: "vivo, mas não sou mais eu, é Cristo que vive em mim."¹⁴ Ou seja, é o intelecto transcendente e universal que vive em mim.

Exposta em linhas gerais o que entendemos pelo pensamento místico cristão, podemos voltar a Nicolau de Cusa. Mas para dele falar, é indispensável antes situá-lo na longa tradição da *teologia negativa*, que é o nome que se deu a uma corrente na história da

¹¹ KAJIYA, Carlos. Budismo: história e doutrina. In: *I ciclo de estudos da religião*. UFOP, ICHS, Laboratório de História, Núcleo de estudos da religião, s/d, p. 38.

¹² Mt 16:24.

¹³ Mt 5:3.

¹⁴ Gl 2:20.

filosofia, que abrange alguns dos maiores teólogos da Idade Média. Em termos superficiais, a "teologia negativa postula que Deus é invisível, incognoscível e não pode ser nomeado."¹⁵ Deus está além de qualquer saber e qualquer compreensão, sendo inadequado defini-lo de qualquer maneira. É possível, no entanto, experienciá-lo, pois é para isso que ele se comunica aos homens através das Escrituras e dos seres da criação. Por outro lado, é impossível descrever essa experiência, em vista da limitação da linguagem humana, que não possui termos apropriados para a infinidade do Absoluto. E essa corrente é uma das costuras, de que já falei antes, mais fortes de transmissão (e, por conseguinte, de renovação) da tradição mística cristã. O próprio Pseudo-Dionísio, um de seus mais antigos representantes, denomina sua principal obra de "Teologia Mística", expressão que também será usada por Nicolau de Cusa para designar as suas especulações.

Personagem misterioso, Pseudo-Dionísio era, na Idade Média, identificado com Dionísio, o Areopagita, ateniense convertido por Paulo de Tarso quando de sua passagem por aquela cidade. Acredita-se hoje que sua obra data do fim do século V ou princípio do VI. O Pseudo-Dionísio influenciará notavelmente a filosofia da Idade Média, legando-a alguns temas de vital importância, como a noção de *êxtase* (pedra de toque do misticismo) e a própria noção básica da teologia negativa, a saber, que para se falar de Deus a negação é superior à afirmação. Um pequeno trecho do primeiro capítulo da "Teologia Mística", em forma de prece, bastará para percebermos o alcance de suas idéias e o esforço de linguagem feito para exprimir o inexprimível, o que resulta num discurso altamente hiperbólico: "Trindade supra-essencial e mais que divina e mais que boa (...), conduza-nos não apenas além de qualquer luz, mas inclusive além do desconhecimento até o cimo mais elevado das Escrituras místicas. (...) A Treva (isto é, Deus) mais que luminosa do Silêncio (...) (esta Treva) brilha da luz mais brilhante no seio da mais negra escuridão, (...) (ela) enche de esplendores mais

¹⁵ BERNADET, Jean-Claude. A sedução da teologia negativa. In: *Folha de S.Paulo*. 20 de julho de 1997.

belos que a beleza as inteligências que sabem fechar os olhos (...)”¹⁶ Vê-se que Deus é o completo desconhecido, além da luz e das trevas, além mesmo da bondade, além do ser e do não-ser. É esse tipo de elaboração mística e teológica que os autores da teologia negativa levam a efeito. Tal visão assemelha-se sobremaneira com a concepção budista da vacuidade que constitui o cerne de toda a realidade, a qual em si não possui existência inerente; nem mesmo, como vimos, a própria vacuidade. Este vazio abissal é, também para os budistas, impossível de descrever, e também eles se calam.

Outro grande nome nesta tradição é Mestre Eckhart, pregador turingio do século XIV (c. 1260-1328). Eckhart defende o primado do intelecto sobre a vontade. Deus está além da bondade e mesmo do ser. Afirma que Deus está tão acima do ser como o anjo mais elevado está acima da mosca, e que só é possível conhecê-lo através do intelecto, que é justamente o templo da presença de Deus no homem e ponto de ligação entre o criado e o incriado. Nas suas palavras: “A vontade só atinge Deus sob a aparência da bondade, mas o intelecto discerne-o nu, tal como ele é, destituído da bondade e do ser. A bondade é uma veste sob a qual Deus se esconde. (...) O ser é apenas o pátio (sic) exterior (Vorburge), o vestibulo de Deus, onde ele habita comunicando-se a todas as coisas, enquanto o intelecto (Vernünftlichkeit) é o templo onde Deus permanece, só, no esplendor da sua santidade.”¹⁷

A influência da obra de Eckhart, apesar de indireta e limitada, foi longa. Um dos que foram por ele influenciados foi justamente Nicolau de Cusa (1401-1464), nascido em Cusa, na região de Mosela, atual Alemanha. Exerceu as funções de bispo de Bressanone, cardeal da Cúria Romana, e Vigário Geral do Estado Pontifício em 1458, além de representar o papa Eugênio IV em Constantinopla, numa missão diplomática. Produziu uma vasta obra, na qual se destaca *De docta ignorantia* (Da douta ignorância), que trata justamente do limite onde a razão esbarra no infinito. O único caminho para compreender o incompreensível é mergulhar nas trevas

¹⁶ "Oeuvres complètes du Pseudo-Denys l'Areopagyte". Paris: Aubier, 1995. Traduzido e citado por Jean-Claude Bernadet. *Op. cit.*

¹⁷ Citado por JEAUNEAU, Édouard. *A filosofia medieval*. Lisboa: Ed. 70, s/d, pp. 97-98.

onde o intelecto se silencia, deixando entrever a infinidade incompreensível, que parece ao intelecto impossível e, no entanto, é a necessidade absoluta:

"Assim, se alguém descrever o que entende de ti querendo oferecer um modo pelo qual sejas compreendido, permanecerá ainda longe de ti. De tudo isto estás, no entanto, separado por um muro altíssimo. E o muro separa de ti todas as coisas que possam ser ditas ou pensadas, porque estás desligado de tudo aquilo que possa cair no conceito de quem quer que seja.

Por isso, enquanto me elevo o mais alto possível, vejo-te como infinidade, sendo por isso inacessível, incompreensível, inominável, imultiplicável e invisível. Assim, é necessário que aquele que se aproxima de ti se eleve acima de todo o termo e fim, acima de tudo o que é finito. Mas, como chegará a ti, que és o fim para o qual se tende, se deve elevar-se para além do fim? Quem se eleva para além do fim não tende a entrar no indeterminado e no confuso, e, assim, no que diz respeito ao intelecto, na ignorância e na obscuridade, que são próprias da confusão intelectual?

É, pois, necessário que o intelecto se torne ignorante e se coloque na sombra, se te quiser ver. Mas o que é, Deus meu, o intelecto e a ignorância, senão a douda ignorância? Por isso, não pode aproximar-se de ti, ó Deus, que és a infinidade, senão aquele cujo intelecto está na ignorância, ou seja, aquele que sabe que te ignora."¹⁸

Esta citação um pouco longa serve, no entanto, para exemplificar perfeitamente o que Cusa entende por douda ignorância, e mostra, em poucas palavras, os temas fundamentais de sua obra. Tal obra se insere na tradição da teologia negativa por propor a "compreensão" de Deus como infinidade absoluta, incompreensível e inominável, e ao mesmo tempo filia-se à teologia mística do Pseudo-Dionísio através do primado dado à *experiência*. Há em seu desenvolvimento conceitual um apelo à experiência interior, projetando o leitor para uma mística especulativa que une o rigor conceitual ao arrebatamento religioso. Seu livro *De visione Dei* (A visão de Deus) é, em grande parte, escrito em forma de oração.

¹⁸ NICOLAU DE CUSA. *A visão de Deus*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988, pp. 179-180.

Sentimos como se a infinidade incompreensível de Deus fosse uma fonte de alegria para o autor. Numa passagem ele chega a escrever que, para o intelecto, "o inteligível que ele conhece não o sacia, nem o sacia o inteligível que ele não conhece totalmente. Mas o inteligível que ele conhece como sendo tão inteligível que nunca possa ser plenamente entendido, só este o pode saciar."¹⁹ E Deus é a inteligibilidade absoluta, de tal modo que resulta ser infinitamente incompreensível.

Nicolau de Cusa propõe, outrossim, uma interessante concepção dialética de Deus, por isso dizem ter ele influenciado Hegel. Com efeito, para Cusa, Deus é a *coincidência dos opostos*, e aqui vemos o eco da metafísica de Aristóteles, que concebe a Deus como pensamento, e pensamento que tem como único objeto o próprio pensamento, visto que Ele é a única coisa que existe. Quando se diz, portanto, que Deus cria, diz-se que d'Ele saíram todas as coisas, e que elas existem n'Ele; *são* porque Ele *é*. Mas, então, pode-se dizer também que Deus é criado, pois o que Ele cria não é diferente d'Ele mesmo. Chega-se então à conclusão de que Deus cria e ao mesmo tempo é criado; Ele é a coincidência dos opostos. Mais ainda: Ele está além dessa coincidência; por ser absoluto e infinito, não cria nem é criado.

Por outro lado, Deus é a *oposição dos opostos*. Sendo o fim de tudo, Deus é também o fim de si mesmo. Sendo o fim de tudo o que é finito, Ele é infinito, e portanto é um fim sem fim. "Um fim sem fim ou um fim infinito é a contradição na qual não há contradição, pois na infinidade não há alteridade, na medida em que tudo coincide na sua absoluta simplicidade. Ora é precisamente como fim infinito, na qual a contradição é sem contradição, que Deus é a oposição dos opostos, mas sem oposição."²⁰ E mais: por ser a absoluta simplicidade e unidade, Deus está além da oposição, é mesmo a própria origem da oposição. Com efeito, os opostos "resultam, como opostos, do apelo que ele faz, como Idem absoluto, sobre o nada. E é na resposta a esse processo apelativo do Idem que surge a diferença na contingência em que ele se opera. Neste último

¹⁹ *Op. cit.*, p. 196.

²⁰ ANDRÉ, João Maria. Introdução. In: NICOLAU DE CUSA. *Op. cit.* p. 121.

sentido, Deus, como *oppositio oppositorum*, é a identidade originária que, longe de se opor à diferença, a funda e ao mesmo tempo a supera."²¹ Deus está, assim, além da coincidência e da oposição, não está sujeito ao princípio da não contradição, e não pode ser alcançado pelo pensamento racional, mas apenas pelo intelecto "que sabe fechar os olhos", no dizer do Pseudo-Dionísio.

Tais concepções dos "teólogos negativos" pode cheirar a ateísmo para o leitor ocidental de hoje, acostumado que está a um pensamento por demais substancialista, onde aquilo que não tem substância, que não pode ser definido nem compreendido a não ser no silêncio e que está além do ser e do não-ser simplesmente não existe. Que dizer então do budismo e sua vacuidade originária? Mas não podemos confundir este "nada" com o simples nada. Uma das limitações da mentalidade ocidental é justamente não conseguir conceber uma existência que seja, não substância, mas fluxo contínuo. E é de algo semelhante que falam esses místicos. "O vento sopra onde quer, e tu ouves a sua voz, mas não sabes nem de onde vem, nem para onde vai. Assim acontece com todo aquele que nasceu do Espírito"²², diz Jesus.

Apesar de pertencer à tradição da teologia negativa, Nicolau de Cusa demarca-se da radicalidade de Mestre Eckhart, que rejeita peremptoriamente a concepção de Deus como ser. No *De visione Dei* sobressai uma linguagem mística e religiosa, e ao mesmo tempo uma densidade especulativa na qual reencontramos fecundas tendências da tradição cristã, como por exemplo, o neoplatonismo cristão, a teologia dionisiaca e o tomismo. "(...É) um discurso filosófico gerado no silêncio para que remete o discurso místico. (...E) um discurso dialógico. Metafisicamente dialógico. Nele, o Deus dos filósofos não perde a pessoalidade que caracteriza o Deus bíblico, o Deus da religião."²³

Percebemos, nestas interessantes figuras da filosofia ocidental, paralelos com a concepção budista da vacuidade como princípio originário dos fenômenos. E não se deve confundir a vacuidade com o nada. Trata-se antes de ausência de existência

²¹ *Op. cit.* p. 122.

²² Jo 3:8.

²³ *Op. cit.* p. 130.

inerente. O que mostra, a nosso ver, que por detrás das formas particulares que tomam as tradições religiosas nas diversas culturas tradicionais, apesar de não serem redutíveis umas às outras por representarem mundos diversos, não são na realidade diferentes, uma vez que se trata sempre de representar, de uma forma ou de outra, o Absoluto que fundamenta a existência, por detrás dos acontecimentos cotidianos.

Para concluir este artigo, necessariamente reduzido, diríamos que essas incursões pelas diversas concepções de Deus na filosofia cristã e pelas idéias básicas do budismo bastam para mostrar o quanto estamos errados ao ler univocamente uma forma religiosa. Lembremo-nos da igreja descrita na citação que abre este trabalho. Uma construção como aquela fornece muito mais pistas de intercâmbios com outras culturas, aberturas de pensamento e releituras da tradição do que normalmente imaginamos. Encontramos, ao contrário do que pensa aquele historiador, elaborações religiosas extremamente novas, fecundas e singulares nos centros ativos da cristandade. E em igrejas ermas como a de San Baudelio podem haver resquícios de tradições antigas, cristalizações de projetos coletivos há muito elaborados, que são no entanto invisíveis para o pesquisador. Múltiplos níveis de leitura, como já dissemos, se escondem nas tradições religiosas. Não devemos nos deixar enganar pela aparente rigidez das doutrinas oficiais. Mesmo elas mudam. Seu enrijecimento é na verdade um reflexo da tendência humana em simplificar as coisas em demasia e empobrecer as tradições mais fluidas e vivas.

BIBLIOGRAFIA

- A BÍBLIA*. Tradução ecumênica. São Paulo: Loyola e Paulinas, 1996.
- BERNADET, Jean-Claude. A sedução da teologia negativa. In: *Folha de S. Paulo*. Caderno Mais! São Paulo: 20 de julho de 1997.
- GESHE Kelsang Gyatso. *Manual de meditação*. São Paulo: Tharpa Brasil, Centro budista Mahabodhi, 1995.
- JEAUNEAU, Édouard. *A filosofia medieval*. Lisboa: Ed. 70, s/d.

-
- KAJIYA, Carlos. Budismo: história e doutrina. In: *III ciclo de estudos da religião*. UFOP, ICHS, Laboratório de História, Núcleo de Estudos da Religião.
- MORENTE, Manuel Garcia. *Fundamentos de filosofia*. São Paulo: Mestre Jou, 1970.
- NICOLAU DE CUSA. *A visão de Deus*. Tradução e introdução: João Maria André. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988.

ARTIGO

*As artes manuais e mecânicas na província de Minas Gerais:
Um perfil demográfico de artífices e oficiais*

Marcelo Magalhães Godoy & Leonardo Viana da Silva¹

1. As atividades de transformação e o novo paradigma da economia mineira provincial

Há quase duas décadas temos assistido a um crescente e cada vez mais aprofundado interesse de amplo universo de pesquisadores em relação a história econômica e demográfica da Província de Minas Gerais. O resultado deste movimento foi o quase que total redimensionamento das noções e conhecimentos relativos a sociedade e economia mineira dos oitocentos: refutou-se as inconsistentes noções tradicionais, formulou-se instigante conjunto de hipóteses, reuniu-se impressionante volume de novas evidências empíricas e foram alcançados expressivos progressos na verificação das proposições. Se por um lado muitas das indagações permaneceram sem respostas, por outro, firmou-se um novo consenso historiográfico, base necessária às investigações em curso e futuras. À consolidação da percepção de uma economia dinâmica, complexa, com estrutura produtiva diversificada e apresentando ritmo de crescimento superior a média nacional, corresponde a demonstração da concentração no território mineiro dos maiores contingentes de população livre e mancipia para todo o período imperial.²

¹ Pesquisadores do CEDEPLAR/FACE/UFMG, vinculados a pesquisa: História demográfica e econômica de Minas Gerais no século XIX sob a coordenação geral de Clotilde Andrade Paiva.

² O movimento revisionista iniciou-se com a divulgação dos resultados das investigações de Roberto Martins no início da década de 80. O impacto da nova percepção da organização econômica provincial mineira estimulou ou desencadeou uma série de outros trabalhos. Esta primeira onda revisionista esteve marcada por discussão mais teórica em torno das linhas gerais da economia mineira, pela utilização de restrita base empírica e larga predominância do uso de métodos indiretos. Os anos seguintes caracterizaram-se por grande volume de estudos regionais e de casos, com número ampliado de pesquisadores valendo-se de forma intensiva de alargada base empírica e o conseqüente aprofundamento em aspectos

Consolidado novo paradigma, conformou-se estimulante agenda de pesquisas. Dentre os diversos segmentos da economia mineira provincial, o das atividades de transformação é dos menos conhecidos. Ainda que a historiografia reconheça a importância deste setor, incipientes são os conhecimentos relativos a tais atividades. Apesar de existir considerável material acumulado, principalmente para determinadas expressões (a indústria têxtil por exemplo), o setor de transformação praticamente permanece fora de foco dos pesquisadores do dezanove.³

As atividades manuais e mecânicas, o mundo de artífices e oficiais, ocupava parcela significativa da população e correspondia a um dos setores mais desenvolvidos e complexos da Província. O artesanato, a manufatura e as embrionárias experiências fabris constituíam-se em setor vigoroso da economia. Disseminados por todo o território, esses profissionais exerciam gama variadíssima de atividades, atendendo a forte demanda do mercado interno da Província (o maior do Império e com elevado padrão de consumo) e mantendo importantes fluxos de exportação. Trabalhando com as mais variadas matérias-primas (metais, madeira, couro, tecidos, fibras, barro/pedra, metais e pedras preciosas, etc.), produzindo uma infinidade de artigos, cuidando do atendimento da importante procura de serviços na grande rede urbana, cumprindo essenciais funções no sistema de transporte, confeccionando maquinário (para a indústria rural, para a siderurgia/metalurgia, para as grandes unidades extrativas minerais, etc.) e atendendo aos imprescindíveis serviços de manutenção de equipamentos manuais e mecânicos, estes trabalhadores talvez fossem responsáveis pelo setor mais original da organização econômica

apenas delineados naquele primeiro momento. Hoje, meados da década de 90, passamos por um segundo momento revisionista. Retoma-se a análise do conjunto da economia provincial, a partir do acúmulo de dados empíricos e da consolidação de novo paradigma. Avalia-se aquelas proposições iniciais, buscando a configuração de uma percepção mais sólida, sobretudo do ponto de vista do embasamento empírico, visando dirimir os aspectos controversos relativos as linhas gerais da economia provincial.

³ A exceção mais importante a esta realidade de escassez de estudos sobre o setor de transformação são os trabalhos de Douglas Libby relativos ao setor siderúrgico, têxtil e a grande mineração aurífera subterrânea: LIBBY, Douglas C. Transformação e trabalho em uma economia escravista. São Paulo, Brasiliense, 1988.

mineira. Original, portanto, pela disseminação, diversidade e magnitude dessas atividades.

2. O dicionário de ocupações

Este artigo propõe-se a focalizar as artes manuais e mecânicas ou, mais especificamente, os profissionais engajados nestas atividades. O trabalho aqui submetido à apreciação insere-se em uma pesquisa mais ampla, que resultará em uma obra de referência. As considerações e resultados apresentados são partes integrantes do "Dicionário de ocupações existentes em Minas Gerais no século XIX", em andamento.⁴

Iniciativa inédita, intentando-se preencher lacuna bibliográfica e historiográfica, o dicionário de ocupações surgiu do intenso e extenso contato com um Censo Provincial da década de 1830. A princípio, seria um simples glossário subsidiário à utilização e entendimento do próprio censo que lhe fornecera a base de elaboração. Contudo, em pouco tempo, foi possível um redimensionamento de sua importância. Vislumbrou-se um cenário bem mais amplo, onde à sua função inicial incorporaram-se outras de alcance muito maior e mais expressivo. Assim, o dicionário figura, hoje, como obra de larga utilização, fornecedora de dados importantes para a compreensão da sociedade e economia da Província.

Os verbetes estão estruturados com o objetivo de apresentar um vasto conjunto de informações, recolhidas em diversas fontes documentais. Além da definição, as ocupações serão caracterizadas, contextualizadas no tempo e espaço, acompanhadas de estudo demográfico dos indivíduos que as desempenhavam e ilustradas com iconografia.

⁴ Esta investigação encontra-se em andamento, devendo em breve divulgar o resultado da primeira etapa. O tomo I do dicionário tratará das atividades manuais e mecânicas. Uma detalhada apresentação da pesquisa, seja com relação as fontes compulsadas como no que tange às questões metodológicas mais importantes (inclusive a estruturação dos verbetes) encontram-se em: GODOY, Marcelo M. Dicionário das ocupações em Minas Gerais no século XIX. Varia Historia, Departamento de História, FAFICH-UFMG, Belo Horizonte, n.15, p.161-192, março 1996.

Um amplo e rico conjunto de fontes está sendo utilizado na pesquisa de cada um dos verbetes: os principais dicionários da língua portuguesa (elaborados ao longo dos séculos XVIII, XIX, XX), material de caráter censitário para vários pontos no século XIX, os relatos/diários dos viajantes estrangeiros do período (principalmente aqueles que estiveram em Minas Gerais), a literatura ficcional produzida no século XIX e início do XX, os periódicos publicados no século passado, material iconográfico contemporâneo e documentação pública em geral.

O variado e rico universo de fontes utilizadas resulta no conhecimento ampliado das ocupações e, principalmente, na forte consistência interna do próprio verbete. A confrontação de elementos retirados de fontes coevas nos permite a apresentação de informações submetidas não somente a uma crítica interna de seu conteúdo, mas também, de uma crítica externa pormenorizada.

3. A demografia em foco: subsídio para uma obra de referência

Dos elementos que compõem a estrutura do verbete, especial destaque merece o estudo demográfico. As informações de natureza censitária representam o melhor vínculo das ocupações com as referências temporais e espaciais definidas. Identificar os indivíduos envolvidos com as atividades manuais e mecânicas, depreender suas características essenciais, bem como acompanhar o comportamento dessas qualificações no espaço e tempo, são as principais possibilidades incorporadas pelas fontes demográficas. Além disso, trata-se do elemento mais original do dicionário; a incorporação de documentação censitária significa novidade no cenário das obras de referências do gênero.

Porquanto, privilegiaremos, no presente texto, esta parte do verbete. Ao trabalharmos com o principal substrato de natureza demográfica disponível para o período, as listas nominativas de 1831/32, estaremos buscando salientar as potencialidades destas fontes e as conseqüentes diversas possibilidades de utilização no dicionário.

Inventariar as virtualidades do censo de 1831/32 para o dicionário de ocupações é o primeiro momento. Exemplificar com resultados para um número substantivo de ocupações o segundo.

A utilização das informações derivadas das outras fontes se dará no nível daquela avaliação de consistência. Ou seja, submeteremos

os resultados alcançados a partir das listas nominativas à confrontação com o material das demais fontes. Assim, estaremos apresentando resultados consonantes com material contemporâneo de outras naturezas.

4. As listas nominativas de habitantes

As listas nominativas da década de 1830 compõem um rico conjunto documental de caráter censitário. Produzidas por iniciativa da Presidência da Província, conformam dois levantamentos (1831/32 e 1838/40). Com melhor cobertura (em torno de 60% da população e das unidades administrativas - a unidade espacial dos censos é o distrito de paz) o censo de 1831/32 é o mais circunstanciado levantamento populacional do século XIX mineiro. São arrolados regularmente os nomes dos indivíduos, condição social, cor/qualidade, idade, situação conjugal e ocupação. De forma irregular relacionam-se parentescos, nacionalidade e outras informações ainda menos incidentes. Largamente utilizada pelos pesquisadores do dezenove, este conjunto documental encerra possibilidades de trabalho sequer inventariadas.

Origem do próprio projeto do dicionário, as listas nominativas forneceram o rol inicial de ocupações a serem pesquisadas (provavelmente esta documentação guarda a maior relação de ocupações de todo o período imperial brasileiro). A diversidade de atividades revelada, a multiplicidade de associações ocupacionais registrada e a disseminação espacial pelo imenso território da Província são alguns dos fatores a atestarem a centralidade da documentação na construção dos verbetes.⁵

5. Inventariando as possibilidades de trabalho com a documentação censitária

Explicitaremos a seguir as principais possibilidades, até o momento inventariadas, de utilização dos dados demográficos no dicionário de ocupações. Concomitantemente, e de forma sintética, apresentaremos os comportamentos encontrados para as 16 ocupações manuais e mecânicas selecionadas para este trabalho: barbeiro, bordadeira, caldeireiro, chapeleiro, curtidor, esteireiro, ferrador,

⁵ Este imenso conjunto documental encontra-se no Arquivo Público Mineiro, fundos: "Mapas de População" e "Seção Provincial Presidência da Província".

florista, latoeiro, marceneiro, pintor, saboeiro, serrador, telheiro, tintureiro, torneiro.⁶

5.1. Sexo: A variável sexo permite-nos identificar se no exercício de uma determinada ocupação preponderavam os homens ou as mulheres, ou se prevalecia uma situação de equilíbrio entre artesãos e artesãs.

Predominantemente femininas eram 4 ocupações: saboeiro, florista, tintureiro e bordadeira. Masculinas as 12 demais.

5.2. Condição social: Através da variável condição social podemos determinar se os artífices e oficiais que exerciam uma dada ocupação eram livres ou cativos. Dessas duas categorias depreendem-se alguns comportamentos. A ocupação pode ser exercida predominantemente por indivíduos livres, sugerindo tratar-se, provavelmente, quando não-chefes de suas unidades, de um ofício desempenhado por assalariados; ou quando exercida em sua grande maioria ou totalidade por chefes de fogo, constituir-se em trabalho de caráter independente. De outro modo, a ocupação pode ser exercida em sua maioria por indivíduos livres mas com significativa participação de escravos. No caso desses artífices escravos a sua presença em fogos urbanos e com estrutura ocupacional diversificada indica uma possível participação dos negros de ganho no exercício do ofício; quando os cativos são empregados no mesmo mister do chefe de fogo sugere tratar-se de uma atividade rentável o suficiente para basear-se, ao menos em parte, na mão-de-obra servil; os escravos podem ainda estar exercendo a sua ocupação como cativos especializados nas unidades agrícolas diversificadas e auto-suficientes, as típicas grandes unidades escravistas mineiras. Um outro possível comportamento da variável condição social é o equilíbrio entre livres e escravos na prática de um dado ofício, o que permite, em consonância com outras variáveis, detectar o caráter diferenciado da ocupação ao ser exercido por uma outra classe.

Eram quase que exclusivamente desempenhadas por indivíduos livres 9 ocupações: pintor, curtidor, bordadeira, esteireiro, torneiro, saboeiro, latoeiro, tintureiro e florista. Em 6 ocupações existia um importante contingente de escravos: telheiro, marceneiro, caldeireiro, ferrador,

⁶ Apresentamos em anexo, no final do texto, definições preliminares destas ocupações. Já temos inventariadas aproximadamente 150 atividades manuais e mecânicas, sendo que destas dois terços em condição de dar entrada no dicionário. Assim sendo, estas 16 ocupações aqui trabalhadas são numericamente bem representativas.

chapeleiro e serrador. A ocupação barbeiro era igualmente exercida por livres e escravos.

5.3. Cor/"qualidade": Brancos, mestiços (pardos e cabras), criolos (pretos nascidos no Brasil) e africanos/pretos são as quatro classes que conformam a variável cor/"qualidade". Por estas classes podemos segmentar os profissionais das artes manuais e mecânicas, apontando para novos comportamentos. Dessa maneira, uma ocupação pode ser constituída, sobretudo, por artífices brancos, o que, coincidindo com a predominância de chefes de fogo escravistas, revela tratar-se de atividade relativamente rentável. Em contrapartida, a predominância de mestiços pode revelar, verificadas outras variáveis, uma ocupação desempenhada tipicamente por indivíduos pobres. Já os ofícios exercidos sobretudo por africanos/pretos pode apontar para conhecimentos e/ou habilidades específicas que estes negros traziam da África e que eram essenciais ao exercício da atividade.

A ocupação bordadeira era sobretudo de brancos. A ocupação barbeiro era típica dos africanos. Os mestiços preponderavam em 10 ocupações: serrador, ferrador, esteireiro, torneiro, saboeiro, telheiro, latoeiro, tintureiro, pintor e curtidor. Em 4 ofícios havia um equilíbrio entre brancos e mestiços: chapeleiro, marceneiro, florista e caldeireiro.

5.4. Idade: Para viabilizarmos a análise da variável idade classificamos os artífices em três faixas etárias: crianças (0 a 15 anos), adultos (16 a 60 anos) e idosos (acima de 60 anos). O propósito de trabalharmos com estas três faixas etárias e não somente com os adultos (onde concentra-se a população economicamente ativa) é o de detectar indivíduos que estejam inserindo-se na faixa de idade produtiva e portanto que estejam iniciando-se no aprendizado do ofício (que é o caso das crianças), como também detectar indivíduos que estejam, do lado oposto, na plena maturidade do exercício de sua função, em elevado nível de qualificação profissional (que é o caso dos idosos). A supremacia relativa ou absoluta dos adultos no desempenho das artes manuais e mecânicas é o comportamento mais comum e patente de ocorrer, tendo em vista que estamos lidando com a parcela da população em idade produtiva. Contudo, podem ocorrer outros comportamentos. A participação das crianças ou dos idosos em ocupações onde os adultos representam maioria evidencia as duas situações já mencionadas, aprendizes e mestres convivendo com os oficiais. O predomínio de

crianças ou de idosos em uma dada atividade, por seu lado, sugere uma ocupação de caráter menos complexo, que não exija qualificação ou reclame dispendioso esforço físico na sua execução. Os adultos são a grande maioria em todas as ocupações, sendo que na distribuição geral pelas faixas de idade apenas 4 ocupações apresentaram contingente expressivo de idosos: barbeiro, ferrador, saboeiro e esteireiro.

5.5. Situação conjugal: A variável situação conjugal constitui-se de três categorias: casados, solteiros e viúvos. Dentre os comportamentos possíveis, podem ocorrer ocupações desempenhadas por uma maioria de solteiros ou por uma maioria de casados, mas a tendência geral no caso dos artífices é o equilíbrio entre solteiros e casados. Essa tendência ao equilíbrio pode apontar para uma possível relação entre a situação conjugal e o estágio de formação profissional do indivíduo. Pensamos que os casados, ao contrário dos solteiros, pudessem estar, de maneira geral, num patamar de maior maturidade profissional, o que lhes conferiria uma maior estabilidade e independência para constituírem suas próprias famílias. A viuvez parece ser uma tendência em ocupações femininas quando exercidas por chefes de fogo, ou seja, tratam-se de atividades que não ocupam papel de centralidade na unidade, mas que adquirem destaque quando as artesãs que as praticam perdem seus maridos. Apesar de os artífices, de modo geral, apresentarem comportamento de equilíbrio na variável situação conjugal, ainda assim podemos perceber nas 16 ocupações trabalhadas maior presença dos solteiros em 2 dos ofícios : tintureiro e bordadeira. Os casados, por sua vez, possuem maior destaque entre os telheiros.

5.6. Posição no fogo: A variável posição no fogo compõem-se de duas classes de indivíduos: os chefes e os não-chefes de fogo. O chefe do fogo era o indivíduo que liderava o fogo seja enquanto dirigente de uma unidade familiar, seja enquanto proprietário/dirigente de uma unidade produtiva. Já o não-chefe de fogo era um membro da família do chefe, um agregado dos mais diversos tipos ou um escravo. A preponderância de chefes de fogo no desempenho de uma atividade sugere ofício de alguma importância do ponto de vista econômico, dada a centralidade da ocupação do chefe no fogo, isto é, dado que é da atividade do chefe que, quase sempre, provém a renda majoritária do fogo. A chefia também revela a independência de sua atividade daquelas unidades agrícolas diversificadas e autônomas. Quadro oposto

pode ser percebido quando a predominância é dos não-chefes, sabendo-se que o não-chefe, em geral, subsidia/complementa a renda do fogo. Os não-chefes quando em unidades onde o chefe está em outra atividade também pode estar integrando as grandes unidades agrícolas diversificadas e autônomas. A situação de equilíbrio pode apontar para diferenças na atividade quando exercida pelo chefe ou quando exercida pelo não-chefe, verificado o comportamento das demais variáveis em cada um dos casos. Predominam os chefes em 7 ocupações: latoeiro, ferrador, caldeireiro, torneiro, pintor, curtidor e telheiro. São majoritários os não-chefes em 4 atividades: saboeiro, florista, bordadeira e tintureiro. Em 5 ofícios a situação é de equilíbrio: marceneiro, serrador, chapeleiro, barbeiro e esteireiro.

5.7. Percentual de fogos com escravos: O percentual de fogos com escravos quando o artífice é chefe se verificado isoladamente pode não revelar tendências. Contudo, se conjugarmos a análise do percentual de fogos com escravos com as variáveis tamanho das posses e estrutura ocupacional dos escravos poderemos detectar ofícios baseados no trabalho servil (no caso de encontrarmos significativa parcela dos cativos na mesma ocupação do chefe) ou não (no caso dos cativos estarem dissociados diretamente da atividade do chefe). Neste último caso, se também tratarem-se de pequenas posses, depararemos, provavelmente, com uma outra lógica no ter escravos (escravos como investimento ou voltados para atividades domésticas, etc.). Estas constatações aplicam-se aos artífices chefes de fogo, visto que o ofício pode ser desempenhado por escravos que encontram-se em unidades onde a atividade do chefe é distinta. Os chefes de 2 ocupações aparecem sempre ou quase sempre sem escravos em suas unidades: serrador e barbeiro. Em 8 ocupações o percentual de fogos com escravos quando o artífice é chefe varia de 10 a 25%: ferrador, pintor, saboeiro, tintureira, latoeiro, telheiro, torneiro e esteireiro. Varia de 30 a 50% o percentual de fogos com escravos em 6 ocupações: bordadeira, florista, caldeireiro, chapeleiro, marceneiro e curtidor.

5.8. Tamanho das posses de escravos: Buscando, mais uma vez, viabilizar a análise de uma variável, agora o tamanho das posses, recorreremos a simplificação de agrupar os dados em quatro categorias: as faixas de posse pequena (1 a 5 escravos), média (6 a 20 escravos), grande (acima de 20 escravos). Este agrupamento resultou da atenta

observação da frequência simples da posse de escravos da Província. As posses dos artífices escravistas tendem a ser ou predominantemente pequenas com alguma presença das demais faixas (média e, raramente, grande) ou exclusivamente pequenas. A variável tamanho das posses constitui-se em indicação segura da rentabilidade da atividade do chefe de fogo. Eram exclusivamente pequenas as posses dos artífices escravistas de 7 ocupações: esteireiro, torneiro, tintureiro, saboeiro, florista, bordadeira e barbeiro. Havia alguma presença de médias posses, ainda que as pequenas fossem francamente majoritárias, em 8 ocupações: ferrador, chapeleiro, pintor, caldeireiro, latoeiro, telheiro, marceneiro e curtidor.

5.9. Média de indivíduos no fogo: É possível trabalhar com três médias: média total/geral, média de livres e média de escravos. Médias baixas apontam para fogos de tipo simples, onde predominaria a unidade familiar. Em contraposição, as médias altas sugerem fogos de tipo mais complexo, constituídos de indivíduos de origens múltiplas, não somente familiar (agregados de todos os tipos e escravos). A média de escravos novamente corresponde a um indicador de êxito econômico. As médias dos fogos das ocupações estudadas apresentam tendência geral das unidades dos não-chefes em apresentarem médias mais elevadas (tanto total, quanto de livres e escravos isoladamente) do que as dos fogos dos chefes.

5.10. Presença de múltiplos profissionais no fogo: A presença ou não de mais de um profissional do mesmo ofício num fogo constitui-se em um importante indício para avaliarmos se uma ocupação era exercida em caráter estritamente individualizado ou não. Não estamos levando em consideração a possibilidade, real, de indivíduos de fogos distintos estarem trabalhando juntos, dado que a documentação em questão não nos permite avaliar ou comprová-la. Devemos ainda registrar que a irregularidade da informação de ocupação desfavorece em parte a observação da variável presença de múltiplos profissionais no fogo. Contudo, com o que nos foi possível trabalhar, no caso das ocupações manuais e mecânicas percebemos os seguintes comportamentos: maior presença de múltiplos profissionais no mesmo ofício nos fogos onde o chefe exercia a atividade (chapeleiro, e florista), ou, o oposto, nos fogos dos não-chefes (florista, telheiro, torneiro e com grande destaque tintureiro); inexistência de mais de um profissional no mesmo ofício

nos fogos dos chefes (bordadeira e tintureiro), nos fogos dos não-chefes (caldeireiro, esteireiro e curtidor), ou em ambos (barbeiro).

5.11. Estrutura ocupacional: A informação de ocupação nas listas nominativas apresenta duas ordens de problemas que cabe destacar: uma considerável não-informação, que atinge preferencialmente os escravos, mulheres e adolescentes, e que é bastante baixa para os chefes de fogo; uma irregularidade quanto a qualidade de cada levantamento distrital, listas que revelam excepcional rigor no levantamento dos dados e correspondente zelo na confecção do documento convivem com arrolamentos marcados pela simplificação e descuido. Contudo, o diligente rastreamento de todos os casos passíveis de serem trabalhados, cobrindo todo o território provincial, e a rigorosa confrontação com as outras fontes compulsadas na construção dos verbetes, praticamente elimina qualquer efeito que possa distorcer os resultados alcançados com a documentação censitária. Mesmo com estes problemas da informação de ocupação as listas nominativas permanecem sendo a mais importante fonte de subsídios na construção dos verbetes. A adoção de setorização ocupacional fez-se necessária em função do imenso universo de atividades arroladas nas listas. Agrupamos as ocupações nos seguintes setores: agropecuária, agroindústria, extrativismo, atividades manuais e mecânicas (segmentadas por matéria-prima), comércio, funções públicas, serviço doméstico e outras atividades. A estrutura ocupacional pode revelar a existência ou não de diversificação interna nos fogos estudados, indicar o setor econômico central da unidade, apresentar a posição relativa do ofício pesquisado e, associada com outras variáveis, elucidar importantes características dos profissionais em foco. A complexidade da estrutura ocupacional, bem como o seu potencial elucidativo dos mais diversos aspectos concernentes ao exercício das atividades manuais e mecânicas inviabiliza a apresentação isolada desta variável para as ocupações aqui trabalhadas.

5.12. Distribuição espacial: urbano X rural: A distribuição dos fogos em urbanos e rurais é possível apenas para parte das listas, porém, expressivo é o universo de localidades onde nos é dada esta possibilidade. Ainda que a simples constatação de que um ofício era exercido predominantemente no campo ou na cidade seja de grande valia na caracterização das ocupações, em muitos casos é possível

avaliação complexa do exercício da atividade nos dois espaços. Existiam artífices que concentravam-se preferencialmente em uma das áreas, bem como aqueles que igualmente distribuíam-se pelos espaços urbanos e rurais. Predominantemente urbanas eram 10 ocupações: caldeireiro, ferrador, barbeiro, tintureiro, florista, latoeiro, marceneiro, chapeleiro, torneiro e pintor. Majoritariamente rurais eram: telheiro, curtidor, bordadeira, saboeiro e serrador. A ocupação esteireiro apresentava-se com distribuição equilibrada.

5.13. Distribuição espacial: regionalização: Adotamos uma proposta de regionalização para a primeira metade do século dezenove⁷ visando avaliar a distribuição das atividades pela Província. Ao mesmo tempo, trabalhamos com a média por habitante de cada uma das ocupações. O cruzamento do número absoluto de profissionais, o número relativo e a média por habitante possibilita detectar concentrações regionais. Razões históricas, acesso a matéria-prima, distribuição espacial do mercado consumidor, presença de rede urbana e interveniência de variáveis demográficas são alguns dos principais fatores a explicar a distribuição espacial dos artífices. Em alguns casos teremos ofícios com forte concentração em espaços menores que as regiões, localidades que eram verdadeiros centros de determinadas atividades.

6. Barbeiros, caldeireiros, floristas e latoeiros: um perfil demográfico de artífices e oficiais: Na sequência apresentaremos o desenvolvimento da parte demográfica de quatro ocupações. Estarão relacionadas todas as variáveis acima expostas, conformando uma caracterização o mais consistente possível destes ofícios. Será possível visualizar a fortuna das listas nominativas para o dicionário de ocupações. Vale ressaltar que o valor desta documentação ganhará, no formato final e completo dos verbetes, uma dimensão muito maior

⁷ A regionalização adotada foi elaborada com base no depoimento dos principais viajantes estrangeiros que percorreram o território mineiro na primeira metade do século XIX. A apresentação de cada região, de suas características, bem como do próprio itinerário de investigação e decisões de natureza metodológica que presidiram a definição das áreas estão em: GODOY, Marcelo M. Intrépidos viajantes e a construção do espaço : uma proposta de regionalização para as Minas Gerais do século XIX. Texto para discussão. n ° 109. Belo Horizonte : CEDEPLAR / UFMG, 1996. Ao final do texto reproduzimos um mapa de Minas Gerais com os principais acidentes geográficos da Província, as sedes municipais de meados da década de 1830 e a delimitação das regiões.

ainda, quando estará completando e será completada pelos subsídios fornecidos pelas outras fontes.

6.1. Barbeiro: Características gerais - Os barbeiros eram homens majoritariamente adultos, apesar do expressivo número de idosos. Existia um quantidade mais ou menos igual de livres e escravos exercendo este ofício. Predominavam os barbeiros casados. Estes polivalentes artífices eram destacadamente africanos (60%) e em menor número criolos (23%) e mestiços. A origem africana ou descendência direta (83%) da grande maioria dos barbeiros, evidencia que esses profissionais traziam conhecimentos ou, hipótese menos provável, habilidades essenciais ao desempenho dos múltiplos afazeres desta ocupação. Viviam em unidades diversificadas, onde preponderavam equilibradamente as atividades agrícolas e as atividades manuais e mecânicas. O ofício dos barbeiros aparece, em geral, como atividade secundária em suas unidades. O fato destes profissionais serem na maior parte das vezes não-chefes reforça esta constatação. Quase todos estes artífices trabalhavam nos espaços urbanos. Quatro regiões contíguas, situadas no centro e sudeste da Província (Diamantina, Médio Baixo Rio das Velhas, Mineradora Central Oeste e Sudeste), concentravam 75% dos barbeiros, apesar de responderem por apenas 43% da população provincial. É também nestas regiões que verificou-se índices iguais e superiores a média provincial de 1 barbeiro para cada 11300 habitantes. Esta concentração é consonante com aquela associação do ofício com a origem africana. Estas regiões eram as mais antigas áreas ligadas a mineração e portanto ao tráfico de escravos, além de todas elas constituírem-se em pontos privilegiados de destino dos africanos que ainda chegavam em grande número a Minas Gerais na primeira metade do século XIX. A Região de Diamantina, que reunia proporcionalmente o maior contingente de africanos da Província, sobretudo no concernente a população escrava, apresenta uma média quatro vezes maior de barbeiros do que a média provincial. Foram arrolados 40 indivíduos envolvidos nesta atividade e estimada a existência de pelo menos mais 24 profissionais, resultando no número mínimo de 64 barbeiros para a terceira década do século XIX.

Os barbeiros chefes de fogo - Também homens e exclusivamente livres, quase sempre casados. Igualmente majoritariamente adultos, com número expressivo de idosos. Havia um certo equilíbrio entre os

africanos, criolos e mestiços, ainda que os primeiros fossem os mais numerosos. Viviam em pequenas unidades, média de 3 indivíduos e raramente possuíam escravos (apenas 5% dos chefes eram escravistas de pequenos plantéis). Jamais apareceu mais de um barbeiro no mesmo fogo. Atividade individual, normalmente incapaz de gerar renda suficiente para a aquisição de escravos, este mister provavelmente era exercido, quando de forma independente, por indivíduos livres pobres. Os fogos destes barbeiros chefes estavam voltados quase que exclusivamente para as atividades manuais e mecânicas, predominando sobremaneira o ofício destes versáteis profissionais. Trabalhadoras em tecidos aparecem em grande parte destas unidades. Os barbeiros chefes estavam em sua grande maioria nos espaços urbanos.

Os barbeiros não-chefes de fogo - Também homens, porém quase todos escravos (91%). Adultos em sua grande maioria e sobretudo solteiros. Eram esmagadoramente africanos, pequeno número de criolos e raros mestiços. Quase todos os barbeiros não-chefes viviam em fogos com escravos, a maior parte unidades agrícolas, sendo que a grande maioria destes cativos parecem estar nas típicas unidades agrícolas diversificadas e autônomas. Os fogos dos não-chefes, com média de 49 indivíduos e 40 escravos, apresentavam estrutura ocupacional diversificada. A majoritária atividade agrícola convivia com atividades manuais e mecânicas bastante variadas e outros setores menos expressivos. Os barbeiros não-chefes estavam em sua grande maioria nos espaços rurais.

6.2. Caldeireiro: Características gerais - Os caldeireiros eram homens, preponderantemente livres e adultos. A maior parte casados, com número expressivo de solteiros. Havia relativo equilíbrio entre brancos e mestiços, com número algo expressivo de criolos e africanos. A estrutura ocupacional de seus fogos apresentava alguma diversificação. Predominavam as atividades manuais e mecânicas, com destaque para os próprios caldeireiros, que isoladamente eram os mais numerosos. As atividades agrícolas em geral também eram importantes. Dois terços dos fogos eram chefiados por estes oficiais do cobre, revelando ser uma atividade majoritariamente independente e dissociada das típicas unidades agrícolas diversificadas e autônomas. Estes profissionais trabalhavam em sua grande maioria nos espaços urbanos. Três regiões contíguas, situadas no centro da Província

(Intermediária de Pitangui e Tamanduá, Mineradora Central Oeste e Médio Baixo Rio das Velhas), concentravam quase 80% dos caldeireiros, apesar de responderem por apenas 41% da população provincial. É também nestas regiões que verificou-se índices superiores a média provincial de 1 caldeireiro para cada 7296 habitantes. A localização urbana, a necessidade de pronto provimento de matéria-prima (importada) e a dependência de uma demanda mais qualificada são os principais fatores a explicarem esta distribuição espacial. Foram arrolados 62 indivíduos envolvidos nesta atividade e estimada a existência de pelo menos mais 36 profissionais, resultando no número mínimo de 98 caldeireiros para a terceira década do século XIX.

Os caldeireiros chefes de fogo - Exclusivamente homens e livres, sendo que os casados eram francamente predominantes. Os caldeireiros brancos respondiam por quase 60% destes fogos, indicando que a esta classe de indivíduos ficava a maior parte do setor independente da atividade. Ainda que predominassem os adultos, é dentre os chefes que existia um expressivo número de idosos. São exatamente estes anciões que chefiavam a maior parte dos fogos com mais de um caldeireiro, tornando patente que muito provavelmente tratavam-se de mestres de ofício, incumbindo-se da supervisão, iniciação e aperfeiçoamento de outros artífices. Os escravos correspondiam a uma quarta parte dos indivíduos nas unidades chefiadas por caldeireiros. A média era de 6 indivíduos por fogo. A metade destes oficiais chefes de fogo possuía escravos, preponderando a pequena posse. Bem significativo era o contingente de escravos envolvidos no mister de seu senhor, indicando ser esta uma atividade que em alguma medida envolvia mancípios, capaz portanto, de gerar renda expressiva. A estrutura ocupacional é semelhante a dos caldeireiros em geral, com as atividades manuais e mecânicas bem destacadas (permanecendo os trabalhadores das caldeirarias os mais numerosos isoladamente) e uma atividade agrícola algo expressiva. O relacionamento da faixa etária dos caldeireiros, posse de escravos e a estrutura ocupacional possibilita perceber traço curioso do ofício. Os caldeireiros escravistas que possuíam cativos alocados nas atividades agrícolas era reduzido a pequeno grupo, com características que os distinguiam dos demais companheiros de ofício escravistas. Este grupo minoritário era composto de profissionais com média de idade elevada (49 anos), detinham as maiores posses de

escravos (as posses de tamanho médio), estavam em seus fogos a maior parte daqueles escravos caldeireiros, a média de indivíduos em geral e de escravos era bem superior a dos fogos dos demais chefes e, principal elemento a conferir identidade a este segmento dos artífices do cobre escravistas, reuniam em suas unidades quase todos os indivíduos trabalhando nas atividades agrícolas (são exclusivamente escravos os indivíduos ocupados nas atividades agrícolas que aparecem nos fogos dos caldeireiros chefes). Em suma, o ofício de caldeireiro possibilitava, pelo menos a parcela importante de seus trabalhadores, a geração de renda suficiente para a aquisição de escravos, e, em um momento intermediário para avançado da trajetória profissional, a posse de contingente ampliado de cativos e a diversificação produtiva de suas unidades (as atividades agrícolas como foco preferencial deste alargamento da base produtiva).

Os caldeireiros não-chefes de fogo - Também exclusivamente homens e praticamente só adultos. Ao contrário dos caldeireiros chefes, onde predominavam sobremaneira os casados, entre os não-chefes preponderavam os solteiros. Na cor e na condição chefes e não-chefes também se distinguiram. Os não-chefes eram igualmente livres e escravos e majoritariamente mestiços, com número algo expressivo de criolos e africanos. A cor coaduna-se com a situação de não-chefes destes caldeireiros, onde aos mestiços, criolos e africanos cabia o exercício dependente e/ou menos dinâmico da atividade. A média de indivíduos nestas unidades é o dobro da média dos fogos dos chefes, bem como a média de escravos é 4 vezes maior. A ausência de unidades com mais de um caldeireiro sinaliza para um exercício individual dos labores do cobre. A estrutura ocupacional é também diversificada, porém com as atividades agrícolas com maior destaque, as atividades manuais e mecânicas menos vigorosas ainda que majoritárias e os caldeireiros com a sua participação reduzida a metade do que representavam quando chefes. A ocupação dos chefes destas unidades sugere que os caldeireiros estavam trabalhando no apoio ou consorciados com outras atividades, sobretudo as atividades agrícolas, os trabalhos em tecidos e o comércio.

Caldeireiros nos espaços urbano e rural - A distribuição era bastante desproporcional, 71% no espaço urbano. Eram exclusivamente homens livres na área rural e pequena parcela escravos na área urbana,

sinalizando para uma atividade algo escravista apenas nesta última. Os adultos prevaleciam nas cidades e havia um equilíbrio destes com os idosos na área rural. Enquanto eram sobretudo solteiros na área urbana, havia maior presença de casados na área rural. Os mestiços predominavam nas cidades, seguidos de número substantivo de brancos, enquanto no campo os caldeireiros brancos sobrepujavam os demais, com os africanos como os segundo mais numerosos. As estruturas ocupacionais eram semelhantes. Todos os caldeireiros da área rural chefiavam suas unidades, sendo que 50% deles possuíam escravos (pequenos plantéis sobretudo) e provavelmente trabalhavam individualmente, visto nunca aparecerem acompanhados de outros artífices do cobre. Os caldeireiros da área rural estavam dissociados das unidades agrícolas diversificadas e autônomas. A maior parte dos caldeireiros da área urbana eram não-chefes (60%). Os chefes das cidades possuíam escravos em 40% dos casos (equilíbrio de pequenos e médios plantéis), estando parte significativa destes cativos engajados no mister de seus senhores. Assim sendo, é no espaço urbano que existem indícios de que a atividade não era exercida somente individualmente. Os espaços urbanos em função, sobretudo, de uma procura mais regular e acesso facilitado a matéria-prima, favoreciam o estabelecimento das caldeirarias, bem como a expansão da atividade, propiciando o aumento dos profissionais envolvidos com o ofício.

6.3. Florista: Características gerais - As floristas eram exclusivamente mulheres livres e adultas. Predominavam as solteiras, seguidas das casadas e de número não desprezível de viúvas. Dividiam-se igualmente em brancas e mestiças. Viviam em fogos com diversificada estrutura ocupacional, ainda que predominassem as atividades manuais e mecânicas. Isoladamente os trabalhos com flores predominavam nestes domicílios. Menos de 20% dos fogos eram chefiados pelas próprias floristas, apontando para a não centralidade e provavelmente caráter doméstico da atividade. Estas artífices concentravam-se em sua quase totalidade nos espaços urbanos. Foram arroladas 21 floristas.

As floristas chefes de fogo - Também mulheres livres, adultas e igualmente divididas em brancas e mestiças. Eram sobretudo viúvas e em menor número solteiras. A viuvez parece ser o caminho típico que ascende a florista a chefia de seu domicílio, reforçando mais ainda

aquela não centralidade e provavelmente caráter doméstico da atividade. De cada 10 indivíduos livres nestas unidades 4 eram escravos e a média era de 6 indivíduos por fogo. Metade destas floristas chefes possuíam escravos, sendo todas as posses de pequeno porte. Os cativos destas artífices jamais apareceram exercendo o mister de suas proprietárias. Atividade desempenhada por livres, os labores com flores não só estavam dissociados da escravidão, como, tudo indica, eram incapazes de gerar renda suficiente para a aquisição de cativos. Como foi ressaltado, as floristas eram preponderantemente não-chefes e quando assumiam a chefia de seus domicílios o faziam pela morte de seus cônjuges, o que desvincula a aquisição de escravos do resultado de sua atividade. Em parte substantiva das unidades chefiadas por floristas existiam mais de uma profissional deste ofício, indício de que a atividade não era exercida apenas individualmente. A estrutura ocupacional era menos diversificada nestes fogos, com acentuado predomínio das atividades manuais e mecânicas e maior importância isolada das floristas.

As floristas não-chefes de fogo - Da mesma forma eram mulheres livres, adultas e igualmente divididas em brancas e mestiças. Predominavam as casadas, seguidas de considerável número de solteiras. A média de indivíduos por fogo é 100% maior do que a das unidades chefiadas por floristas. Relativamente os escravos também são mais numerosos. Estes indícios superpostos aos correspondentes para os casos onde as floristas são chefes, sugerem um esvaziamento geral e a regressão econômica quando da passagem da chefia da unidade para aquelas artífices. Muito mais diversificada é a estrutura ocupacional das não-chefes, com importância bem menor das atividades manuais e mecânicas em geral e isoladamente das trabalhadoras com flores em relação as unidades chefiadas pelas floristas. Do mesmo modo que nestas unidades, contudo, ocorre em significativa parcela dos fogos das floristas não-chefes a presença de mais de uma profissional do mesmo ofício, o que reforça aquele indício de que estas artífices não exerciam seu labor individualmente.

6.4. Latoeiro Características gerais - Os latoeiros eram homens livres e majoritariamente casados. Em sua grande maioria eram adultos, existindo, contudo, um diminuto número de pequenos latoeiros, verdadeiros aprendizes (estas crianças eram iniciadas no ofício tanto

dentro como fora de seus domicílios). Prevalecia largamente os mestiços, ainda que um número considerável fosse constituído de brancos. A estrutura ocupacional revela o predomínio das atividades manuais e mecânicas, com destaque para os trabalhos em metais, sendo que nenhum outro mister envolvia mais indivíduos do que o de latoeiro. Quase dois terços dos fogos eram chefiados pelos próprios oficiais da lata e do latão, revelando ser uma atividade preponderantemente independente e dissociada das típicas unidades agrícolas diversificadas e autônomas. Estes profissionais trabalhavam em sua grande maioria nos espaços urbanos. Cinco regiões contíguas, situadas no centro e centro-norte da Província (Sertão, Médio Baixo Rio das Velhas, Intermediária de Pitangui e Tamanduá, Diamantina e Mineradora Central Oeste), concentravam mais de 80% dos latoeiros, apesar de responderem por apenas 46% da população provincial. É também nestas regiões que verificou-se índices iguais e superiores a média provincial de 1 latoeiro para cada 3120 habitantes. A localização urbana, a necessidade de pronto provimento de matéria-prima (muito provavelmente importada) e a dependência de uma demanda mais qualificada são os principais fatores a explicarem esta distribuição espacial. Foram arrolados 145 indivíduos envolvidos nesta atividade e estimada a existência de pelo menos mais 85 profissionais, resultando no número mínimo de 230 latoeiros para a terceira década do século XIX.

Os latoeiros chefes de fogo - Também homens, livres e adultos, os latoeiros chefes eram majoritariamente casados. A composição por cor permanece inalterada. Para cada 10 indivíduos livres nestas unidades existia apenas um escravo. A média era de 5 indivíduos por fogo. Estes oficiais eram francamente despossuídos de escravos, com menos de 20% destes latoeiros chefes proprietários de cativos. Quando escravistas detinham quase que exclusivamente pequenos plantéis. Os cativos dos latoeiros jamais apareceram exercendo o mister de seus senhores, estando concentrados em sua grande maioria no serviço doméstico. 41% dos escravos destes profissionais eram crianças, com fortes evidências de terem sido geradas na própria unidade, e 56% mulheres. Este quadro revela uma atividade não-baseada no trabalho escravo e, possivelmente, geradora de renda insuficiente para inscrever estes profissionais na classe dos escravistas. Além disso, existem

substantivos indícios de que os minoritários latoeiros escravistas adquiriam escravos como investimento, visando, através da reprodução natural, lucros futuros. Foi possível detectar a presença de mais de um latoeiro em 11% dos fogos, indício de que a atividade não era exercida apenas individualmente. Nas unidades chefiadas por estes artífices da latoaria maior ainda era o predomínio das atividades manuais e mecânicas, sendo que os indivíduos envolvidos com os labores da lata e do latão eram a metade, seguidos de grande número de trabalhadoras em tecidos. Portanto, é inequívoca a associação destas duas atividades; latoeiros convivendo em suas unidades independentes, baseadas no trabalho livre, com a típica ocupação feminina do século XIX mineiro.

Os latoeiros não-chefes de fogo - Também homens, livres e marcadamente mestiços, os latoeiros não-chefes eram sobretudo solteiros. Ainda que predominassem os indivíduos adultos, é naturalmente entre os não-chefes que aparece um número algo considerável de crianças. Para cada 12 indivíduos livres nestes fogos existiam 3 escravos, revelando unidades bem menos dissociadas do trabalho escravo do que as dos latoeiros chefes. A média de 7.5 indivíduos por fogo é 50% maior do que a dos fogos dos chefes. Os 30% a menos de casos de presença de mais de um latoeiro no fogo, em relação ao número encontrado para os chefes, é indício menos forte de um exercício não-individual da atividade. A estrutura ocupacional era bem mais diversificada nos fogos dos não-chefes, os latoeiros aparecem no mesmo número das trabalhadoras em tecidos, além de número considerável de indivíduos nas atividades agrícolas em geral, na mineração e no comércio. A observação da ocupação dos chefes destas unidades evidencia que alguns dos latoeiros poderiam estar trabalhando no apoio ou consorciados com outras atividades (mineração, comércio e atividades agrícolas), ou mesmo como integrantes daquelas mencionadas unidades agrícolas diversificadas.

Latoeiros nos espaços urbano e rural - Muitas eram as características que aproximavam os menos numerosos latoeiros que exerciam seu trabalho no campo (29%) de seus companheiros de ofício bem mais incidentes da cidade (71%). Poucas eram as situações onde havia uma clara distinção entre a configuração da atividade nos dois espaços. Eram homens livres e adultos em ambos os casos. Os poucos casos de crianças estavam na área urbana, onde a concentração numérica de

profissionais, maior adensamento espacial e desenvoltura da atividade devia favorecer a iniciação dos neófitos. Em ambos os espaços eram casados, ainda que com percentual mais elevado na área rural. Apesar de majoritários sempre, os mestiços eram mais incidentes no espaço urbano, resultando, por consequência, em uma maior participação dos brancos na área rural. A estrutura ocupacional é diferenciada. Enquanto os latoeiros do espaço urbano estão em unidades onde 88% dos indivíduos trabalham em atividades manuais e mecânicas (os trabalhos em tecidos ocupam metade dos integrantes destes fogos), os da área rural inscrevem-se nos fogos onde estas são 52% (tecidos com 20%). O número de indivíduos vinculados as oficinas de latoaria é proporcionalmente igual em ambas as áreas. Por outro lado, previsivelmente, as atividades agrícolas que são praticamente inexistentes no espaço urbano alcançam 38% no rural. Em síntese, é no espaço urbano que se dava mais fortemente aquela associação entre latoeiros e trabalhadoras em tecidos, bem como é no espaço rural que eles aproximavam-se das atividades agrícolas em geral. Relativamente, os latoeiros da área rural chefiavam o mesmo número de unidades que os da urbana. Contudo, os chefes urbanos eram mais prósperos, sendo 70% mais escravistas do que os chefes rurais, além de serem constituídos de um contingente expressivo de médios proprietários (25%), inexistentes na área rural. Uma procura mais regular e qualificada por seus serviços, a possibilidade de um exercício mais sedentário da atividade e um acesso mais facilitado às matérias-primas explicam a maior rentabilidade alcançada pelos latoeiros das cidades. Já com os não-chefes o comportamento é outro. Os não-chefes urbanos encontravam-se em fogos constituídos quase que exclusivamente de indivíduos livres, ao passo que os não-chefes rurais estavam em unidades onde os escravos eram mais de 20%. A estrutura ocupacional joga luz nesta diferença. Enquanto a estrutura dos não-chefes urbanos permanece praticamente inalterada em relação aos latoeiros urbanos em geral, a estrutura dos não-chefes rurais altera-se bastante. As atividades agrícolas passam a envolver 71% dos indivíduos e as atividades manuais e mecânicas ficam reduzidas a 22%. Desse modo, fica evidente que os latoeiros não-chefes urbanos encontravam-se em unidades voltadas para os mistérios manuais e mecânicos e baseadas no trabalho livre; por sua vez, os latoeiros não-chefes rurais estavam em

unidades francamente agrícolas e com significativa presença de escravos.

ANEXO 1

DEFINIÇÃO DAS OCUPAÇÕES CONSTANTES NO TEXTO

Seguem definições preliminares das ocupações que foram trabalhadas no texto. Preliminares e parciais, estas definições cumprem o objetivo precípua de delimitarem as funções básicas desempenhadas por estes profissionais. Utilizou-se os mesmos dicionários e enciclopédias que compõem o elenco de obras que fornecerão os subsídios para a elaboração definitiva e completa da definição dos verbetes. A parte etimológica está restrita a indicação dos dicionários que forneceram subsídios à definição, sem assinalar a contribuição específica para cada um de seus elementos constitutivos. As siglas entre colchetes indicam a obra de onde foram retiradas as passagens e, ao final, o conjunto de obras que forneceram algum tipo de subsídio na construção da definição. Os asteriscos indicam casos onde o texto não foi retirado de nenhum dos dicionários, ainda que tal elemento constitutivo da definição tenha aparecido em ao menos uma obra.

BARBEIRO - "Homem que faz a barba a outrem, que rapa, corta, apara as barbas, por dinheiro" [FC] "Corta o cabelo aos homens" [GE] "Cabeleireiro" [GE] "Cirurgião pouco instruído que sangrava, deitava ventosas, sarjas, punha causticos" [FC] "Sangrador" [AM] "Barbeiros de lanceta" [AM] "Fazia operações cirurgicas pouco importantes" [FC] "Cirurgião barbeiro" [FC] "Dentista" [GE] - [RB AM DJ FC DV CA CF ML GE PD LF ABH]

BORDADEIRA - "Mulher que borda, que faz bordados" [GE] "Bordadora" [AM] - [RB AM FC DV CA CF ML GE PD LF ABH]

CALDEIREIRO - "Artífice que faz caldeiras e outros utensílios de cobre ou de outro metal" [ABH] "Official que faz caldeiras, tachos, e vasos de cobre que vão ao fogo" [DJ] "Aquele que vende caldeiras e outros utensílios de cobre ou de outro metal [*]" "Aquele que conserta caldeiras, tachas, tachos, painéis, alambiques e outros utensílios de cobre ou de outro metal [*]" - [RB AM DJ FC DV CA CF ML GE PD LF ABH]

CHAPELEIRO - "Aquele que faz e/ou vende chapéus" [ABH] "Sombreiro" [AM] - [AM FC DV CA CF ML GE PD LF ABH]

CURTIDOR - "Operário que tem officio de cortir pelles ou coiros" [CA] - [RB AM FC DV CA ML GE PD LF ABH]

ESTEIREIRO - "Official que faz esteiras" [DV] "O que as vende" [DV] - [RB AM FC DV CA CF ML GE PD LF ABH]

FERRADOR - "Official, que prega ferraduras às bestas" [RB] - [RB AM FC DV CA CF ML PD LF ABH]

FLORISTA - "Fabricante de flores" [DV] "Pintor de flores" [FC] "Pessôa, que vende flores" [CF] "Pessoa que faz, pinta ou vende flores artificiais" [ML] - [DV FC CA CF ML GE PD LF ABH]

LATOEIRO - "O que faz obra de latão" [AM] "O que faz obra de lata" [*] "Aquele que conserta obras de latão e lata" [*] "Indivíduo que trabalha em latoaria" [GE] "Official que trabalha em obras de latão e as vende" [FC] "Aquele que vende obras de lata" [*] "Funileiro" [CF] "Picheleiro" [GE] - [AM DJ FC CA CF ML GE PD LF ABH]

MARCINEIRO - "Artifice que trabalha em objectos de madeiras, principalmente na feitura de moveis" [CA] "Official que lavra madeira com mais primor que carpinteiros" [RB] "Os marceneiros também trabalham muitas vezes em obras de tauxia, e marchetes, obras folheadas com madeiras preciosas, como mogno, pau-rosa, jacarandá, etc." [DV] "Muitos marceneiros entalhão" [FC] - [RB AM FC DV CA CF ML GE PD LF ABH]

PINTOR - "O que sabe, ou exerce a pintura" [AM] "Operario que pinta porta, janellas, paredes; que pinta grosseiramente" [CA] "Pintor de brocha" [CA] "Borrador" [FC] - [AM FC DV CA CF ML PD LF ABH]

SERRADOR - "Aquele que serra" [ABH] "Aquele cujo ofício é serrar madeira" [GE] "Official que serra madeira, do que faz com serra braçal" [AM] - [RB AM FC DV CA CF ML GE PD LF ABH]

TELHEIRO - "Artifice que faz telhas" [CA] "Oleiro" [GE] - [AM FC DV CA CF ML GE PD LF ABH]

SABOEIRO - "Fabricante de sabão" [FC] "Pessoa que vende sabão" [DV] "Official de saboaria" [CA] - [RB AM FC DV CA CF ML GE PD LF ABH]

TINTUREIRA - "Que exerce a arte de tingir" [CA] "Official, que da tintura a panos" [RB] "Oficial que tinge chapéus" [*] "Dono de tinturaria" [CF] - [RB AM DJ FC DV CA CF ML GE PD LF ABH]

TORNEIRO - "Official, que faz obras ao torno" [**RB**] "O que lavra obras de páo, marfim, ou metal ao torno" [**AM**] Oficial que lavra obras de côco ao torno [*] Oficial que lavra obras de osso ao torno [*] Oficial que pule no torno as obras de prata de martelo, das maiores desigualdades deixadas por este [*] - [**RB AM FC DV CA CF ML GE PD LF ABH**]

DICIONÁRIOS E ENCICLOPÉDIAS

RB - BLUTEAU, Rafael. **Vocabulario Portuguez e Latino**. Lisboa: Oficina de Pascoal da Sylva, Impressor de sua Magestade, 1712-1728.

AM - SILVA, Antonio Morais. **Dicionario da Lingua Portuguesa Composto pelo Padre Rafael Bluteau, Reformado e Acrescentado por Antonio de Moraes Silva**. Lisboa: Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1789. (4ª. Ed. 1831).

DJ - PEREIRA E SOUZA, Joaquim José Caetano. **Diccionario Jurídico**. Lisboa, 1825.

FC - CONSTANCIO, Francisco Solano. **Novo Diccionario Critico e Etymologico da Lingua Portuguesa**. Paris, 1836. (8ª. ed. 1963).

DV - VIEIRA, Domingos. **Grande Diccionario Portuguez ou Thesouro da Língua Portuguesa**. Lisboa: Ernesto Chardon e Bartolomeu H. de Morais, 1871-1874.

CA - AULETE, F. J. Caldas. **Diccionario Contemporaneo da Lingua Portuguesa**. Lisboa, 1881. (2ª. ed. 1925).

CF - FIGUEIREDO, Candido. **Novo dicionario da Lingua Portuguesa**. Lisboa, 1899 (5ª. ed. 1913).

ML - LEMOS, Maximiliano. **Encyclopedia Portuguesa Illustrada: dicionario universal**. Porto, [1900?].

GE - **Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira**. Lisboa/Rio de Janeiro: Editora Encyclopedia Ltda, 1935.

PD - **Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro/São Paulo: Civilização Brasileira, 1938.

LF - FREIRE Laudelino. **Grande e Novissimo Dicionario da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: A Noite, 1939-1944.

ABH - FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975. (2ª. ed. 1986).

APÊNDICE ESTATÍSTICO*

*** AS TABELAS E QUADROS FORAM RELACIONADOS SEGUNDO A ORDEM EM QUE OS DADOS FORAM TRABALHADOS NO TEXTO**

A - PARTE GERAL

1- DISTRIBUIÇÃO DAS OCUPAÇÕES SEGUNDO O SEXO, CONDIÇÃO SOCIAL E FAIXA ETÁRIA

	SEXO			CONDIÇÃO SOCIAL						FAIXA ETÁRIA										
	Homem		Mulher	Total	Livre	Escla-vo	Total	Criança	Adulto	Idoso	Total									
	A	%	A	%	A	%	A	%	A	%	A	%								
BARBEIRO	40	100	-	-	40	100	21	53	19	47	40	100	1	2	30	75	9	23	40	100
BORDADEIRA	1	1	80	99	81	100	73	90	8	10	81	100	9	11	71	88	1	1	81	100
CALDEIREIRO	62	100	-	-	62	100	52	84	10	16	62	100	1	2	51	82	10	16	62	100
CHAPELEIRO	78	93	6	7	84	100	62	74	22	26	84	100	6	7	78	93	-	-	84	100
CURTIDOR	95	100	-	-	95	100	88	93	7	7	95	100	-	-	86	91	9	9	95	100
ESTEIREIRO	17	100	-	-	17	100	16	94	1	6	17	100	-	-	10	59	7	41	17	100
FERRADOR	48	98	1	2	49	100	41	84	8	16	49	100	1	2	34	69	14	29	49	100
FLORISTA	-	-	21	100	21	100	21	100	-	-	21	100	-	-	21	100	-	-	21	100
LATOEIRO	140	97	5	3	145	100	143	99	2	1	145	100	7	5	133	92	5	3	145	100
MARCINEIRO	55	98	1	2	56	100	46	82	10	18	56	100	4	7	48	86	4	7	56	100
PINTOR	57	100	-	-	57	100	53	93	4	7	57	100	4	7	46	81	7	12	57	100
SABOEIRO	7	19	30	81	37	100	35	95	2	5	37	100	-	-	27	73	10	27	37	100
SERRADOR	21	100	-	-	21	100	16	76	5	24	21	100	1	5	20	95	-	-	21	100
TELHEIRO	269	95	15	5	284	100	246	87	38	13	284	100	16	6	239	84	29	10	284	100
TINTUREIRO	-	-	16	100	16	100	16	100	-	-	16	100	1	6	13	81	2	13	16	100
TORNEIRO	82	100	-	-	82	100	80	98	2	2	82	100	4	5	65	79	13	16	82	100

FONTE : MAPAS DE POPULAÇÃO DE MG, 1830-1840 (Ver Anexo 2)

2- DISTRIBUIÇÃO DAS OCUPAÇÕES SEGUNDO A COR/“QUALIDADE” E SITUAÇÃO CONJUGAL

	COR / “QUALIDADE”							SITUAÇÃO CONJUGAL														
	Branco		Mestiço		Crioulo	Africano/ preto	Não informa	Total	Solteiro		Casado	Viúvo	Não informa	Total								
	A	%	A	%	A	%	A	%	A	%	A	%	A	%	A	%						
BARBEIRO	-	-	6	15	9	23	24	60	1	2	40	100	15	38	24	60	1	2	-	-	40	100
BORDADEIRA	57	70	19	24	5	6	-	-	-	-	81	100	51	63	28	35	2	2	-	-	81	100
CALDEIREIRO	25	40	22	36	9	14	6	10	-	-	62	100	25	40	36	58	1	2	-	-	62	100
CHAPELEIRO	26	31	35	42	5	6	18	21	-	-	84	100	41	49	39	46	4	5	-	-	84	100
CURTIDOR	31	33	54	57	4	4	5	5	1	1	95	100	39	41	47	50	7	7	2	2	95	100
ESTEIREIRO	3	18	9	53	1	6	4	23	-	-	17	100	4	24	10	59	3	17	-	-	17	100
FERRADOR	5	10	35	72	7	14	2	4	-	-	49	100	14	29	27	55	7	14	1	2	49	100
FLORISTA	10	48	10	48	-	-	-	-	1	4	21	100	11	53	7	33	3	14	-	-	21	100
LATOEIRO	33	23	96	66	11	8	3	2	2	1	145	100	60	42	78	54	5	3	2	1	145	100
MARCINEIRO	21	37	25	45	5	9	5	9	-	-	56	100	32	57	22	39	2	4	-	-	56	100
PINTOR	13	23	33	58	7	12	3	5	1	2	57	100	25	44	31	54	1	2	-	-	57	100
SABOEIRO	2	5	21	57	7	19	7	19	-	-	37	100	19	52	16	43	2	5	-	-	37	100
SERRADOR	5	24	9	43	3	14	4	19	-	-	21	100	9	43	11	52	1	5	-	-	21	100
TELHEIRO	58	20	147	52	45	16	23	8	11	4	284	100	81	29	182	64	15	5	6	2	284	100
TINTUREIRO	-	-	10	63	6	37	-	-	-	-	16	100	11	69	3	19	2	12	-	-	16	100
TORNEIRO	18	22	58	71	4	5	2	2	-	-	82	100	31	38	47	57	3	4	1	1	82	100

FONTE : MAPAS DE POPULAÇÃO DE MG, 1830-1840 (Ver Anexo 2)

3- POSIÇÃO DOS ARTÍFICES NO FOGO

	Chefe		Não-chefe		Total	
	A	%	A	%	A	%
BARBEIRO	19	47	21	53	40	100
BORDADEIRA	7	9	71	91	78	100
CALDEIREIRO	41	66	21	34	62	100
CHAPELEIRO	34	41	49	59	83	100
CURTIDOR	68	73	25	27	93	100
ESTEIREIRO	10	59	7	41	17	100
FERRADOR	34	69	15	31	49	100
FLORISTA	4	19	17	81	21	100
LATOEIRO	89	61	56	39	145	100
MARCINEIRO	28	50	28	50	56	100
PINTOR	38	67	19	33	57	100
SABOEIRO	13	35	24	65	37	100
SERRADOR	9	43	12	57	21	100
TELHEIRO	183	66	95	34	278	100
TINTUREIRO	5	31	11	69	16	100
TORNEIRO	50	62	31	38	81	100

Não inform ação	Bordadeira - 3 casos = 4%
	Chapeleiro - 1 caso = 1%
	Curtidor - 2 casos = 2%
	Telheiro - 6 casos = 2%
	Torneiro - 1 caso = 1%

FONTE : MAPAS DE POPULAÇÃO DE MG, 1830-1840 (Ver Anexo 2)

4- ARTÍFICES CHEFES ESCRAVISTAS E NÃO-ESCAVISTAS

	Escravistas		Não-escravistas		Total	
	A	%	A	%	A	%
BARBEIRO	1	5	18	95	19	100
BORDADEIRA	3	43	4	57	7	100
CALDEIREIRO	20	49	21	51	41	100
CHAPELEIRO	12	35	22	65	34	100
CURTIDOR	26	38	42	62	68	100
ESTEIREIRO	1	10	9	90	10	100
FERRADOR	8	23	26	77	34	100
FLORISTA	2	50	2	50	4	100
LATOEIRO	14	16	75	84	89	100
MARCINEIRO	9	32	19	68	28	100
PINTOR	8	21	30	79	38	100
SABOEIRO	2	15	11	85	13	100
SERRADOR	-	-	9	100	9	100
TELHEIRO	23	13	160	87	183	100
TINTUREIRO	1	20	4	80	5	100
TORNEIRO	7	14	43	86	50	100

FONTE : MAPAS DE POPULAÇÃO DE MG, 1830-1840 (Ver Anexo 2)

5- TAMANHO DAS POSSES DE ESCRAVOS

	Pequena		Média		Grande		Total	
	A	%	A	%	A	%	A	%
BARBEIRO	1	100	-	-	-	-	1	100
BORDADEIRA	3	100	-	-	-	-	3	100
CALDEIREIRO	16	80	4	20	-	-	20	100
CHAPELEIRO	8	67	3	25	1	8	12	100
CURTIDOR	22	84	2	8	2	8	26	100
ESTEIREIRO	1	100	-	-	-	-	1	100
FERRADOR	6	75	2	25	-	-	8	100
FLORISTA	2	100	-	-	-	-	2	100
LATOEIRO	12	86	2	14	-	-	14	100
MARCINEIRO	7	78	2	22	-	-	9	100
PINTOR	7	88	1	12	-	-	8	100
SABOEIRO	2	100	-	-	-	-	2	100
SERRADOR	-	-	-	-	-	-	-	-
TELHEIRO	20	87	3	13	-	-	23	100
TINTUREIRO	1	100	-	-	-	-	-	100
TORNEIRO	7	100	-	-	-	-	7	100

FONTE : MAPAS DE POPULAÇÃO DE MG, 1830-1840 (Ver Anexo 2)

6- NÚMERO MÉDIO DE INDIVÍDUOS NOS FOGOS DOS ARTÍFICES CHEFES E NÃO-CHEFES

	Chefe			Não-chefe		
	Livres	Escravos	Total	Livres	Escravos	Total
BARBEIRO	3	-	3	9	40	49
BORDADEIRA	2	0,5	2,5	7	13	20
CALDEIREIRO	4,5	1,5	6	6	6	12
CHAPELEIRO	5	2	7	7,5	2	9,5
CURTIDOR	4	1	5	6	7	13
ESTEIREIRO	3	0,5	3,5	4	1	5
FERRADOR	3,5	1	4,5	8	11	19
FLORISTA	3,5	2,5	6	6	5,5	11,5
LATOEIRO	5	0,5	5,5	6	1,5	7,5
MARCINEIRO	5	1	6	7	6	13
PINTOR	4	0,5	4,5	6,5	3	9,5
SABOEIRO	4	-	4	6,5	4	10,5
SERRADOR	4	-	4	4	6	10
TELHEIRO	4,5	0,5	5	5	14	19
TINTUREIRO	3	-	3	5	-	5
TORNEIRO	5	-	5	7	1,5	8,5

FONTE : MAPAS DE POPULAÇÃO DE MG, 1830-1840 (Ver Anexo 2)

7- DISTRIBUIÇÃO DOS FOGOS DOS ARTÍFICES CHEFES E NÃO-CHEFES
SEGUNDO A PRESENÇA OU NÃO DE MAIS DE UM PROFISSIONAL NA
MESMA UNIDADE

	Chefe						Não-chefe					
	Fogos com mais de 1 profissional		Fogos c/ apenas 1 profissional		TOTAL		FOGOS COM MAIS DE 1 PROFISSIONAL		FOGOS C/ APENAS 1 PROFISSIONAL		TOTAL	
	A	%	A	%	A	%	A	%	A	%	A	%
BARBEIRO	-	-	19	100	19	100	-	-	21	100	21	100
BORDADEIRA	-	-	7	100	7	100	5	8	58	92	63	100
CALDEIREIRO	4	10	37	90	41	100	-	-	12	100	12	100
CHAPELEIRO	7	21	27	79	34	100	2	10	17	90	19	100
CURTIDOR	3	4	65	96	68	100	-	-	22	100	22	100
ESTEIREIRO	1	10	9	90	10	100	-	-	6	100	6	100
FERRADOR	2	6	32	94	34	100	1	10	9	90	10	100
FLORISTA	1	25	3	75	4	100	3	27	8	73	11	100
LATOEIRO	10	11	79	89	89	100	3	8	36	92	39	100
MARCINEIRO	3	11	25	89	28	100	1	5	18	95	19	100
PINTOR	1	3	37	97	38	100	1	6	15	94	16	100
SABOEIRO	1	8	12	92	13	100	2	10	19	90	21	100
SERRADOR	1	11	8	89	9	100	1	10	9	90	10	100
TELHEIRO	17	9	166	91	183	100	10	22	35	78	45	100
TINTUREIRO	-	-	5	100	5	100	3	60	2	40	5	100
TORNEIRO	7	14	43	86	50	100	4	23	13	77	17	100

FONTE : MAPAS DE POPULAÇÃO DE MG, 1830-1840 (Ver Anexo 2)

8- DISTRIBUIÇÃO DOS ARTÍFICES PELOS ESPAÇOS URBANO E RURAL

	Urbano		Rural		Total	
	A	%	A	%	A	%
BARBEIRO	8	89	1	11	9	100
BORDADEIRA	3	30	7	70	10	100
CALDEIREIRO	15	71	6	29	21	100
CHAPELEIRO	7	70	3	30	10	100
CURTIDOR	4	31	9	69	13	100
ESTEIREIRO	3	50	3	50	6	100
FERRADOR	14	78	4	22	18	100
FLORISTA	7	88	1	12	8	100
LATOEIRO	22	71	9	29	31	100
MARCINEIRO	13	87	2	13	15	100
PINTOR	10	83	2	17	12	100
SABOEIRO	4	40	6	60	10	100
SERRADOR	-	-	5	100	5	100
TELHEIRO	32	40	47	60	79	100
TINTUREIRO	2	100	-	-	2	100
TORNEIRO	18	64	10	36	28	100

FONTE : MAPAS DE POPULAÇÃO DE MG, 1830-1840 (Ver Anexo 2)

B - BARBEIRO

9- DISTRIBUIÇÃO DOS BARBEIROS SEGUNDO O SEXO

Sexo											
Geral						Chefe			Não-chefe		
Homem		Mulher		Total		Homem		Mulher		Total	
A	%	A	%	A	%	A	%	A	%	A	%
40	100	-	-	40	100	19	100	-	-	21	100

FONTE : MAPAS DE POPULAÇÃO DE MG, 1830-1840 (Ver Anexo 2)

10- DISTRIBUIÇÃO DOS BARBEIROS POR FAIXAS ETÁRIAS

Geral								Chefe								Não-chefe							
Criança		Adulto		Idoso		Total		Criança		Adulto		Idoso		Total		Criança		Adulto		Idoso		Total	
A	%	A	%	A	%	A	%	A	%	A	%	A	%	A	%	A	%	A	%	A	%	A	%
1	2	30	75	9	23	40	100	-	-	13	68	6	32	19	100	1	5	17	81	3	14	21	100

FONTE : MAPAS DE POPULAÇÃO DE MG, 1830-1840 (Ver Anexo 2)

11- DISTRIBUIÇÃO DOS BARBEIROS SEGUNDO A CONDIÇÃO SOCIAL

Geral						Chefe			Não-chefe		
Livre		Escravo		Total		Livre		Escravo		Total	
A	%	A	%	A	%	A	%	A	%	A	%
21	53	19	47	40	100	19	100	-	-	2	10

FONTE : MAPAS DE POPULAÇÃO DE MG, 1830-1840 (Ver Anexo 2)

12- DISTRIBUIÇÃO DOS BARBEIROS SEGUNDO A SITUAÇÃO CONJUGAL

Geral								Chefe								Não-chefe							
Solteiro		Casado		Viú-vo		Total		Solteiro		Casado		Viú-vo		Total		Solteiro		Casado		Viú-vo		Total	
A	%	A	%	A	%	A	%	A	%	A	%	A	%	A	%	A	%	A	%	A	%	A	%
15	38	24	60	1	2	40	100	2	11	16	84	1	5	19	100	13	62	8	38	-	-	21	100

FONTE : MAPAS DE POPULAÇÃO DE MG, 1830-1840 (Ver Anexo 2)

13- DISTRIBUIÇÃO DOS BARBEIROS SEGUNDO A COR / “QUALIDADE”

		A	%
G E R A L	BRANCO	-	-
	MESTIÇO	6	15
	CRIULO	9	23
	AFRICANO/PRETO	24	60
	NÃO INFORMA	1	2
TOTAL		40	100
C H E F E	BRANCO	-	-
	MESTIÇO	5	26
	CRIULO	6	32
	AFRICANO/PRETO	7	37
	NÃO INFORMA	1	5
TOTAL		19	100
NÃO C H E F E	BRANCO	-	-
	MESTIÇO	1	5
	CRIULO	3	14
	AFRICANO/PRETO	17	81
	NÃO INFORMA	-	-
TOTAL		21	100

FONTE : MAPAS DE POPULAÇÃO DE MG, 1830-1840 (Ver Anexo 2)

14- ESTRUTURA OCUPACIONAL DOS FOGOS ONDE ESTÃO ARROLADOS OS BARBEIROS

G E R A L		A	%
	ATIVIDADES AGRÍCOLAS EM GERAL	228	40
	MINERAÇÃO	8	2
	ATIVIDADES MANUAIS E MECÂNICAS	245	43
	SERVIÇO DOMÉSTICO	28	5
	COMÉRCIO	25	4
	FUNÇÕES PÚBLICAS	5	1
	OUTRAS	31	5
C H E F E	TOTAL	570	100
	ATIVIDADES AGRÍCOLAS EM GERAL	-	-
	MINERAÇÃO	-	-
	ATIVIDADES MANUAIS E MECÂNICAS	34	94
	SERVIÇO DOMÉSTICO	-	-
	COMÉRCIO	-	-
	FUNÇÕES PÚBLICAS	-	-
	OUTRAS	2	6
NÃ O C H E F E	TOTAL	36	100
	ATIVIDADES AGRÍCOLAS EM GERAL	228	43
	MINERAÇÃO	8	2
	ATIVIDADES MANUAIS E MECÂNICAS	211	40
	SERVIÇO DOMÉSTICO	28	5
	COMÉRCIO	25	4
	FUNÇÕES PÚBLICAS	5	1
	OUTRAS	29	5
	TOTAL	534	100

FONTE : MAPAS DE POPULAÇÃO DE MG, 1830-1840 (Ver Anexo 2)

NÃO INFORMAÇÃO DE OCUPAÇÃO :

 GERAL - 531 CASOS - 48%

 CHEFE - 28 CASOS - 44%

 NÃO-CHEFE - 503 CASOS - 48%

15 - DISTRIBUIÇÃO DOS BARBEIROS CHEFE E NÃO-CHEFE PELOS ESPAÇOS URBANO E RURAL

	URBANO		RURAL		TOTAL	
	A	%	A	%	A	%
GERAL	8	89	1	11	9	100
CHEFE	6	75	2	25	8	100
NÃO-CHEFE	-	-	1	100	1	100

FONTE : MAPAS DE POPULAÇÃO DE MG, 1830-1840 (Ver Anexo 2)

16- Distribuição dos barbeiros por regiões da Província

BARBEIRO		
REGIÃO	A	%
EXTREMO NOROESTE	-	-
VALE ALTO-MÉDIO SÃO FRANCISCO	-	-
SERTÃO	-	-
MINAS NOVAS	-	-
PARACATU	-	-
SERTÃO ALTO SÃO FRANCISCO	-	-
MÉDIO BAIXO RIO DAS VELHAS	3	8
SERTÃO DO RIO DOCE	-	-
TRIÂNGULO	-	-
ARAXÁ	-	-

17- Número médio de barbeiros para cada 10.000 habitantes, por região

BARBEIRO	
REGIÃO	ÍNDICE
EXTREMO NOROESTE	-
VALE ALTO-MÉDIO SÃO FRANCISCO	-
SERTÃO	-
MINAS NOVAS	-
PARACATU	-
SERTÃO ALTO SÃO FRANCISCO	-
MÉDIO BAIXO RIO DAS VELHAS	1,6
SERTÃO DO RIO DOCE	-
TRIÂNGULO	-
ARAXÁ	-

INTERMEDIÁRIA DE PITANGUI-TAMANDUÁ	3	8
DIAMANTINA	8	20
MINERADORA CENTRAL-LESTE	1	2
MINERADORA CENTRAL OESTE-CENTRO	14	35
MATA	2	5
SUDESTE	5	12
SUL CENTRAL	4	10
SUDOESTE	-	-
TOTAL	40	100

INTERMEDIÁRIA DE PITANGUI-TAMANDUÁ	0,5
DIAMANTINA	3,7
MINERADORA CENTRAL-LESTE	0,5
MINERADORA CENTRAL OESTE-CENTRO	1,2
MATA	0,8
SUDESTE	1,0
SUL CENTRAL	0,8
SUDOESTE	-
TOTAL	0,9

FONTE : MAPAS DE POPULAÇÃO DE MG, 1830-1840 (Ver Anexo 2)

A avaliação da incidência dos artífices em Minas Gerais, bem como sua distribuição regional, foi realizada em 3 etapas:

1 - em primeiro lugar dividimos a população provincial trabalhada, 452341 habitantes (corresponde a 63% da população estimada para 1830/35, 718191 habitantes - os procedimentos adotados para estimar a população do período estão em PAIVA, Clotilde A. População e economia nas Minas Gerais do século XIX. São Paulo, USP, 1996, Tese de doutorado), pelo número de artífices de cada ocupação, obtendo a média provincial [ex.: 40 barbeiros = 1 barbeiro para cada 11300 habitantes];

2 - na segunda etapa, avaliação da distribuição regional, passamos a calcular a média regional de artífices de cada ocupação, dividindo a população trabalhada de cada região (ver quadro abaixo) pelo número de artífices em cada uma das regiões [ex.: 3 barbeiros na Região do Médio-Baixo Rio das Velhas = 3 barbeiros para a população de 19166 habitantes = 0,0001565 barbeiros para cada habitante = 1,6 barbeiros para cada 10000 habitantes - em cada ocupação utilizamos um número específico de habitantes como referencial para cálculo das médias regionais, este número coincide, aproximadamente, com o número de habitantes da Província encontrado para cada artífice, ex.: barbeiro 10000 como referencial regional/11300 habitantes da Província para cada barbeiro];

3 - por último, estimamos o número mínimo de artífices existentes na Província, corrigindo o número encontrado para a população trabalhada [ex.: 40 barbeiros = 1 barbeiro para cada 11300 habitantes (população trabalhada de 452341 habitantes) = 64 barbeiros para a população estimada de 718191 habitantes]. Esta estimativa deve ser considerada como uma aproximação do número mínimo de artífices existentes na Província, uma vez que não é possível avaliar a não-informação de ocupação e seus múltiplos efeitos na inquestionável subrepresentação que produz.

REGIÕES	A	%
EXTREMO NOROESTE	-	-
VALE ALTO-MÉDIO S. FRANCISCO	8773	2%
SERTÃO	8726	2%
MINAS NOVAS	19271	4%
PARACATU	3805	1%
SERTÃO ALTO SÃO FRANCISCO	6503	1%
MÉDIO BAIXO RIO DAS VELHAS	19166	4%
SERTÃO DO RIO DOCE	267	0
TRIÂNGULO	3942	1%
ARAXÁ	16967	4%
INTERMEDIÁRIA DE PITANGUI-TAMANDUÁ	54800	12%
DIAMANTINA	21776	5%
MINERADORA CENTRAL LESTE	18822	4%
MINERADORA CENTRAL OESTE-CENTRO	119007	26%
MATA	24607	5%
SUDESTE	52433	12%
SUL CENTRAL	52848	12%
SUDOESTE	20628	5%
PROVÍNCIA	452341	100%

18 - NÚMERO MÉDIO DE INDIVÍDUOS NOS FOGOS ONDE ESTÃO ARROLADOS OS BARBEIROS

CHEFE			NÃO-CHEFE		
LIVRES	ESCRAVOS	TOTAL	LIVRES	ESCRAVOS	TOTAL
3	-	3	9	40	49

FONTE : MAPAS DE POPULAÇÃO DE MG, 1830-1840 (Ver Anexo 2)

19 - BARBEIROS CHEFES ESCRAVISTAS E NÃO-ESCRAVISTAS

ESCRAVISTAS		NÃO-ESCRAVISTAS		TOTAL	
A	%	A	%	A	%
1	5	18	95	19	100

FONTE : MAPAS DE POPULAÇÃO DE MG, 1830-1840 (Ver Anexo 2)

20 - TAMANHO DAS POSSES DE ESCRAVOS DOS BARBEIROS

PEQUENA		MÉDIA		GRANDE		TOTAL	
A	%	A	%	A	%	A	%
1	100	-	-	-	-	1	100

FONTE : MAPAS DE POPULAÇÃO DE MG, 1830-1840 (Ver Anexo 2)

21- Distribuição dos fogos dos barbeiros chefes e não-chefes segundo a presença ou não de mais de um profissional na mesma unidade

Chefe			Não-chefe		
Fogos c/ mais de um barbeiro		Total	Fogos c/ mais de um barbeiro		Total
A	%	A	%	A	%
-	-	19	100	21	100

FONTE : MAPAS DE POPULAÇÃO DE MG, 1830-1840 (Ver Anexo 2)

22- Participação dos barbeiros chefes e não-chefes e dos trabalhadores em tecido na estrutura ocupacional dos fogos onde estão arrolados os barbeiros

		A	%
CHEFE	BARBEIRO	19	53
	TRABALHADORES EM TECIDOS	10	28
	OUTRAS OCUPAÇÕES	7	19
	TOTAL	36	100
NÃO CHEFE	BARBEIRO	21	4
	TRABALHADORES EM TECIDOS	141	26
	OUTRAS OCUPAÇÕES	372	70
	TOTAL	534	100
GERAL	BARBEIRO	40	7
	TRABALHADORES EM TECIDOS	151	26
	OUTRAS OCUPAÇÕES	379	67
	TOTAL	570	100

FONTE : MAPAS DE POPULAÇÃO DE MG, 1830-1840 (Ver Anexo 2)

23- Distribuição dos fogos dos barbeiros não-chefes segundo a presença ou não de escravos e a estrutura ocupacional dos chefes

ESCRAVISTA	ATIVIDADES AGRÍCOLAS EM GERAL		A	%
	MINERAÇÃO		14	70
	ATIVIDADES MANUAIS E MECÂNICAS		1	5
	SERVIÇO DOMÉSTICO		1	5
	FUNÇÕES PÚBLICAS		3	15
	OUTRAS		-	-
	TOTAL		20	100
NÃO ESCRAVISTA	ATIVIDADES AGRÍCOLAS EM GERAL		-	-
	MINERAÇÃO		-	-
	ATIVIDADES MANUAIS E MECÂNICAS		1	100
	SERVIÇO DOMÉSTICO		-	-
	COMÉRCIO		-	-
	FUNÇÕES PÚBLICAS		-	-
	OUTRAS		-	-
	TOTAL		1	100

FONTE : MAPAS DE POPULAÇÃO DE MG, 1830-1840 (Ver Anexo 2)

C - CALDEIREIRO

24- Distribuição dos caldeireiros segundo o sexo

GERAL			CHEFE			NÃO-CHEFE		
HOMEM	MULHER	TOTAL	HOMEM	MULHER	TOTAL	HOMEM	MULHER	TOTAL
A %	A %	A %	A %	A %	A %	A %	A %	A %
62	100	-	-	-	41	100	21	100

FONTE : MAPAS DE POPULAÇÃO DE MG, 1830-1840 (Ver Anexo 2)

25- Distribuição dos caldeireiros por faixas etárias

Geral				Chefe				Não-chefe			
Criança	Adulto	Idoso	Total	Criança	Adulto	Idoso	Total	Criança	Adulto	Idoso	Total
A %	A %	A %	A %	A %	A %	A %	A %	A %	A %	A %	A %
1	2	51	82	10	16	62	100	-	-	-	-

FONTE : MAPAS DE POPULAÇÃO DE MG, 1830-1840 (Ver Anexo 2)

26- Distribuição dos caldeireiros segundo a condição social

Geral			Chefe			Não-chefe		
Livre	Escravo	Total	Livre	Escravo	Total	Livre	Escravo	Total
A %	A %	A %	A %	A %	A %	A %	A %	A %
52 84	10 16	62 100	41 100	- -	41 100	11 52	10 48	21 100

FONTE : MAPAS DE POPULAÇÃO DE MG, 1830-1840 (Ver Anexo 2)

27- Distribuição dos caldeireiros segundo a situação conjugal

Geral					Chefe					Não-chefe							
Solteiro		Casado		Válvo	Total	Solteiro		Casado		Válvo	Total	Solteiro		Casado		Válvo	Total
A	%	A	%	A	%	A	%	A	%	A	%	A	%	A	%	A	%
25	40	36	50	1	2	62	100	9	22	31	76	1	2	41	100	16	76

FONTE : MAPAS DE POPULAÇÃO DE MG, 1830-1840 (Ver Anexo 2)

28- Distribuição dos caldeireiros segundo a cor / “qualidade”

		COR / QUALIDADE	A	%
G E R A L		BRANCO	25	40
		MESTIÇO	22	36
		CRIOULO	9	14
		AFRICANO/PRETO	6	10
		NÃO INFORMA	-	-
		TOTAL	62	100
C H E F E		BRANCO	23	56
		MESTIÇO	11	27
		CRIOULO	5	12
		AFRICANO/PRETO	2	5
		NÃO INFORMA	-	-
		TOTAL	41	100
NÃO C H E F E		BRANCO	2	10
		MESTIÇO	11	52
		CRIOULO	4	19
		AFRICANO/PRETO	4	19
		NÃO INFORMA	-	-
		TOTAL	21	100

FONTE : MAPAS DE POPULAÇÃO DE MG, 1830-1840 (Ver Anexo 2)

29- Estrutura ocupacional dos fogos onde estão arrolados os caldeireiros

G E R A L		A	%
	ATIVIDADES AGRÍCOLAS EM GERAL	38	20
	MINERAÇÃO	-	-
	ATIVIDADES MANUAIS E MECÂNICAS	132	66
	SERVIÇO DOMÉSTICO	8	4
	COMÉRCIO	10	5
	FUNÇÕES PÚBLICAS	1	1
C H E F E	OUTRAS	9	4
	TOTAL	198	100
	ATIVIDADES AGRÍCOLAS EM GERAL	23	17
	MINERAÇÃO	-	-
	ATIVIDADES MANUAIS E MECÂNICAS	92	69
	SERVIÇO DOMÉSTICO	6	5
	COMÉRCIO	5	3
NÃO C H E F E	FUNÇÕES PÚBLICAS	1	1
	OUTRAS	6	5
	TOTAL	133	100
	ATIVIDADES AGRÍCOLAS EM GERAL	16	25
	MINERAÇÃO	-	-
	ATIVIDADES MANUAIS E MECÂNICAS	39	60
	SERVIÇO DOMÉSTICO	2	3
E F E	COMÉRCIO	5	8
	FUNÇÕES PÚBLICAS	-	-
	OUTRAS	3	4
	TOTAL	65	100

FONTE : MAPAS DE POPULAÇÃO DE MG, 1830-1840 (Ver Anexo 2)

NÃO INFORMAÇÃO DE OCUPAÇÃO : GERAL - 200 CASOS - 50%
 CHEFE - 120 CASOS - 47%
 NÃO-CHEFE - 80 CASOS - 55%

30 - Distribuição dos caldeireiros pelos espaços urbano e rural

URBANO		RURAL		TOTAL	
A	%	A	%	A	%
15	71	6	29	21	100

FONTE : MAPAS DE POPULAÇÃO DE MG, 1830-1840 (Ver Anexo 2)

31- Distribuição dos caldeireiros por regiões da província

REGIÃO	A	%
EXTREMO NOROESTE	-	-
VALE ALTO-MÉDIO SÃO FRANCISCO	-	-
SERTÃO	-	-
MINAS NOVAS	-	-
PARACATU	-	-
SERTÃO ALTO SÃO FRANCISCO	-	-
MÉDIO BAIXO RIO DAS VELHAS	10	16
SERTÃO DO RIO DOCE	-	-
TRIÂNGULO	-	-
ARAXÁ	1	2
INTERMEDIÁRIA DE PITANGUI-TAMANDUÁ	12	19
DIAMANTINA	-	-
MINERADORA CENTRAL-LESTE	1	2
MINERADORA CENTRAL OESTE-CENTRO	27	44
MATA	2	3
SUDESTE	5	8
SUL CENTRAL	4	6
SUDOESTE	-	-
TOTAL	62	100

FONTE : MAPAS DE POPULAÇÃO DE MG, 1830-1840 (Ver Anexo 2)

32- N° médio de caldeireiros p/ cada 7.000 habitantes, p/ região

REGIÃO	ÍNDICE
EXTREMO NOROESTE	-
VALE ALTO-MÉDIO SÃO FRANCISCO	-
SERTÃO	-
MINAS NOVAS	-
PARACATU	-
SERTÃO ALTO SÃO FRANCISCO	-
MÉDIO BAIXO RIO DAS VELHAS	3,7
SERTÃO DO RIO DOCE	-
TRIÂNGULO	-
ARAXÁ	0,4
INTERMEDIÁRIA DE PITANGUI-TAMANDUÁ	1,5
DIAMANTINA	-
MINERADORA CENTRAL-LESTE	0,4
MINERADORA CENTRAL OESTE-CENTRO	1,4
MATA	0,6
SUDESTE	0,7
SUL CENTRAL	0,5
SUDOESTE	-
TOTAL	0,9

33 - Número médio de indivíduos nos fogos onde estão arrolados os caldeireiros

Chefe			Não-chefe		
Livres	Escravos	Total	Livres	Escravos	Total
4,5	1,5	6	6	6	12

FONTE : MAPAS DE POPULAÇÃO DE MG, 1830-1840 (Ver Anexo 2)

34 - Caldeireiros chefes escravistas e não-escravistas

Escravistas		Não-escravistas		Total	
A	%	A	%	A	%
20	49	21	51	41	100

FONTE : MAPAS DE POPULAÇÃO DE MG, 1830-1840 (Ver Anexo 2)

35 - Tamanho das posses de escravos dos caldeireiros

Pequena		Média		Grande		Total	
A	%	A	%	A	%	A	%
16	80	4	20	-	-	20	100

FONTE : MAPAS DE POPULAÇÃO DE MG, 1830-1840 (Ver Anexo 2)

36- Distribuição dos fogos dos caldeireiros chefes e não-chefes segundo a presença ou não de mais de um profissional na mesma unidade

Chefe			Não-chefe		
Fogos c/ mais de um caldeireiro	Fogos com apenas um caldeireiro	Total	Fogos c/ mais de um caldeireiro	Fogos com apenas um caldeireiro	Total
A	%	A	%	A	%
4	10	37	90	41	100

FONTE : MAPAS DE POPULAÇÃO DE MG, 1830-1840 (Ver Anexo 2)

37- Distribuição dos caldeireiros chefes de fogo segundo a faixa etária e o tamanho da posse de escravos

	Adultos*						Idosos		Total	
	16-25		26-35		36-48		49-60		61 E +	
	A	%	A	%	A	%	A	%	A	%
Escravistas de maiores posses	1	25	-	-	-	-	2	50	1	25
Escravistas de menores posses	1	6	2	13	5	31	4	25	4	25
Não-escravistas	2	10	4	19	7	33	4	19	21	100

FONTE : MAPAS DE POPULAÇÃO DE MG, 1830-1840 (Ver Anexo 2)

* Adultos segmentados em 4 grupos etários com intervalos aproximados de 10 anos

38- Número médio de indivíduos nas unidades dos caldeireiros chefes de fogo

Escravistas de maiores posses			Escravistas de menores posses			Não-escravistas
Livres	Escravos	Total	Livres	Escravos	Total	Livres
7	9	16	5	2	7	4

FONTE : MAPAS DE POPULAÇÃO DE MG, 1830-1840 (Ver Anexo 2)

39-Estrutura ocupacional dos escravos dos fogos chefiados por caldeireiros

Escravos das maiores posses		A	%
	Atividades agrícolas em geral	16	52
	Caldeireiro	4	13
	Atividades manuais e mecânicas	7	22
	Serviço doméstico	3	10
	Comércio	1	3
	Funções públicas	-	-
	Outras	-	-
Escravos das menores posses	Total	31	100
	Atividades agrícolas em geral	5	50
	Caldeireiro	2	20
	Atividades manuais e mecânicas	1	10
	Serviço doméstico	2	20
	Comércio	-	-
	Funções públicas	-	-
	Outras	-	-
	Total	10	100

FONTE : MAPAS DE POPULAÇÃO DE MG, 1830-1840 (Ver Anexo 2)

Não informação de ocupação :

Escravos das maiores posses - 6 casos - 16%

Escravos das menores posses - 20 casos - 67%

40- Participação de caldeireiros e de outros artífices na estrutura ocupacional dos fogos dos caldeireiros chefes e não-chefes

CHEFE		A	%
	CALDEIREIRO	50	38
	OUTROS ARTÍFICES	42	32
	OUTRAS OCUPAÇÕES	41	30
	TOTAL	133	100
NÃO-CHEFE	CALDEIREIRO	12	18
	OUTROS ARTÍFICES	32	50
	OUTRAS OCUPAÇÕES	21	32
	TOTAL	65	100
GERAL	CALDEIREIRO	62	31
	OUTROS ARTÍFICES	74	38
	OUTRAS OCUPAÇÕES	62	31
	TOTAL	198	100

FONTE : MAPAS DE POPULAÇÃO DE MG, 1830-1840 (Ver Anexo 2)

41- Distribuição dos caldeireiros urbanos segundo o sexo, condição social e faixas etárias

Sexo			Condição social						Faixas etárias											
Homem		Mulher	Total		Livre		Escravo		Total	Criança		Adulto		Idoso		Não informa		Total		
A	%	A	%	A	%	A	%	A	%	A	%	A	%	A	%	A	%	A	%	
15	100	-	-	15	100	12	80	3	20	15	100	1	7	13	86	1	7	-	15	100

FONTE : MAPAS DE POPULAÇÃO DE MG, 1830-1840 (Ver Anexo 2)

42- Distribuição dos caldeireiros urbanos segundo a cor/”qualidade” e situação conjugal

Cor / "qualidade"										Situação conjugal											
Branco		Mestiço		Criaulo		African o/ preto		Não informa		Total		Solteiro		Casado		Viúvo		Não informa		Total	
A	%	A	%	A	%	A	%	A	%	A	%	A	%	A	%	A	%	A	%	A	%
5	33	7	47	3	20	-	-	-	-	15	100	10	67	5	33	-	-	-	-	15	100

FONTE : MAPAS DE POPULAÇÃO DE MG, 1830-1840 (Ver Anexo 2)

43- Distribuição dos caldeireiros rurais segundo o sexo, condição social e faixas etárias

Sexo			Condição social			Faixas etárias				
Homem	Mulher	Total	Livre	Escravo	Total	Criança	Adulto	Idoso	Não informa	Total
A %	A %	A %	A %	A %	A %	A %	A %	A %	A %	A %
6 100	- -	6 100	6 100	- -	6 100	- -	3 50	3 50	- -	6 100

FONTE : MAPAS DE POPULAÇÃO DE MG, 1830-1840 (Ver Anexo 2)

44- Distribuição dos caldeireiros rurais segundo a cor/"qualidade" e situação conjugal

Cor / "qualidade"						Situação conjugal				
Branco	Mestiço	Cri- oulo	Africano /preto	Não informa	Total	Solteiro	Casado	Viúvo	Não informa	Total
A %	A %	A %	A %	A %	A %	A %	A %	A %	A %	A %
3 50	1 17	- -	2 33	- -	6 100	2 33	3 50	1 17	- -	6 100

FONTE : MAPAS DE POPULAÇÃO DE MG, 1830-1840 (Ver Anexo 2)

45 - Posição dos caldeireiros urbanos e rurais no fogo

	Chefe		Não-chefe		Total	
	A	%	A	%	A	%
Urbano	6	60	4	40	10	100
Rural	-	-	6	100	6	100

FONTE : MAPAS DE POPULAÇÃO DE MG, 1830-1840 (Ver Anexo 2)

46- Caldeireiros urbanos escravistas e não-escravistas

Escravistas		Não-escravistas		Total	
A	%	A	%	A	%
2	40	3	60	5	100

FONTE : MAPAS DE POPULAÇÃO DE MG, 1830-1840 (Ver Anexo 2)

47- Tamanho das posses de escravos dos caldeireiros urbanos

Pequena		Média		Grande		Total	
A	%	A	%	A	%	A	%
1	50	1	50	-	-	2	100

FONTE : MAPAS DE POPULAÇÃO DE MG, 1830-1840 (Ver Anexo 2)

48- Caldeireiros rurais escravistas e não-escravistas

Escravistas		Não-escravistas		Total	
A	%	A	%	A	%
3	50	3	50	6	100

FONTE : MAPAS DE POPULAÇÃO DE MG, 1830-1840 (Ver Anexo 2)

49- Tamanho das posses de escravos dos caldeireiros rurais

Pequena		Média		Grande		Total	
A	%	A	%	A	%	A	%
2	67	1	33	-	-	3	100

FONTE : MAPAS DE POPULAÇÃO DE MG, 1830-1840 (Ver Anexo 2)

53- Distribuição das floristas por faixas etárias

Geral					Chefe					Não-chefe					
Criança	Adulto	Idoso	Total		Criança	Adulto	Idoso	Total		Criança	Adulto	Idoso	Total		
A	%	A	%	A	%	A	%	A	%	A	%	A	%	A	%
-	-	21	100	-	-	21	100	-	-	4	100	-	-	4	100

FONTE : MAPAS DE POPULAÇÃO DE MG, 1830-1840 (Ver Anexo 2)

54- Distribuição das floristas segundo a condição social

Geral			Chefe			Não-chefe		
Livre	Escravo	Total	Livre	Escravo	Total	Livre	Escravo	Total
A %	A %	A %	A %	A %	A %	A %	A %	A %
21 100	- -	21 100	4 100	- -	4 100	17 100	- -	17 100

FONTE : MAPAS DE POPULAÇÃO DE MG, 1830-1840 (Ver Anexo 2)

55- Distribuição das floristas segundo a situação conjugal

Geral					Chefe					Não-chefe													
Solteiro		Casado		Viuvo	Total	Solteiro		Casado		Viuvo	Total	Solteiro		Casado		Viuvo	Total						
A	%	A	%	A	%	A	%	A	%	A	%	A	%	A	%	A	%						
11	53	7	33	3	14	21	100	1	25	-	-	3	75	4	100	10	59	7	41	-	-	17	100

FONTE : MAPAS DE POPULAÇÃO DE MG, 1830-1840 (Ver Anexo 2)

56- Distribuição das floristas segundo a cor / “qualidade”

FLORISTA			
COR / QUALIDADE		A	%
G E R A L	BRANCO	10	48
	MESTIÇO	10	48
	CRIOULO	-	-
	AFRICANO/PRETO	-	-
	NÃO INFORMA	1	4
	TOTAL	21	100
C H E F E	BRANCO	2	50
	MESTIÇO	2	50
	CRIOULO	-	-
	AFRICANO/PRETO	-	-
	NÃO INFORMA	-	-
	TOTAL	4	100
NÃO	BRANCO	8	47
	MESTIÇO	8	47
	CRIOULO	-	-
	AFRICANO/PRETO	-	-
	NÃO INFORMA	1	6
	TOTAL	17	100

FONTE : MAPAS DE POPULAÇÃO DE MG, 1830-1840 (Ver Anexo 2)

57- Estrutura ocupacional dos fogos onde estão arrolados as floristas

FLORISTAS			
G E R A L	ATIVIDADES AGRÍCOLAS EM GERAL		A %
			13 17
	MINERAÇÃO		1 1
	ATIVIDADES MANUAIS E MECÂNICAS		43 58
	SERVIÇO DOMÉSTICO		7 9
	COMÉRCIO		3 4
	FUNÇÕES PÚBLICAS		2 3
	OUTRAS		6 8
	TOTAL		75 100
C H E F E	ATIVIDADES AGRÍCOLAS EM GERAL		2 12
	MINERAÇÃO		- -
	ATIVIDADES MANUAIS E MECÂNICAS		11 70
	SERVIÇO DOMÉSTICO		2 12
	COMÉRCIO		- -
	FUNÇÕES PÚBLICAS		- -
	OUTRAS		1 6
	TOTAL		16 100
NÃO	ATIVIDADES AGRÍCOLAS EM GERAL		11 20
	MINERAÇÃO		1 2
	ATIVIDADES MANUAIS E MECÂNICAS		32 54
	SERVIÇO DOMÉSTICO		5 8
	COMÉRCIO		3 5
	FUNÇÕES PÚBLICAS		2 3
	OUTRAS		5 8
	TOTAL		59 100

FONTE : MAPAS DE POPULAÇÃO DE MG, 1830-1840 (Ver Anexo 2)

Não informação de ocupação : Geral – 73 casos - 49%
Chefe - 8 casos - 33% Não-chefe - 65 casos - 52%

58 - Distribuição das floristas pelos espaços urbano e rural

Urbano		Rural		Total	
A	%	A	%	A	%
7	88	1	12	8	100

FONTE : MAPAS DE POPULAÇÃO DE MG, 1830-1840 (Ver Anexo 2)

59 - Floristas chefes escravistas e não-escravistas

Escravistas		Não-escravistas		Total	
A	%	A	%	A	%
2	50	2	50	4	100

FONTE : MAPAS DE POPULAÇÃO DE MG, 1830-1840 (Ver Anexo 2)

60- Tamanho das posses de escravos das floristas

Pequena		Média		Grande		Total	
A	%	A	%	A	%	A	%
2	100	-	-	-	-	2	100

FONTE : MAPAS DE POPULAÇÃO DE MG, 1830-1840 (Ver Anexo 2)

61- Número médio de indivíduos nos fogos onde estão arrolados as floristas

Chefe			Não-chefe		
Livres	Escravos	Total	Livres	Escravos	Total
3,5	2,5	6	6	5,5	11,5

FONTE : MAPAS DE POPULAÇÃO DE MG, 1830-1840 (Ver Anexo 2)

62-Distribuição dos fogos das floristas chefes e não-chefes segundo a presença ou não de mais de uma profissional na mesma unidade

Chefe						Não-chefe					
Fogos c/ mais de uma florista			Fogos c/ apenas uma florista			Total			Fogos c/ mais de uma florista		
A	%		A	%		A	%		A	%	
1	25		3	75		4	100		3	27	
									8	73	
									11	100	

FONTE : MAPAS DE POPULAÇÃO DE MG, 1830-1840 (Ver Anexo 2)

63- Estrutura ocupacional dos escravos das floristas chefes de fogos

	A	%
ATIVIDADES AGRÍCOLAS EM GERAL	2	50
MINERAÇÃO	-	-
ATIVIDADES MANUAIS E MECÂNICAS	-	-
SERVIÇO DOMÉSTICO	2	50
COMÉRCIO	-	-
FUNÇÕES PÚBLICAS	-	-
OUTRAS	-	-
TOTAL	4	100

FONTE : MAPAS DE POPULAÇÃO DE MG, 1830-1840 (Ver Anexo 2)

NÃO INFORMAÇÃO: 3 CASOS - 33%

64- Participação de floristas e de outros artífices na estrutura ocupacional dos fogos das floristas chefes e não-chefes

		A	%
CHEFE	FLORISTA	6	38
	OUTROS ARTÍFICES	5	31
	OUTRAS OCUPAÇÕES	5	31
	TOTAL	16	100
NÃO-CHEFE	FLORISTA	15	25
	OUTROS ARTÍFICES	17	29
	OUTRAS OCUPAÇÕES	27	46
	TOTAL	59	100
GERAL	FLORISTA	21	28
	OUTROS ARTÍFICES	22	29
	OUTRAS OCUPAÇÕES	32	43
	TOTAL	75	100

E - LATOIEIRO

65- Distribuição dos latoeiros segundo o sexo

Geral						Chefe						Não-chefe					
Homem			Mulher			Total			Homem			Mulher			Total		
A	%		A	%		A	%		A	%		A	%		A	%	
140	97		5	3		145	100		86	97		3	3		89	100	
												54	96		2	4	
															56	100	

FONTE : MAPAS DE POPULAÇÃO DE MG, 1830-1840 (Ver Anexo 2)

66- Distribuição dos latoeiros por faixas etárias

Geral						Chefe						Não-chefe					
Criança		Adulto		Idoso		Criança		Adulto		Idoso		Criança		Adulto		Idoso	
A	%	A	%	A	%	A	%	A	%	A	%	A	%	A	%	A	%
7	5	133	92	5	3	145	100	-	-	86	97	3	3	89	100	7	12
																47	84
																2	4
																56	100

FONTE : MAPAS DE POPULAÇÃO DE MG, 1830-1840 (Ver Anexo 2)

67- Distribuição dos latoeiros segundo a condição social

Geral						Chefe						Não-chefe					
Livre			Escravo			Total			Livre			Escravo			Total		
A	%		A	%		A	%		A	%		A	%		A	%	
143	99		2	1		145	100		89	100		-	-		89	100	

FONTE : MAPAS DE POPULAÇÃO DE MG, 1830-1840 (Ver Anexo 2)

68- Distribuição dos latoeiros segundo a situação conjugal

Geral											
Solteiro				Casado				Viúvo			
A	%			A	%			A	%		
60	42			78	54			5	3		

Chefe						Não-chefe					
Solteiro			Casado			Viúvo			Não informa		
A	%		A	%		A	%		A	%	
14	16		71	80		4	4		-	-	

FONTE : MAPAS DE POPULAÇÃO DE MG, 1830-1840 (Ver Anexo 2)

69- Distribuição dos latoeiros segundo a cor / “qualidade”

LATOEIRO		
COR / QUALIDADE		
G E R A L	BRANCO	33
	MESTIÇO	96
	CRIOULO	11
	AFRICANO/PRETO	3
	NÃO INFORMA	2
	TOTAL	145
C H E F E	BRANCO	21
	MESTIÇO	59
	CRIOULO	8
	AFRICANO/PRETO	1
	NÃO INFORMA	-
	TOTAL	89
NÃO C H E F E	BRANCO	12
	MESTIÇO	37
	CRIOULO	3
	AFRICANO/PRETO	2
	NÃO INFORMA	2
	TOTAL	56

FONTE : MAPAS DE POPULAÇÃO DE MG, 1830-1840 (Ver Anexo 2)

70- Estrutura ocupacional dos adultos e idosos dos fogos dos latoeiros crianças

	A	%
ATIVIDADES AGRÍCOLAS EM GERAL	2	9
MINERAÇÃO	2	9
LATOEIRO	2	9
ATIVIDADES MANUAIS E MECÂNICAS	13	59
SERVIÇO DOMÉSTICO	1	5
COMÉRCIO	-	-
FUNÇÕES PÚBLICAS	-	-
OUTRAS	2	9
TOTAL	22	100

FONTE : MAPAS DE POPULAÇÃO DE MG, 1830-1840 (Ver Anexo 2)

NÃO INFORMAÇÃO DE OCUPAÇÃO : 8 CASOS - 27%

71-Estrutura ocupacional dos fogos dos latoeiros

LATOEIROS			
		A	%
G E R A L	ATIVIDADES AGRÍCOLAS EM GERAL	29	8
	MINERAÇÃO	5	1
	ATIVIDADES MANUAIS E MECÂNICAS	286	76
	SERVIÇO DOMÉSTICO	16	5
	COMÉRCIO	9	2
	FUNÇÕES PÚBLICAS	-	-
	OUTRAS	30	8
	TOTAL	375	100
C H E F E	ATIVIDADES AGRÍCOLAS EM GERAL	10	5
	MINERAÇÃO	-	-
	ATIVIDADES MANUAIS E MECÂNICAS	173	84
	SERVIÇO DOMÉSTICO	7	4
	COMÉRCIO	-	-
	FUNÇÕES PÚBLICAS	-	-
	OUTRAS	14	7
	TOTAL	204	100
NÃO	ATIVIDADES AGRÍCOLAS EM GERAL	19	11
	MINERAÇÃO	5	3
	ATIVIDADES MANUAIS E MECÂNICAS	113	66
	SERVIÇO DOMÉSTICO	9	5
	COMÉRCIO	9	5
	FUNÇÕES PÚBLICAS	-	-
	OUTRAS	16	10
	TOTAL	171	100

FONTE : MAPAS DE POPULAÇÃO DE MG, 1830-1840 (Ver Anexo 2)

NÃO INFORMAÇÃO DE OCUPAÇÃO :
 GERAL - 389 CASOS - 51%
 CHEFE - 268 CASOS - 57 %
 NÃO-CHEFE - 121 CASOS - 41%

72- Distribuição dos latoeiros pelos espaços urbano e rural

URBANO		RURAL		TOTAL	
A	%	A	%	A	%
22	71	9	29	31	100

FONTE : MAPAS DE POPULAÇÃO DE MG, 1830-1840 (Ver Anexo 2)

73- Distribuição dos latoeiros por regiões da
 Província

Região	A	%
Extremo Noroeste	-	-
Vale Alto-Médio São Francisco	-	-
Sertão	10	7
Minas Novas	6	4
Paracatu	1	1
Sertão Alto São Francisco	-	-
Médio Baixo Rio das Velhas	12	8
Sertão do Rio Doce	-	-
Triângulo	-	-
Araxá	2	1
Intermediária de Pitangui-Tamandua	18	12
Diamantina	19	13
Mineradora Central-Leste	1	1
Mineradora Central Oeste-Centro	58	40
Mata	-	-
Sudeste	7	5

74 - Número médio de latoeiros para
 cada 3000 habitantes, por região

Região	ÍNDICE
Extremo Noroeste	-
Vale Alto-Médio São Francisco	-
Sertão	3,4
Minas Novas	0,9
Paracatu	0,8
Sertão Alto São Francisco	-
Médio Baixo Rio das Velhas	1,9
Sertão do Rio Doce	-
Triângulo	-
Araxá	0,3
Intermediária de Pitangui-Tamandua	1,0
Diamantina	2,6
Mineradora Central-Leste	0,2
Mineradora Central Oeste-Centro	1,5
Mata	-
Sudeste	0,4

Sul central	9	6
Sudoeste	2	1
Total	145	100

Sul central	0,5
Sudoeste	0,3
Total	1,0

FONTE : MAPAS DE POPULAÇÃO DE MG, 1830-1840 (Ver Anexo 2)

75- Número médio de indivíduos nos fogos onde estão arrolados os latoeiros

Chefe			Não-chefe		
Líves	Escravos	Total	Líves	Escravos	Total
5	0,5	5,5	6	1,5	7,5

FONTE : MAPAS DE POPULAÇÃO DE MG, 1830-1840 (Ver Anexo 2)

76 - Latoeiros chefes escravistas e não-escravistas

Escravistas		Não-escravistas		Total	
A	%	A	%	A	%
14	16	75	84	89	100

FONTE : MAPAS DE POPULAÇÃO DE MG, 1830-1840 (Ver Anexo 2)

77 - TAMANHO DAS POSSES DE ESCRAVOS DOS LATOEIROS

Pequena		Média		Grande		Total	
A	%	A	%	A	%	A	%
12	86	2	14	-	-	14	100

FONTE : MAPAS DE POPULAÇÃO DE MG, 1830-1840 (Ver Anexo 2)

78- Estrutura ocupacional dos escravos dos fogos chefiados por latoeiros

	A	%
ATIVIDADES AGRÍCOLAS EM GERAL	4	33
LATOEIRO	-	-
ATIVIDADES MANUAIS E MECÂNICAS	1	8
SERVIÇO DOMÉSTICO	7	59
COMÉRCIO	-	-
FUNÇÕES PÚBLICAS	-	-
OUTRAS	-	-
TOTAL	12	100

FONTE : MAPAS DE POPULAÇÃO DE MG, 1830-1840 (Ver Anexo 2)

NÃO INFORMAÇÃO DE OCUPAÇÃO : 27 CASOS - 69 %

79- Distribuição por faixas etárias dos escravos dos latoeiros chefes

Faixas etárias					
Criança		Adulto		Idoso	
A	%	A	%	A	%
16	41	23	59	-	-

FONTE : MAPAS DE POPULAÇÃO DE MG, 1830-1840 (Ver Anexo 2)

80- Distribuição segundo sexo dos escravos dos latoeiros chefes

Sexo					
Homem		Mulher		Total	
A	%	A	%	A	%
17	44	22	56	39	100

FONTE : MAPAS DE POPULAÇÃO DE MG, 1830-1840 (Ver Anexo 2)

81- Distribuição dos fogos dos latoeiros chefes e não-chefes segundo a presença ou não de mais de um profissional na mesma unidade

Chefe			Não-chefe		
Fogos c/ mais de um latoeiro	Fogos com apenas um latoeiro	Total	Fogos c/ mais de um latoeiro	Fogos com apenas um latoeiro	Total
A %	A %	A %	A %	A %	A %
10 11	79 89	89 100	3 8	36 92	39 100

FONTE : MAPAS DE POPULAÇÃO DE MG, 1830-1840 (Ver Anexo 2)

82- Participação dos latoeiros, trabalhadores em tecidos e outros artífices na estrutura ocupacional dos fogos dos latoeiros chefes e não-chefes

		A	%
CHEFE	LATOEIRO	101	50
	TRABALHADORES EM TECIDOS	66	32
	OUTROS ARTÍFICES	6	3
	OUTRAS OCUPAÇÕES	31	15
	TOTAL	204	100
NÃO CHEFE	LATOEIRO	44	26
	TRABALHADORES EM TECIDOS	52	30
	OUTROS ARTÍFICES	17	10
	OUTRAS OCUPAÇÕES	58	34
	TOTAL	171	100
GERAL	LATOEIRO	145	39
	TRABALHADORES EM TECIDOS	118	31
	OUTROS ARTÍFICES	23	6
	OUTRAS OCUPAÇÕES	89	24
	TOTAL	375	100

FONTE : MAPAS DE POPULAÇÃO DE MG, 1830-1840 (Ver Anexo 2)

83- Distribuição dos latoeiros urbanos segundo o sexo, condição social e faixas etárias

Sexo					
Homem		Mulher		Total	
A %	A %	A %	A %	A %	A %
22 100	- -	22 100	- -	22 100	- -

Condição social			Faixas etárias				
Livre	Escravo	Total	Criança	Adulto	Idoso	Não informa	Total
A %	A %	A %	A %	A %	A %	A %	A %
22 100	- -	22 100	1 4	21 96	- -	- -	22 100

FONTE : MAPAS DE POPULAÇÃO DE MG, 1830-1840 (Ver Anexo 2)

84- Distribuição dos latoeiros urbanos segundo a cor/ “qualidade” e situação conjugal

Cor / “qualidade”					
Branco	Mestiço	Crioulo	Africano/ preto	Não informa	Total

A	%	A	%	A	%	A	%	A	%
4	18	18	82	-	-	-	-	-	-
Situação conjugal									
Solteiro		Casado		Viúvo		Não informa		Total	
A	%	A	%	A	%	A	%	A	%
8	36	13	59	1	5	-	-	22	100

FONTE : MAPAS DE POPULAÇÃO DE MG, 1830-1840 (Ver Anexo 2)

85- Distribuição dos latoeiros rurais segundo o sexo, condição social e faixas etárias

Sexo			Condição social			Faixas etárias				
Homem	Mulher	Total	Livre	Escravo	Total	Criança	Adulto	Idoso	Não informa	Total
A %	A %	A %	A %	A %	A %	A %	A %	A %	A %	A %
9 100	- -	9 100	9 100	- -	9 100	- -	9 100	- -	- -	9 100

FONTE : MAPAS DE POPULAÇÃO DE MG, 1830-1840 (Ver Anexo 2)

86- Distribuição dos latoeiros rurais segundo a cor/ “qualidade” e situação conjugal

Cor / "qualidade"									
Branco		Mestiço		Crioulo	Africano/ preto	Não informa	Total		
A %		A %		A %	A %	A %	A %		
3 33		6 67		-	-	-	-	9 100	

Situação conjugal							
Solteiro		Casado		Viúvo	Não informa	Total	
A %		A %		A %	A %	A %	
3 33		6 67		-	-	9	100

FONTE : MAPAS DE POPULAÇÃO DE MG, 1830-1840 (Ver Anexo 2)

87- Número médio de indivíduos nos fogos onde estão arrolados os latoeiros nos espaços urbano e rural

	Chefe			Não-chefe		
	Livres	Escravos	Total	Livres	Escravos	Total
Urbano	6	0,5	6,5	6	-	6
Rural	4	1	5	5,5	2	7,5

FONTE : MAPAS DE POPULAÇÃO DE MG, 1830-1840 (Ver Anexo 2)

88-Estrutura ocupacional dos fogos onde estão arrolados os latoeiros urbanos

G E R A L	ATIVIDADES AGRÍCOLAS EM GERAL	A	%
		2	3
	MINERAÇÃO	-	-
	ATIVIDADES MANUAIS E MECÂNICAS	55	89
	SERVIÇO DOMÉSTICO	-	-
	COMÉRCIO	1	2
	FUNÇÕES PÚBLICAS	-	-
	OUTRAS	4	6
C H E F E	TOTAL	62	100
	ATIVIDADES AGRÍCOLAS EM GERAL	-	-
	MINERAÇÃO	-	-
	ATIVIDADES MANUAIS E MECÂNICAS	30	97
	SERVIÇO DOMÉSTICO	-	-
	COMÉRCIO	-	-
	FUNÇÕES PÚBLICAS	-	-
	OUTRAS	1	3

NÃO C H E F E	TOTAL	31	100
	ATIVIDADES AGRÍCOLAS EM GERAL	2	6
	MINERAÇÃO	-	-
	ATIVIDADES MANUAIS E MECÂNICAS	25	81
	SERVIÇO DOMÉSTICO	-	-
	COMÉRCIO	1	3
	FUNÇÕES PÚBLICAS	-	-
	OUTRAS	3	10
	TOTAL	31	100

FONTE : MAPAS DE POPULAÇÃO DE MG, 1830-1840 (Ver Anexo 2)

NÃO INFORMAÇÃO DE OCUPAÇÃO :

GERAL - 73 CASOS - 54%

CHEFE - 62 CASOS - 67%

NÃO-CHEFE - 11 CASOS - 26%

89- Estrutura ocupacional dos fogos onde estão arrolados os latoeiros rurais

G E R A L	ATIVIDADES AGRÍCOLAS EM GERAL	A	%
	11	38	
	MINERAÇÃO	-	-
	ATIVIDADES MANUAIS E MECÂNICAS	15	52
	SERVIÇO DOMÉSTICO	3	10
	COMÉRCIO	-	-
	FUNÇÕES PÚBLICAS	-	-
	OUTRAS	-	-
	TOTAL	29	100
C H E F E	ATIVIDADES AGRÍCOLAS EM GERAL	1	7
	MINERAÇÃO	-	-
	ATIVIDADES MANUAIS E MECÂNICAS	12	80
	SERVIÇO DOMÉSTICO	2	13
	COMÉRCIO	-	-
	FUNÇÕES PÚBLICAS	-	-
	OUTRAS	-	-
	TOTAL	15	100
NÃO C H E F E	ATIVIDADES AGRÍCOLAS EM GERAL	10	71
	MINERAÇÃO	-	-
	ATIVIDADES MANUAIS E MECÂNICAS	3	22
	SERVIÇO DOMÉSTICO	1	7
	COMÉRCIO	-	-
	FUNÇÕES PÚBLICAS	-	-
	OUTRAS	-	-
	TOTAL	14	100

FONTE : MAPAS DE POPULAÇÃO DE MG, 1830-1840 (Ver Anexo 2)

NÃO INFORMAÇÃO DE OCUPAÇÃO :

GERAL - 16 CASOS - 35%

CHEFE - 15 CASOS - 50%

NÃO-CHEFE - 1 CASO - 7%

90- Latoeiros urbanos escravistas e não-escravistas

ESCRAVISTAS		NÃO-ESCRAVISTAS		TOTAL	
A	%	A	%	A	%
4	29	10	71	14	100

FONTE : MAPAS DE POPULAÇÃO DE MG, 1830-1840 (Ver Anexo 2)

91- Tamanho das posses de escravos dos latoeiros urbanos

PEQUENA		MÉDIA		GRANDE		TOTAL	
A	%	A	%	A	%	A	%
3	75	1	25	-	-	4	100

FONTE : MAPAS DE POPULAÇÃO DE MG, 1830-1840 (Ver Anexo 2)

92- Latoeiros rurais escravistas e não-escravistas

ESCRAVISTAS		NÃO-ESCRAVISTAS		TOTAL	
A	%	A	%	A	%
1	17	5	83	6	100

FONTE : MAPAS DE POPULAÇÃO DE MG, 1830-1840 (Ver Anexo 2)

93- Tamanho das posses de escravos dos latoeiros rurais

PEQUENA		MÉDIA		GRANDE		TOTAL	
A	%	A	%	A	%	A	%
1	100	-	-	-	-	1	100

FONTE : MAPAS DE POPULAÇÃO DE MG, 1830-1840 (Ver Anexo 2)

94- Participação dos latoeiros, trabalhadores em tecido e outros artífices na estrutura ocupacional dos fogos dos latoeiros urbanos e rurais

URBANO		A	%
	LATOEIRO	22	35
	TRABALHADORES EM TECIDOS	31	50
	OUTROS ARTÍFICES	3	5
	OUTRAS OCUPAÇÕES	6	10
RURAL	TOTAL	62	100
	LATOEIRO	9	31
	TRABALHADORES EM TECIDOS	6	21
	OUTROS ARTÍFICES	-	-
	OUTRAS OCUPAÇÕES	14	48
	TOTAL	29	100

FONTE : MAPAS DE POPULAÇÃO DE MG, 1830-1840 (Ver Anexo 2)

95 - Posição dos latoeiros urbanos e rurais no fogo

	Chefe		Não-chefe		Total	
	A	%	A	%	A	%
Urbano	14	64	8	36	22	100
Rural	6	67	3	33	9	100

FONTE : MAPAS DE POPULAÇÃO DE MG, 1830-1840 (Ver Anexo 2)

ANEXO 2 :

Relação das localidades com listas nominaitvas e localização no Arquivo Público Mineiro

Regiões	Distritos	FUNDO	CAIXA	DOC.
Vale alto-médio São Francisco	Boa vista	MP	08	18
	Extrema	SP PP ¹⁰	49	02
	Januária	SP PP ¹⁰	15	03
Sertão	Bofim	MP	13	03
	Bofim	MP	08	05
	Formigas	MP	13	01
	Santíssimo Coração de Jesus	MP	11	11
	Abadia	MP	03	03
Intermediária de Pitangui-tamandú	Bom Jesus do Indaiaí	SP PP ¹⁰	46	01
	Bom Jesus dos Perdões	SP PP ¹⁰	41	10
	Candeias	SP PP ¹⁰	46	02

	Carmo da Mata	SP PP ¹ ₁₀	41	06
	Casa Verde	SP PP ¹ ₁₀	41	07
	Cláudio	SP PP ¹ ₁₀	41	05
	Desterro	SP PP ¹ ₁₀	46	06
	Formiga	SP PP ¹ ₁₀	46	05
	Lage	SP PP ¹ ₁₀	41	08
	Lagoa Dourada	SP PP ¹ ₁₀	41	07
	Oliveira	SP PP ¹ ₁₀	42	01
	Padre Gaspar	SP PP ¹ ₁₀	41	16
	Passatempo	SP PP ¹ ₁₀	41	01
	Piedade do Bagre	SP PP ¹ ₁₀	10	01
	Prados	SP PP ¹ ₁₀	41	09
	Santa Rita do Rio Abaixo	MP	06	19
	Santa Rita do Rio Abaixo	MP	04	09
	Santana do Rio de São João Acima	MP	03	01
	Santo Antônio do Amparo	SP PP ¹ ₁₀	41	15
	Santo Antônio do Monte	SP PP ¹ ₁₀	46	04
	São Gonçalo do Pará	MP	03	02
	São José del Rei	SP PP ¹ ₁₀	41	12
	São Tiago	SP PP ¹ ₁₀	41	17
Diamantina	Andrequicé	SP PP ¹ ₁₀	49	07
	Corimataí	SP PP ¹ ₁₀	49	11
	Gouveia	SP PP ¹ ₁₀	49	06
	São Gonçalo e Milho Verde	SP PP ¹ ₁₀	49	05
	Serro	MP	09	15
	Tejuco	SP PP ¹ ₁₀	11	01
Mineradora central Leste	Pessanha	SP PP ¹ ₁₆	1	34
	Santa Rita do Turvo	MP	02	26
	São Domingos	MP	2	15
	São Domingos do Prata	MP	14	01
	São José do Barroso	MP	02	22
Minas novas	Brejo das Almas e Cabeceiras	MP	04	05
	Grão Mogol	SP PP ¹ ₁₀	22	04
	Itacambira do Rio Verde e Olhos D'água	MP	04	05
Paracatu	Minas Novas	SP PP ¹ ₁₀	22	20
	Burití	MP	05	21
	Morrinhos	SP PP ¹ ₁₀	29	18
Sertão Alto são Francisco	Bambui	SP PP ¹ ₁₀	46	03
	Dores	MP	03	03
Médio baixo Rio das Velhas	Fidalgo	SP PP ¹ ₁₀	35	06
	Lagoa santa	MP	11	11
	Livramento	SP PP ¹ _{10/15}	35	02
	Matosinhos	MP	11	08
	Morro da Garça	SP PP ¹ ₁₀	10	02
	Santa Luzia	SP PP ¹ ₁₀	35	03
	Soledade do Pilar	SP PP ¹ ₁₀	35	05
	Taíras	MP	11	27
	Taquaraçu de Cima	MP	11	26
	Dores do Campo Formoso	MP	05	31
Triângulo	Dores do Campo Formoso	MP	14	37
	São José do Tejuco	MP	08	33
Araxá	Araxá	MP	09	06
	Barra do Espírito Santo	MP	05	23
	Carmo	MP	09	02
	Coromandel	MP	05	32
	Coromandel	MP	13	01
	Desemboque	MP	05	20
	Patrocínio	MP	09	03
	Santíssimo Sacramento	MP	05	25
	São Francisco das Chagas	MP	09	04
	São Francisco das Chagas	MP	13	05
	São Pedro Alcântara	MP	09	01
	Tiros	MP	08	32
Mata	Descoberto	MP	03	19
	Deserto	SP PP ¹ ₁₀	17	10
	Dores do Pomba	SP PP ¹ ₁₀	17	12
	Espírito Santo	MP	07	03
	Feijão Cru	MP	03	06
	Juiz de Fora	MP	07	04
	Mercês do Kágado	MP	07	02
	Mercês do Kágado	SP PP ¹ ₁₀	29	19
	Mercês do Pomba	SP PP ¹ ₁₀	18	04

Mineradora central Oeste centro	Santa Rita da Meia Pataca	MP	02	14
	Santo Antonio do Porto	MP	03	25
	São José do Paraíba	MP	07	07
	São José do Paraopeba	MP	03	16
	São Manoel do Pomba	MP	02	16
	Bento Rodrigues	SP PP ¹⁰	18	02
	Betim	MP	11	13
	Boa vista	MP	01	10
	Bonfim	SP PP ¹⁰	05	35
	Brumado	MP	04	33
	Brumado	SP PP ¹⁰	05	13
	Brumado do Paraopeba	SP PP ¹⁰	35	08
	Cachoeira do Campo	MP	01	09
	Cachoeira do Campo	MP	01	18
	Caeté	CMC16	-	-
	Calambao	SP PP ¹⁰	18	03
	Casa Branca	MP	01	11
	Catas Altas	SP PP ¹⁰	18	09
	Catas Altas	SP PP ¹⁰	19	02
	Catas Altas de Itaverava	MP	04	21
	Catas Altas de Itaverava	SP PP ¹⁰	33	21
	Cocais	MP	11	32
	Conceição do Turvo	MP	03	20
	Congonhas	MP	11	26
	Congonhas do Campo	MP	01	07
	Contagem	MP	11	12
	Córregos	SP PP ¹⁰	49	09
	Dores	MP	04	16
	Forquim	SP PP ¹⁰	17	08
	Glória	MP	04	31
	Guarapiranga	SP PP ¹⁰	17	03
	Itabira	CMC15	-	-
	Itabira	CMC15	-	-
	Itabira	MP	08	17
	Itabira do Campo	MP	01	04
	Itambé	MP	12	01
	Itaverava	MP	04	20
	Lamim	SP PP ¹⁰	33	04
	Lamim	SP PP ¹⁰	28	33
	Lapa	MP	11	06
	Mariana	MP	02	17
	Mateus Leme	MP	11	09
	Morro Vermelho	MP	11	31
	Mouraria	MP	11	05
	N.Sra. Conceição da Noruega	SP PP ¹⁰	33	01
	Ouro Branco	MP	07	18
	Ouro Preto	MP	07	19
	Paraopeba	MP	01	21
	Passagem	SP PP ¹⁰	17	02
	Penha de França	MP	11	33
	Piedade do Paraopeba	SP PP ¹⁰	35	01
	Redondo	SP PP ¹⁰	33	03
	Redondo	MP	03	26
	Rio Actina	MP	11	04
	Rio das Pedras	MP	11	03
	Rio do Peixe	MP	04	15
	Rio do Peixe	MP	09	20
	Rio Manso	SP PP ¹⁰	35	07
	Santa Ana	MP	4	17
	Santa Bárbara	MP	12	04
Mineradora central Oeste centro	Santa Rita	MP	12	09
	Santo Amaro	SP PP ¹⁰	33	02
	Santo Antônio da Itatiaia	MP	01	22
	São Bartolomeu	MP	01	01
	São Caetano	SP PP ¹⁰	17	19
	São Caetano	SP PP ¹⁰	18	39
	São Gonçalo	SP PP ¹⁰	17	13
	São Gonçalo do Bação	MP	01	03
	São Gonçalo do Rio Abaixo	MP	12	03
	São Gonçalo do Tijucu	MP	01	08
	São Gonçalo do Tijucu	MP	01	14
	São Sebastião	SP PP ¹⁰	17	11
	São Sebastião do Itatiaia	SP PP ¹⁰	35	09

	Saúde	SP PP ¹ ₁₀	17	14
	Socorro	MP	12	02
	Soledade	MP	01	08
	Suassui	MP	07	29
	Suassui	MP	03	27
	Tapera	SP PP ¹ ₁₀	18	06
Sudeste	Alagoa	MP	13	09
	Alberto Dias	MP	07	09
	Barbacena	MP	07	06
	Barrozo	MP	07	10
	Bom Jardim	SP PP ¹ ₁₀	40	01
	Carrancas	MP	06	03
	Conceição da Barra	MP	06	11
	Favacho	SP PP ¹ ₁₀	02	07
	Garumbeo	MP	06	28
	Madre de Deus	SP PP ¹ ₁₀	40	02
	Nazareth	MP	06	20
	Piedade do Rio Grande	MP	06	18
	Pouso Alto	SP PP ¹ ₁₀	02	06
	São João del Rei	MP	06	12
	São Thomé das Letras	MP	06	25
	São Vicente	MP	13	08
	São Vicente	SP PP ¹ ₁₀	01	04
	Turvo	MP	13	16
Sul central	Antas	MP	10	19
	Bocaina	SP PP ¹ ₁₀	07	32
	Campanha	MP	10	19
	Campanha	SP PP ¹ ₁₀	08	02
	Campanha	MP	10	19
	Coqueiros	MP	08	21
	Dores da Boa Esperança	MP	08	22
	Douradinho	SP PP ¹ ₁₀	08	10
	Formiga	MP	10	20
	Itajubá	MP	10	06
	Lambari	MP	10	13
	Mundo Novo	SP PP ¹ ₁₀	08	01
	Mutuca	MP	10	17
	Santa Catarina	MP	10	21
	Santa Catarina	SP PP ¹ ₁₀	08	08
	Santa Rita	MP	10	02
	Santana do Sapucaí	SP PP ¹ ₁₀	07	01
	São Gonçalo	MP	20	15
	São João Nepomuceno	MP	06	17
	São Sebastião da Capituba	MP	10	12
	Soledade	SP PP ¹ ₁₀	13	56
	Três Corações	MP	10	14
Sudoeste	Aterrado	SP PP ¹ ₁₀	14	05
	Cabo Verde	MP	05	14
	Jacuí	MP	05	01
	Passos	SP PP ¹ ₁₀	14	03
	Sacra Família de Machado	MP	05	13
	São Joaquim	MP	05	08
	São José e dores	SP PP ¹ ₁₀	14	01
	Ventania	MP	05	15

ARTIGO

Escravidão, campesinato e capitalismo na zona da Mata central de Minas Gerais — 1767-1890

Ângelo Alves Carrara

Departamento de História - UFOP

O presente trabalho propõe-se a discutir os resultados de uma pesquisa recentemente concluída — e cujos pontos julgados mais importantes aqui compendio — acerca das transformações econômicas ocorridas no longo período de transição dos modos de produção pré-capitalistas para o capitalismo, no núcleo da sub-região central da zona da Mata de Minas Gerais, entre as últimas décadas do século XVIII e o fim do século XIX.¹

No início da pesquisa, as questões fundamentais que se colocavam eram as seguintes: 1. quais as consequências do parcelamento ou da concentração fundiária ao longo do período? e 2. em que momento essa sociedade começou a experimentar as transformações determinadas pela introdução de inovações técnicas nos seus processos de produção, i. e., em que momento começou a alterar-se o seu **modo material de produção**? Em síntese: interessava-nos de início a maneira como os modos de produção vigentes ao longo de todo o período colonial entraram em crise e se extinguiram. Pensei a princípio ser possível um estudo que, para além da análise das mudanças operadas no âmbito das relações de produção, enfatizasse as transformações ocorridas pela introdução de um **novo modo material de produção** — o capitalismo. Para outros caminhos conduziram-me os dados coletados nas fontes que acreditei

¹ CARRARA, Ângelo Alves. *Estruturas agrárias e capitalismo*. Mariana: LPH/UFOP, 1999. Neste trabalho foi adotada a divisão municipal vigente ao longo do século XIX. As características econômicas gerais de toda essa região foram tratadas em CARRARA, A. A. *A Zona da Mata de Minas Gerais; diversidade econômica e continuísmo (1839-1909)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1993 (dissertação de Mestrado). A coleta de material junto aos inventários do município de Ubá entre 1840 e 1886 foi feita com o apoio do CNPq, que financiou a bolsa de iniciação científica (categoria PIBIC) para a discente do Curso de História da UFOP Gabriela de Almeida Figueiredo.

capazes de responder às indagações originalmente postas. Encontrei-me diante de uma sociedade submetida menos a um processo de corrosão provocado pelo contato com o capitalismo — contato que se resumia ordinariamente à compra de manufaturados estrangeiros e à venda de café — do que às contradições inerentes a esses modos de produção.² O objetivo continuava a ser o estudo da transição das estruturas de produção coloniais para formas capitalistas, mas elementos da análise tiveram de ser substituídos.

Parte-se aqui do pressuposto teórico segundo o qual, ao longo do século XVIII, dois modos de produção fixaram-se no território da Capitania de Minas Gerais: o escravista e o camponês. Adianto, porém, que a predominância de um e outro nas sub-regiões da zona da Mata deveu-se em larga medida, a partir dos fins do século XVIII, aos diferentes processos de ocupação territorial e aos movimentos de população a eles característicos, os quais, por seu turno, determinaram a variada participação da população escrava no conjunto da população total de cada um dos municípios da região, bem como os padrões distintos de propriedade fundiária e de suas produções agrárias.

Antes de mais, no entanto, ressalte-se que os processos de produção distintos que aqui o modelo vai referir, estão concretamente em diálogo constante, quotidiano. O escravismo fornecia à constelação de roceiros e pequenos lavradores o ideal de máxima ascendência social; atuava como núcleo de um campo gravitacional que influía poderosamente sobre a lógica particular do modo de produção camponês, por mais que os elementos internos deste opusessem resistência (especialmente seu baixo nível técnico e sua capacidade de acumulação limitada). Por isto, não se pode retirar dos lavradores não escravistas alguma capacidade de adquirir escravos. Isto dependia da capacidade — de cada unidade de produção — para participar em graus variáveis de alguma atividade agrária mercantil. Onde e quando fora possível, houve um esforço da

² Lembremos aqui de Ladurie: *c'était la mésaventure classique; j'avais voulu m'emparer d'un document, pour y déchiffrer les certitudes de ma jeunesse; et c'était le document qui s'était emparé de moi, et qui m'avait insufflé ses rythmes, sa chronologie, sa vérité particulière.* (LADURIE, Emmanuel Le Roy. *Les paysans du Languedoc*. Paris: Flammarion, 1969. p. 6).

parte de muitos lavradores para participar da produção destinada ao mercado, e assim migrar nem tanto para o modo escravista, mas para algum tipo de produção mercantil que comportasse formas intermediárias de produção capitalista. Ademais, tanto as unidades de produção mercantis/escravistas podiam encerrar formas camponesas, quanto as camponesas podiam incorporar formas mercantis/escravistas, como já apontado pelo Prof. Ciro Cardoso³. Contudo, era **o caráter dominante em cada uma delas num determinado período o que as distinguia**.

Creio que o modelo assim expresso seja capaz de suportar a intensa flexibilidade que as condições objetivas engendram. Dadas as variadas possibilidades concretas, é fácil perceber a existência de uma zona mal definida de produtores originalmente camponeses que se vêem circunstancialmente arrastados para a produção escravista mercantil.

Não é novidade para historiografia brasileira a tendência a uma relativa proletarianização e a um acesso cada vez mais restrito ao escravo e à terra pelos lavradores desde o fim do tráfico de escravos.⁴

³ CARDOSO, Ciro Flammarion Santana. *Agricultura, Capitalismo e Escravidão*. Rio de Janeiro: 1979, p. 52; 1983, p. 45-6.

⁴ CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Das cores do silêncio*; os significados da liberdade no Sudeste escravista — Brasil, séc. XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995 [1993]; CONRAD, Robert. *Os últimos da escravatura no Brasil; 1850-1888*. 2. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978 [1. ed. em inglês de 1972, 1. ed. em português de 1974]; EISENBERG, Peter. *Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977; FARIA, Sheila de Castro. *Terra e trabalho em Campos de Goitacazes, 1850-1920*. Niterói, ICHF/UFF, 1986 (dissertação de Mestrado). O capitalismo na Europa introduziu outras mudanças: *na esfera da agricultura, a grande indústria atua de modo mais revolucionário, à medida que aniquila o baluarte da velha sociedade, o “camponês”, substituindo-o pelo trabalhador assalariado* (MARX, Karl. *O Capital*, cap. XIII, 10). Paralelamente à expansão cafeeira ocorreu uma concentração da propriedade de terras e de escravos, com conseqüente exclusão de um grande número de indivíduos despossuídos. Contudo, *é preciso reconhecer que tal processo também permitiu que muitas pessoas, igualmente não tão abastadas como a elite agrária e mercantil, continuassem na localidade e*

Aqui no caso, porém, outros fatores foram mais importantes: a pulverização da propriedade rural e a conseqüente incapacidade de as unidades de produção diminutas acessarem um mercado cada vez mais importante.

Não obstante escapar aos objetivos deste estudo a análise da industrialização e do lugar dela no conjunto das transformações estruturais dos processos de produção vigentes nessa região, buscou-se identificar a forma como um novo modo material de produção — o modo **industrial**, a falar com rigor sobre uma característica essencial do capitalismo — penetrou nessa área.

Inevitável, neste ponto, não lembrar do debate clássico sobre a questão agrária, conforme ocorrera na Rússia no início do século XX⁵. Todavia, o cerne da matéria naquele momento não era realmente econômico: o que se discutia era a possibilidade de sobrevivência do campesinato num sistema socialista de produção.⁶ Marx e seus seguidores viram no capitalismo uma força historicamente progressista em termos objetivos: apesar de o capitalismo ser em si um sistema desumano e explorador, também

auferissem benefícios gerados pela economia cafeeira. MARCONDES, Renato Leite. A pequena e a média propriedade na grande lavoura cafeeira do vale do Paraíba. *LOCUS: Revista de História*. 4(2), 1998, p. 35-54.

⁵ Um levantamento abrangente do debate teórico sobre a reprodução do campesinato e suas relações com o capitalismo está disponível por **The Era Project**, “Peasant Social Worlds and their Transformations”, do Departamento de Antropologia Social da Universidade de Manchester, no Reino Unido (<http://nt2.ec.man.ac.uk/multimedia/Default>); conforme é assinalado em sua página introdutória, trata-se de um projeto que *explores the transformation of rural societies in the Twentieth Century*. Em seu *history room*, são oferecidas informações suplementares sobre a maneira como mudanças globais afetaram os povos em diferentes partes do mundo em momentos particulares da História.

⁶ *what really preoccupied the classical Marxist thinkers was a political question: would the peasants act as allies in the struggle to achieve socialism, or were they ultimately reactionary, counter-revolutionary element?* <http://nt2.ec.man.ac.uk/multimedia/Default>; *Classical Marxism and the Agrarian Question*. A isto opunha-se frontalmente Lenin. Cf. especialmente *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, ou mesmo *Estado e Revolução*. Chayanov sustentava que, como a economia camponesa tinha uma lógica particular própria, sem relação com o capitalismo, a sociedade socialista poderia desenvolver-se sobre a base das famílias camponesas individuais e das instituições cooperativas de diversos tipos.

criava a possibilidade de um tipo de sociedade que era materialmente mais próspera e infinitamente mais humana do que as que o precederam. Isto porque o capitalismo engendrava um desenvolvimento das forças materiais de produção sem precedentes na história, um avanço na direção do domínio da natureza pela humanidade. A análise econômica de Marx levou-o a crer que o campesinato não poderia sobreviver a longo prazo.⁷

As reflexões de Marx sobre a economia camponesa foram sistematizadas por Aleksandr Chayanov em sua obra *Teoria da Economia Camponesa*, de 1921, na qual tentava demonstrar ser perfeitamente possível o desenvolvimento da economia camponesa sob o socialismo. Devo concordar que o título de seu texto clássico — *A teoria da economia camponesa* — é mal dado, na medida em que essa teoria assume condições históricas muito específicas — a Rússia revolucionária. Entretanto, o tratamento dado por ele à matéria tem sido instrutivo, na medida em que oferece uma visão sistematizada da natureza da produção camponesa, como veremos adiante.

O objetivo primário da produção camponesa é fornecer um padrão mínimo de sobrevivência para a família: os camponeses estavam originalmente interessados na produção de valores de uso. Nem todas as unidades de produção camponesas eram auto-suficientes em tudo aquilo de que precisavam para consumir, mas muitas trocas nos mercados camponeses eram simplesmente **trocas de valores de uso**. No processo interno da produção, a quantidade de trabalho despendido por cada um dos membros de uma unidade camponesa seria inversamente proporcional ao número de consumidores dependentes que deviam ser sustentados. Unidades de produção camponesas com muitos filhos pequenos e sem participação no processo produtivo, por exemplo, exigiam uma quantidade de trabalho muito maior de seus membros adultos do que uma unidade de produção na qual trabalhavam a maior parte de seus membros (*equilíbrio consumo-trabalho*).

⁷ O *Capital*, Livro III, cap. 47, especialmente 4 (A renda monetária) e 5 (a propriedade camponesa — das *bäuerliche Parzelleigentum*).

Esse padrão mínimo de sobrevivência exigia que uma parte extra — ou excedente — da produção fosse destinada à reprodução das condições de existência dos lavradores. A produção de um excedente agrícola deveria, pois, ser empregada no suprimento de dois fundos: um primeiro incluía as sementes para a colheita futura, assim como animais de tiro ou instrumentos que eventualmente deveriam ser substituídos; um segundo — para a satisfação das obrigações sociais — consistia no *quantum* necessário para manter suas relações sociais (casamento, batizados e outros rituais característicos de sociedades rurais), além de tributos ao Estado ou à Igreja. Ao primeiro podemos denominar “fundo de reprodução simples”, e ao segundo “fundo de reprodução social”.

Não é um quadro tão simples o que encontraremos na sub-região central da zona da Mata. Mencionou-se anteriormente que as unidades de produção camponesas encontravam-se nas vizinhanças das grandes unidades de produção escravistas, fundamentalmente produtoras de algum gênero agrícola destinado ao mercado. Como as propriedades camponesas e escravistas dispunham do mesmo nível técnico **no processo material de produção** — isto é, enxadas, foices e machados — abria-se a possibilidade para alguns lavradores que possuísem os meios de produção adequados, especialmente terras, para participarem em pequena escala da agricultura mercantil. Não obstante, alguns fatores atuaram de modo corrosivo sobre as estruturas camponesas nessa sub-região, que muito precocemente viu surgir sistemas intermediários de trabalho — arrendamentos e parcerias, por exemplo — antes da constituição de um proletariado rural.

Em Minas, as estruturas familiares de produção sobreviveram enquanto tiveram à sua disposição o principal recurso — terras nas áreas de fronteira. Em algumas regiões, como o vale do rio Doce, esta fronteira só se fechou em meados do século XX. Mas na região estudada neste trabalho, desde a década de 1840 a fronteira deixara de existir, e os lavradores passaram a não mais poder contar com a ocupação de parcelas novas para a reprodução do seu modo de existência. O fechamento das fronteiras atuou como o principal elemento de destruição desse modo de produção.

Metodologia e Fontes

Se o escravismo deixou registros abundantes do funcionamento das suas estruturas, não se pode dizer o mesmo do campesinato. Como apreender essa parcela da sociedade tão pouco afeita a deixar vestígios de si própria? É como se a auto-suficiência que lhe caracterizava a produção da vida se refletisse na indigência documental. Existem, entretanto, indícios importantes para o século XVIII e primeiros anos do século XIX: além dos róis de desobriga, assentos de batismo, matrimônio e óbito, listas nominativas de habitantes e de dízimos, característicos do período colonial, há, para o século XIX, os inventários, os libelos cíveis, os livros de notas. Quando cuidadosamente vasculhados, fornecem informações indispensáveis. Infelizmente, porém, muito escassas. Devo reconhecer que essa escassez documental muitas vezes deixa ao desamparo os pressupostos teóricos aqui adotados.

A distinção estabelecida anteriormente — entre os dois processos de produção — foi o critério fundamental para o tratamento dos dados fornecidos pela documentação, a qual, dada a natureza deste estudo, consistiu especialmente dos inventários *post-mortem*, porquanto permitem uma análise qualitativa das transformações que iam ocorrendo ao longo do século XIX. A análise quer-se qualitativa porquanto buscou-se verificar qual o ritmo de introdução de inovações técnicas nos processos de produção agrária. O dispor de vasta e completa documentação para os municípios em questão possibilitou o acompanhamento contínuo junto à documentação desde os fins do século XVIII. Juntamente com as escrituras de compra e venda de bens imóveis, procurou-se analisar, em particular, o padrão de propriedade rural, o instrumental agrícola, e, na medida do possível, o conjunto das técnicas rurais.⁸

⁸ Sobre estas últimas, LYNN SMITH fizera notar a diferença entre o sistema agrícola do sul da Europa e de suas colônias latino-americanas e aquele empregado no norte da Europa, Estados Unidos e Canadá. No primeiro caso, o sistema agrícola constituía-se do arado de madeira, do carro de bois (*tão vagaroso, tosco, mal equilibrado e ineficiente*) e um forte apoio na força do boi. No segundo caso, o sistema agrário era caracterizado pelo pequeno arado de ferro ou aço, pela carroça de quatro rodas e pela “coleira” de cavalo e outros traços culturais relacionados com o atrelamento adequado de animais de tiro à maquinaria e aos veículos. Cf. SMITH, T. LYNN. Sistemas agrícolas. *Revista Brasileira de Geografia*. 9(2), p. 159-178.

O notariado forneceu as informações respeitantes às alterações no padrão de operações de compra e venda de bens imóveis. Entre as cartas de sesmaria e os registros de terras da década de 1850, e entre este e o censo de 1920, pode-se estabelecer com certa precisão a natureza do movimento de ocupação territorial — aquilo que Le Roy Ladurie denominou uma ‘imensa respiração de uma estrutura social’.⁹ Os registros de notas são para a propriedade da terra o equivalente dos registros eclesiásticos dos sacramentos. O movimento das estruturas fundiárias permite compreender esse momento de transição. Contudo, não dispomos de cadastros municipais da propriedade fundiária senão a partir de uma data muito tardia (a década de 1940). Mas há fontes alternativas que mostraram-se bastante úteis. Com base nas listas do pagamento dos dízimos, procurei noutro lugar estabelecer as paisagens rurais dominantes em cada uma das freguesias da Capitania de Minas Gerais, de 1722 a 1830.¹⁰ Esta responsabilidade coube, aqui, aos inventários. Desnecessário mencionar que o recurso a folhas topográficas de diversos períodos foi indispensável. Desde o mapa preparado em 1847 por João José da Silva Teodoro e que acompanha seu relatório, até a Carta do Brasil ao milionésimo, da década de cinqüenta, as folhas precisam os dados fragmentários colhidos nas fontes

Evidentemente, foram também sistematizadas as informações respeitantes ao montemor, número de filhos e o número de escravos.

⁹ LE ROY LADURIE, Emmanuel. *Les paysans ...*, p. 6.

¹⁰ CARRARA, Angelo. A. *Contribuição para a história agrária de Minas Gerais*. Mariana: Universidade Federal de Ouro Preto, 1999. É possível prosseguir a tarefa para o século XIX, não obstante a série dos dízimos extinguir-se em 1835. Há, no entanto, outras fontes importantes que permitem um levantamento razoavelmente abrangente e seguro da distribuição das culturas no interior da Província de Minas, antes dos censos de 1920 e 1940, os quais, aliás, serviram de parâmetros insubstituíveis. Dentre essas fontes, merecem especial menção alguns relatórios da Presidência da Província, como o citadíssimo de 1855. Há, ainda, o relatório de SILVA, José Joaquim da. *Tratado de geografia descritivo especial da Província de Minas Gerais em que se descreve com particular atenção todos os ramos de sua lavoura, indústria e comércio*. Juiz de Fora: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1878.

manuscritas, especialmente no que respeita à distribuição da propriedade fundiária.¹¹

As zonas da Mata

A distinção entre as regiões da zona da Mata de Minas Gerais não é recente. Ao estudar os dados do censo de 1940 com base na estrutura fundiária e no horizonte agrário, Elza de Souza distinguiu três sub-regiões: norte, central e sul.¹²

As importantes diferenças internas não foram percebidas pela historiografia até muito recentemente, que sempre tratou a zona da Mata como uma região com características homogêneas.¹³ A heterogeneidade de suas estruturas sub-regionais decorreram, desde o início do século XIX, dos diferentes processos de ocupação territorial e dos movimentos de população a eles característicos. Foram estes que determinaram a variada participação da população escrava no conjunto da população total de cada um dos municípios da região (por conseguinte, dos padrões distintos de propriedade fundiária e de suas produções agrárias), e a natureza distinta de cada um dos

¹¹ TEODORO, João José da Silva. *Relatório para a Presidência da Província*. Ouro Preto, Tip. do Eco de Minas, 1847. Há ainda o *Mapa do Termo do Presídio e de São João Nepomuceno*, que originalmente acompanhava o relatório de João José da Silva Teodoro e que se encontra hoje no Arquivo Nacional (Seção de Documentação Cartográfica, PD 04). As fontes mencionadas neste estudo estão custodiadas no Arquivo da Câmara Municipal de Mariana, no Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, no Arquivo Histórico da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora, no Arquivo Público Mineiro e no Arquivo Público Municipal de Ponte Nova. Merecem especial menção, ademais, os seguintes arquivos e acervos. No Cartório de Notas de Rio Pomba foram consultados os livros primeiro (aberto em 23 de janeiro de 1833, encerrado em 30 de agosto de 1837) e segundo (aberto em 1^o de setembro de 1837, encerrado em 15 de agosto de 1847). Todos inventários deste período, custodiados pelo Foro de Ubá foram listados abaixo, e referidos segundo o número (#) de cada na Primeira Secretaria do Cível daquele Foro. São listados abaixo todos os inventários da primeira metade do século XIX consultados. Já os inventários abertos a partir de 1855 até 1890, custodiados igualmente pela mesma instituição, foram referidos ao longo do texto pelo número e ano respectivo.

Os livros de notas de onde este trabalho extraiu os dados relativos às operações de compra e venda de imóveis são custodiados pelo Cartório de Notas do Primeiro Ofício de Ubá. Foram consultados os livros de números 1 (1839) a 25 (1893)

¹² SOUZA, Elza Coelho de. Distribuição das propriedades rurais no estado de Minas Gerais. *Revista Brasileira de Geografia*, jan.-mar.1951, 13(1), pp. 52-3.

¹³ Cf. a esse respeito, CARRARA, A. A. *A zona da Mata mineira ...* 1993.

processos de produção estabelecidos em cada uma das sub-regiões da Mata.

A ocupação territorial da Mata central

A expressão ‘ocupação territorial’ refere-se aqui tão somente à fase inicial de implantação dos diferentes modos de produção. Por isso, há ‘ocupações territoriais’ consoante a natureza diversa dos modos de produção que se iam estabelecendo.

A porção central da Mata, compreendida basicamente pelo vale do rio Pomba, seguiu esse movimento, com a diferença de ser o núcleo de maior concentração da população indígena. Em meados da década de 1750, houve um pequeno movimento migratório para o descoberto de Arrepiados (atual município de Araponga), na serra do Brigadeiro, mas logo interrompido em razão da exigüidade da extração. Em 1767 o governador da Capitania decidira fundar naquelas paragens um grande aldeamento central que recolhesse os índios coropós, coroados e puris, habitantes dessa área, e no ano seguinte foi instalada a *Freguesia do Mártir São Manuel dos Índios Croatos e Cropós dos Sertões dos Rios da Pomba e Peixe*. Também os róis de desobriga indicaram o movimento migratório para essa sub-região: a freguesia de Rio Pomba passou das 1.179 almas de confissão em 1780, para 4.815, em 1800.¹⁴ Além desse movimento, a própria incorporação dos índios à população imigrante da freguesia é percebida pelos registros paroquiais da freguesia de Rio Pomba. Esse grande fluxo migratório arruinou o projeto de 1768 do governo da Capitania para o estabelecimento de um aldeamento central no Pomba. Já em 1789, os índios cropós e croatos solicitavam ao rei *a paz e o sossego perdidos com a presença dos europeus*.¹⁵ A esta imigração vinha juntar-se a concessão de sesmarias, que provocava inevitáveis conflitos.¹⁶

¹⁴ CARRARA, A. A., *Agricultura e Pecuária ...*, cap. 2.

¹⁵ Arquivo Histórico Ultramarino, Conselho Ultramarino, Brasil, Minas Gerais, Caixa 132, documento 32.

¹⁶ Em 1799 o padre Manuel de Jesus Maria enviara carta para o governador da Capitania expondo sobre o prejuízo para os índios a concessão de sesmarias pelo governo. Arquivo Histórico Ultramarino, Conselho Ultramarino, Brasil, Minas Gerais, caixa 149, documento 62.

A *catequese dos índios* foi retomada em 1813 na região, com a nomeação de Guido Tomás Marlière para a direção dos aldeamentos a serem criados.¹⁷ Consolidou-se, destarte, ao invés de um processo de extermínio, uma convivência forçada entre índios e ‘brasileiros’ — o termo é de Marlière — por intermédio da manutenção, pelo governo provincial, de três aldeamentos indígenas. Deve igualmente ser lembrada a própria capacidade de Marlière para impor procedimentos com o objetivo de ‘civilizar’ os índios, como se depreende do expediente das Divisões sob seu comando, e dos relatórios apresentados ao governo da Província — totalmente publicados pela *Revista do Arquivo Público Mineiro* (volumes 10, 11 e 12), e corroborados pela lista dos habitantes da freguesia dos aldeamentos, de 1821.¹⁸

A convivência entre as duas culturas promoveu principalmente a sedentarização dos índios, que receberam terras, e delas dispuseram, conforme se vê nos Registros de Terras da paróquia de Ubá e de Visconde do Rio Branco, e na própria correspondência de Marlière. Segundo um relatório de 1833, cada pai de família índia recebia o equivalente a um quarto de sesmaria de terras, ou seja, cerca de 100 hectares.¹⁹ Ao lado daqueles ‘ex-índios’ que de algum modo conseguiram sedentarizar-se e estabelecer um padrão familiar de produção agrária, permaneceram existindo por algum tempo ainda alguns índios semi-nômades, que se tornariam agregados das fazendas, caboclos com permissão de terem sua morada nas terras de proprietários rurais, muito particularmente no município de Cataguases, fronteiro com a área dominada pelas grandes lavouras de café, até meados do século XIX.²⁰ Conviviam com estes nativos sedentarizados ou semi-sedentarizados, mas em progressivo processo de aculturação — o *contato dissolvente*, na palavra de Gilberto

¹⁷ *Revista do Arquivo Público Mineiro*, 10: 392-3.

¹⁸ Arquivo da Câmara Municipal de Mariana, códice 398. Publicado em CARRARA, A. A. *Uma freguesia na fronteira da Capitania de Minas Gerais*. Mariana: Núcleo de História Econômica e Demográfica, 1999. (Série DOCUMENTA, 1).

¹⁹ “Adenda às Efemérides Mineiras”. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, 9 [1904], p. 89-174, p. 127.

²⁰ TEODORO, João José da Silva. *Relatório para a Presidência da Província*. Ouro Preto, Tip. do Eco de Minas, 1847. p. 21.

Freire²¹ — os migrantes egressos da periferia das minas. A eles se deve a fixação de um determinado processo de produção baseado na pequena e média propriedade territorial produzindo para o autoconsumo ou para um comércio local. Deve, por isso, ser caracterizada como uma região formada predominantemente por uma população camponesa. Na lista nominativa da freguesia do Presídio, por exemplo, dos 590 fogos listados em 1821, 432 (73%) não possuíam escravos, e 96 possuíam até três escravos. Cinquenta e um proprietários de cinco escravos ou mais detinham 75% do total da população escrava desta freguesia. O que se quer realçar aqui é antes a difusão do modo de produção familiar, no qual vive a grande maioria da população dessa sub-região.

Obviamente, também havia latifúndios escravistas, mas a principal cultura da freguesia de São João Batista do Presídio destinada ao mercado era a produção de açúcar e cachaça, feita por quarenta engenhos de moer cana, que utilizavam 245 escravos e 65 empregados. Esses quarenta engenhos concentravam a quinta parte do total de escravos de toda a freguesia.

*Em 1828, Marlière noticiava: os 300 coropós concentrados em Rio Pomba eram cultivadores todos, e de grandíssima utilidade aos fazendeiros disseminados no terreno que habitam, que entraram com poucos ou nenhuns escravos, e não deixaram de promover, com ajuda dos índios, o degrau eminente de cultura e comércio em que se acha hoje a Pomba. No Presídio viviam ainda 700 índios coroados, todos cultivadores, mas divertidos da própria cultura pelos negociantes de poaia que os ocupam a maior parte do ano; mais de uma terça parte desta nação se passou para o território de Manuelburgo onde formou novas aldeias, e serve para industrializar os puris ali aldeados em 1819, aos trabalhos rústicos, fora o tempo de colher a poaia.*²²

O movimento característico dessas unidades de produção familiares, foi o da ocupação das áreas da fronteira, e a conseqüente

²¹ FREIRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954 [1933], vol. 1, p. 242.

²² “Divisão Geral dos Índios de Minas Gerais. Golpe de vista sobre o estado atual da civilização dos mesmos” e “Mapa fazendo conhecer os aldeamentos das diferentes tribos de índios da Província de Minas Gerais, seu local, população, seu aumento ou decadência e as causas (1828)”. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, 12, 1907[1908], p. 499.

constituição de núcleos populacionais à volta de alguma capela, onde se consagrassem os laços principais desse modo de produção — os laços de parentesco, através do batismo e do casamento, como fizeram em 1815 os residentes da região de Ubá, ao assumirem o compromisso pela fundação e manutenção de uma capela no lugar.²³

A distribuição sub-regional da população escrava

Quando o recenseamento de 1872 foi feito, apurou-se que a Mata — cuja área correspondia a cerca de 5% do território da Província — detinha 16,57% da população total e 24,39% da população escrava de Minas Gerais. Por essa época, as diferenças intra-regionais quanto à percentagem de população escrava já se haviam consolidado à quase totalidade.

Igualmente as taxas da densidade demográfica são-nos instrutivas. As mais baixas taxas de participação de escravos na população total de cada paróquia correspondiam obviamente às regiões de fronteira. Mas não se pode perder de vista que havia paróquias com densidades muito baixas em relação à média do município da qual fazia parte. Assim, em Olaria, a densidade caía para 8,7 hab/km², quando a do município de Rio Preto ela era de 15,22 hab/km², quase o dobro. Outros exemplos poderiam ser buscados para outros municípios das demais sub-regiões. Os 16,83 hab/km² válidos para todo o município de Ubá ocultam densidades mais baixas (Paula Cândido, com 12,35 hab/km²), e muito mais altas (Guidoval, com 34,96 e São Miguel do Anta 29,28). Os 15,30 hab/km² médios de Leopoldina escondiam igualmente a taxa baixíssima de Cataguases (6,02 hab/km²), e as taxas um pouco mais altas de Laranjal (18,92%), Argirita (20,92 hab/km²) e Pirapetinga (21,16 hab/km²). Os 17,69 hab/km² médios do município de Rio Novo eram na realidade uma média entre as taxas da sede (24,18 hab/km²) e dos distritos de Piau (24,36 hab/km²) e de São João Nepomuceno (13,26 hab/km²). Do mesmo modo que o distrito de Santo Antônio do Aventureiro possuía uma densidade demográfica de mais de duas vezes (31,97 hab/km²) a média de todo o município de Mar de Espanha.

²³ “Guido Tomás Marlière: notícias e documentos sobre a sua vida”. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, 10 (3-4), 1906, p. 3-254, pp. 405-6.

Além disso, como os padrões distintos da produção agrária permaneceram inalterados até os anos finais do escravismo, a demanda por mão-de-obra escrava manteve-se elevada ao sul, enquanto decrescia no centro. Entre 1872 e 1883, a população escrava aumentara em Juiz de Fora (+7.440), Leopoldina (+748), Cataguases (+4.245), Mar de Espanha (+2.525), Rio Novo (+379), Muriaé (+837). E decrescera em Rio Pomba (-636), Rio Preto (-193), Ponte Nova (-300), Viçosa (-2.857), Ubá e Visconde do Rio Branco (-1.129).²⁴ Essas flutuações eram antes as que se verificavam no vale do Paraíba fluminense e paulista. Movimento menos acentuado nas áreas de ocupação inicial — e, portanto, de terras mais cansadas, como Paraíba do Sul (+436) e Piraí (+506) — e mais sentido nas áreas ainda virgens como Cantagalo (+8.251), Sapucaia (+8.145), São Fidélis (+5.325) e Madalena (+5.122). Este fato, por si só, é útil para caracterizar as atitudes dos proprietários rurais do sul da Mata, que permaneceram escravistas até a última hora, ao passo que os donos de terra da região central procuraram desfazer-se do prejuízo potencial que significavam os plantéis extensos e às vezes ociosos.²⁵

As estruturas fundiárias

À participação dos escravos no conjunto da população correspondia uma dada estrutura da propriedade fundiária da Mata. A relação entre o número de proprietários e a área total dos municípios é outro indicador importante. O Registro de Terras da então vila de Santo Antônio do Paraibuna (Juiz de Fora), em 1855, assinalava que todo o município concentrava 145 proprietários, a maioria por compra, e apesar da falta de rigor na anotação das medidas das terras o tamanho médio — quando declarado — é o de uma ou duas sesmarias. Em Leopoldina, foram registrados 82 proprietários, dos quais 27 possuíam 88,45 % de toda a área registrada. Em Mar de Espanha, o total de proprietários chegava a 270, e em Cataguases, 207. Estas cifras contrastam com os números para região do Pomba.

²⁴ VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides Mineiras*. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1896. v.1, pp. 19-21.

²⁵ CONRAD, Robert. *Os últimos da escravatura no Brasil; 1850-1888*. 2. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978 [1. ed. em inglês de 1972, 1. ed. em português de 1974]. p. 76.

Foram registrados 1.600 proprietários em Rio Pomba; em Viçosa, 327; em Visconde do Rio Branco, 504; em Muriaé, 553. A sub-região norte, até o primeiro quartel do século XX, continuava como uma importante área de fronteira, e apresentava a maior parte das terras devolutas da região nessa época. A única paróquia recenseada em 1850 foi Ponte Nova, com 365 proprietários. Como se afirmou anteriormente, o território contíguo ao Espírito Santo era ocupado por aldeias indígenas sob o processo de sedentarização.

Em Ubá (que então abrangia os atuais municípios de Divinésia, Rodeiro e Guidoal), registraram-se 211 proprietários. As maiores propriedades situavam-se na região serrana do município (Miragaia e cabeceiras do ribeirão Ubá). O tamanho médio das propriedades girava em torno dos 35 alqueires. Comparada com Leopoldina, a situação é bem diversa. Chamam a atenção a porcentagem total de terras ocupadas pelas faixas de tamanho e o número de proprietários em cada faixa

Expansão da produção mercantil e da rede de transportes

Consequência necessária do crescimento da produção cafeeira exclusivamente destinada ao mercado, a zona da Mata sul desde logo pôde contar com uma rede de transportes capaz de escoar esse produto: fosse a estrada do Couto (construída por Francisco Leite Ribeiro, ligando suas propriedades em Mar de Espanha ao porto do Rio de Janeiro), a União e Indústria, ou as estradas de ferro, cujos trilhos começaram a chegar na região sul nos anos 1870. O processo de produção podia pôr a seu serviço os avanços tecnológicos disponíveis, sem ver alterada a sua natureza. Em 1875 foram inauguradas as estações de Cedofeita e Retiro, nas terras dos barões de igual nome, em Juiz de Fora. Em 1877 os trilhos chegaram a Leopoldina. Em 1879 inaugurou-se a estação ferroviária de Ubá. Os trilhos avançaram em seguida para Visconde do Rio Branco e São Geraldo em 1880, e daí, numa subida íngreme, até Coimbra e Viçosa em 1885 e Ponte Nova em 1886.²⁶ Igualmente previsível que, em Minas Gerais, a maior parte dos trilhos se concentrasse na zona cafeeira. Este fato levou alguns historiadores a apresentarem como

²⁶ VEIGA, José Pedro Xavier. *Efemérides Mineiras*. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1896.

‘causa da prioridade’ o prestígio dos fazendeiros da zona da Mata no regime imperial.

A agonia da propriedade: parcelamento e concentração do solo

Ao longo do século XIX, a estrutura fundiária da zona da Mata central experimentou transformações significativas. No último quartel daquele século, os elementos definidores desse modo de produzir já se achavam no processo de saturação que Marx no *Dezoito Brumário* havia descrito para a França da segunda metade do século XIX, e cujo principal fator era a incapacidade de produção da própria existência de seus membros, dada a crescente indisponibilidade de terras — o seu mais importante meio de produção.

O modo familiar, apesar de irremediavelmente ferido de morte, ainda encontraria alguma sobrevida nas regiões de fronteira do vale do rio Doce, exatamente onde o processo de saturação era muito mais demorado, o que não ocorria nas demais sub-regiões da Mata, como veremos neste capítulo. É compreensível, portanto, que já em 1920, a participação do valor das terras no valor total das propriedades rurais fosse menor nos municípios onde havia ainda uma zona de fronteira considerável, como Aimorés, Eugenópolis e Mutum, onde as terras representavam no máximo 70% do valor total das propriedades. Concomitantemente, eram as benfeitorias que tinham sua participação ampliada. Em contrapartida, nos municípios onde todas as terras já se encontravam ocupadas, caía a participação das benfeitorias e elevava-se a das terras (máxima em Rio Preto, com 93%). Em ambos os casos, a participação dos maquinismos era insignificante, nunca ultrapassando 1%. No valor médio das terras por hectare influenciavam a fronteira, o tipo de relevo e a qualidade dos solos.

A última menção à posse como forma de acesso à terra nessa região é anterior a 1839. A partir dessa data, quando começaram a ser redigidas as escrituras de compra e venda de bens imóveis pelo notariado do Presídio, não ocorreu mais qualquer registro dessa forma de acesso. As propriedades eram invariavelmente transmitidas quer por herança, quer por compra. No vale do Muriaé, a última vez

em que uma escritura mencionou o *aposseamento* como modo de acesso ao solo foi em 1841.²⁷

Sorte ou *porção* ou *fazenda de terras de cultura*, sem menção de suas dimensões continuou a ser a fórmula usual nas escrituras até 1847, quando começa a crescer a preocupação de registro do número de alqueires.²⁸

À roda de 1880, esta fórmula começou a cair em desuso, em benefício de outra: *sítio*, *situação* ou *fazenda agrícola*, e a expressão *alqueires de planta de milho* alterara-se também, a partir de 1883, para expressões aparentemente mais “modernas”: *alqueires de terreno de sementeira* ou de *plantio de milho*.²⁹ Eram apenas mudanças em fórmulas notariais ou tais expressões marcavam a percepção de alguma alteração mais profunda? Não temos elementos que nos possam responder seja negativa, seja afirmativamente a esta questão, exclusivamente a partir dos movimentos da estrutura fundiária. Estas mudanças de fórmula teriam sua origem em alguma mudança percebida pelo notário, ou eram apenas alguma fórmula destacada da realidade? De certo modo, foi desconcertante, depois de tabular os dados relativos a todas as operações de compra e venda de imóveis rurais do município de Ubá, registrados em seu cartório de notas entre 1839 e 1890, verificar que elas mostravam apenas um movimento de parcelamento contínuo, o que era confirmado pelos inventários. A resposta, então, não parece estar ligada ao movimento revelado pelas escrituras de compra e venda de propriedades rústicas.

²⁷ Cartório de Notas do Primeiro Ofício de Ubá, livro I, escritura # 39.

²⁸ Até 1857 (escritura # 163) são bastante irregulares as ocorrências de registro da dimensão das propriedades rústicas em alqueires nas escrituras de compra e venda: 1847 (#79); 1853 (#126, #127), 1854 (#129), 1855 (#144), 1856 (## 147, 148, 152 e 154). A partir de então, as escrituras passaram a trazer com regularidade a dimensão da propriedade transmitida. A partir de 1876, o sistema métrico decimal substituiu as medidas em alqueires. Contudo, as medidas em alqueires continuaram a aparecer ao lado das dimensões em hectares fazendo a vez de “tradução”.

²⁹ Escrituras ## 872, 995, 1009 e ##759, 766, 768, 830, 831, 859, 869, 890, 926, 932, 933, 966. Já em 1872 (escritura # 576) fora registrada uma *fazenda de lavoura*. Por seu turno, no distrito da sede de Juiz de Fora, nem o emprego do sistema métrico decimal — usual em Ubá desde 1876 — nem qualquer alteração quanto à nomenclatura das propriedades rústicas foi verificada até 1888 — até esse ano eram vendidas e compradas *partes ou sortes de terras* em alqueires.

Desde 1850 é flagrante o movimento ascendente do valor dos maiores montes-mores. Isto deve ser lido como uma maior concentração de riqueza nas mãos de um número menor de pessoas. A faixa mais baixa de fortunas — até dois contos de réis — permanecia também a mais numerosa, mas o panorama da segunda metade do século XIX é bem diferente do da metade anterior. Estas cifras têm relação direta com o número de escravos e com o valor das propriedades rurais. O preço dos escravos sofreu uma elevação a partir de 1850, o que se refletia diretamente no valor do monte. Esta concentração é perceptível de imediato na frequência com que ocorrem proprietários com mais de dez escravos. Mas já nos anos finais do escravismo, ocorreu uma queda acentuada do preço dos escravos e uma acentuada redução da participação dos escravos no valor total das fortunas agrárias.

O mesmo ocorrera com o valor do alqueire de terra na região. Deve ser lembrado que, menos do que o alqueire de terra, o que tende a valorizar uma propriedade rural era antes o conjunto das suas benfeitorias, nelas incluídas, segundo a percepção dos proprietários oitocentistas, as plantações de café (anexo 7). Segundo os inventários, até 1838, o valor máximo atingido pelo alqueire de terra na região foi 10\$000 réis. Entre 1839 e 1848, o preço variou entre 15\$000 e 30\$000 réis. A partir desse último ano até 1854, os preços subiram até cerca de 50\$000.

De todo modo, a partir do último quartel do século XIX acentuou-se o processo de parcelamento da propriedade (gráficos 6 e 7).

A transformação do trabalho

A redução da participação da mão-de-obra escrava no conjunto das fortunas rurais não poderia deixar de provocar transformações importantes nos sistemas de trabalho. A única ocorrência de um contrato de aluguel de serviços de escravos data de setembro de 1885. Este dado parece indicar a baixa expressão dessa forma de alocação de mão-de-obra escrava.³⁰

³⁰ Cartório de Notas do Primeiro Ofício de Ubá, livro 23, fl.53v: refere-se ao aluguel de seis escravos, a 140\$ anuais cada.

Além disso, começavam a tornar-se comuns contratos de “sociedade agrícola” entre proprietários rurais, e de formas de trabalho em transição para o capitalismo.

Em 1872, foi registrada uma escritura de *contrato social para o cultivo de uma fazenda de lavoura de que eram senhores e possuidores em partes iguais* o major José Justiniano Carneiro (gerente), José Cesário de Faria Alvim e Antônio Cesário de Faria Alvim. Tratava-se da fazenda Liberdade, com 183 alqueires de terras de cultura, duzentos mil pés de café plantados e dando frutos, com seu engenho despoldador, terreiro e mais benfeitorias avaliadas em Rs 73:800\$000, além dos 44 escravos avaliados em Rs 40:000\$000. A fazenda já estava sendo cultivada dessa forma desde 1863 por meio de um contrato particular, que naquele momento era *reduzido a escritura pública*. É a primeira ocorrência de um contrato dessa natureza nos livros de notas de Ubá.³¹

Em 1877 registrava-se o arrendamento terras na fazenda Boa Esperança por cinco anos, a 600\$000 réis anuais.³² Pouco depois, em 1879, uma chácara com árvores de espinho, bananeiras, nove alqueires quase totalmente plantados de café, era também arrendada por quatro anos, ao preço de 170\$000 réis anuais.³³ No ano seguinte, era celebrado o *contrato de sociedade agrícola* da fazenda Vinhas, com 33 alqueires, mais benfeitorias, cafezais e três escravos. Esta fazenda confrontava-se com a mesma fazenda Liberdade.³⁴ E dois anos depois, era lançada nos livros do notariado uma *escritura de locação de serviços para feitor da fazenda Boa Vista*, no valor de 800\$000 anuais, pagos trimestralmente, mais casa para a família.³⁵

São extremamente instrutivas as seguintes escrituras de contrato de locação de serviços para plantação de café.

Em 1884, João Valente do Nascimento contratara os serviços de João Vitorino de Souza para o plantio de café em um terreno de um alqueire de terras. O contratante obrigava-se a pagar ao contratado

³¹ Cartório de Notas do Primeiro Ofício de Ubá, escritura # 576.

³² Cartório de Notas do Primeiro Ofício de Ubá, livro 15, escritura # 695, de 1877.

³³ Cartório de Notas do Primeiro Ofício de Ubá, livro 17, escritura de 29 de agosto de 1879.

³⁴ Cartório de Notas do Primeiro Ofício de Ubá, escritura #758.

³⁵ Cartório de Notas do Primeiro Ofício de Ubá, livro 19A, 1882.

100\$000 por cada milheiro de pés de cafeeiros. Vitorino de Souza ficava por seu turno obrigado a entregar ao proprietário o café que houvesse plantado no fim de dois anos contados desde a data da escritura. Além do pagamento em dinheiro ao contratado era concedido o direito de *utilizar-se do terreno em que existir a plantação de café, plantando para si o que lhe convenha*. Porém, rezava o contrato que, *findo o dito prazo, não puder pagar a quntia estipulada, o mesmo João Vitorino de Souza poderá colher para si o café e utilizar-se do terreno onde existir até ser pago, ficando porém obrigado a replantá-lo e tratá-lo convenientemente*.³⁶

Outro contrato da mesma natureza fora celebrado entre José Rodrigues do Carmo residente em Ubá, e os irmãos Cassiano, Luciano e Silvério Fialho de Souza, residentes em Tocantins. O contratante prometia fornecer aos irmãos *terras de cultura sitas na freguesia de São José de Tocantins ... para nelas ... fazerem plantação de café, e no mesmo terreno plantarem víveres para si, dos quais víveres poderão dispor em seu proveito durante o prazo de cinco anos contados do primeiro dia em que derribarem o mato para a respectiva plantação*. A escritura deixava muito claro que a plantação de café feita pelos irmãos era propriedade do contratante. No primeiro ano deveriam ser plantados oito mil pés de café e no ano seguinte mais oito mil pés de café. A plantação deveria ser entregue ao contratante ao final dos cinco anos pelo valor de 30\$000 por milheiro. Contudo, se fosse verificada *no fim dos cinco anos que a plantação de café está desigual, que a replanta não foi feita a tempo e sendo a replanta de mais de quatro mil pés, ... o contratante era obrigado a pagar somente 20\$000 por milheiro, e se a replanta for de mais de oito mil pés, somente 10\$000*. O plantio devia ainda respeitar *a distância de 16 palmos de rua a rua e de 14 palmos de pé a pé*. Ao final dos dois primeiros anos, caso o cafezal não estivesse plantado, os contratados perderiam *tudo o trabalho em víveres que estiverem plantados*. E se findos os cinco anos o contratante não pudesse pagá-los, os três [irmãos] *colherão para si o café até serem pagos*.³⁷

³⁶ Cartório de Notas do Primeiro Ofício de Ubá, livro 21, fl.15, 23 de outubro de 1883.

³⁷ Cartório de Notas do Primeiro Ofício de Ubá, escritura # 919, 1884.

Com outro caráter é o contrato social de parceria da fazenda Boa Vista, celebrado entre o Dr. Remígio Silveira de Faria Oliveira e o Tte Cel. Eugênio Bernardes de Lemos Horta.³⁸ Não é um contrato de parceria entre proprietário e trabalhador, mas muito mais propriamente um contrato de sociedade agrícola nos moldes daquele celebrado em 1872 pelos proprietários da fazenda Liberdade, visto anteriormente. O primeiro entrava com a fazenda e três escravos e o segundo entrava com 12 escravos *para o trabalho diário da respectiva lavoura*. A administração estava a cargo do segundo. A sociedade teria cinco anos e três meses de duração. O Administrador estava obrigado a plantar no tempo competente, nunca menos de 15 alqueires de milho, três alqueires de feijão, dois alqueires de arroz e bem assim *mandioca, inhame, e carás e a ter em bom estado e conservação a horta e pomares*. Os produtos da fazenda (café, arroz, milho, feijão) que fossem vendidos, seriam divididos em partes iguais, e bem assim o gado suíno e lanígero, exceto a produção do gado vacum. O Administrador devia ter um livro para nele ser lançada a receita e despesa da fazenda, mas Remígio era obrigado a ter na fazenda bois e vacas necessários, i. e., o gado indispensável *para o custeio da fazenda*.

De natureza diferente, apesar do nome que encima o texto da escritura, (“sociedade agrícola”) é o contrato de parceria celebrado entre José Francisco Coelho do Nascimento e José Pedro Rodrigues em 1887.³⁹ O contratante entregava uma *área de 14 hectares e 52 ares estando ... capinada na fazenda Cachoeira da Boa Esperança*, para nela ser plantado um fumaço, cujos lucros líquidos seriam divididos *em igualdade entre si*.

Outro contrato de locação de serviços realizado no mês seguinte tinha como contratante o padre Laurindo Vieira de Queiroz, que entrava com um *terreno de ¾ de plantio de milho para ser plantado de café por Manuel de Souza Goularte — que preparará o terreno convenientemente ... podendo nele plantar cereais e fumo findos quatro anos ... entregará o cafezal e receberá 100 réis por cada um cafeeiro que esteja em perfeito estado de vegetação*. Como nas

³⁸ Cartório de Notas do Primeiro Ofício de Ubá, escritura #924, 1884.

³⁹ Cartório de Notas do Primeiro Ofício de Ubá, escritura # 1007, 1887.

escrituras anteriormente vistas, *em caso de rescisão* [o contratado] *perderá todo o trabalho*.⁴⁰

Estas formas intermediárias de trabalho também podem ser respigadas nos inventários: no do major José Justiniano Carneiro, de 1890 (#547), é registrada uma *casa que serve para negócio e cômodo de empregados*. Noutro, do mesmo ano, (#546), menciona-se uma *casa de despejo ou de camaradas*.⁴¹

Deve-se ter muita atenção para uma diferença importante entre estes contratos. As “sociedades agrícolas” ocorrem entre dois proprietários que investem na produção de algum gênero com partes iguais ou diferentes. Os arrendamentos, as parcerias, ou as “locações de serviços” que até aqui temos visto são antes formas intermediárias nas quais o pagamento de um salário à força de trabalho é conjugado com outras formas de remuneração.

Creio agora poder oferecer uma hipótese para a alteração de registro pelo escrivão de notas das propriedades rurais.⁴² Não deve ter sido o tamanho das unidades de produção que chamou a atenção do notário. Afinal de contas, nos últimos dez anos do Império este escrivão assistiu a uma crescente pulverização da propriedade rústica. O que deve ter de fato chamado sua atenção foi o crescimento do número de contratos de constituição de “sociedades agrícolas”, de arrendamentos, parcerias e de locação de serviços. Seria a partir dessa alteração que, não apenas o escrivão, mas uma parte dessa sociedade, começaria a perceber aquilo no que a propriedade rural havia se transformado então: menos do que um meio de produção que conferia o tão desejado *status* a quem a possuísse, tão somente uma unidade de produção.

Estas mudanças em Ubá, precipitadas pelo precoce processo de parcelamento da terra, talvez tenham se tornado mais flagrantes aí devido à inexistência de barões do café ou quaisquer outros titulares do Império. Quando muito, comendadores. Além disso, alguns personagens que dominaram a vida política nesse município durante

⁴⁰ Cartório de Notas do Primeiro Ofício de Ubá, escritura # 1009.

⁴¹ A prática da parceria está registrada no inventário # 535, no qual foi lançado o *café colhido pelos empreiteiros, sendo a metade* [de 400 arrobas] 200 arrobas.

⁴² Sobre isso cf. CARRARA, A. A., *A zona da Mata ...*, 1993, especialmente o cap. 3.

todo o Império não eram proprietários rurais e — o que é mais grave — defendiam o fim do escravismo. Sem dúvida, esta atitude política era-lhes facultada pelas próprias condições objetivas daquela porção da sociedade cujos interesses deviam representar na Câmara e no Senado do Império.⁴³

Produção agrária e industrialização: o lento ocaso de um mundo antigo

O fim do escravismo por si só não alterou o caráter das diferentes unidades de produção. O impacto das transformações foi sentido de forma diferenciada pelas estruturas econômicas de um e outro modo de produção. Os pequenos proprietários viam inermes diminuir sua capacidade de sustentar a si e a suas famílias, já que não lhes era fácil introduzir novos métodos de produção capazes de elevar a produtividade de suas lavouras, o que acabaria, inclusive, por mudar a natureza do seu processo de produção. Além disso, a persistência de alguns lavradores nas formas familiares de produção de baixo nível técnico terminava sempre por provocar um claríssimo contraste diante da elevação da produtividade nas unidades que puderam contar com alguns poucos melhoramentos.⁴⁴ Não se pode esquecer também que a participação dos pequenos lavradores na produção mercantil dependeu de uma série de fatores, dos quais o

⁴³ A história quantitativa mostrou seus limites: *la histoire matérielle et quantitative elle-même, et si exhaustive et rigoureuse qu'elle pût être ... ne fournissait qu'une trame, indispensable, mais encore grossière*. (LADURIE, E. L. R., *Les paysans ...*, p. 10).

⁴⁴ Devemos nos indagar sobre a influência exercida pelo poder de acesso ao mercado de consumo de certos bens (manufaturados nacionais ou importados, principalmente) sobre o nível das demandas básicas da sociedade. É como se aqueles que se achavam em um nível de baixo poder de consumo sentissem fortemente a tentação de poder participar do “mundo das mercadorias”, de poder adquirir bens que representavam uma elevação das suas condições de existência: *em qualquer dia que comerdes dele [do fruto da árvore que está no meio do paraíso] se abrirão os vossos olhos, e sereis como deuses, conhecendo o bem e o mal* (Gênesis, 3, 5). Sem dúvida o capitalismo elevava crescentemente o nível das *assim chamadas necessidades básicas*, ao colocar no mercado um número cada vez maior de mercadorias: *o âmbito das assim chamadas necessidades básicas* (notwendiger Bedürfnisse), *assim como o modo de sua satisfação, é ele um produto histórico* (historisches Produkt), *e depende grandemente do nível cultural* (Kulturstufe) *de um país* (MARX, K. *O Capital*, capítulo 4, 3).

principal era o acesso estável à terra, o que, nesse momento particular, significava o título de propriedade, de que bem poucos dispunham.

A introdução de novos maquinismos ou a simples incorporação de novos métodos de manejo de culturas e criações possibilitariam o incremento da produção destinada ao mercado (externo ou interno). Porém, os limites das estruturas de produção camponesas, especialmente a disponibilidade restrita de novas terras para um número crescente de pessoas, conjugada com a pouca difusão desses procedimentos novos atuavam como os elementos fundamentais da desarticulação dessa forma de produção. As mesmas estruturas que durante mais de um século garantiram o crescimento da população e a expansão do modo parcelar, começavam a revelar agora seus limites. Contudo, antes da consolidação do movimento do êxodo rural, o que se verificou por consequência dessa lenta agonia dos processos arcaicos de produção foi uma grande mobilidade espacial da mão-de-obra, cuja invocação ajudava a engrossar o coro das lamúrias dos fazendeiros por falta de braços, como as relatadas em 1906 por Carlos Prates.

De fato, todas essas questões tornaram-se alvo de tratamento específico por parte do governo de Minas Gerais ainda no Império. Mas só em 1906, após a criação da Diretoria da Agricultura, passaram a pertencer-lhe *todos os negócios e serviços que se entendem com a agricultura: exame e análise de terras e de plantas; estudo dos cursos d'água e de sondagens de lençóis subterrâneos; cultura dos campos, irrigação, motores ou quaisquer máquinas e instrumentos agrícolas; estudo dos fenômenos atmosféricos; fundação administração e custeio das fazendas-modelo; todos os serviços concernentes às terras devolutas, imigração e colonização* (além da catequese indígena da colônia de Itambacuri (com cerca de 1200 índios); *propaganda dos produtos comerciais nos mercados e à estatística agrícola*.⁴⁵

Não obstante, o lento movimento de penetração de todas essas inovações eram relatadas em 1907 pela Diretoria da Agricultura: as

⁴⁵ MINAS GERAIS, Diretoria da Agricultura, Comércio, Terras e Colonização, *Relatório de 1907*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1908, p, 3/204.

Câmaras Municipais informaram que poucos eram os lavradores que empregavam *máquinas aratórias*. Em Leopoldina, onde havia *muitos pequenos lavradores que trabalham com arados comuns*, a Câmara Municipal desde 1905 vinha cedendo a preço de custo, *mais de cem arados aos lavradores*. Apesar de incipiente, os criadores já procediam à *introdução de reprodutores zebus não de puro sangue*. Em Ponte Nova já eram encontrados *arados americanos*, apesar de deles não fazerem *uso constante seus proprietários*. Também em Viçosa, os arados usados *eram de sistema antigo*. O quadro retumbava à exaustão em todo o estado.

Ademais, mesmo sendo a Mata a região mais bem servida de estradas de ferro, uma das principais preocupações dos poderes públicos locais da Mata continuou sendo a implantação de uma rede de estradas vicinais capazes de escoar a crescente produção destinada aos mercados externo ou interno. Em 1900, por exemplo, o presidente da Câmara Municipal de Ubá aprovou resoluções destinando recursos para a construção e consertos nas estradas ligando a sede do município às fazendas dos mais importante fazendeiros — e, conseqüentemente, dos ‘fazedores de eleição’.⁴⁶ Também o Presidente da Câmara Municipal de Guarará, justificava, em 1909, que *um dos maiores benefícios prestados ao povo consiste em dotar o município de boas estradas de modo a facilitar o trânsito ... principalmente aos senhores agricultores*.⁴⁷ Estas mesmas idéias as repetiam os agentes executivos de Visconde do Rio Branco em 1901 e de Muriaé, em 1903.⁴⁸ “Angustiante problema” também para o governo do estado: *a estrada - eis o problema angustiante e premente de Minas — Minas precisa de estradas mais que tudo*. O então candidato ao governo do estado argumentava que, entre 1910 e 1920 o valor da exportação agrícola, pastoril e manufaturas havia crescido 73%, enquanto as vias férreas 62%. E concluíu que *a*

⁴⁶ Resoluções número 158/161-2/164/171-3/176/179-81/184/186, de 1900,

⁴⁷ SOUZA, Joaquim José de, *Mensagem à Câmara Municipal do Guarará* (31, 12, 1909), Bicas: Tip, do Comércio de Bicas, 1910. pp, 8-11.

⁴⁸ MOURA, Carlos Soares de, *Relatório da administração municipal [de Visconde do Rio Branco] do exercício de 1900*, Rio de Janeiro: Tipografia do Brasil, 1901. p, 9; BRANDÃO, Júlio César Suzano. *Relatório anual do agente executivo municipal [de Muriaé]*, Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1903. pp, 5-7.

*expansão da produção não tem sido maior exatamente por falta de transporte.*⁴⁹ Voz que ecoava por todos os cantos da Mata. Tratando daquela referida *opulenta região*, Carlos Luz asseverava que, por não ser *servida de estrada de ferro*, teria na *estrada de rodagem a solução do seu “angustiante problema”*. E vaticinava: *depois de gastas as terras e empobrecidos os municípios* assistir-se-ia à *triste retirada dos habitantes desiludidos*.⁵⁰

Nos anos finais do século XIX e iniciais do século XX, a paisagem rural cultivada da Zona da Mata experimentava as alterações decorrentes da crise do escravismo, do desgaste dos solos, e da ocupação de novas áreas, como em porções da sub-região central e norte. Enquanto a produção cafeeira declinava na sub-região sul, Carlos Prates apresentava Muriaé como o *mais importante [município] da Mata sob o ponto de vista agrícola*. Para ele, a razão seria a *muito diminuta porcentagem de cafezais decadentes*. A decadência dos cafezais em Mar de Espanha era flagrante, uma vez que fora a primeira região da Mata a produzir café em larga escala. Prates registrou em Muriaé 3.339 fazendas e sítios onde se praticava a cafeicultura, além de 65 engenhos de café e 515 de cana. Ele próprio estimava a produção do município 1.500.000 arrobas. O parcelamento do solo não só se mantinha como aumentava na região central na Mata. Ao lado de Muriaé, Cataguases sobressaía-se como outro importante município produtor, com 721 mil arrobas. Enquanto as antigas regiões produtoras cediam seus cafezais para as pastagens ou mantinham pés decadentes, Ubá, Muriaé, Ponte Nova, Rio Novo, e Eugenópolis surgiam como importantes municípios produtores.

Esses anos vizinhos a 1900 não marcam rigorosamente o início de uma inflexão: de certo modo, a ação do governo estadual patenteia apenas os movimentos subterrâneos da estrutura agrária, tornados flagrantes por contraste com as transformações ou seus resultados invejáveis em São Paulo, por exemplo. Era antes um

⁴⁹ MOURA, Raul Soares de. *Plataforma lida em Belo Horizonte a 21 de janeiro de 1922, como candidato do PRM à presidência do Estado de Minas*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1922. pp. 13-4.

⁵⁰ LUZ, Carlos Coimbra da. *Viação rodoviária da Zona da Mata* (tese apresentada ao Congresso das Municipalidades da Zona da Mata em junho de 1928 na cidade de Ponte Nova), Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1928. p. 42.

esforço na busca de padrões similares de produtividade.⁵¹ Menos do que uma inflexão, há, sim, uma conjuntura de transição mais ou menos longa, em que o modo de produzir de subsistência ia sendo cada vez mais suplantado pelo capitalismo. Esta conjuntura deve ser buscada também nas curvas de variação de população rural e urbana. Esse movimento rural—urbano torna menos importante outro: o da estrutura fundiária, já que é um novo modo de produzir que se vai implantando.⁵²

Finalmente, a par da expansão dos setores agrários mercantis na Mata, ocorriam a urbanização e a industrialização. Sobre isso, é necessário perguntar-se acerca do significado de ambos os processos nessa região. Nesse sentido, o Relatório de 1917 (Indústrias fabris do Estado de Minas Gerais) é fonte indispensável. Mas antes de tudo, deve-se precaver quanto à indeterminação conceitual, quer dos presidentes de Câmaras, quer dos coletores estaduais, uns dizendo que não havia indústria fabril e os segundos afirmando que havia fabricantes de aguardente e açúcar em pequena escala (como em Abre Campo, Aimorés e Caratinga). Como estabelecimentos fabris eram apresentados sapateiros e seleiros, nas cidades, e pequenos engenhos de açúcar e aguardente nas propriedades rurais. Ora, o que se depreende deste Relatório é que existia um conjunto de unidades produtivas, que deveriam ser classificadas como segue:

1. estabelecimentos produtores de bens de consumo em geral, cuja máxima concentração e variedade estava na razão direta do tamanho da população urbana e da população rural participante da agricultura e da pecuária mercantis. Por isso, o maior número e a maior variedade de fábricas de bens de consumo concentram-se em Juiz de Fora. Eram fábricas de tecidos, sabão, gelo, massas alimentícias, bebidas, calçados, ‘carnes preservadas’, medicamentos, confeitos, polvilho, banha, materiais de construção, fundições, serrarias, ladrilhos, móveis, fósforos, gravatas, chapéus, cerâmica,

⁵¹ Assim, nas propagandas de adubo químico, era referido o sucesso de seu emprego pelos os lavradores fluminenses e paulistas; cf, os anúncios do “Guano Marchesatti”, na GAZETA DE UBÁ, em 1897.

⁵² A concentração fundiária eventual é de outra natureza, posto que o conjunto das forças produtivas do trabalho, isto é, a base técnica sob a qual se funda, é essencialmente outro.

cal, artefatos de folha, artefatos de vime, baús, caixas de papelão, carroças, cigarros, curtume, flores, latas, marmoraria, pregos, serralharia, tanoaria, vassouras;

2. oficinas de utensílios agrários: selarias, arreios, ferraduras, carroças;

3. máquinas e equipamentos introduzidos nas etapas finais da produção agrária, tornados disponíveis a um número crescente de lavradores participantes da agricultura e da pecuária mercantil. Saliente-se isto: não são ‘fábricas’ no sentido estrito do termo, mas muito especialmente máquinas de beneficiar arroz e café e desnatadeiras convertidas em ‘laticínios’ (em sua maioria fábricas de manteiga). Igualmente os curtumes (ou charqueadas). Devem ser excluídos desta lista os inúmeros engenhos de *fabricar* aguardente e açúcar, ou o que era muito mais difundido ainda, de rapaduras. No rol das ‘indústrias’, contudo, incluem-se as usinas de açúcar em Visconde do Rio Branco — primeira usina de açúcar de Minas, e de Ponte Nova;⁵³ finalmente, o relatório listava ainda sob a rubrica de ‘estabelecimentos fabris’

4. empresas de serviços urbanos: oficinas da Estrada de Ferro Leopoldina, bondes, iluminação elétrica (Além Paraíba), além das oficinas mecânicas e tipografias.

O responsável pelo relatório julgava que *o maior mal das indústrias mineiras está exatamente na multiplicidade de pequenos estabelecimentos, sem proporções suficientes para gozarem das vantagens da lei da divisão do trabalho*; e argumentava: *em um dos municípios relacionados existem cerca de sessenta engenhos de ferro para fabricação de aguardente e açúcar, e mais oitenta engenhos para o mesmo fim. Quem negará a vantagem econômica que adviria a essa infinidade de pequenos industriais se eles reunissem os seus primitivos engenhos e com eles formassem uma ou duas grandes usinas aperfeiçoadas para a mesma produção, passando uns daqueles pequenos industriais a ser grandes industriais, com conhecimento técnico da sua indústria, e os outros a agricultores*

⁵³ IGLÉSIAS, Francisco, *Política econômica do governo provincial mineiro (1835-1889)*, Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1958, p, 113,

*dedicando-se ao plantio da cana para ser vendida?*⁵⁴ Ora, era a absoluta falta de rigor quanto à classificação do que fosse verdadeiramente uma ‘indústria’ (‘pequenos e grandes industriais’), que turvava para o autor o lugar ocupado pelos diversos ‘estabelecimentos fabris’ em estruturas econômicas variadas que seu relatório mencionava: *manufaturas com métodos de produção mais ou menos antiquados, ... ofícios à moda antiga, e, finalmente, até esparsas indústrias assim chamadas domiciliares ... há muito caíram sob a exploração capitalista tanto quanto a fábrica. A legislação foi obrigada ... a declarar arbitrariamente qualquer casa na qual se trabalhe como sendo uma fábrica (factory)*.⁵⁵ Até 1915, o único setor rigorosamente industrial na Mata era o têxtil (em Juiz de Fora havia ainda uma fábrica de ladrilhos). A Mata detinha um terço da produção industrial anual de Minas Gerais e da mão-de-obra (2.058 operários em Juiz de Fora, 611 em São João Nepomuceno, 162 em Viçosa, 112 em Cataguases e 100 em Além Paraíba).

Contudo, e talvez o que deva ser mais importante, não se deve exagerar o lugar ocupado pelo processo de industrialização. Apesar de simultâneos, dever-se-ia cuidar mais da ‘urbanização’. A comparação entre as cifras relativas à população urbana total e à mão-de-obra industrial confere alguma consistência a essa afirmação.

Dados os pressupostos teóricos deste trabalho, mereceria maior atenção a análise do modelo de industrialização há muito assente no movimento das categorias do ‘setor de mercado externo’, do ‘setor de mercado interno’ e do ‘setor de subsistência’, além do próprio modelo da ‘substituição de importações’. Mesmo que Carlos Prates exagerasse a participação da população urbana do distrito da sede de Juiz de Fora para o ano de 1905 (80%),⁵⁶ é possível que o êxodo rural precoce em Juiz de Fora adviesse das dificuldades de reestruturação do setor agrícola com o fim do escravismo, além da demanda de mão-de-obra provocada pelo setor industrial e de serviços em

⁵⁴ MINAS GERAIS, SECRETARIA DA AGRICULTURA, Seção de Indústria, *Relação das indústrias fabris do Estado de Minas Gerais* (1917). Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1918. p. 4; grifo meu

⁵⁵ MARX, K. *O Capital*. cap. 8, 7.

⁵⁶ MINAS GERAIS, SECRETARIA DE FINANÇAS, [*Relatório Carlos Prates*], Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1906. p, 17-8.

expansão. Mas, na região, até 1940, a maioria da população continuava rural. Compreensível, além disso, que a participação do valor das terras no valor total das propriedades rurais fosse menor nos municípios onde havia ainda uma zona de fronteira considerável, como Aimorés, Eugenópolis e Mutum, onde as terras representavam no máximo 70% do valor total das propriedades. Concomitantemente, eram as benfeitorias que tinham sua participação ampliada. Em contrapartida, nos municípios onde todas as terras já se encontravam ocupadas, caía a participação das benfeitorias e elevava-se a das terras (máxima em Rio Preto, com 93%). Em ambos os casos, a participação dos maquinismos era insignificante, nunca ultrapassando 1%). No valor médio das terras por hectare influenciavam a fronteira, o tipo de relevo e a qualidade dos solos. Em 1920, as terras mais baratas situavam-se em Caratinga, Aimorés, Mutum, Manhuaçu (o preço do hectare variava entre os 40 e os 80 mil réis); entre os 80 e os 150 mil réis por hectare eram avaliadas as propriedades em Palma, Abre Campo, Eugenópolis, Carangola, Muriaé, Rio Casca, Rio Preto, Além Paraíba, São João Nepomuceno, Leopoldina, Viçosa; a faixa entre os 150 e os 200 mil réis englobava Cataguases, Rio Pomba, Visconde do. Rio Branco, Ponte Nova, Guarani, Mercês, Guarará. Por fim, as terras mais caras, situadas na faixa entre 235 e 264, em, Rio Novo, Juiz de Fora, e Ubá.

Caberia ainda indagar sobre quem eram os responsáveis pela produção agrária mercantil nos fins da República Velha, que em 1920 respondiam por 87% da receita do estado.⁵⁷ As cifras sugerem a possibilidade de continuarem vegetando formas de produção familiares quando são comparadas, por exemplo, as cifras relativas à população total de cada município com o número de estabelecimentos rurais recenseados no mesmo ano. Se até 1940 a maioria da população da Mata permanecia rural, é-nos consentido suspeitar da difusão do modo de produção familiar nas duas décadas imediatamente anteriores. Talvez seja mesmo essa proporção que explique a mobilidade espacial da mão-de-obra e o êxodo rural. Certamente o número de propriedades rurais existentes superava em

⁵⁷ MOURA, Raul Soares de, *Plataforma lida em Belo Horizonte a 21 de janeiro de 1922, como candidato do PRM à presidência do Estado de Minas*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1922. p, 11.

muito o número de propriedades rurais recenseadas em 1920. Seu número pode ser acompanhado anualmente nas listas de pagadores do Imposto Territorial Rural existentes nos arquivos administrativos de cada uma das atuais Prefeituras que disponham desta série, na ausência de outros tipos de cadastros, como o que dispunha o município de Ubá em 1906. Em 1920, para os fins censitários, foram excluídos os *pequenos sítios da zona rural, desde que a produção deles se destine ao consumo doméstico, ou seja, de pequeno valor, não constituindo verdadeiro e especial ramo de negócio*. A exclusão recaía sobre os proprietários rurais cuja produção anual não atingia a 500\$ réis.⁵⁸ Natural, portanto, que a desproporção entre o número de habitantes em cada município e o número de proprietários rurais recenseados fosse tão grande.

Não obstante a lucidez quanto à compreensão de alguns dos ingredientes que geravam esse êxodo, as elites políticas ficavam desorientadas em razão das próprias imprecisões conceituais para explicar o fenômeno. Se de um lado eram corretas as idéias de Raul Soares de que os *embaraços à constituição da pequena propriedade são um dos estorvos mais sérios ao povoamento dos campos e aumento da produção agrícola*, e que o *rareamento da população rural, pela menor procura de braços resultante do progresso da lavoura mecânica, é um fenômeno natural de evolução econômica*, é uma incongruência que ele mesmo logo em seguida afirmasse que *naquela região cujo progresso, tanto quanto se pode prever, se acha inseparavelmente ligado ao incremento da indústria agropecuária, a ‘derruralização’ indica um mal*. Raul Soares não percebia que esse fenômeno não era exclusivo dos países industrializados. Afinal, para ele, a ‘indústria’ predominante em Minas era a *indústria agrícola e pastoril*.⁵⁹ ‘Indústria’ que por mais de uma geração permaneceria

⁵⁸ BRASIL, MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, Diretoria Geral de Estatística, *Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920*; agricultura, superfície total, área e valor dos imóveis recenseados; recenseamento do gado, Rio de Janeiro: Tipografia da Estatística, 1923. (v, 3, parte I).

⁵⁹ MOURA, Raul Soares de, *Plataforma lida em Belo Horizonte a 21 de janeiro de 1922, como candidato do PRM à presidência do Estado de Minas*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1922. pp. 11/28-9.

predominante. Em 1940, quase quatro quintos da população da Mata era rural, apesar das variações internas. Evidentemente, a sub-região norte era a que ainda apresentava as menores taxas de população urbana: 4,69% em Tarumirim, 6,5% em Ipanema, 7,77% em Caratinga. O distrito da sede do município de Juiz de Fora, por seu turno, mantinha a taxa de cerca de 80% de população urbana, a maior da região, e praticamente a mesma de Belo Horizonte. Mesmo o distrito da sede de Ponte Nova apresentava a metade desse índice: 37,76%. Mas em geral, a população rural raramente era menor do que 85% — o que ocorria apenas em Leopoldina, Manhumirim, Muriaé, Ponte Nova, Recreio, Rio Novo, São João Nepomuceno, Viçosa, Ubá, Além Paraíba, Bicas, Cataguases e Guarani.

Contudo, algo novo e importante ocorrera entre 1920 e 1940: a zona da Mata vira reduzir-se sua participação no conjunto da população do estado de Minas Gerais. Alguns municípios sofreram mesmo uma acentuada queda de população, particularmente Ubá e Visconde do Rio Branco, onde o movimento de baixa foi da ordem de 21% e 17%, respectivamente. Outros, como Viçosa, experimentaram um movimento de alta insignificante. Ao invés de um processo de estabelecimento de um modo industrial de produção no campo, com o conseqüente êxodo rural, especialmente a zona da Mata central experimentou apenas um processo de esvaziamento das áreas rurais. Nesse longo processo de transição continuaram sendo estabelecidas relações de produção que combinavam na prática outros tipos de pagamento, adequadas a procedimentos produtivos muito lentamente transformados. Mesmo nos setores de agricultura comercial — cana-de-açúcar, por exemplo, o salário por muito tempo continuou sendo um eufemismo condescendente para referir-se ao pagamento de um proletariado rural brutalmente expoliado da sua humanidade, para o qual o único pré-requisito deveria ser o saber manejar um facão.

ARTIGO

*Distribuição da riqueza e formas de acumulação
numa economia escravista (magé, 1850-1888).¹*

Antonio Carlos Jucá de Sampaio
Departamento de História - UFOP

O estudo da sociedade escravista brasileira a partir de sua hierarquização social (e da exclusão daí resultante) tem ganho volume e complexidade nos últimos anos. A luta contra uma visão dessa sociedade como dividida quase exclusivamente entre senhores (aliás, grandes senhores) e escravos² teve como consequência principal a percepção de que era necessário conhecer de uma forma mais profunda a diferenciação social existente no seio da população livre, diferenciação esta sem dúvida alguma fundamental na compreensão do próprio fenômeno da escravidão. Ou, de outra forma, ficou claro que já não era somente a escravidão a única responsável por explicar a estrutura social desse período, mas que também essa mesma estrutura podia ajudar a melhor compreender o fenômeno escravista.

O trabalho que melhor sintetiza essa visão é o de João Fragoso e Manolo Florentino;³ os primeiros a criarem, ao nosso ver,

¹ Este artigo compreende a segunda parte, modificada, do Capítulo 2 de nossa Dissertação de Mestrado: SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de, "Magé na crise do escravismo: sistema agrário e evolução econômica na produção de alimentos (1850-1888)". Niterói, UFF, 1994, pp. 43-96.

² O principal expoente dessa visão é, sem dúvida, Caio Prado Júnior: "Abre-se assim um vácuo imenso entre os extremos da escala social: os senhores e os escravos (...). Aqueles dois grupos são os dos bem classificados da hierarquia e na estrutura social da colônia (...). Entre estas duas categorias nitidamente definidas e entrosadas na obra da colonização comprime-se o número, que vai avultando com o tempo, dos desclassificados, dos inúteis e inadaptados." In: PRADO JÚNIOR, Caio, *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo, Brasiliense, 1992 (22a. ed.).

³ FRAGOSO, João L.R., "Comerciantes, fazendeiros e formas de acumulação em uma economia escravista-colonial: Rio de Janeiro, 1790-1888." Niterói, UFF, 1990 (Tese de doutorado) ; _____ e FLORENTINO, Manolo G., *O arcaísmo como projeto*. Rio de Janeiro, Diadorim, 1993; FLORENTINO, Manolo G., *Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995.

uma autêntica economia política da escravidão, correlacionando-a corretamente com a estrutura social mais ampla. Em seus trabalhos sobre o tema, tais autores demonstram, de maneira insofismável, que o escravismo dependia, para sobreviver, da profunda diferenciação social estabelecida entre os homens livres, ao mesmo tempo em que era, ele mesmo, um instrumento desta diferenciação. E isso porque somente uma hierarquização de caráter excludente (e cujo principal mecanismo de reiteração era a esfera mercantil) permitia a contínua recriação de sistemas agrários. O que era uma condição essencial para a realização do sobretrabalho extraído dos escravos, pois através dessa recriação ampliava-se o mercado interno sem com isso modificar-se seu caráter restrito.

A principal contribuição destes autores localiza-se, sem dúvida, na comprovação da existência de uma acumulação de capitais interna e na explicitação dos mecanismos que transformavam tal acumulação em mecanismo de reiteração da sociedade escravista e de seu caráter excludente.

Inicialmente, Fragoso e Florentino questionam a própria base da corrente historiográfica mais tradicional, ou seja, as relações entre a colônia e a metrópole, mostrando que o caráter arcaico da sociedade e do Estado em Portugal não permitiam que este se comportasse como uma metrópole, ou melhor, da forma esperada por tais historiadores:

Vemos que se a economia colonial tinha por objetivo propiciar a acumulação prévia na metrópole, não foi esse o seu papel em Portugal. Se tomamos o século XVIII, veremos uma Inglaterra em pleno *take-off* contraposta a uma economia portuguesa que, apesar do polêmico projeto pombalino, parece caminhar em direção oposta, ou seja, ao não-capitalismo.⁴

Dentro desse panorama, o comércio tinha como principal função a manutenção da hierarquia social pré-existente, pelas mãos de um grupo típico da península ibérica: os fidalgos-mercadores. Através de sua participação no comércio, a nobreza portuguesa garantia para si rendas que lhe permitiam manter seu status no

⁴ FRAGOSO, João L.R., *Homens...*, p.67.

interior da sociedade, ao mesmo tempo em que impedia o surgimento de um grupo forte de mercadores desvinculados dessa hierarquia. Na verdade, os comerciantes que conseguem ascender socialmente acabam por se aristocratizar.⁵ Ou seja, o excedente retirado pela metrópole de suas colônias era utilizado para garantir a manutenção, e não a superação dessa sociedade. Repare-se, no entanto, que ao esterilizar o capital adquirido na esfera mercantil em bens de prestígio (títulos de nobreza, terras, etc.), os fidalgos-mercadores e os mercadores-fidalgos (comerciantes que buscavam enobrecer-se) acabavam por reduzir severamente sua própria capacidade de acumulação, permitindo assim que amplas esferas do comércio colonial fossem dominadas por comerciantes estabelecidos no Brasil, como no caso do tráfico atlântico de escravos.⁶

A consequência desse caráter arcaico de sua estrutura sócio-econômica é que, ao assumir a função de simples intermediário no fornecimento de produtos para suas colônias (uma vez que sua frágil economia não era capaz de produzir a maioria dos bens necessários às mesmas), e se negar a estabelecer um modelo monopolista no mesmo (para garantir a participação da nobreza), Portugal acabou por permitir que parte do excedente gerado no Brasil aqui permanecesse, nas mãos de um grupo mercantil que vai aos poucos se formando.⁷

A partir dessa visão inicial, Fragoso e Florentino constatarem que esse mesmo grupo acaba por constituir-se na verdadeira elite econômica do Brasil, monopolizadora das atividades mais rentáveis da economia colonial.⁸ Elite essa que, no entanto, ao se apropriar desse excedente não o esteriliza (ao menos em sua maior parte), pois o faz retornar para a agricultura, através de inversões que têm por finalidade transformar o comerciante em senhor de terras e escravos. Isso só era possível porque nesta sociedade, devido à sua feição pré-capitalista, não se buscava o lucro por si mesmo (se assim fosse, os comerciantes provavelmente jamais abandonariam suas atividades), e

⁵ HANSON, Carl A., *Economia e sociedade no Portugal barroco*. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1986, Cap. 2.

⁶ FLORENTINO, Manolo G., *Em costas negras...*, p. 127.

⁷ FRAGOSO, João L.R., *Homens...*, pp. 68-72.

⁸ FRAGOSO, João L.R. e FLORENTINO, Manolo, *O arcaísmo...*, Cap. III.

sim a conquista e manutenção de uma posição social privilegiada dentro da mesma, o que só seria possível, numa economia agrícola e escravista, através da aquisição de terras e homens. O hiato existente entre essa apropriação do excedente e seu reinvestimento na agricultura (bem como o desvio de uma parte do mesmo para outros fins) era suportado por esta com relativa facilidade graças ao baixo custo de seus principais fatores constitutivos: terras, homens e alimentos. O resultado dessa engrenagem era a reiteração contínua de uma sociedade altamente excludente, graças à recriação constante de novos sistemas agrários, num movimento comandado pelo capital mercantil.

O resultado desta e de outras pesquisas⁹ obriga-nos a enfrentar de frente o fato de que já não é suficiente termos o conhecimento das desigualdades sociais existentes nessa sociedade. Cabe-nos agora explicar de que forma essas desigualdades surgiam, se reiteravam ou mesmo se aprofundavam, bem como o que elas representavam de forma clara para aqueles que as viviam.

Em sua tese de doutorado, João Fragoso¹⁰ demonstrou, de forma bastante clara, não só a profunda hierarquização existente no seio da população livre, como os instrumentos que geravam o que denominou de "diferenciação excludente". O caráter altamente concentrado do mercado então existente, característico de sua natureza pré-capitalista, tinha como sua principal consequência o monopólio das atividades mercantis nas mãos de um reduzido número de grandes comerciantes (os "comerciantes de grosso trato") que, por tabela, controlavam também as possibilidades de acumulação de capitais.

Ao converter suas fortunas em bens agrários, tais comerciantes acabavam por gerar, na área rural, uma diferenciação

⁹ Entre outros: VINHAES, Eliana M.G., "Cantagalo: as formas de organização e acumulação da terra e da riqueza local." Rio de Janeiro, UFRJ, 1992 (Dissertação de mestrado); MOTTA, Márcia M.M., "Pelas Bandas d'além (fronteira fechada e arrendatários escravistas em uma região policultora - 1808-1888)." Niterói, UFF, 1989 (Dissertação de mestrado) ; FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998.

¹⁰ Fragoso, João Luís R., "Comerciantes...", Capítulos 5 e 6.

social tão profunda quanto a existente nas atividades mercantis. Como esta conversão era freqüente (uma vez que raros comerciantes de grosso trato permaneciam na atividade mercantil até a sua morte), temos a recriação constante, nas áreas cuja fronteira agrícola encontrava-se aberta, de sistemas agrários perpassados de cima a baixo por enormes diferenciações sociais. Além disso, muitos dos herdeiros destes grandes comerciantes também se utilizavam do comércio e da usura para permanecerem no topo da hierarquia social, tendendo a abandonar tais atividades quando atingiam seu objetivo. Obviamente, a utilização destes mecanismos permitia a perpetuação e mesmo o aprofundamento da estrutura hierárquica existente em tal sociedade. E outro não era, sem dúvida, o desejo da elite agrária.

Tendo em vista este quadro inicial, fica-nos a pergunta: até que ponto o mesmo é válido para as áreas produtoras de alimentos? A fim de averiguarmos as especificidades das mesmas, optamos aqui por nos aprofundarmos na análise da estrutura social mageense, para estudarmos as clivagens existentes entre os diversos grupos, bem como conhecer os instrumentos que permitiam o estabelecimento da hierarquização aí presente, de forma a percebermos as possíveis semelhanças e/ou diferenças em relação às áreas agroexportadoras.

Magé, município situado no fundo do recôncavo da Baía de Guanabara, serve-nos sob medida para esta análise, pois desde o início da colonização fluminense esteve voltada para a produção de alimentos, com a produção de açúcar (e depois de café) ocupando sempre um espaço secundário em seu interior. Além disso, na segunda metade do século passado apresentava-se como uma importante área abastecedora da Corte, com uma economia bastante mercantilizada.

Com a intenção de iniciarmos nossa análise de sua estrutura, montamos as tabelas 1.1 a 1.4, 2 e 3.

Tabela 1.1: Participação dos grupos de fortuna nos principais itens dos inventários (1850-1856). Valores em libras.

Grupo	Inv	%	F.Total	%	B.raiz	%	Escravo	%
A	4	10	19810,75	48	6022,04	45	11589,89	51
B	8	20	13373,69	32	4528,31	34	6961,29	30
C	27	70	8337,75	20	2776,78	21	4303,1	19
Total	39	100	41522,19	100	13327,13	100	22854,33	100

Ações □	% □	D.Públ □	% □	D.ativa □	% □	D.Pass. □	% □
-----	--	538,13	36	148,23	20	1830,12	24
-----	--	956,67	64	399,43	56	2370,17	32
-----	--	-----	--	171,16	24	3264,28	44
-----	--	1494,80	100	718,82	100	7464,57	100

Grupo A: +3.000 libras

Grupo B: 1.000 a 3.000 l

Grupo C: - 1.000 l

Fontes: Inventários "post-mortem" dos Cartórios do Primeiro e Segundo Ofícios de Magé.

OBS: F. total: Fortuna Total

Inv.: Número de inventários

B. Raiz: Bens de raiz

D. Pass: Dívida Passiva

D. Públ: Dívida Pública

Tabela 1.2: Participação dos grupos de fortuna nos principais itens dos inventários (1860-66). valores em libras.

Grupo	Inv	%	F.Total	%	B.raiz	%	Escravo	%
A	5	10	32532,64	51	9554,95	57	18457,71	52
B	12	25	19498,43	31	4549,59	27	10104,76	29
C	32	65	11763,42	18	2701,27	16	6518,86	19
Total	49	100	63794,49	100	16805,81	100	35081,33	100

Ações	%	D.Públ	%	D.ativa	%	D.Pass.	%
139,75	100	-----	--	2185,07	41	524,82	5
-----	--	-----	--	1964,35	37	5962,90	63
-----	--	-----	--	1159,91	22	3008,15	32
139,75	100	-----	--	5309,33	100	9495,87	100

Fontes: ver tabela 1.1

Obs: Um dos inventários do grupo A não apresentou as declarações sobre dívidas ativas/passivas. Os dados relativos ao grupo devem ser vistos, portanto, com reservas quanto a esses ítems.

Tabela 1.3: Participação dos grupos de fortuna nos principais itens dos inventários (1870-76). Valores em libras.

Grupo	Inv	%	F.Total	%	B.raiz	%	Escravo	%
A	4	12	19585,09	48	460,01	29	4030,52	31
B	8	23	12669,45	31	155,62	23	4852,55	37
C	22	65	8285,03	21	556,87	28	4259,63	32
Total	34	100	40539,57	100	172,50	100	13142,70	100

Ações	%	D.Públ	%	D.ativa	%	D.Pass.	%
5860,28	96	-----	--	1736,47	62	648,52	18
218,28	4	565,00	71	683,87	24	1716,38	49
-----	--	226,00	29	404,18	14	1177,24	33
6078,56	100	791,00	100	2824,52	100	3542,14	100

Fontes: ver tabela 1.1.

Tabela 1.4: Participação dos grupos de fortuna nos principais itens dos inventários (1880-1886). Valores em libras.

Grupo	Inv	%	F.Total	%	B.raiz	%	Escravo	%
A	1	2	4356,87	15	1809,18	20	1478,96	15
B	6	10	10475,98	37	2764,13	31	3202,48	34
C	50	88	13544,20	48	4333,13	49	4818,75	51
Total	57	100	28377,05	100	8906,44	100	9500,19	100

Ações	%	D.Públ	%	D.ativa	%	D.Pass.	%
-----	--	112,11	4	657,48	17	-----	--
-----		2140,28	87	1015,81	26	558,76	11
39,67	100	215,12	9	2175,49	57	4724,07	89
39,67	100	2467,51	100	3848,78	100	5282,83	100

Fontes: ver tabela 1.1.

Tabela 2: Participação percentual dos principais itens dos inventários na fortuna de cada grupo (1850-1886).

Anos	Grupo	Raiz	Escravo	Ações	D.Públ	D Ativa	D. Pass
1850□ / □1856	A□B□ C		58,50□ 52,05□ 51,61	----□- ---□-- --	2,72□7, 15□----	0,75□2, 99□2,0 5	9,24□1 7,72□3 9,15
1860 / 1866	A B C	29,37 23,33 22,96	56,74 51,82 55,42	0,43 ---- ----	---- ---- ----	6,72 10,07 9,86	1,61 30,58 25,57
1870□ /□187 6	A□B□ C	35,23 □17,0 1□30, 86	35,31□ 38,30□ 51,41	12,18 □1,7 2□--- -	---- □4,46□ 2,73	11,79□ 5,40□4, 88	6,32 13,55 14,21
1880□ /□188 6	A□B□ C	41,52 □26,3 9□31, 99	33,95□ 30,57□ 35,58	----□- --- □0,2 9	2,57□2 0,43□1, 59	15,09□ 9,70□1 6,06	---- □5,33□ 34,88

Fontes: ver tabela 1.1.

Obs: No período 1870/76, retiramos do total o maior inventário, com uma fortuna de 9.320,36 libras¹¹, pois o seu perfil de investimentos destoava dos demais, estando concentrado em ações (50%) e em dinheiro (29%), não havendo investimentos em bens agrários.

¹¹ Inventário "post-mortem" de Marianna Ernestina de Azevedo Leite, 1876; Cartório do Segundo Ofício de Magé, s/n.

Tabela 3: Preço médio dos escravos e número médio de cativos por inventário (1850-1886).

Anos	P.M.	M/I
1850/51	37,94	12,95
1855/56	69,40	10,88
1860/61	95,40	7,52
1865/66	61,90	11,38
1870/71	61,58	7,18
1875/76	82,80	4,00
1880/81	55,15	4,38
1885/86	19,50	4,57

Fontes: ver tabela 1.1.

Obs: P.M.: Preço médio em libras dos escravos

M/I: Número médio de escravos por inventário

As tabelas apresentadas acima foram montadas com o intuito de nos ajudar na compreensão da evolução do sistema agrário magueense. Assim sendo, optamos por inserir nas mesmas os itens que consideramos mais importantes para esta análise. O investimento em bens de raiz e em escravos estava ligado mais diretamente à própria manutenção do sistema agrário. Tendo em vista o caráter extensivo da agricultura brasileira nesse período, o investimento em terras e escravos apareciam sempre como os mais importantes em participação nas fortunas agrárias. O termo "bens de raiz" não engloba, contudo, apenas os investimentos em terras, mas também aqueles realizados em plantações e construções, como casas e engenhos de farinha, parecendo-nos portanto o mais indicado para a análise dos investimentos realizados nas unidades agrícolas. Já os investimentos em dívida pública, ações e dívida ativa pareceram-nos importantes não só por conta de seus percentuais, freqüentemente elevados, como por servirem para explicitar as estratégias de atuação dos grupos de fortuna. O estudo das dívidas passivas, por sua vez, é importante para o conhecimento do grau de endividamento dos diversos grupos e da economia como um todo e, portanto, de sua capacidade de reprodução a longo prazo. Por fim, como estamos

trabalhando com um universo pequeno de dados, os percentuais aqui apresentados devem ser vistos sobretudo enquanto indicativos de tendências e características mais gerais, e não como números absolutamente precisos. Feitas essas considerações iniciais, veremos que a análise das tabelas mostram-nos uma evolução até certo ponto surpreendente.

A primeira coisa que nos salta aos olhos, ao analisarmos a tabela 1.1, é o grau de concentração da riqueza. Não mais do que 10% dos inventariados controlavam metade de toda a riqueza levantada, enquanto os 70% mais pobres controlavam apenas 20%. Se levarmos em conta que os inventários, por definição, não englobam aqueles que não possuíam riquezas para inventariar (e, portanto, não representam o quadro geral existente na sociedade), veremos que esta concentração era, na realidade, ainda maior. O que estamos falando não é, sem dúvida, uma novidade. Reflete, na verdade, o mesmo quadro que João Fragoso encontrou tanto para a cidade do Rio de Janeiro como para o município de Paraíba do Sul. Neste último, segundo o autor, o grupo A de fortuna (também composto por 10% dos inventariados) concentrava 52% do monte-bruto total em 1855/60.¹² É fundamental lembrar-nos, porém, que o denominado grupo A deste município era composto por fortunas acima de 10.000 libras, muito superiores portanto às encontradas em Magé, onde apenas um dos inventários analisados possuía fortuna superior a esse valor. Assim sendo, temos em ambas as áreas uma concentração idêntica em termos percentuais, ainda que bastante distinta quanto aos níveis de riqueza apresentados. Em outras palavras, o que esta comparação deixa claro é o caráter estrutural da concentração de riqueza, já apontado por Fragoso, e que era fundamental para a manutenção de um sistema social cujas relações de produção eram também relações de poder.

Assim sendo, não nos surpreende que o controle da elite mageense sobre a economia local se fizesse sentir principalmente na propriedade dos bens de raiz e dos escravos. Como dissemos, é nesses dois itens que encontramos a chave para a reprodução do sistema agrário. Ao controlá-los, o grupo A passa a concentrar em

¹² Fragoso, João Luís R., "Comerciantes...", p.597.

suas mãos a própria capacidade de reprodução desse sistema, ditando o ritmo e a forma em que a mesma dar-se-ia. Por outro lado, no que se refere a outros tipos de investimentos, desvinculados do universo propriamente agrário, como os ligados às ações e dívidas públicas, vemos um interesse ínfimo por parte dessa elite (expresso no percentual de 3,47% de participação desses itens em sua fortuna total, segundo a tabela 2), que prefere concentrar-se naquilo que é sua própria razão de ser, ou seja, a atividade agrária escravista (onde estão 88,9% de seus investimentos), permitindo assim que os outros grupos predominem nesse tipo de aplicação. Seguiu, assim, o padrão de comportamento de outras elites agrárias, como a de Paraíba do Sul, que pouco se utilizavam do mercado como instrumento de acumulação após a montagem de suas unidades produtivas, limitando-se praticamente a vender sua produção e comprar novos cativos. Por fim, o seu grau de endividamento era significativamente menor do que os dos outros grupos, tanto em termos absolutos quanto em percentual, garantindo-lhe assim a sua reprodução e consequente manutenção do "status" de grupo privilegiado no interior da sociedade.

Quanto ao grupo B de fortuna, somos tentados a definí-lo como uma espécie de setor médio dessa sociedade nesse período inicial, com todos os riscos que este termo tão impreciso possa possuir. E isto porque ele representava, ao menos em meados do século XIX, um meio termo entre os dois pólos de riqueza. Em primeiro lugar, não podemos considerá-lo como um grande responsável pela concentração de riqueza. Afinal, os 20% dos inventariados pertencentes a tal grupo controlavam apenas 32% de toda a fortuna levantada no período. Não enfeixavam em suas mãos, portanto, o controle da reprodução do sistema, mas bem que gostariam. Seu perfil de investimentos é bastante semelhante com o encontrado no grupo A, concentrando-se em bens de raiz e escravos. Além disso, controlavam os investimentos em dívida pública e em dívida ativa, apesar dos valores pouco significativos. Possuía, no entanto, uma maior necessidade de recursos para investir, o que levava-o a um endividamento significativo, equivalente a quase 1/5 de sua fortuna total. Tratava-se de um grupo que buscava, portanto, ascender socialmente através do uso dos mecanismos de mercado.

Por fim, temos no grupo C os representantes da pobreza local (ainda que não de toda ela). Os 70% de infortunados que a ele pertenciam controlavam tão-somente 20% da riqueza total. A sua principal característica é, sem dúvida, a carência. É o grupo que menos investe em terras, animais, edificações ou escravos. Além disso, como vimos, a maioria dos arrendatários pertencia a ele. Para aqueles que não dispunham de capital para investimentos, o arrendamento podia tornar-se não o melhor, mas o único meio de acesso à terra. Mesmo assim, esse grupo vai seguir o padrão ditado pela elite local, e também concentrará os seus investimentos em bens de raiz e em escravos. A falta de capital, contudo, não deixará de cobrar seu alto preço. A consequência é que o setor mais pobre dos inventariados apresenta um grau de endividamento bastante elevado, correspondendo a praticamente a metade de todas as dívidas levantadas, e comprometendo quase 40% de sua fortuna total, um índice sem dúvida elevado, e que aponta para um empobrecimento ainda maior deste grupo a longo prazo.

Nesse ponto, já podemos avançar algumas conclusões iniciais. Em primeiro lugar, salta aos olhos o elevado nível de concentração da riqueza encontrado, bem como a hierarquização social daí decorrente. Estamos diante de uma sociedade que apenas consegue reproduzir-se a partir da exclusão da maioria dos seus membros, livres e escravos. Exclusão esta que, para a população livre e pobre, não significava necessariamente a não-propriedade absoluta (quanto a estes, os miseráveis, não temos condições de medir sua participação na população total). Significava, isso sim, a impossibilidade de uma atuação verdadeiramente importante no nível macroeconômico, uma vez que não exercia qualquer controle sobre os mecanismos de comercialização ou sobre os principais fatores de produção: terras e homens.

Além disso, estamos diante de uma sociedade que opera sob duas lógicas claramente distintas: uma, a da empresa escravista mercantil, representada sobretudo pelo grupo A e, secundariamente, pelo grupo B. O melhor item para nos mostrar o funcionamento dessa lógica é exatamente o perfil escravista desse setor, uma vez que aí estava a maior parte dos seus investimentos. No grupo A temos, entre 1850 e 1856, um plantel médio de 51 escravos, com

uma razão de masculinidade de 167 e 55,17% dos quais com idades entre 14 e 40 anos. Tais números deixam claro que a reprodução do plantel e, por extensão, da própria empresa, dava-se sobretudo através da inserção da mesma nos circuitos mercantis de abastecimento da Corte. Já no grupo B temos, para esse mesmo período, uma média de 17,63 escravos por plantel, com uma razão de masculinidade de 122 e 52,14% dos cativos com idades entre 14 e 40 anos. Números sem dúvida menos brilhantes do que aqueles do grupo A, mas ainda indicadores de uma importante participação do mercado no processo de conformação dessa empresa.

Estamos longe, portanto, de qualquer caracterização da sociedade mageense como "camponesa", ou seja, uma sociedade em que as diferenciações sociais seriam inexistentes ou mínimas, voltada para a produção agrícola e utilizando fundamentalmente a mão-de-obra familiar. Ao contrário, temos aí uma sociedade altamente hierarquizada, onde uma elite agrária possui o virtual monopólio da terra e da riqueza, e onde a parte principal da produção cabe aos escravos. Por outro lado, no entanto, a grande massa existente de pequenos proprietários de terras e cativos, bem como dos despossuídos, obriga-nos a considerar que, se a sociedade não é camponesa, parte importante da mesma o é, já que conta apenas (ou principalmente) com seu próprio trabalho para sobreviver, ao mesmo tempo em que consegue um acesso aparentemente fácil à terra através do sistema de arrendamento. Tais fatos nos indicam, a partir daí, a existência de uma forma de reprodução e de uma racionalidade econômica vinculadas a essa unidade produtiva e distintas daquelas da empresa escravista.

Por fim, destacaríamos o padrão de endividamento existente, inversamente proporcional ao tamanho da fortuna. Esse padrão, extremamente perverso pois concentrava ainda mais a renda (lembramos que a maioria dos credores era de Magé), era a garantia de que o sistema econômico manter-se-ia ao longo do tempo com o mesmo caráter hierarquizado e excludente.

Ao analisarmos a tabela 1.2 encontraremos, grosso modo, o mesmo padrão anterior. Mais uma vez é o grupo A quem controla a metade de toda a riqueza inventariada, com o seu domínio baseado nos bens de raiz e nos escravos. Infelizmente, não temos para este

grupo informações confiáveis a respeito de suas dívidas ativas ou passivas, o que torna nossa análise um tanto imperfeita. Mesmo assim podemos constatar, a partir dos 4 inventários que apresentam tais informações, um grau de endividamento expressivamente menor, de apenas 1,61% de sua fortuna total. Além disso, o investimento do grupo em dívidas ativas ganha maior vulto, tornando-se então o principal beneficiário da usura, se bem que tais dívidas ainda tivessem uma participação muito reduzida na composição do seu patrimônio.

Por sua vez, o grupo B apresenta uma situação um tanto distinta. Embora mantenha o mesmo padrão de investimento do período anterior, o seu grau de endividamento alcança níveis um tanto mais elevados, de praticamente 2/3 do endividamento total e 1/3 da composição de sua fortuna. Cresce também, no entanto, o percentual aplicado em dívidas ativas. Poderíamos concluir daí que o grupo B aumenta a sua participação no mercado, aparentemente a fim de captar recursos para serem investidos na atividade agrária, cujos índices de participação nos investimentos mantêm-se razoavelmente estáveis, com uma queda razoável nas inversões em bens de raiz.

Já o grupo C apresenta um perfil até certo ponto surpreendente, tanto em comparação com o grupo B quanto em relação ao período anterior, com um grau de endividamento bem menor do que o possuído antes e um aumento razoável no item das dívidas ativas.

O panorama geral, contudo, apresentava modificações mais profundas nos anos 70, conforme vemos na tabela 1.3. A princípio, o quadro de concentração da riqueza total não mudara. O grupo A permanecia controlando a metade de todo o monte-mor. No entanto, temos pela primeira vez esse grupo abrindo mão do controle dos bens fundamentais para a atividade agrícola escravista, qual seja, os bens de raiz e os escravos. Em ambos os casos, passamos a ter uma distribuição mais uniforme de sua propriedade, com os mesmos estando distribuídos de forma quase idêntica entre os três grupos. Pela tabela 2, podemos perceber que o grupo A passa a investir menos em escravos do que antes, embora mantenha o mesmo padrão em relação aos bens de raiz. Por outro lado, porém, mais de 1/5 de

suas inversões passam a destinar-se às ações e às dívidas ativas, numa inconfundível ampliação do seu leque de investimentos. Também no grupo B verificamos indícios desse novo direcionamento, mas num grau bem menor do que o anterior. Aqui, mais da metade de todas as inversões ainda estão ligadas aos bens de raiz e escravos, e o perfil dos investimentos permanece bem pouco diversificado. O mais interessante, porém, é o caso do grupo C. Aparentemente alheio às novas tendências de investimentos da elite local, esse grupo insiste em manter o padrão anterior de inversões, concentrando mais de 80% de suas fortunas em bens agrários. Caso tomemos o valor investido em terras por cada grupo, veremos que o mesmo correspondia a menos de 5% da fortuna total do grupo A, a 8,4% para o grupo B, e alcançava 13% no caso do grupo C.

Por fim, temos nos anos 80 uma mudança ainda mais radical de cenário. Pela primeira vez o grupo A não controla ao menos metade de toda a riqueza. E isso não se dá porque o mesmo grupo tenha empobrecido, mas sim porque praticamente sumiu, havendo apenas um representante do mesmo (que ainda assim controla 15% da fortuna total inventariada). Também pela primeira vez temos o grupo C controlando a maior parte da riqueza levantada, e da mesma forma que a elite agrária fizera até pelo menos a década de 1860: concentrando seus investimentos em escravos e bens de raiz, onde alocara então 3/4 de todo o seu investimento. O grupo B, por sua vez, prefere dividir seus investimentos entre estes itens e outros talvez menos lucrativos, mas com certeza mais seguros num momento em que o escravismo enfrenta sua agonia final. Assim, praticamente 1/3 de sua fortuna encontra-se alocada em dívidas ativas e, principalmente, em apólices da dívida pública. O perfil do representante isolado do grupo A assemelha-se ao padrão apresentado no período anterior, apesar da menor diversificação dos investimentos, o que parece garantir a sua representatividade. Seu papel mais importante para nós é o de mostrar a fraqueza econômica desse grupo nos últimos momentos da escravidão.

A primeira coisa a assinalar a respeito do quadro aqui descrito é a sua originalidade em relação ao ocorrido em outras regiões. Se tomarmos como exemplo as áreas agroexportadoras, veremos que a evolução econômica deu-se aí de forma oposta,

havendo a longo prazo um aumento da concentração tanto da fortuna total como em particular dos bens agrários, como no caso já citado de Paraíba do Sul, onde o grupo A de fortuna passa a controlar no período de 1880/85 72% do monte-bruto, 50% do valor das terras, 75% dos cafezais, e 54,7% do total de escravos.¹³ Em outras palavras, não só manteve como ampliou o seu controle sobre o sistema agrário local, deixando clara assim sua opção por reproduzir-se enquanto elite agrária, cuja sorte vinculava-se aos azares não só da agricultura como do escravismo, apesar do enfraquecimento então evidente deste. Concentração ainda maior da riqueza encontramos em Cantagalo,¹⁴ onde o grupo A (composto pelas fortunas acima de 15.000 libras), controlava em 1880 84,7% do Monte-bruto e 62,2% do valor total dos bens de raiz. Apesar de não contarmos com dados equivalentes para outras áreas ligadas ao abastecimento interno, acreditávamos que em Magé o quadro desenvolver-se-ia de forma similar, guardadas as devidas proporções, por conta inclusive das semelhanças iniciais. Encontramos, porém, um quadro bastante diverso, que ao mesmo tempo em que enriquece o nosso conhecimento acerca desse período, exige-nos um esforço explicativo redobrado. Vamos então por partes.

Analisando os dez anos decorridos entre 1850/56 e 1860/66, percebemos uma tendência ao enriquecimento nos grupos A e C, expressa no aumento do valor médio do inventário em cada grupo e na diminuição do grau de endividamento de ambos. O mesmo, porém, não ocorre com o grupo B, cujo valor médio do inventário se mantém e que se vê cada vez mais onerado por dívidas, enquanto diminui pela metade seu investimento em terras, que cai de 17% para 9% de sua fortuna total.

A razão principal para essa evolução "sui generis" parece estar numa dificuldade crescente deste último grupo em manter sua posição na hierarquia social local, sobretudo enquanto senhores escravistas, por conta principalmente do aumento do valor dos cativos, que entre 1850/51 e 1860/61 elevou-se em mais de 150% em Magé, segundo a tabela 3. Poder-se-ia, naturalmente, argumentar que

¹³ *Idem, Ibidem.*

¹⁴ Vinhaes, Eliana M.G., *op.cit.*, pp.55-6.

no mesmo período o preço da farinha de mandioca, artigo básico da economia mageense, elevou-se em 163%,¹⁵ o que garantiria, assim, a reposição tranquila da mão-de-obra cativa. Ocorre, porém, que a média apresentada na tabela 3 tem como base todos os escravos presentes nos inventários, sem distinção de sexo ou idade, o que não nos permite perceber as variações ocorridas na composição dessa população. Se, no entanto, agregarmos tais dados à nossa análise, veremos uma situação um tanto diferente.

Em termos de participação feminina, veremos que ela pouco se modifica, mantendo-se sempre em torno dos 40% da população total. A diferença maior refere-se à composição etária da população. Nesse ponto, veremos que o percentual de escravos entre 14 e 40 anos (os mais valorizados) diminuiu, nesse período de 51,79% do total para 43,43%. Ou seja, tornaram-se minoria entre a população cativa. Podemos então afirmar que, se a população cativa local tivesse mantido a mesma composição, a variação no seu preço médio teria sido ainda maior. Dentro desse quadro, o grupo B aparece como o maior atingido. A sua média de cativos por inventário cai de 17,63 para 10 (-43,28%) em 1860/66, enquanto o percentual daqueles com idades entre 14 e 40 anos passa a 41,18%. Tudo isso ocorre apesar desse grupo manter mais de 50% de sua fortuna total investida em cativos. É importante ter em conta que o fato do número de escravos plenamente produtivos ter-se tornado minoritário frente aos demais resultava numa diminuição da produtividade e, portanto, da lucratividade da empresa escravista, levando-a muitas vezes a ter que aumentar seu endividamento para conseguir manter-se, o que a longo prazo acabava por dificultar a própria reprodução do grupo B.

Esses inventariados, assim, acabavam por ocupar uma posição frágil, já que boa parte de seu (aparente) patrimônio pertencia na verdade a terceiros. O exemplo mais flagrante desse processo é o inventário de Marianna Rosa dos Santos,¹⁶ falecida em 1860 e moradora em Teresópolis, então freguesia de Magé. Nesse,

¹⁵ Para maiores informações sobre o preço da farinha de mandioca no mercado do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX, ver: SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de, *op.cit.*, Cap. 1.

¹⁶ Inventário "post-mortem" de Marianna Rosa dos Santos, 1860; Cartório do Segundo Ofício de Magé, s/n.

vemos que de uma fortuna total de 1.987,46 libras, nada menos que 1.756,37 libras (88,37% do total) eram fruto de uma hipoteca feita pelo marido e inventariante de Marianna, Antônio Ignácio dos Santos, com um comerciante sediado no Rio de Janeiro, valor esse que Antônio pretendia pagar com o fornecimento de gêneros. Sem este empréstimo, Antônio e sua esposa estariam entre os mais modestos agricultores do grupo C, com uma fortuna total de mais ou menos 200 libras.

Já a evolução dos outros dois grupos parece estar ligada aos papéis que desempenhavam nessa sociedade. O grupo A, como controlador da economia local, era o que tinha menores dificuldades em manter seus padrões de investimentos em bens de raiz e escravos. Nesse último quesito, vemos que esta elite manteve um plantel médio de 54,5 escravos por inventário,¹⁷ com uma razão de masculinidade de 174. O problema aparecia, no entanto, na proporção de escravos entre 14 e 40 anos, que então já haviam se tornado minoria (44,39%). Ou seja, mesmo a elite local enfrenta dificuldades para manter a propriedade escrava nos padrões anteriores, e para consegui-lo dependeu da manutenção dos seus escravos mais velhos e do nascimento de novos. Seja como for, vemos que nesse momento essa elite não enfrenta maiores problemas para se reproduzir, uma vez que suas dívidas passivas se reduzem, graças tanto à conjuntura favorável do preço da farinha de mandioca, quanto ao controle que exercia sobre os principais fatores de produção e sua inserção nos circuitos mercantis, que lhe permitiam ampliar sua produção com maior tranquilidade.

Quanto ao grupo C, vemos que os seus plantéis se reduzem paulatinamente de uma média de 4,15 escravos por inventário em 1850/56 para 2,72 em 1860/66 (-34,49%), ainda quando o percentual de sua fortuna investido neste item apresenta um ligeiro aumento. Para este grupo, porém, essa perda parece assumir um tom bem menos catastrófico do que aquele encontrado no grupo B. Isso porque esta parcela dos inventariados, como vimos, possuía uma racionalidade distinta daquela da empresa escravista, uma vez que para ele o trabalho escravo era, em geral, um complemento do

¹⁷ Excetuando-se o inventário de um negociante, que possuía apenas 7 escravos.

trabalho familiar. Assim, a reprodução de suas unidades econômicas dependia muito menos do mercado para a reposição da mão-de-obra do que as dos grupos mais ricos. O que, numa conjuntura de preços agrícolas favoráveis, permitiu-lhe melhorar sua situação econômica.

A evolução ocorrida nos dez anos seguintes é marcante em vários aspectos. E isso porque assistimos a uma importante mudança na orientação dos investimentos da elite agrária, que passa a diversificar mais suas aplicações. A principal participação na composição de sua fortuna total continua cabendo aos escravos e bens de raiz, mas as inversões realizadas em ações e dívidas ativas ganham pela primeira vez um vulto significativo. O que aponta para um novo tipo de cálculo econômico, ainda ligado à reprodução da atividade agrária, mas que aos poucos distancia-se da escravidão. Veja-se que não só diminui o percentual investido em escravos como, principalmente, o plantel médio dessa faixa de fortuna, que cai abruptamente de um número médio de 45 escravos por inventário para não mais de 12,5 (-72%), o que sem dúvida contribui de forma significativa para a diminuição da média geral. A mesma queda no plantel médio verifica-se também no grupo B, mas de forma bem menos dramática, indo de 10 cativos por inventário para 8,38, enquanto o grupo C apresenta um surpreendente crescimento de 22% em seu plantel médio, que passa de 2,72 para 3,32. É também o único grupo que mantém mais da metade de sua fortuna investida nesse item.

Temos, portanto, uma elite agrária que se mantém enquanto tal (ainda que a duras penas), mas que paulatinamente abre mão do seu caráter de proprietária escravista. A partir dos anos 70, os grandes plantéis tornam-se definitivamente coisa do passado, e os grandes agricultores preferem destinar parte do dinheiro antes investido em escravos para aplicações mais seguras (como as dívidas ativas) ou com perspectiva de bom lucro, como as ações, apesar do risco inerente. Em outras palavras, perdem a confiança na continuação da empresa escravista.

Para explicar tal fato, devemos primeiro dizer que não se trata de um fenômeno exclusivo de Magé. Na verdade, a comparativamente modesta elite mageense estava acompanhada em suas decisões por alguns dos mais ilustres fazendeiros do império.

Em um texto recente, João Fragoso e Ana Maria Lugão¹⁸ analisam o caso do Comendador Manoel Vallim, que ao morrer em 1878 possuía um patrimônio cujo valor alcançava a impressionante soma de 271.667 libras esterlinas. Este Comendador, apesar de retirar o grosso de seus rendimentos da atividade agrícola desenvolvida por seus 650 escravos, tinha apenas cerca de 30% de sua fortuna aí investida ao morrer. E isso porque a partir de meados da década de 60 deixara de aplicar os lucros de seus cafezais e empréstimos (já que era também capitalista) na aquisição de mais terras e escravos. O Comendador não era, no entanto, o único a fazê-lo, pois o mesmo caminho era trilhado, entre outros, pelo Barão de Nova Friburgo, que também na mesma época decidiu investir seus lucros em imóveis urbanos, apólices da dívida pública e no comércio. Ou seja, ambos abandonam paulatinamente a escravidão.

O que não significa dizer que todos os grandes fazendeiros tenham tomado as mesmas decisões. É o mesmo Fragoso¹⁹ quem nos informa que, em Paraíba do Sul, mesmo em 1880-85 a fazenda escravista continuava sendo o principal setor da economia local, com o seu valor correspondendo a 82,1% da riqueza inventariada.

A explicação para essas orientações divergentes estaria, segundo Fragoso e Lugão, na existência de cálculos econômicos diferenciados no interior da elite agrária. Por um lado, teríamos aqueles que se baseavam na conjuntura favorável do café, bem como na falta de opções alternativas tanto em termos de investimentos mais lucrativos como de mão-de-obra. Além disso, a forte coesão existente na defesa da escravidão por parte dos grandes senhores, bem como a concentração cada vez maior da propriedade cativa nas mãos dos mesmos, parecia garantir um futuro ainda longo para a instituição escravista. Por outro lado, no entanto, a crise da escravidão já se fazia notar. Desde a década de 50, com a extinção do tráfico atlântico, o número de escravos só fazia diminuir, enquanto a agricultura cafeeira mantinha sua expansão em direção ao oeste

¹⁸ Fragoso, João L. R., e Rios, Ana M. L. "Comendador Manoel de Aguiar Vallim: um empresário brasileiro nos oitocentos." In: CASTRO, Hebe Maria Mattos de e SCHNOOR, Eduardo. *Resgate: uma janela para o oitocentos*. Rio de Janeiro, Topbooks, 1995.

¹⁹ Fragoso, João L.R., "Comerciantes...", p.526.

paulista. Acresça-se a isso o fato de que no Vale do Paraíba o fim das terras virgens e o declínio da fertilidade do solo eram uma realidade que só tendia a piorar, por conta do sistema de plantio adotado. Todos esses fatos teriam levado, assim, vários grandes fazendeiros a se precaverem de algo que sabiam inevitável a longo prazo: o fim da escravidão.

No caso de Magé a situação mostra-se um tanto distinta. Se temos aí uma queda no investimento em escravos, temos também a manutenção da atividade agrícola como a principal da elite local. O que se comprova não só pela análise do perfil de seus investimentos, como pela forma de inserção dessa mesma elite no almanaque Laemmert.

Dos 14 inventariados pertencentes a esse grupo, encontramos 10 (71%) anunciando no almanaque ao longo de todo o período. Desses, 9 aparecem sempre como fazendeiros e apenas um como padeiro e, mais tarde, como negociante e proprietário. Nenhum inventariado aparece inicialmente como comerciante ou capitalista e depois como fazendeiro/lavrador. Apenas nos inventários "especiais" (aqueles levantados fora dos períodos determinados) encontramos um exemplo desse tipo de trajetória na pessoa do Comendador Manoel Pinto de Carvalho,²⁰ falecido em 1882. De 1852 a 1874, o Comendador aparece unicamente como negociante e proprietário. Em 1876, porém, anuncia-se também como fazendeiro. Em 1878 sua empresa comercial aparece em liquidação, e em 1880 e 1882 encontramos-lo somente entre os fazendeiros. Mesmo assim, ao morrer, o Comendador ainda concentrava 61% de sua fortuna de mais de 11.000 libras em dívidas ativas, cujas origens estavam, em sua maioria, nas atividades usurárias, além de 9% em ações. Apenas 1/5 de todas as suas aplicações encontrava-se localizada em bens de raiz e escravos, sendo que destes últimos o Comendador era um modesto proprietário, se levarmos em conta sua fortuna, com somente 17 cativos em seu plantel.

²⁰ Inventário "post-mortem" de Manoel Pinto de Carvalho, 1882, Cartório do Segundo Ofício de Magé, s/n.

Ou seja, temos uma elite que mantém-se vinculada o tempo todo à atividade agrária mas não à escravidão, e que praticamente não se utiliza do comércio como mecanismo de acumulação.²¹

Para explicar esse quadro enfrentamos as mesmas dificuldades que Fragoso e Lugão, visto que o preço médio da farinha de mandioca, assim como o do café, encontrava-se numa conjuntura favorável desde de meados da década de 50, tendo atingido seu ponto máximo exatamente em 1875/76. Além disso, enquanto o preço da farinha sobe 163,64% entre 1850/51 e 1860/61, o preço médio do escravo aumenta no mesmo período 151,45%, permitindo assim aos agricultores mageenses que acompanhassem, ao menos até certo ponto, a variação do custo de aquisição de mão-de-obra. Por esse lado, portanto, os agricultores mageenses não teriam motivos aparentes para abrir mão de seus escravos, uma vez que continuavam sendo bem remunerados pelo seu principal produto. Precisamos, portanto, procurar as razões em outro lugar.

A principal causa, ao nosso ver, encontra-se no esgotamento da capacidade de reprodução do sistema agrário mageense, causado pelo fim das terras virgens e pela queda da fertilidade do solo. Já em meados do século os agricultores locais reclamavam da pequena vitalidade da terra. Consequência perversa de um sistema de plantio predador, o esgotamento do solo vinha cobrar sua conta após quase 3 séculos de ocupação, principalmente nas freguesias mais antigas. Assim sendo, pouco adiantava para o agricultor manter uma paridade entre o preço do que produzia e o custo de reposição da mão-de-obra se não era mais capaz de produzir a mesma quantidade de outrora.

Caberia questionar aqui porque a agricultura mageense não expandiu-se, ao menos de forma significativa, para a freguesia de Santo Antônio do Paquequer, atual município de Teresópolis. Embora a população desta freguesia tenha crescido entre 1856 e 1872 de 1.955 para 3.457 pessoas (76,83%), a região permaneceu durante todo o período em foco com o caráter de subpovoada. Se a terra das demais freguesias de Magé encontravam-se esgotadas,

²¹ Não devemos ser muito incisivos, porém, quanto a esse ponto, uma vez que a acumulação dos capitais pertencentes a essa elite pode ter se dado no comércio da Corte.

Santo Antônio do Paquequer oferecia a possibilidade de expansão em terras ainda virgens.

Não é, no entanto, o que ocorre. Analisando os inventários específicos dessa freguesia não encontramos nenhum sinal de uma prosperidade local maior. Pelo contrário. A maioria das grandes fortunas inventariadas encontrava-se nas áreas "velhas", e Paquequer parece permanecer como uma área de fronteira, onde predominavam os pequenos proprietários. Não que não houvessem pessoas ricas na freguesia, mas essas não eram em geral grandes proprietárias de terras nem de escravos, concentrando suas fortunas em lotes urbanos, dinheiro e dívidas ativas.

A explicação para o fenômeno, ao nosso ver, está na teoria da renda de Marx. Mais especificamente, naquilo que este chamou de renda diferencial,²² ligada à fertilidade e situação da terra. Utilizando-nos desta teoria, poderíamos considerar que o aumento da produção resultante do uso de terras mais férteis geraria uma renda adicional para os agricultores estabelecidos em Teresópolis frente aos das demais freguesias de Magé. Essa renda adicional não foi, no entanto, suficiente para compensar o aumento no custo do transporte decorrente da transferência para uma freguesia de difícil acesso (ou era suficiente apenas para isto). Francisco Carlos,²³ em sua tese, afirma:

Muitas vezes trocava-se um rendimento superior, da dimensão de 1/3 a 50%, por outro menor em função de um gasto menor com o transporte. Uma curiosa combinação de fatores poderia levar à anulação do rendimento proporcionado pela terra mais fértil em virtude do custo do transporte a partir da terra com pior (mais longe) localização.

No caso de Magé, a diferença em termos de transporte era evidente. Enquanto as três freguesias da região de baixada (Suruí, Piedade e Guapimirim) contavam com vários rios navegáveis, que garantiam uma ligação direta e de baixo custo com a Corte, para

²² Uma ótima discussão a respeito da teoria da renda em Marx está em Cardoso, Ciro, *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis, Vozes, 1979, Cap. I.

²³ Silva, Francisco C.T. da, *A morfologia da escassez: crises de subsistência e política econômica no Brasil-colônia (Salvador e Rio de Janeiro, 1680-1790)*. Niterói, UFF, 1990 (Tese de doutorado), p. 163.

chegar-se a Teresópolis era necessária uma viagem de dois dias no mínimo, na qual tinha-se que vencer uma subida de 970 metros por uma estrada em péssimas condições. O problema dos transportes era tão essencial para a região que esta só desenvolveu-se a partir de finais do século XIX, com a chegada da estrada de ferro.

Devemos nos lembrar, no entanto, que Guapimirim ainda possuía uma razoável capacidade de expansão, como nos comprova o aumento de mais de 100% de sua população cativa entre 1856 e 1872.²⁴ O que permitiu ao sistema agrário mageense, num primeiro momento, resolver o seu problema de carência de terras novas.

A partir da década de 70, porém, a situação deteriora-se, como podemos ver pela queda constante do número médio de escravos por inventário apresentada pela tabela 3. Guapimirim parece ter chegado ao seu limite em termos de expansão, entrando, ao nosso ver, no processo de decadência das outras freguesias, como indica a ausência, aí, de grandes proprietários escravistas a partir desse período, com a exceção de um único inventário com 37 escravos em 1880. Outro aspecto negativo para a evolução da agricultura local que merece destaque é a promulgação da chamada "lei do ventre livre", que considerava livres os filhos de escravas nascidos após 1872. Isso porque,²⁵ a reprodução dos escravos em Magé após 1850 deu-se fundamentalmente de forma endógena. O surgimento do "ventre livre", portanto, significou para estes senhores um forte desestímulo ao investimento em escravos, já que só poderiam utilizar o trabalho dos novos membros do plantel até a idade de 21 anos. Ou seja, o período improdutivo destes (13/14 anos) seria maior do que o produtivo (7/8 anos). Um tiro de morte, portanto, para uma agricultura que já não podia dar-se ao luxo de repor sua mão-de-obra cativa através do mercado, ficando assim dependente da reprodução daqueles a quem lhe cabia, paradoxalmente, explorar.

²⁴ Para uma análise mais detalhada da demografia escrava em Magé neste período, ver: SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de, *op.cit.*, Capítulo 4.

²⁵ O caráter endógeno da reprodução escrava em Magé foi por nós analisado não somente em nossa Dissertação como em um artigo recente: SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de,

Conclusão

A partir do que foi exposto, torna-se mais fácil compreendermos as transformações verificadas nos últimos anos do escravismo. A princípio, estranhariamos o quase-desaparecimento do grupo A de fortuna, da elite agrária local enfim, que se encontrava representada por um único inventário no período, indicando que parte da mesma tenha empobrecido então. No entanto, se tomarmos as dívidas passivas desse grupo no período anterior, veremos que as mesmas eram pouco significativas frente ao patrimônio levantado. Não é aí, então, que encontraremos a resposta.

Na verdade, a principal causa desse empobrecimento foi a desvalorização sofrida pelos principais itens que compunham a fortuna dessa elite. Se, por um lado, ela aos poucos abria mão da propriedade de seus escravos (uma vez que não conseguia repô-los), por outro aqueles que lhe restavam perdiam aceleradamente o seu valor, chegando a atingir em 1885/86 praticamente a metade do que valiam, em libras esterlinas, em 1850/51, por causa principalmente do envelhecimento do plantel. Quanto ao preço da farinha de mandioca, devemos lembrar²⁶ que o mesmo também apresenta redução em 1885/86, quando retorna aos patamares de 1850/51. Por fim, temos as terras, cuja evolução em termos de preço não pudemos infelizmente levantar, já que as informações disponíveis nos inventários nem sempre são completas em relação à área avaliada. Mesmo assim, podemos imaginar que o valor das mesmas dificilmente deixou de cair, por conta do seu esgotamento.

Ou seja, a elite agrária mageense não entrou em decadência por conta de dificuldades financeiras como, por exemplo, um acúmulo de dívidas passivas, mas sim porque o sistema agrário local já não era capaz de garantir-lhe a reprodução no mesmo padrão anterior. O que não deve, de forma alguma, ser confundido com uma diminuição do grau de hierarquização existente nessa sociedade. Em verdade, o que ocorreu foi o que poderíamos denominar de uma mudança de patamar. A elite agrária continuou a existir e a controlar os principais fatores de produção, ainda que empobrecida. Qualquer

²⁶ Ver: SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de, *op.cit.*, Capítulo 1.

dúvida, basta que reexaminemos a tabela 1.4. Nesta, vemos que a "nova elite" é composta pelo que sobrou do antigo grupo A de fortuna e pelo grupo B. Juntos, ambos os grupos contam com somente 12% dos inventariados, mas controlam 52% da fortuna total levantada, 51% das inversões em bens de raiz e 49% daquelas em escravos. Aos outros 88% dos inventariados (o que dizer da população total?) restava a exclusão.

ARTIGO

Reflexões sobre a política e o sagrado

Ivan Antônio de Almeida

“Religião” pode (...) ser um termo útil desde que se recorde que ele não implica necessariamente uma crença em Deus, em deuses ou em espíritos, mas se refira à experiência do sagrado e, por consequência, se encontre ligado à idéia do ser, da significação e da verdade. Mircea Eliade

I.

Com a queda do Muro de Berlim em 1989 e a implosão do socialismo real, esperávamos uma profunda revisão de toda a história da “esquerda”, das interpretações da história do Brasil e uma rediscussão dos modelos de “socialismo”. Parecia necessário que toda a história, especialmente da “esquerda”, como suas ricas polêmicas, desde o século dezenove até os nossos dias, fosse revista, agora sob o prisma de uma nova realidade que anulava ou deslocava referências consensualmente aceitas. Mas nada de significativo houve.

O principal *argumento* que liquidara com as críticas de correntes socialistas, marxistas ou anarquistas, ao modelo marxista-leninista, era o *fato* de que este vencera; pois, sendo que o “critério da verdade é a prática”, a vitória do partido bolchevique em 1917 era a *prova* da verdade leninista. Em torno desta reta inquestionável, só se admitiram “desvios”. Com a revelação de que até o “socialismo” da União Soviética, onde acontecera uma “revolução autêntica”, era um embuste, odiado pela grande maioria da sua população, parecia que tudo precisava ser revisto. Mas não foi. A opinião pública dos ex-países comunistas simplesmente não foi levada em consideração. Quando citada, o “argumento” da *alienação* desta população era suficiente. Para quem não ficasse satisfeito usavam-se, novamente, *fatos* para que nada de essencial fosse questionado. “Apesar de tudo” não tinha a ex-União Soviética conseguido superar a miséria, e dar condições materiais dignas para a sobrevivência dos seus povos? E Cuba, uma realidade tão próxima à nossa, não tinha feito o mesmo? Mas e a ditadura em Cuba? Não seria necessário um “socialismo

democrático” para que não se corresse o mesmo risco da União Soviética? Não, sob cerco do imperialismo norte-americano, sua população, tentada pelos apelos do consumismo, não resistiria, e, sem a tutela de um Estado ditatorial sucumbiria às tentações, “contra seus próprios interesses”, é claro. O exemplo da derrota eleitoral da Frente Sandinista, em 1990, que surpreendeu até mesmo o governo norte americano, era uma advertência da fragilidade destas discussões, mas também recebeu uma explicação simples e inteiramente insatisfatória. O povo nicaraguense votara, não contra os sandinistas, mas pela paz, representada pelos aliados dos norte americanos. Assim, pela primeira vez na história, um povo que venceu na guerra capitulava pela paz!

No caso dos intelectuais preocupados com a “revolução”, exigia-se, no mínimo, que esta revisão passasse por uma leitura dos críticos “de esquerda”, a começar pelas polêmicas entre Marx e Bakunin, na *I Internacional do Trabalhadores* (1864-1872).¹ O que aconteceu porém, foi muito menos que a repercussão, nos partidos comunistas do mundo, das denúncias dos crimes de Stálin, reveladas durante o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, em 1956.

As discussões sobre a queda do socialismo real tiveram como maior consequência a reafirmação de um consenso, em torno da necessidade de um “socialismo democrático”. Este consenso era tão amplo que permitia, inclusive, conservar, de uma forma ou de outra, a teoria marxista da “ditadura do proletariado”, o partido como “instrumento” de revolução ou pelo menos de transformações sociais significativas e a necessidade de uma “vanguarda” para dirigi-la. É o que poderíamos chamar de um *conservadorismo de “esquerda”*. Se a frágil argumentação para a manutenção destas referências não for convincente, recorde-se que não existe opção. Ou se está a favor das alternativas presentes, que, é claro, nunca são perfeitas, ou se está à

¹ Para o conhecimento de uma discussão, ocorrida nos primeiros vinte anos deste século, que já questiona certos dogmas como, “ditadura do proletariado”, “partido hegemônico”, estatização dos meios de produção como sinônimo de socialismo; que afirma a importância da organização de base, critica a atuação parlamentar e aborda outras questões que ajudariam na revisão necessária, ver: TRAGTEMBERG. Maurício (org.). *Marxismo heterodoxo*. São Paulo, Brasiliense, 1981.

favor do neo-liberalismo vigente. A opção é entre o pior e o menos pior. Fora isto é, por omissão, a adesão ao “pior”.

Pensamos que, antes mesmo da implosão do socialismo real, já era possível, pela própria experiência que passamos no Brasil, chegar a algumas conclusões teóricas que explicam a queda dos regimes comunistas, embora não deixe de ser surpreendente a sua revelada fragilidade.

II.

As lutas de resistência, durante a ditadura militar no Brasil, particularmente dos grupos de fábrica clandestinos, que depois deram origem às comissões de fábrica e aos movimentos sociais, que se organizaram nas periferias pobres, foram referências que nos mostraram a importância da autoorganização e as possibilidades políticas da *ação direta*.² Foi através desta forma de luta que, nas fábricas, os grupos clandestinos, fizeram suas conquistas e, nos bairros, a população conquistou um melhor padrão de vida. A autoorganização da população, e mesmo a organização dos operários dentro das fábricas, foi possível graças, fundamentalmente, ao espaço físico que a Igreja cedeu para que o povo discutisse seus problemas. Organizações clandestinas também participavam, mas não enquanto tal, mesmo porque a forte repressão não permitia. O que queremos dizer é que, uma vez tendo a possibilidade de reunir-se, os interessados, mais do que ninguém, têm consciência de seus problemas e capacidade de criarem formas de resolvê-los.³

² *Ação direta* foi a expressão usada para definir a tática dos anarquistas que negam a intermediação de partidos políticos ou sindicatos oficiais nas suas lutas. O termo é aqui usado apenas para definir a *forma* que tomaram as lutas sociais e sindicais durante a ditadura militar no Brasil. Hoje em dia, o *Movimento dos Sem Terra*, o *MST*, ao ocupar terras ociosas ou promover manifestações públicas, está adotando uma política de *ação direta*, imposta pelas características do movimento e não por uma tática doutrinária. O termo, embora seja o mais apropriado para qualificar a forma de luta política do MST, não é usado, o que não é casual. Se os stalinistas recortaram, excluindo das fotos da Revolução de Outubro personagens como Trotsky, entre nós, qualquer coisa que se refira a anarquismo nos dias de hoje parece merecer o mesmo procedimento.

³ Sem nenhuma teoria política o povo sertanejo organizou-se no sertão baiano, em Canudos, e enfrentou o exército nacional, derrotando-o diversas vezes. Aliás, a

Essa possibilidade dos trabalhadores autoorganizarem-se, evitando a criação de “dirigentes” que, pelo seu “nível de consciência superior”, estão legitimados para indicarem os caminhos que seus *dirigidos* devem seguir, pudemos descrever através de uma dissertação de mestrado⁴. Nossa dissertação de mestrado estudou uma comissão de uma fábrica de um bairro operário de São Paulo. Ao começarmos a nossa pesquisa, a primeira preocupação foi a de que toda a história da comissão girasse em torno de um dos operários, que exercera um evidente papel de liderança. Foi com agradável surpresa que constatamos que esta preocupação, com a centralização em torno de “dirigentes”, também tinha sido a do *grupo de fábrica* que, durante toda a sua existência, de *grupo* até *comissão* oficialmente reconhecida, sempre procurou evitar a criação de vanguardas, socializando as responsabilidades. Essa atenção, para que se socializassem as experiências, estava particularmente presente na organização que dava apoio a estes operários, a *Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo*. Foi através deste estudo que sentimos, de perto, a resistência que instituições como a CUT, *Central Única dos Trabalhadores* e o *Partido dos Trabalhadores* impunham a qualquer idéia de autoorganização, sendo contrários, por exemplo, à proposta de uma organização horizontal, por bairro, tanto dos operários quanto dos núcleos do partido.⁵

Com a criação do *Partido dos Trabalhadores* em 1979, também pensávamos, como milhares de militantes de base, que seria possível criar um partido que fosse expressão da organização da sociedade e que fosse controlado pelos seus núcleos de base, como era a proposta oficial do Partido. De 1986 até 1988, ficou evidente, para nós, que *partido*, por definição, é um instrumento para a

defesa de Canudos é a defesa de uma comunidade ao direito de autogovernar-se. Ver: VILLA, Marco Antônio. *Canudos, o povo da terra*. São Paulo, Ática, 1995.

⁴ ALMEIDA, Ivan Antônio. *Construindo a identidade operária, a história da Comissão de Fábrica da ASAMA*. PUC, 1992, dissert. de mestr.

⁵ Ver: MOORE, Barrington Jr. *Injustiça, as bases sociais da obediência e da revolta*. São Paulo, Brasiliense, 1987, particularmente no capítulo 7: “Militância e apatia no Ruhr antes de 1914”. Neste capítulo vemos como, também no caso alemão, as grandes greves de 1889 e 1905 foram o resultado da “ira e da pressão das bases” (p.349) contra a orientação dos sindicatos e do *Partido Social Democrata* e como estas greves foram, a seguir, assimiladas por estas instituições.

conquista do poder. Que o partido político, num regime democrático liberal, disputa, através de eleições, a partilha ou a gestão da sociedade capitalista e assim, tem sua pauta marcada pelas discussões parlamentares e pelas agendas eleitorais. Portanto era evidente a incompatibilidade entre a proposta original do *Partido dos Trabalhadores* e a função inerente à qualquer organização partidária. Provavelmente houve uma profunda mudança no perfil dos militantes do PT, quando se constatou que as perspectivas iniciais, de um partido como expressão da autoorganização da sociedade, eram inviáveis, é o que percebemos pela nossa experiência pessoal, confirmada pelos números da refiliação partidária. Segundo dados publicados na imprensa, foram apenas 100.000, de um total de 700.000, os que confirmaram a sua filiação ao *Partido dos Trabalhadores*, em 1996.⁶ O estudo de outras experiências similares, como a do *Partido Social Democrata Alemão*, nos levou à conclusão de que não só partido não é instrumento de revolução social como, pelo contrário, é instrumento de contenção social, de assimilação e recuperação de lutas sociais.⁷ O estudo de Barrington Moore, por exemplo, nos mostra que não houve relação entre a elevação do padrão de vida dos operários alemães e o crescimento eleitoral do *Partido Social Democrata*.⁸ O acompanhamento das primeiras gestões municipais do PT confirmaram a nossa observação e nos levaram a concluir que, sem uma organização social de base, nenhuma administração municipal, estadual ou federal tem condições de fazer mudanças sociais significativas.⁹ Assim, o que se pode

⁶ *Folha de São Paulo*, 04.03.1996, manchete de primeira página.

⁷ Para uma discussão mais recente desta tese, ver a obra de João Bernardo. Para uma síntese das suas idéias consulte: BERNARDO, João. *Economia dos conflitos sociais*. São Paulo, Cortez, 1991.

⁸ MOORE, *op.cit.* O que um superintendente de uma indústria alemã disse sobre o *Partido Social Democrata* poderia ser dito em qualquer lugar do mundo e define a diferença entre *revolução social* e *revolução política*: “A Democracia Social não muda nada para mim: lá fora vocês podem pintar-se de vermelho como quiserem. Aqui dentro, não. Aqui quem manda sou eu. Quem *fizer* alguma coisa vai pra fora”. *cit.* por MOORE, p.285.

⁹ A tentativa fracassada da formação de Conselhos Populares, na gestão da prefeita Luiza Erundina de Souza, em São Paulo, ou a participação popular na discussão orçamentária nas gestões petistas de Porto Alegre, sinalizam as possibilidades de uma participação popular que nunca ultrapassa o nível político, isto é, de

concluir, é que a possibilidade de uma gestão estatal, voltada aos interesses da maioria (ou totalidade?) da população, em qualquer nível, está relacionada com a força da organização da sociedade. Ora, esta gestão estatal só poderá ter uma ação significativa se a sociedade estiver fortemente organizada, o que significa que, neste momento, não há mais necessidade de uma organização estatal, já que a sociedade tem um nível suficiente de organização para autogerir-se.¹⁰ A presente situação do *Partido dos Trabalhadores*, totalmente voltado para o parlamento, apenas confirma o que já tínhamos constatado anteriormente. O mesmo pode observar-se em relação aos sindicatos e às centrais sindicais. As lideranças, que hoje são “dirigentes” dos sindicatos vinculados à CUT, saíram dos grupos e das comissões de fábrica da década de 80. Estes ex-operários profissionalizaram-se como “dirigentes” sindicais e vivem descolados das fábricas. A princípio, quando saíram das fábricas, através da vitória eleitoral das “Oposições Sindicais”, ainda preservavam, no discurso, a necessidade da organização dentro da fábrica. Os principais sindicatos metalúrgicos e das categorias mais combativas chegaram mesmo a formarem, nas diretorias sindicais, “comissões”, compostas por ex-operários e assessores, para organizarem grupos e comissões dentro das fábricas.¹¹

Até aqui, nada mais fizemos que acompanhar os fatos. É necessário verificar quais são as possibilidades teóricas da uma superação do modo de produção capitalista, para que fique explícita a nossa referência.

III.

Pensamos estar vivendo uma situação mundial extremamente interessante, onde, em geral, só os aspectos conjunturais são realçados. Benedito Rodrigues de Moraes Neto, num trabalho muito

participação na gestão da ordem capitalista, não provocando nenhuma mudança social significativa. Estas iniciativas, ainda que forem bem sucedidas, não tem continuidade, limitando-se ao período de gestão do partido.

¹⁰ O grau de novidade de um determinado processo social pode ser medido pelo seu grau de autoorganização.

¹¹ O leitor interessado poderá acompanhar esse processo pelas sinopses da “Quinzena”, organizada pelo Centro Pastoral Vergueiro, CPV (São Paulo).

interessante e pouco conhecido, citando Donald Weiss, nota que “a base funcional das distinções de classe está sendo erodida pelo desenvolvimento capitalista. A distinção essencial entre uma classe dominante e uma classe dominada é, para Marx, aquela entre uma classe que monopoliza as funções mentais/direcionais e uma classe que está confinada à esfera do trabalho manual. Na medida em que o desenvolvimento capitalista torna o trabalho manual cada vez menos necessário, as classes perdem sua peculiaridade histórica e seu propósito. Chegamos portanto à conclusão de que a crescente obsolescência da divisão industrial do trabalho, determinada pelo crescimento da produção automatizada sob o capitalismo, é ao mesmo tempo a chave para o estabelecimento de uma sociedade sem classes”.¹² Se concordarmos com a constatação de Donald Weiss, de que a base física da produção, nos dias de hoje, está cada vez mais próxima daquela necessária para “uma sociedade sem classes”, é necessário admitir que toda *teoria da transição* de Marx está superada. Como sabemos, Marx não acreditava que a burguesia seria capaz de desenvolver as forças produtivas, daí a necessidade da organização de um partido operário que conquiste o Estado que, sob a forma de uma “ditadura do proletariado”, crie as condições para uma sociedade comunista, desenvolvendo as forças produtivas.¹³

Marx apresenta o desenvolvimento universal das forças produtivas como “a primeira etapa da revolução operária”;¹⁴ como uma condição prévia para a possibilidade da existência de uma sociedade comunista. Sem o desenvolvimento das forças produtivas não teríamos a abundância material necessária e, “apenas generalizar-se-ia a escassez e, portanto, com a *carência*, recomeçaria novamente a luta pelo necessário e toda a imundície anterior seria restabelecida”.¹⁵ Este desenvolvimento das forças produtivas era visto

¹² Cit.por: MORAES NETO, Benedito Rodrigues de. *Marx, Taylor, Ford, as forças produtivas em discussão*. São Paulo, Brasiliense, 1988, p.117.

¹³ Entre as ambigüidades da obra de Marx está a questão da identificação da divisão social do trabalho com a propriedade privada dos meios de produção. Tratamos desta questão no texto: “Liberdade e poder em Marx e Bakunin”, 1994, xerocado.

¹⁴ MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Cartas filosóficas & O Manifesto Comunista de 1848*. São Paulo Moraes, 1987, p.125.

¹⁵ MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo, Grijalbo, 1977, p.58. Grifo no original.

como impossível sob direção da burguesia, daí a necessidade de uma “ditadura do proletariado” que “constitui tão somente a transição para a *abolição de todas as classes* e para uma *sociedade sem classes*”.¹⁶

Note-se que para Bakunin, a proposta de Marx era absurda, pois, como dizia, a idéia dos marxistas, é a de que “para emancipar as massas trabalhadoras é necessário em primeiro lugar acorrentá-las”¹⁷ através da “ditadura do proletariado”. Este foi o eixo da polêmica entre Marx e Bakunin durante a I Internacional.¹⁸ À proposta “estatizante” de Marx, Bakunin propunha a autoorganização imediata da sociedade. Se admitirmos que a constatação de Donald Weiss está correta, toda esta discussão foi superada pela história, e temos de admitir também que a expectativa de Marx, de que a “burguesia” não conseguiria liderar o desenvolvimento das forças produtivas, não se concretizou.¹⁹ Assim, sob esta base, todas as discussões de “esquerda”, particularmente a questão do partido político e da “ditadura do proletariado”, teriam que ser revistas. Com a sacralização do marxismo, no entanto, todas as palavras da dupla Marx/Engels tornaram-se absolutas e, portanto, irrefutáveis.²⁰ Se em países de regime político comunista esta realidade era uma necessidade política, para justificar a forma de dominação que estas ditaduras tomaram, em países como o nosso, essa sacralização do marxismo serve, ainda, à legitimação da candidatura de novos gestores que desejam o controle ou pelo menos a partilha da gestão

¹⁶ MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Cartas filosóficas & O Manifesto Comunista de 1848*. São Paulo, Moraes, 1987, p.29. Grifos no original.

¹⁷ Cit.em: TRAGTEMBERG, Maurício. “Marx & Bakunin”, in: *Nova Escrita ENSAIO*, n.11/12, 1983, p.279-299.

¹⁸ Este tema, da superação histórica da teoria política de Marx foi desenvolvida por nós no texto: “Liberdade e poder em Marx e Bakunin”.

¹⁹ Ideólogos da Teologia da Libertação como Leonardo e Clodovis Boff, continuam achando que a pobreza é “endôgena ao sistema capitalista”. Ver: BOFF, Leonardo e Clodovis. “A igreja perante a economia nos EUA”, *REB* (47): 363-367.

Os irmãos Boff não perceberam que a questão nos países mais ricos da Europa e nos EUA, por exemplo, é outra. O problema é o que fazer com a riqueza material, uma questão, aliás, muito apropriada para verdadeiros “teólogos”.

²⁰ Os manuais soviéticos de *história antiga*, por exemplo, tinham Marx e Engels como as autoridades máximas do período, em torno dos quais apenas se acrescentavam dados.

da ordem capitalista. Neste grupo incluem-se, além dos “dirigentes” dos partidos políticos de esquerda, de sindicatos e organizações do “movimento popular”, os intelectuais, particularmente da área de ciências humanas. Estes intelectuais são, neste mundo dessacralizado, os novos sacerdotes que, com sua “ciência”, legitimam os valores das classes dominantes ou dos candidatos à partilha desta gestão.²¹ Note-se que, nos dias de hoje, nenhum “conservador” poderia aparecer como tal, já que o termo tornou-se pejorativo. Assim o *conservadorismo real* aparece encoberto pelos embrulhos da modernidade (ou da pós-modernidade).

IV.

Atualmente merece pouco destaque (e menos ainda reflexão) a ligação entre *ideologia* e o *desenvolvimento do capitalismo*. Seria interessante lembrar que valores da modernidade, sob os quais legitimaram-se as relações capitalistas de produção, nasceram na crítica aos valores do que parecia ser o “sagrado”, na crítica ao cristianismo da Igreja Católica Apostólica Romana, que, a partir, aproximadamente, do séc. XIV, transformara-se em pura ideologia, justificadora do seu poder, espiritual e material, e do poder de seus aliados.

Estudos como o de Weber (em *A Ética protestante e o espírito do capitalismo*), por exemplo, examinaram a relação entre “religião” e economia. Este e outros estudos do gênero, no entanto, podem confundir o que queremos dizer, pois as “religiões”, no caso, referem-se a ideologias que do *sagrado* só conservam a forma. Assim como o cristianismo transformou-se em ideologia através da Igreja Católica, o protestantismo representou uma variante dessa ideologia, ou seja, estamos fora da dimensão do *sagrado*. O *sagrado*

²¹ A eleição do sociólogo Fernando Henrique Cardoso, para presidente da república, ilustra como as classes dominantes tradicionais, representadas no PFL, partilham, quando necessário, o poder com outros setores. Mesmo integrantes de grupos que tem (ou tinham) nos seus programas um discurso mais radical não resistem aos atalhos que o poder lhes oferece. É o caso do sociólogo Francisco Weffort que, de importante dirigente do Partido dos Trabalhadores, transforma-se, do dia para a noite, em ministro da cultura e de seu “assessor cultural”, o também sociólogo José Álvaro Moisés, ex-dirigente e várias vezes candidato a parlamentar pelo PT.

responde à questão do *sentido da existência humana*; e, como tal, trata do *ser*; enquanto que as questões referentes ao *ter*, subordinam-se a essa questão. Este é o problema central de todas as reflexões/práticas do *sagrado*. Para manter a acumulação capitalista, impera a lógica do consumo pelo consumo, do consumo irracional, a lógica do *consumismo*, enfim. Ou seja, o *ter*, de *meio* que é para o *sagrado*, transforma-se em fim último de toda a existência e com isto dessacraliza-se mundo.

Os valores da *modernidade*, construíram-se sobre a crítica das formas decadentes (ideológicas) do *sagrado*. É desta maneira que o *sagrado* foi reduzido à sua caricatura, até chegarmos numa fórmula final, quando a *modernidade* atribui ao *sagrado* tudo aquilo que não é apreensível pela “ciência”. Ou seja, literalmente, o *sagrado* passou a pertencer ao reino da ignorância. Daí a criação das polaridades dicotômicas: “consciência & fé”, “razão & emoção”, “mente & corpo”, “humanidade & natureza”, cujas possibilidades são infinitas. Na tradição de todas as *religiões*,²² a referência é a *não-dualidade*, base da possibilidade do autoconhecimento que, por definição, torna plena a centelha divina que distingue os homens de outros seres vivos.

Toda a expansão colonialista dos fins do século passado procurou destruir, ou reduzir ao “exótico”, as *culturas tradicionais* dos povos dominados, implantando as “religiões” européias.²³ Se para a afirmação do capitalismo foi necessário destruir todo *sentido da existência* que ultrapassasse o consumo de bens materiais, daí a apologia ao “progresso”, inversamente, se desejarmos superar o capitalismo, devemos pensar nos valores necessários à crítica e à reorganização social em bases não capitalistas. Hoje, pela primeira vez na história, anuncia-se o reino da abundância e nos países ricos a abundância, por paradoxal que possa parecer, já é um problema. A socialização das relações de produção, pela automação, e a conseqüente libertação do homem da escravidão do trabalho, retomam, em outras bases, a necessidade de se *pensar no sentido da*

²² Chamamos de *religião* às expressões conjunturais do *sagrado*.

²³ O cristianismo do catolicismo romano ou das igrejas reformadas, ao subordinar-se à lógica do poder, foi dessacralizando-se, reduzindo-se a uma filosofia racionalista, onde a prática limita-se ao acompanhamento de um ritual burocratizado.

existência. Daí, parece-nos, a atenção universal em relação à “religião”. Quanto à questão da miséria material, a história recente indica as formas de luta necessárias à sua superação. A condição necessária para que esta luta não chegue ao paradoxo de uma riqueza material para todos, sem que se saiba o que fazer com ela, é a recuperação do *sagrado*.

Esta *recuperação do sagrado* não se dará, obviamente, sob nenhuma forma de “integrismo”, que é a instrumentalização política extrema, a nível estatal, das formas decadentes das religiões. A maneira como a recuperação do *sagrado* está acontecendo é através das múltiplas formas do seu exercício. O risco, permanente, é o de que as organizações que se criam como meio para as práticas do *sagrado* transformem-se em instituições com fins em si mesmas e, como tal, passem a fazer parte do jogo do poder, da política, enfim. Mas a história da humanidade tem mostrado a permanente capacidade do homem superar obstáculos, tanto mais quanto eles estiverem claramente identificados.

O exercício do sagrado é, por natureza, individual. A parábola, contada por Ramiro A. Calle, expressa uma possibilidade que já vemos esboçada na nossa sociedade:

“En una ocasión, um discípulo, sintiéndose confundido ante la abundancia de vías de realización, de religiones y escuelas filosóficas, acudió a su maestro y le preguntó: ‘Maestro, no es excesiva la cantidad de religiones que existen?’ Y el maestro, intencionalmente acre, replicó: ‘Que dices? En absoluto! Son muy pocas! Cada hombre debería ser una religión, una vía de realización’”²⁴

V.

Em resumo, as condições materiais hoje oferecem a possibilidade aos homens, pela primeira vez planetariamente, de tornarem-se criadores da sua própria história. Para isso é necessário saber para onde se quer ir, e esta é uma questão própria da dimensão do *sagrado*, daí a sua importância, como referência, para qualquer

²⁴ CALLE, Ramiro, en *Yoga Taoísta, Alquimia e Inmortalidad*, de Liu kúan Yu, cit. por SATZ, Mário. *Él cráneo de cristal, história de las religiones*. Madrid, Montena Aula, 1988, p.6.

revolução social. Usando uma imagem do *sagrado*, o simbolismo da cruz, as *revoluções políticas* provocariam as mudanças horizontais, e as *revoluções sociais*, as verticais. Em períodos em que as duas ocorrem simultaneamente (como na Revolução Russa, por exemplo) uma vai anular a outra; mas é apenas a *revolução social* que indica o *caminho do novo*.

Bibliografia

ALMEIDA, Ivan Antônio de. *Construindo a identidade operária, a história da Comissão de Fábrica da ASAMA*. São Paulo: PUC/SP, dissert. de mestr., 1992.

_____. *Liberdade e poder em Marx e Bakunin*. xerocado, 1994.

BERNARDO, João. *Economia dos conflitos sociais*. São Paulo: Cortez, 1991.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Cartas filosóficas & O Manifesto Comunista de 1848*. São Paulo: Moraes, 1987.

_____. *A Ideologia alemã*. São Paulo: Grijalbo, 1977.

MOORE, Barrington Jr.. *Injustiça, as bases sociais da obediência e da revolta*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MORAES NETO, Benedito Rodrigues de. *Marx, Taylor, Ford, as forças produtivas em discussão*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

TRAGTEMBERG, Maurício (org.). *Marxismo heterodoxo*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. “Marx & Bakunin”, in: *Nova Escrita ENSAIO*, n.11/12, 1983, p. 279-299.

VILLA, Marco Antônio. *Canudos, o povo da terra*. São Paulo: Ática, 1995.

RESENHA

Leandro Karnal, *Teatro da Fé. Representação religiosa no Brasil e no México do século XVI*. São Paulo, Editora Hucitec, 1998, 253 pp., ISBN 85-271.0435-0.

Pedro Paulo A Funari¹

Departamento de História - Unicamp

Brasil e México parecem ter experimentado experiências históricas e culturais muito diversas e uma possível aproximação entre ambos não se apresenta como algo fácil ou natural. Na verdade, o estudo da História do Brasil acostumou-se a ensimesmar-se, sendo raras as aventuras rumo a uma História comparativa que poderia revelar-se elucidadora de insuspeitadas relações. Leandro Karnal dispôs-se a estudar o período inicial da História colonial do México e do Brasil, voltando-se para um tema a um só tempo capital para a compreensão da colonização ibérica nas Américas e pouco estudado: a representação religiosa. A delimitação cronológica abrange da campanha de Cortês, em 1519-21, no México e da chegada dos Jesuítas no Brasil, em 1549 até o término da obra do Frei Mendieta e a morte de Anchieta, nos anos finais do século XVI. O autor debruçou-se sobre um tema particularmente pouco explorado pela historiografia, em parte, talvez, por causa da ubíqua presença da documentação latina, tão presente nos primeiros séculos da História da colonização ibero-americana.

O livro começa com uma introdução (pp. 19-39), de caráter metodológico, inserindo o estudo da Representação, em sua manifestação litúrgica, nas cerimônias, alfaias e catequeses, no contexto da História Cultural e da Antropologia. Questiona, logo de início, a idéia de que culturas homogêneas européias e indígenas pudessem ser definidas, preferindo enfatizar as diversidades européias e indígenas na construção de interações culturais (p. 23). Em seguida, em os Antecedentes da Representação (pp.41-61),

¹ Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, C. Postal 6110, Campinas, 13081-970, SP, fax (55) 19 289-3327, pedrofunari@sti.com.br.

discute-se o contexto da ação missionária católica, descrevendo-se as estratégias dos Jesuítas (pp. 48-51), dos Franciscanos (pp. 52-56) e a reorganização da Igreja, com particular destaque para o Concílio de Trento (pp. 56-61). Adverte, de passagem, que não se deve simplificar o Concílio a uma tentativa de reforma da cultura popular, pois se tratava de diferenciar o catolicismo dos outros cristianismos, em especial pela afirmação da autoridade papal, pela veneração dos santos, pela doutrina da transubstanciação na Eucaristia, pelas indulgências, novenas e procissões, pelo celibato sacerdotal. O que antes era acessório passa a ser essencial (p.58) e o clero reorganiza-se de forma militar.

O capítulo segundo, Teatro (pp. 63-130), já se volta para a práxis missionária colonial, a começar pela Companhia de Jesus, que tem como parâmetro de civilização o colégio da Companhia. O papel dos jesuítas na constituição de uma identidade lusitana é ressaltado (pp. 63-76), destacando-se sua observação, muito pertinente, que uma “característica desta identidade não tem recebido atenção dos historiadores. Havia poucas mulheres portuguesas na colônia, daí a facilidade com que as mulheres indígenas ligavam-se aos portugueses. Ora, isto implicava que os filhos seriam educados por índias, *que seriam criados e ouviriam predominantemente línguas indígenas*” (p. 73, grifo acrescentado). De fato, esta era uma civilização trilingue, indígena no dia a dia, portuguesa nas casas da Companhia e latina nas letras e, naturalmente, apenas os jesuítas dominavam os três códigos. Os franciscanos estabelecidos no Vale do México (pp. 76-89) marcaram-se pelo sentimento milenarista, pela inspiração da Igreja primeira de Jerusalém, pela rejeição aos espanhóis que não deveriam ser sequer chamados de cristãos (p. 109). O teatro religioso jesuítico (pp. 89-102) desenvolveu-se com peças em que, quase sempre, há uma disputa de espíritos pela posse da uma alma, o que Karnal relaciona à religião indígena, pouco afeita a questões teológicas européias, mas sempre ocupada com o culto aos mortos e aos espíritos (p. 96). O teatro franciscano, por sua parte, marcadamente catequético, enfatiza a descrição dos adereços cênicos, com predomínio de personagens bíblicos, sendo o uso do espanhol preterido, em benefício do náuatle. Com o passar do século, desaconselham-se as peças em vernáculo, o que acabou por estimular

o florescimento de um teatro sofisticado em latim, de epigramas complexos em grego e hebraico, cuja inteligência fora dos círculos eclesiásticos não eram cogitada, nem almejada. A comunicação não mediada pelo clero não devia ser incentivada (p.141).

O autor descreve as preocupações da Inquisição com as formas de representação, até mais do que com o conteúdo das ações (pp. 131-150), para, então, centrar-se, nos adereços cênicos: relíquias, procissões e alfaias (pp. 151-168). Lembra que não se deve alocar essas manifestações ao reino do popular, pois integravam o ideário das próprias elites desta Sociedade Estamental, cuja ênfase não estava no conteúdo, mas na forma plástica de concepção de mundo. Plasticidade presente em Igrejas, Oragos e Pinturas (pp. 169-190), ressaltando a centralidade dos prédios eclesiásticos que dominavam a paisagem colonial. Contrasta-se o assentamento ortogonal hispânico à dispersão urbana da colônia portuguesa, ambos modelos de cidade, entretanto, tendo a igreja como referência principal. No México, a monumentalidade hispânica contrapunha-se àquela indígena pré-colonial e Karnal volta-se, em particular, para os santos que denominam os templos (oragos). Nota a importância de oragos corporativos, em especial São Francisco, assim como Santiago, santo associado à luta contra o infiel, e São José dos Naturais, modelo para os nativos, laborioso, fiel, monogâmico, como se os índios devessem ser tão obedientes quanto S. José, marido de Maria, “disposto a abandonar sua honra para salvar a dela” (p.179). Assim, transparece um Catolicismo patriarcal e misógino.

Em Catequese e Representação: avaliação de um processo (pp. 191-219), o autor desce ao cotidiano da conversão dos indígenas ao catolicismo, mostrando que o uso das línguas nativas pouco conseguia fazer para resolver os problemas de inteligência de conceitos teológicos complexos e apenas plenos de sentido para quem bem conhecesse o contexto erudito europeu em que se formara. A persignação implicava o conhecimento de entidades abstratas, Pai, Filho e Espírito Santo, cujo desconhecimento fazia com que se reproduzissem apenas as exterioridades dos gestos rituais dos três sinais da cruz, na testa, boca e peito. No México, utilizava-se da pintura para ensinar os índios, por exemplo, a dizer *Pater Noster*: juntava-se um bandeirinha usada para o número vinte, *Pantli*, à fruta

Nochtli! Usavam-se as imagens como mensagem catequética, de maneira que a apreensão do mundo católico se deu por cenas e imagens, antes que por conceitos. No entanto, não se imagine que esta superficialidade da conversão – como lembra a epígrafe de Oswald de Andrade citada por Karnal: “nunca fomos catequizados” – fosse particularidade americana. Em uma missa latina, índios, espanhóis e portugueses pouco diferiam em sua participação, basicamente formal. Eram os gestos rituais a definir seu catolicismo, nunca coube ao fiel atingir a compreensão de qualquer preceito, privilégio guardado ciosamente pelo clero. Suas conclusões (pp. 221-230), para além de contrastar as catequeses franciscana e jesuíta, procuram ressaltar que o próprio funcionamento do mundo colonial não pode ser concebido dissociado dos projetos catequéticos católicos. Se não se efetivou uma adoção dos conceitos doutrinários católicos, uma catequese exterior converteu todo um imenso continente à fé católica no que ela tinha de mais profundo e duradouro: a representação de mundo.

Embora o livro restrinja-se à representação católica na América, inspira reflexões mais amplas, a começar pela importância das representações, da plástica e da gestualidade para a formação da identidade. A importância de imagens e gestos pode ser avaliada pelo testemunho de Gregório Melissenos, em sua viagem a Florença (1438-9): “quando eu entro em uma Igreja Latina, não faço reverência às imagens dos Santos, pois não os reconheço. No máximo, reconheço Cristo, mas não O reverencio, já que não sei em que termos Ele está representado. Assim, faço o sinal da cruz e o reverencio, pois fi-lo eu mesmo, e a nada que ali está”.² No caso americano, a representação católica era, essencialmente, voltada para dois públicos diversos, situados nos extremos da sociedade colonial, catequizandos, de um lado, e clero, de outro. A própria disjunção entre indígenas e colonos, sentida em alguns contextos, nos quais a elite local se diferenciava dos nativos, como é o caso do México, não parece ser tão relevante no caso de Piratininga e, portanto, a massa de iletrados aprendia, em vernáculo e por imagens muito concretas, a

² Citado em Barbara Zeitlin, *Cross-Cultural Interpretations of Imagery in the Middle Ages*, *Art Bulletin*, 76, 1994, 4, p. 680.

comportar-se como católicos. As sutilezas teológicas dos curas católicos, na verdade, não se voltavam para o fiel, mas para os rivais: os protestantes.

Assim, desde o princípio, a organização eclesiástica de matriz medieval manifesta-se para os fieis na forma de músicas, autos, peças, de alta plasticidade,³ enquanto, para os próprios clérigos, edifícios, imagens, oragos, e tudo o mais, eram sinais definidores de uma identidade católica contraposta àquela, naquele momento mesmo sendo difundida, de uma nova Igreja Protestante. A Igreja Católica, seguindo a tradição medieval, comunicava-se, com os fieis iletrados, por imagens pintadas nas paredes, enquanto os reformistas haviam quebrados as imagens, substituído o latim incompreensível pelo vernáculo e o dogma pela leitura da Bíblia.⁴ É neste contexto que adquire sentido a ênfase missionária na representação. A colonização é, pois, católica, em nome do rei, *bonus filius et princeps catholicus*.⁵ Por seus próprios parâmetros, a evangelização da Igreja, ainda que exterior e formal, cumpriu os objetivos a que se tinha proposto, incorporou multidões e moldou a sociedade às suas formas de organização dos significados culturais. Os muitos iletrados e os poucos letrados dividiam comportamentos, imagens e valores controlados, em última instância, pela autoridade espiritual da Igreja.

Leandro Karnal, com uma linguagem envolvente, precisa e agradável, produziu uma obra rara, História comparada e cultural, salpicada de *insights* e interpretações originais, algumas delas mencionadas na primeira parte desta resenha. Abre-nos as portas para uma rica documentação latina, imprescindível para a compreensão da civilização ibero-americana e explora, com maestria e domínio verdadeiramente incomuns, as questões teológicas

³ Cf. Luis Weckmann, *La Herencia Medieval del Brasil*, México, Fondo de Cultura Económica, 1993, p. 206 *et passim*.

⁴ Cf. Matthew Johnson, *An Archaeology of Capitalism*, Oxford, Blackwell, 1996, p. 105 *et passim*.

⁵ “Bom filho e príncipe católico”, termos usados na bula *Manifestis probatum*, de 1179, que reconheceu o Reino de Portugal, para referir-se ao monarca católico em luta pela expansão da fé católica; cf. Stéphane Boisselier, *Réflexions sur l'idéologie portugaise de la Reconquête, xii-xive.s siècles*, *Mélanges de la Casa de Velázquez*, 30, 1, 1994, pp. 139-141.

subjecentes à prosaica vida nos primórdios da colonização ibérica. Todos os interessados na História da cultura nas Américas lerão, com deleite e proveito, esta valiosa contribuição para o conhecimento de um passado, aparentemente tão distante, mas ainda tão presente em nossas vidas.

RESENHA

SILVA, Maria Beatriz Nizza da, *A cultura luso-brasileira da reforma da Universidade à independência do Brasil*. Lisboa: Editorial Estampa, 1999.

Angela Domingues

Centro de Estudos Africanos e Asiáticos do Instituto de Investigação Científica Tropical de Lisboa

Este livro é sobre a definição de uma «elite da cultura» ou de uma comunidade cultural em Portugal durante o Iluminismo, sobretudo após a reforma da Universidade de Coimbra e a criação da Academia Real das Ciências, e que a autora sustenta ser a mesma no império português dos dois lados do Atlântico. Esta «identidade cultural» caracterizar-se-ia por uma mesma formação acadêmica, por uma afinidade de leituras e de idéias, pelo enciclopedismo de interesses que não compartimentava os diferentes ramos do saber, como também se definiria pela forma indistinta com que ocupava lugares preponderantes na política e na administração, na hierarquia religiosa ou nos meios científicos e culturais. Expressar-se-ia ainda no aparecimento tardio de um programa político estruturado que suportasse ideologicamente os movimentos independentistas na colônia

Nizza da Silva tinha já firmado a sua posição em relação a esta homogeneidade cultural das elites de Portugal e Brasil da segunda metade de Setecentos em artigos que contribuíram de forma inovadora para o estudo do tema^{4.1}. Mas agora, em *A cultura luso-brasileira*, a autora, para além de fundamentar essa tese com base na “cultura científica”, considerada na sua aceção mais restrita, fortalece-a ao considerar aspectos tão originais como os da intervenção dos engenheiros militares no planeamento do espaço urbano e da racionalização dos núcleos populacionais pela construção de infraestruturas básicas com vista ao benefício da saúde

¹ Veja-se, por exemplo, “A História Natural no Brasil antes das viagens do Príncipe Maximiliano” in *Oceanos*, 24, Outubro/Dezembro 1995 e “A cultura luso-brasileira (1772-1808)”, separata da revista *Arquipélago*, História, 2ª série, 11 (1997).

pública; da formação do clero colonial e seu papel na assistência religiosa dos povos ou na detecção de manifestações de irreligiosidade (e sedição política) dos grupos ilustrados; das leituras proibidas e consentidas e da difusão do saber livresco pelas bibliotecas públicas e privadas ou através da imprensa reinol e colonial; da renovação do pensamento político colonial pela participação da elite ilustrada nos organismos de cúpula do poder; ou da consciência que do Brasil, colônia e reino, se foi formando entre a intelectualidade portuguesa e luso-brasileira como potência nascente e auto-suficiente.

É em torno destas temáticas que se estruturam os seis capítulos que constituem esta obra. Através deles o leitor é transportado para questões tão fundamentais como as da atuação das instituições culturais e corporativas na formação dos indivíduos e na difusão de conhecimentos, das redes de transmissão do saber entre pessoas, universidades e academias, portuguesas e européias, do pragmatismo científico e da aliança entre ciência e técnica com vista ao desenvolvimento da economia e ao bem-estar dos povos, da onipresença da *razão* na política, na percepção da natureza, nas relações entre indivíduos e civilizações.

O papel interventor do Estado Absolutista está claramente apontado: como promotor, financiador e patrono. Esta intervenção da coroa na vida científica e cultural justifica-se na medida em que o soberano era o responsável pela felicidade e bem-estar dos súditos e pela prosperidade do reino. É em função destes objetivos que se redefiniram diretrizes científicas e campos de experimentação, se reformou a Universidade de Coimbra e contrataram especialistas estrangeiros ou se apoiaram as atividades das academias literárias e profissionais. Constituir-se-ia, assim, uma elite científica composta por naturalistas, matemáticos, juristas, engenheiros, médicos e cirurgiões ao serviço dos interesses reais e interveniente na planificação de núcleos urbanos, no saneamento e na saúde pública, no controle de epidemias, na inventariação das espécies naturais, na experimentação de novos fármacos, na construção de técnicas que permitissem racionalizar e rentabilizar a agricultura, a mineralogia e as manufaturas.

A *cultura luso-brasileira* aborda, também, a atividade

pedagógica e educacional do Estado. A “democratização” do saber das elites era considerada como um meio de incentivar uma participação racional e produtiva dos súditos no desenvolvimento dos povos e na riqueza das nações. Neste sentido, a obra em análise aborda a atuação das impressões régias e privadas como veículos difusores de conhecimentos técnicos e científicos, a que muitas vezes se articulavam informações de caráter social, político e econômico.

Determinando que o campo de análise abrange o período compreendido entre a reforma da Universidade de Coimbra e a independência brasileira, a autora proporciona não só uma visão evolutiva da formação desta comunidade cultural luso-brasileira, como refere as conseqüências da atuação desta elite ilustrada: no pensamento político e econômico, no campo das idéias e das mentalidades, na dinamização das atividades produtivas e na vida quotidiana dos povos. Aponta, igualmente, que a mudança da corte para o Rio de Janeiro serviu de estímulo à intelectualidade e acelerou o “processo de racionalização” que se pretendia implementar com vista à felicidade dos povos e à prosperidade da colônia e do reino.

Nizza da Silva deixa claro que as novas idéias se implantavam por todo o Brasil, desde os sertões mais recônditos de Mato Grosso até às cidades mais desenvolvidas do litoral, graças à atuação de vice-reis e governadores esclarecidos, que difundiam panfletos educativos junto a fazendeiros e agricultores, criavam novos espaços de sociabilidade, promoviam a construção racional e planeada de povoações, dinamizavam a vida cultural e informavam a administração central do “programa colonial ilustrado” que, em última instância, conduziria à “riqueza das nações”.

Impressionando o leitor por um conhecimento exaustivo de fontes textuais, cartográficas e iconográficas e beneficiando de documentação existente em arquivos portugueses e brasileiros, a autora surpreende, ainda, pela utilização inusitada que faz dessa informação como quando, por exemplo, usa inventários *post mortem* e de transmissão de heranças para estudar os hábitos de leituras da elite culta luso-brasileira setecentista.

Normas de Publicação de *LPH – Revista de História*

São aceitos, desde que inéditos:

- 1- Artigos de pesquisa e de revisão, respeitando o limite de 30 (trinta) laudas.
- 2- Comunicações, compreendendo a apresentação de resultados parciais de pesquisas, respeitando o limite de 10 (dez) laudas.
- 3- Entrevistas.
- 4- Os trabalhos deverão ser apresentados em duas vias, gravados em disquete, em laudas de 30 (trinta) linhas, em espaço duplo. O tamanho da fonte é 12 (doze).
- 5- Os trabalhos, para serem publicados, deverão ser aprovados pelo Conselho Consultivo de *LPH – Revista de História*.

